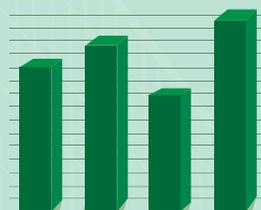


REVISTA CTEO



Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. \$ n. 1 janeiro/dezembro 201%



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

REVISTA CTEO

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

v. 2 n. 1 janeiro/dezembro 2013

São Paulo

ISSN 2316-8005

Expediente

Editor	Gilberto Rodrigues Hashimoto
Comissão Editorial	Gilberto Rodrigues Hashimoto, Adriano Nunes Borges, Rodrigo Mantovani Policano, Regina Eiko Kimachi
Equipe Técnica	Consultores Técnicos Economistas: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre, Thiago de Carvalho Alves; estagiária: Maíra Naiade da Silva.
Capa	Equipe de Comunicação - CCI.3

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento - Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100,2º andar, sala 212-B - Bela Vista, São Paulo - SP

CEP 01319-900

e-mail: revistacteo@camara.sp.gov.br

www.camara.sp.gov.br

Ficha catalográfica elaborada pela Equipe de Biblioteca da CMSP – SGP.32

Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento / Câmara Municipal de São Paulo -
vol. 1, n. 1 (2012) - São Paulo: CMSP, 2012-

Anual

ISSN 2316 - 8005

1. Orçamento público- Periódicos 2. Finanças públicas - Periódicos I. Câmara Municipal de São Paulo.

CDU 336.1

Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma
licença Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial 3.0 Unported (CC-BY-NC 3.0)

16ª Legislatura - 2013

Mesa Diretora:

Presidente: José Américo
1º Vice-Presidente: Marco Aurélio Cunha
2º Vice-Presidente: Aurélio Miguel
1º Secretário: Claudinho de Souza
2º Secretário: Adilson Amadeu
1º Suplente: Gilson Barreto
2º Suplente: Dalton Silvano

Vereadores:

Abou Anni	Mario Covas Neto
Alfredinho	Marquito
Andrea Matarazzo	Marta Costa
Ari Friedenbach	Milton Leite
Arselino Tatto	Nabil Bonduki
Atílio Francisco	Natalini
Aurélio Nomura	Nelo Rodolfo
Conte Lopes	Noemi Nonato
Coronel Camilo	Orlando Silva
Coronel Telhada	Ota
David Soares	Patrícia Bezerra
Donato	Paulo Fiorilo
Dr. Calvo	Paulo Frange
Edemilson Chaves	Reis
Edir Sales	Ricardo Nunes
Eduardo Tuma	Ricardo Young
Floriano Pesaro	Roberto Tripoli
George Hato	Sandra Tadeu
Goulart	Senival Moura
Jair Tatto	Souza Santos
Jean Madeira	Toninho Paiva
José Police Neto	Toninho Vespoli
Juliana Cardoso	Vavá
Laércio Benko	Wadih Mutran

Ajudando o poder público a encontrar soluções consistentes e criativas

A Câmara Municipal de São Paulo conta com assessorias especializadas em várias áreas de conhecimento, capazes de analisar os projetos de lei e outros documentos que tramitam na Casa e que redundam em medidas fundamentais para a vida dos cidadãos paulistanos.

A Economia é uma dessas áreas e os especialistas da Consultoria Técnica de Economia e de Orçamento (CTEO), além de prestarem assessoria aos órgãos centrais da Câmara e aos vereadores, realizam estudos regularmente publicados em boletins e nos Indicadores Paulistano e Metropolitano, com periodicidade mensal. Reunindo a quase totalidade dos textos publicados temos a Revista CTEO, publicada agora pelo segundo ano consecutivo. Desta vez, até por medida de economia, a opção escolhida foi a de veicular esse conteúdo apenas em mídia eletrônica.

Nesta edição, a Revista CTEO reúne os 23 artigos publicados ao longo do ano nos Indicadores e mais uma contribuição especial: o estudo “Demografia e Previdência: o caso do município de São Paulo”. O levantamento analisa o impacto que a mudança do perfil etário da população terá sobre a previdência municipal. Para tanto, foram avaliados dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que projetam para 2029 uma população de idosos (60 anos ou mais) superior à quantidade de crianças e jovens (até 14 anos) em São Paulo. Podemos imaginar o impacto que essa mudança demográfica terá no cotidiano dos paulistanos.

A leitura dos textos publicados nesta revista não é algo reservada apenas a especialistas. Os artigos são escritos para que qualquer cidadão tenha condições de compreender seus conteúdos, que trazem informações relevantes. É o que podemos verificar, por exemplo, no artigo “Assentamentos Precários na Cidade de São Paulo”, que mostra a existência no município de mais de 710 mil domicílios em assentamentos precários (favelas, loteamentos irregulares e núcleos urbanizados).

Outro dado importante para os paulistanos conhecerem diz respeito aos contrastes em relação à qualidade de vida da população nos 39 municípios da região metropolitana.

Pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), nos últimos anos houve uma melhora significativa em termos de desenvolvimento humano em toda a Grande São Paulo. Os municípios da região passaram a ser classificados no grau de “alto desenvolvimento humano” (34 cidades com “alto desenvolvimento” e cinco com “muito alto desenvolvimento humano”). Já outro estudo, desta vez realizado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), responsável pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), aponta que 20% dos moradores da região metropolitana de São Paulo são classificados como de alta ou muito alta vulnerabilidade social, o que expõe claramente o elevado grau de desigualdade na região.

Estes são alguns dos dados tratados pelos estudos do CTEO que trazem informações para auxiliar os vereadores na elaboração e na votação de projetos de lei e outros instrumentos legais. Apoiada em estudos como esses, a Câmara Municipal tem condições de, além de exercer seu papel constitucional de fiscalizar o Executivo, ajuda-lo a se antecipar a possíveis crises, elaborando políticas públicas que evitem o agravamento dos problemas sociais existentes e até mesmo para se antecipar aos que vêm pela frente, contribuindo para que todos os paulistanos possam usufruir de uma vida melhor em sua cidade.

Desse modo, esperamos que os estudos compilados nesta publicação contribuam, de maneira efetiva, para debater e pensar uma São Paulo que solucione os seus problemas e ainda sirva de modelo para outras metrópoles que, a exemplo da capital paulista, demandam soluções criativas para promover um desenvolvimento sustentável, baseado no fortalecimento de boas políticas públicas.

José Américo Dias

Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Sumário

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.....	7
1. Demografia e Previdência: O caso do município de São Paulo.....	10
2. Orçamento Municipal - 2013.....	29
3. Execução Orçamentária 2012.....	34
4. Evolução Produto Interno Bruto - PIB - 2003 a 2012.....	38
5. Execução Financeira dos Programas do PPA 2010-2013.....	42
6. Assentamentos Precários na Cidade de São Paulo - Sistema Habisp.....	48
7. Produto Interno Bruto - 1º Trimestre / 2013 - Análise e Perspectivas.....	57
8. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 - Metas Fiscais.....	65
9. Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013.....	72
10. Mudanças na estrutura etária e o impacto nas matrículas escolares.....	81
11. Proposta Orçamentária para 2014.....	98
12. Proposta Orçamentária para 2014 (continuação).....	102
13. Proposta de Plano Plurianual 2014-2017.....	112
14. Produto Interno Bruto Municipal de 2010.....	121
15. Pesquisa Mensal do Emprego / IBGE - Evolução 2002 a 2012.....	128
16. Mudança na estrutura etária da Região Metropolitana de São Paulo - 1970 a 2010	134
17. IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social.....	143
18. IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.....	150
19. Trabalho Infantil na Região Metropolitana de São Paulo - Censo 2010.....	162
20. Programa Bolsa Família na Região Metropolitana de São Paulo.....	175
21. IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.....	185
22. Pesquisa Mensal de Serviços - PMS.....	197
23. PNAD 2012 - Região Metropolitana de São Paulo.....	208
24. IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Edição 2013.....	229

A Consultoria Técnica de Economia e Orçamento – CTEO

A CTEO, criada em 2007, tem como missão, conforme definida pela legislação pertinente:

I - prestar consultoria e assessoramento técnico à Mesa, às Comissões, em especial à Comissão de Finanças e Orçamento, e aos Vereadores, no exercício de suas funções legislativa, fiscalizadora e administrativa, nas áreas de planos, orçamentos públicos, acompanhamento e controle orçamentário e financeiro;

II - prestar apoio técnico ao processo legislativo referente aos projetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual e projetos de crédito adicional, seguindo procedimentos técnicos para alterações nos mencionados projetos, em especial no que tange à elaboração de substitutivos ou de emendas, incluindo recebimento de determinações do Relator ou Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, tratamento e destinação de informações e documentos, com registro das operações realizadas;

III - divulgar as decisões da Comissão de Finanças e Orçamento e do Plenário relativas às matérias de que trata o inciso II deste artigo, contando com o apoio, no que couber, do Centro de Tecnologia da Informação;

IV - prestar apoio à Comissão de Finanças e Orçamento na edição de regulamentos sobre as matérias de que trata o inciso II deste artigo;

V - assessorar a Comissão de Finanças e Orçamento no exame técnico das demais matérias legislativas sujeitas ao seu estudo;

VI - elaborar minutas de pareceres/relatórios sob a orientação dos Relatores;

VII - subsidiar e prestar suporte às atividades da Comissão de Finanças e Orçamento, especialmente com a realização de pesquisas e estudos, inclusive em cooperação técnica com outros órgãos do Município, no que tange às funções de fiscalização desta Comissão;

VIII - elaborar minutas de pareceres/relatórios, sob orientação dos Relatores, no que tange à prestação de contas;

IX - estudar, propor e auxiliar na implantação de medidas destinadas à melhoria da sistemática orçamentária nos órgãos administrativos da Câmara Municipal de São Paulo;

X - elaborar a proposta orçamentária anual da Câmara Municipal de São Paulo em colaboração com a Secretaria de Contabilidade, Materiais e Gestão de Contratos e a Equipe de Planejamento;

XI - avaliar e opinar, quanto ao mérito, sobre propostas relativas a despesas da Câmara, desde que a Secretaria Geral Administrativa considere esse exame necessário;

XI - planejar anualmente suas atividades, com respectivo plano de metas, e emitir relatório anual de atividades desenvolvidas e metas alcançadas;

XII - dar cumprimento a outras atribuições atinentes a sua área de competência, que lhe venham a ser determinadas pela Mesa.

Após mais um ano de atividades, esta Consultoria Técnica, procurando exercer suas funções ao nível de excelência, apresenta, no segundo número da Revista CTEO, a produção de artigos publicados nos Boletins “Indicador Paulistano” e “Indicador Metropolitano”, além de texto inédito sobre demografia.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer à egrégia Mesa Diretora, assim como a todos os Senhores Vereadores, o apoio e o estímulo aos trabalhos deste Departamento.

Coletânea de Estudos

1. Demografia e Previdência: O caso do município de São Paulo

Autores: Adriano Nunes Borges¹, Gilberto Rodrigues Hashimoto²
Maira Naiade da Silva³, Sidney Richard Sylvestre⁴

Resumo

O presente artigo discute questões demográficas e previdenciárias, com ênfase em como as mesmas colocam restrições e definem a situação fiscal do Município de São Paulo para as próximas décadas.

Palavras-Chave: Demografia. Previdência. Município de São Paulo.

1 Introdução

Este estudo trata da questão previdenciária à luz das tendências demográficas recentes, avaliando seus reflexos sobre as finanças do Município. No texto que se segue, são discutidos os efeitos das mudanças demográficas recentes sobre a seguridade social, passando-se, em seguida, a uma avaliação da questão previdenciária no Município de São Paulo, com uma breve apresentação da história da previdência municipal, seguida de uma discussão da última avaliação atuarial realizada a respeito do sistema de previdência pública de São Paulo.

2 O quadro geral do governo

O governo existe para cumprir suas funções constitucionais e legais. Para realizar sua missão (prover bens e serviços conforme as normas), deve arrecadar os recursos necessários da sociedade. Nessa ação, contudo, há uma restrição fundamental.

A restrição orçamentária do governo pode ser assim definida⁵:

$$\int_{t=0}^{\infty} e^{-R(t)} [T(t) - G(t)] dt \geq D(0),$$

sendo R a taxa de juros, T a receita não financeira do governo, G os gastos governamentais não financeiros e D(0) o montante da dívida pública no momento inicial.

1 Economista formado pela UFPE, Mestre em Economia pelo IPE-USP, Consultor Técnico Legislativo da CMSP.

2 Economista formado pela FEA-USP, Mestre em Administração Pública e Governo pela FGV-SP, Consultor Técnico Legislativo da CMSP.

3 Bacharelanda em Economia pela FMU, Estagiária de Economia na CMSP.

4 Economista formado pela FEA-USP, Consultor Técnico Legislativo da CMSP.

5 Romer, D. **Advanced Macroeconomics**. p. 587.

A expressão $[T(t) - G(t)]$ representa o superávit primário, ou seja, a diferença entre receitas não financeiras governamentais (aquelas não relacionadas com dívida) e despesas não financeiras governamentais. Vale dizer, o governo deve obter, entre o “Gênesis” e o “Apocalipse” — ou seja, entre os valores zero e infinito para o tempo (t) —, superávits primários amplos o suficiente para, em valor presente, igualar ou superar a dívida governamental inicial.

A análise leva em consideração que a atividade governamental é perpétua. A restrição exige, portanto, que a arrecadação supere as despesas, para solvência do governo. Ao longo do tempo, a restrição deve prevalecer: o governo, de forma consistente, gastará menos do que sua arrecadação, descontados os itens de receita e despesa relacionados com dívida. As consequências da não manutenção da condição de superávit podem ser *default* (insolvência) ou então, via processo inflacionário, redução do valor da dívida.

Dentre os fatores que, a longo prazo, determinam a arrecadação T estão:

- o crescimento da economia, impulsionado principalmente pela educação e pela inovação, em especial na área tecnológica, que alavancam a produtividade;
- a capacidade política de impor tributos em nível suficiente.

Já quanto aos gastos governamentais G, dentre as causas determinantes podem ser citadas:

- as necessidades consideradas como demandas a serem atendidas (nas áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, habitação, saneamento, transporte, etc.); este tópico relaciona-se diretamente com a orçamentação;
- o gerenciamento das ações públicas, elevando a produtividade da máquina administrativa, com ganhos em eficiência, eficácia e efetividade.

Dentre os gastos que têm repercussão a longo prazo destacam-se os relativos à seguridade social. Este texto adota a definição de seguridade social presente em Beltrão, Oliveira e Guerra Ferreira (1997)⁶, para quem “a seguridade social pode ser definida como o conjunto de políticas e ações articuladas com o objetivo de amparar o indivíduo e/ou seu grupo familiar ante os eventos decorrentes de morte, doença, invalidez, idade, desemprego e incapacidade econômica em geral⁷”. A previdência social ou seguro social é um dos componentes da seguridade social, e pode ser definida como “um programa de pagamentos em dinheiro e/ou serviços feitos/prestados ao indivíduo ou a seus dependentes, como compensação parcial/total da perda de capacidade laborativa, geralmente mediante um vínculo contributivo. A clientela é usualmente restrita

⁶ Beltrão, K.; Oliveira, F.; Guerra Ferreira, M. “Reforma da Previdência”. Texto para Discussão, IPEA, nº 508, 1997.

⁷ Beltrão et alli, op. cit., pg. 4.

aos 'segurados' e os benefícios guardam alguma proporcionalidade com as contribuições⁸". Os outros componentes da seguridade social seriam a saúde ("conjunto de políticas e ações de natureza médica, sanitária, nutricional, educacional e ambiental, que visa à prevenção e à cura dos agravos ao bem-estar físico e mental do indivíduo, de seus dependentes, bem como da comunidade em geral⁹") e a assistência social ("programas de pagamentos em dinheiro, distribuição de bens in natura e de prestação de serviços, dirigidos a uma clientela de caráter residual cujo único critério seja a necessidade, sem que estes necessariamente incluam o vínculo contributivo¹⁰").

O conceito de previdência social admite um detalhamento maior. Pode-se subdividir a previdência social em previdência social básica, que seria o conjunto de benefícios em dinheiro e demais programas que assegurariam a seus beneficiários as condições indispensáveis de manutenção (a definição de quais são essas condições sendo, obviamente, uma decisão social, e não um dado da natureza), e previdência complementar, que teria a função de complementar os benefícios do sistema básico. A previdência complementar, por sua vez, pode ser dividida em previdência complementar aberta, em que qualquer um pode aderir ao plano e aportar contribuições regulares, fazendo jus a um benefício futuro; e previdência complementar fechada, em que apenas membros de grupos restritos (por exemplo, funcionários de uma determinada empresa) podem participar. Além disso, deve-se registrar que um sistema previdenciário tem dois regimes básicos de operação: o de repartição simples ("pay-as-you-go"), onde, em qualquer momento no tempo, as contribuições recolhidas pelos trabalhadores na ativa são utilizadas para pagar as aposentadorias dos inativos; e o regime de capitalização ("fully funded"), onde cada trabalhador financia, através da capitalização de suas contribuições feitas durante seu período na ativa, a sua própria aposentadoria¹¹. O modo de financiar o sistema previdenciário tem implicações importantes tanto para os efeitos econômicos do programa como para sua sustentabilidade.

8 Beltrão et alli, op. cit., pg. 4.

9 Beltrão et alli, op. cit., pg. 5.

10 Beltrão et alli, op. cit., pg. 5.

11 Os regimes existentes no mundo real misturam esses dois "tipos ideais". Segundo Beltrão et alli, op. cit., a maioria dos países ocidentais adota o regime de repartição, mas tem uma reserva capitalizada para eventuais problemas futuros no sistema. É comum, também, a fixação de um teto de benefícios no sistema estatal, abrindo espaço para fundos de pensão privados operando sob o regime de capitalização. Já o sistema de capitalização individual como regime básico foi adotado apenas no Chile e em alguns países da América Latina que seguiram sua iniciativa. O Chile, embora siga o regime de capitalização, tem um benefício mínimo oferecido pelo Estado a quem não conseguir acumular um montante mínimo no momento da aposentadoria.

3 Demografia no Brasil

O quadro demográfico brasileiro atual é o de janela de oportunidade demográfica.

A taxa de fertilidade (estimativa do número médio de filhos que uma mulher teria até o fim de seu período reprodutivo, mantidas constantes as taxas observadas numa data específica) é da mais alta importância nesse contexto, sendo variável fundamental para definir a evolução futura da população de um território. A taxa de reposição é a taxa de fertilidade necessária para manutenção da população, devendo ser pouco superior a 2; abaixo dela, em algum momento futuro o tamanho da população irá estabilizar e, então, começará a diminuir. A redução da taxa de fertilidade, combinada com um aumento na expectativa de vida, implica em envelhecimento da população.

O “bônus demográfico” ou “dividendo demográfico” é um fenômeno resultante desse quadro; estudo de Lee e Mason¹² mostra que os países industrializados praticamente concluíram o que é chamado de “transição demográfica”, a transição de uma sociedade predominantemente rural e agrária, com alta fertilidade e mortalidade, para uma sociedade predominantemente urbana e industrial, com baixa fertilidade e mortalidade. Na fase inicial, a força de trabalho cresce mais rapidamente do que a população dependente dela, permitindo que recursos sejam liberados para investimentos no desenvolvimento econômico. Um segundo dividendo também seria possível, com a população mais idosa e com maior expectativa de vida podendo acumular bens. Esse mesmo estudo alerta que tais resultados não são automáticos, mas dependem da implementação de políticas eficazes.

O Brasil está nessa “janela de oportunidade”¹³, mas sua duração, à luz das mudanças profundas que vêm ocorrendo na taxa de fertilidade, é discutível. Nesse sentido, recente estudo (IPEA)¹⁴ mostra, com base na PNAD 2011, que a taxa de fertilidade, comparando os dados dessa pesquisa com o Censo 2010, teria se reduzido ainda mais (o quadro pondera a população 2010 com a taxa de 2011, tendo em vista que a taxa do Brasil não é apresentada no estudo):

12 LEE, R.; MASON, A. **What is Demographic Dividend?**.

13 ALVES, J. E. D. **O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil**. p. 6.

14 Comunicado IPEA 157.

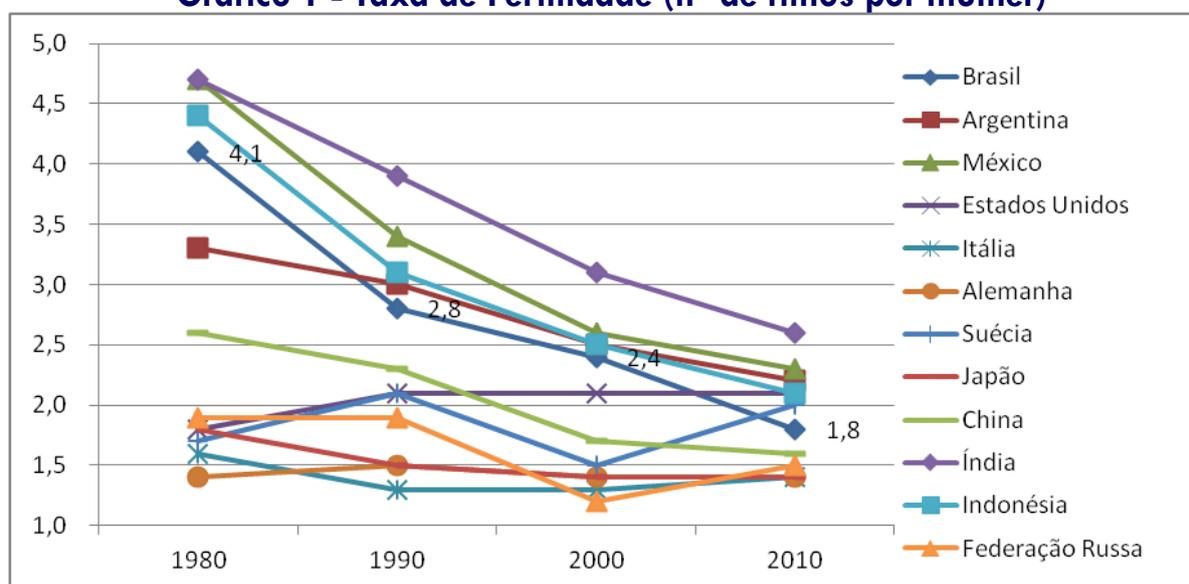
Tabela 1 – Mulheres em idade fértil - 15 a 49 anos

	2010	Taxa de fertilidade (2011)
Norte	4.343.764	2,0
Nordeste	14.895.543	1,8
Sudeste	22.718.898	1,6
Sul	7.611.903	1,7
Centro - Oeste	4.099.181	1,8
Brasil	53.671.299	1,7

Fonte dos dados básicos: IBGE¹⁵ e Comunicado IPEA 157. Elaboração dos autores

O gráfico 1 a seguir apresenta, para alguns países selecionados, a situação dessa taxa em 1980, 1990, 2000 e 2011:

Gráfico 1 - Taxa de Fertilidade (nº de filhos por mulher)



Fonte: The World Bank¹⁶. Elaboração dos autores.

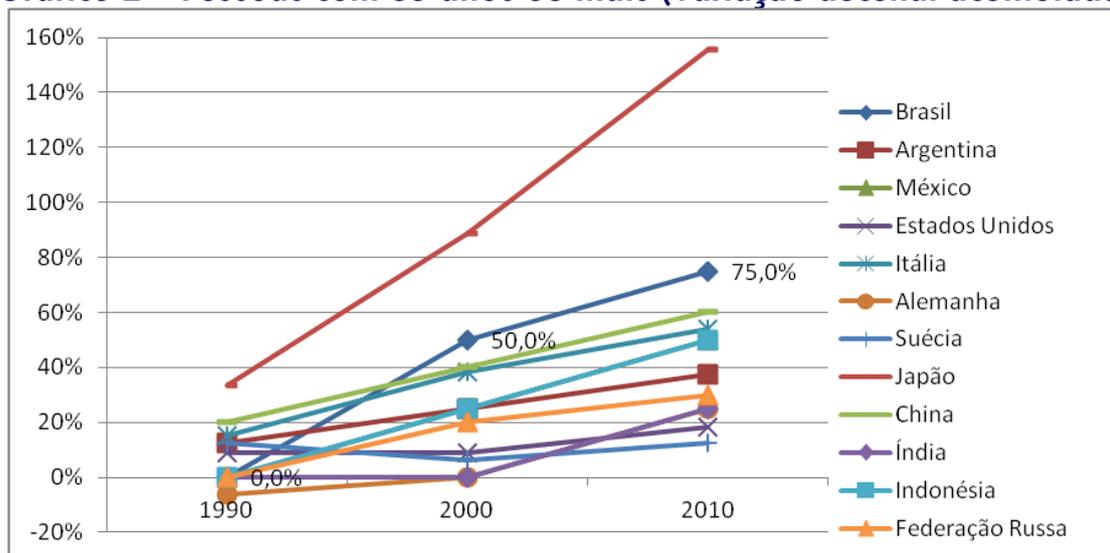
Para os municípios, com obrigação no ensino infantil e fundamental, as consequências de uma redução abrupta de demanda escolar têm diversas implicações, inclusive na questão de pessoal, com servidores estáveis e aposentadorias diferenciadas.

15 Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12&uf=00>>.

16 Disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador/SP.DYN.TFRT.IN>>.

Já o envelhecimento da população é apresentado no gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Pessoas com 65 anos ou mais (variação decenal acumulada)

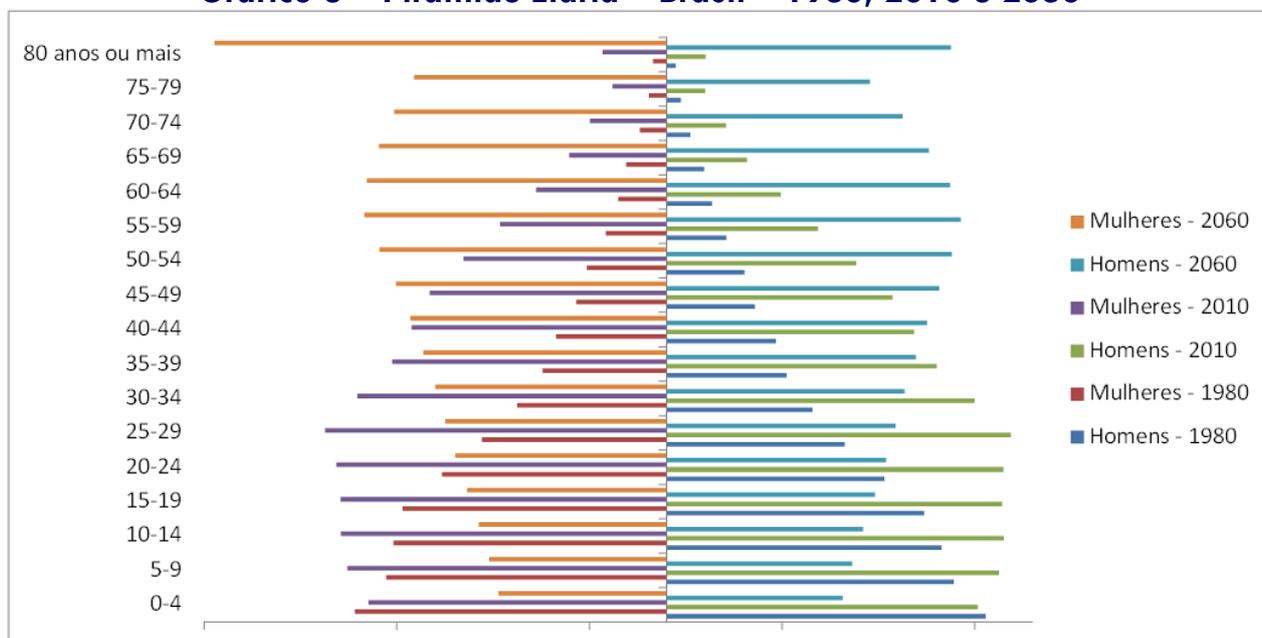


Fonte: The World Bank¹⁷. Elaboração dos autores.

Excluindo Japão (cuja população já está diminuindo¹⁸), o Brasil é do grupo, o país com maior variação acumulada de população com 65 anos ou mais no período. Os efeitos do envelhecimento da população nos sistemas de previdência e saúde são evidentes.

Reforçando o aumento da participação dos idosos na população, o gráfico 3 a seguir mostra a pirâmide populacional por sexo de 1980, 2010 e, com base em previsões do IBGE, a de 2060.

Gráfico 3 – Pirâmide Etária – Brasil – 1980, 2010 e 2060



Fonte: Fonte: IBGE¹⁹. Elaboração dos autores.

17 Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm> e <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/default.shtm>

18 Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Demographics_of_Japan>.

19 Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>

O destaque é que, em 2060, a previsão é que a maior faixa etária, no caso das mulheres, é a do grupo com 80 anos ou mais (aproximadamente 11,7 milhões). Ainda com base nessa previsão, a parcela de população com 80 anos ou mais, que em 2010 era de 2,9 milhões de pessoas no Brasil (o equivalente a 24% da população de Irlanda e Suíça combinadas), em 2060 representariam 19,1 milhões, equivalentes a 135,6% da população desses dois países também naquele ano.

4 Previdência no Brasil – Quadro Histórico e Panorama Atual

A primeira lei a reger um sistema de previdência no Brasil foi a Lei Eloy Chaves, de 28-/01/1923, que tratava das empresas ferroviárias e suas “caixas de aposentadorias e pensões” (CAPs), que tinham o objetivo de apoiar os seus funcionários quando estes encerrassem sua vida profissional ativa. Seguindo-se a esta lei, outras caixas de aposentadorias e pensões foram criadas para atender a outras categorias profissionais (portuários; serviços telegráficos e radiotelegráficos; força, luz e bondes; demais serviços públicos) chegando a haver, em 1937, 183 delas.

As características do sistema à época eram: a vinculação dos funcionários se dava por empresa; havia um pequeno número de segurados; muitas instituições e, conseqüentemente, os valores envolvidos eram de pequena monta. Ao longo da década de 30, porém, a filiação passou a se dar por categoria profissional (comerciários, marítimos, bancários, etc.), tendo o Estado assumido a gestão das novas instituições, chamadas Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Os vários institutos tinham diferenças quanto à capacidade financeira, uma vez que a contribuição que os financiava era uma função do salário dos empregados (assim, as categorias mais numerosas ou mais bem remuneradas tinham sindicatos mais fortes). Houve tentativas de unificar as instituições previdenciárias existentes, com a criação do Instituto de Serviços Sociais do Brasil nos anos 1940, mas isso só veio a ocorrer em 1960, com a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).

20 Dados em <http://esa.un.org/unpd/ppp/Data-Output/UN_PPP2010_output-data.htm>.

21 Esta seção baseia-se em Giambiagi, F.; Além, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. p. 279-347.

Com a LOPS, as contribuições e os planos de previdência dos vários institutos foram uniformizados, e a cobertura previdenciária foi estendida aos empregadores e autônomos em geral, embora a efetivação das medidas tenha tido que aguardar a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966. O INPS foi instalado em 1967, unificando seis IAPs. Neste período (final dos anos 60 – primeira metade dos 70) houve a ampliação da cobertura previdenciária a novos grupos de trabalhadores (trabalhadores rurais, domésticos) e foram criados novos tipos de benefícios (seguro de acidentes de trabalho), num contexto onde a questão previdenciária não se destacava frente à questão trabalhista (uma mesma pasta ministerial cuidava dos dois assuntos), refletindo a própria situação institucional do país (havia muitos jovens e poucos aposentados, portanto, a previdência era estruturalmente superavitária).

Em 1974, foi criado o Ministério de Previdência e Assistência Social, com a responsabilidade de elaborar e executar as políticas de previdência e assistência médica e social, num contexto de aumento do número de beneficiários (reflexo do envelhecimento da população), início da preocupação com as consequências fiscais do sistema de seguridade social e aumento da importância desse conceito. Em 1977, o INPS foi desmembrado em três órgãos: INPS (a quem cabia pagar benefícios previdenciários e assistenciais); Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS, tinha a função de administrar e recolher os recursos do INPS) e Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS, que administrava o sistema de saúde). Para assistência social às populações carentes, surgiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Mais tarde, a LBA foi deslocada para a pasta de habitação e bem-estar social (1988), o INPS foi refundido com o IAPAS, mudando o nome para INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e o INAMPS foi absorvido pelo Ministério da Saúde (1990).

A próxima grande mudança na Previdência brasileira ocorreu com a Constituição de 1988 e as peças legais que detalhavam as suas disposições. Entre as medidas adotadas, chama-se a atenção para as seguintes:

a) definição do piso de um salário mínimo para todos os benefícios, acabando com a diferença entre o piso da população urbana e o da população rural (isso significou dobrar as despesas com benefícios rurais, que tinham em média o valor de meio salário mínimo);

b) correção de todos os salários de contribuição para cômputo do salário de benefício (reduziu a possibilidade de corrosão do valor real da aposentadoria através da inflação);

c) extensão da aposentadoria proporcional para as mulheres (aumentando a proporção de aposentadorias por tempo de serviço no total da despesa previdenciária);

d) redução em cinco anos da idade para a concessão da aposentadoria por velhice aos trabalhadores rurais (aumentando a despesa com inativos).

Em geral, houve uma ampliação de direitos (despesas do sistema de previdência) sem uma tentativa simultânea de aumento de receitas, resultando em desequilíbrio financeiro da previdência social. Como a previdência social financiava a saúde com a diferença entre as suas receitas e as suas despesas, isso provocou uma crise do sistema de saúde pública na primeira metade dos anos 90.

Registre-se também que, diante do quadro de aumento de despesas previdenciárias, os governos elevaram as alíquotas de contribuição ao longo do tempo (em novembro de 2011, era de 20% para o empregador e de 8% a 11% para o empregado no INSS, enquanto que, em 1934, era de 3% para ambos). Um efeito colateral da alíquota alta é a maior evasão no pagamento da contribuição, pois, quanto maior a alíquota, maior o incentivo à sonegação.

Depois da Constituição, verificou-se um aumento da despesa com benefícios do INSS, que subiu de 2,5% do PIB em 1988 para 7% do PIB em 2011. O déficit deste sistema tem magnitude próxima ao dos servidores, mas aquele vem aumentando enquanto este estabilizou. As causas deste comportamento são: baixo crescimento da economia, benevolência da legislação e aumento real do salário mínimo — que funciona como piso para o valor do benefício— desde 1994.

A Constituição de 1988 fixou, para os dois grandes regimes de previdência vigentes no Brasil (o Regime Geral da Previdência Social, que atende os trabalhadores do setor privado que se aposentam pelo INSS, e o regime dos servidores públicos federais, civis e militares) as seguintes características principais:

a) aposentadoria por idade: 65 (homens) e 60 anos (mulheres), com redução de 5 anos para os trabalhadores rurais;

b) aposentadoria por tempo de serviço (transformada mais tarde em por tempo de contribuição): 35 (homens) e 30 anos (mulher) de serviço, com redução de 5 anos para professores (poucos países além do Brasil têm este tipo de aposentadoria);

c) aposentadoria proporcional ao tempo de serviço: 30 e 25 anos de serviço para homens e mulheres, respectivamente.

O regime de previdência vigente no setor público tem alguns privilégios em relação ao do setor privado. São eles:

a) possibilidade de aumento de remuneração no momento da aposentadoria. Essa possibilidade foi eliminada recentemente, mas afeta o estoque de aposentadorias;

b) em alguns regimes diferenciados (militares, por exemplo), o valor presente de aposentadorias e pensões era sensivelmente maior que o das contribuições. Esses efeitos foram minimizados no governo de FHC;

c) possibilidade de aposentadoria com base no último salário sem exigência de carência longa (eliminada em 2003).

O sistema previdenciário passou por reformas nos governos FHC, Lula e Dilma. Segue-se um breve apanhado do conteúdo das reformas.

No governo FHC houve duas reformas. A primeira foi a Emenda Constitucional aprovada no final do primeiro governo, em 1988, cujos principais pontos foram: adoção de idade mínima de aposentadoria (60 e 55 anos) para os novos servidores públicos; criação de um acréscimo de 20% ao tempo necessário à aposentadoria do servidor que pretendesse se aposentar por tempo de contribuição (o “pedágio”); e a retirada da regra de cálculo da aposentadoria pelo INSS do texto constitucional, passando a mesma a ser definida por lei ordinária. A segunda reforma, no segundo governo, instituiu o “fator previdenciário”, pelo qual a aposentadoria por tempo de contribuição no INSS é igual ao produto da média dos 80% maiores salários de contribuição do indivíduo quando na ativa por um fator previdenciário inversamente proporcional à idade de aposentadoria e ao número de anos de contribuição.

A reforma do governo Lula, aprovada em 2003, tem como principais pontos: validade imediata da idade mínima de aposentadoria instituída pela Emenda Constitucional aprovada no governo FHC, para todos os servidores (originalmente, válida apenas para novos servidores); taxa-ção dos servidores públicos inativos em 11% da parcela do salário que excedesse o teto do INSS; redução do valor das pensões concedidas após a reforma que superassem o teto do INSS; aumento do teto do INSS para R\$ 2.400,00 (aumento de 30% sobre o teto anterior); regras mais restritivas para concessão de aposentadoria integral no setor público (entre elas, exigência de maior número de anos no cargo).

No ano passado, foi aprovada uma modificação importante no regime dos servidores públicos federais: a Lei Federal 12.618/2012²² instituiu o regime de previdência complementar, obrigatório para os novos servidores públicos federais e optativo para os antigos, fixando como teto das aposentadorias e pensões na previdência do setor público o mesmo teto do regime geral. Sob as regras instituídas pela lei, todos os servidores passam a recolher 11% % sobre a parcela da sua remuneração que não excede o teto e, caso desejem receber mais do que o teto ao se aposentar, terão de, além dos 11%, contribuir com um fundo de previdência (FUNPRESP, Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal; a lei criou três fundações, uma para cada poder, mas notícias na imprensa afirmavam que o Legislativo iria se integrar ao Executivo). A parcela do empregador (governo) será de 22% sobre a parcela que não excede o teto (dobrando a contribuição do funcionário) e de até 8,5% como contrapartida ao que o funcionário aportar para o fundo de previdência (mantendo a paridade de um real para cada real aportado pelo servidor).

Mesmo com as reformas acima elencadas, Giambiagi e Além identificam problemas nas regras de aposentadoria pré-Reforma de 2012:

- a) aposentadorias em idades precoces. Segundo os autores, chega a ser de 51 anos, em média, para mulheres;
- b) não há exigência de idade mínima para aposentadoria, ao contrário da maioria dos países;
- c) regras favoráveis a grupos sociais numerosos, contemplados com diferencial de 5 anos em relação aos demais (mulheres e aposentados rurais);

22 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12618.htm>.

d) exigência contributiva para aposentadoria por idade de apenas 15 anos, enquanto outros países exigem 25 ou 30 anos;

e) aumento real das aposentadorias de 2 entre 3 aposentados, devido ao piso previdenciário ser vinculado ao salário mínimo, que vem sofrendo expressivo aumento real. Nos outros países, os benefícios são corrigidos por índice de preço ao consumidor, sem aumento real.

5 O caso do Município de São Paulo

A Cidade de São Paulo, maior município brasileiro em população (11,3 milhões de habitantes, conforme Censo 2010), quinto maior orçamento público dentre os entes federativos (R\$ 42,0 bilhões em 2013), e gerando cerca de 10% do produto interno brasileiro, tem situações fiscal e previdenciária específicas. Contudo, deve ser ressaltado que, do ponto de vista de finanças públicas, todos os demais entes, em maior ou menor grau, compartilham da mesma situação: necessidade de elevação de arrecadação, ao longo do tempo, tendo em vista as obrigações de seguridade social, além da questão do ensino, que nos últimos anos tem tido melhoria apenas marginal na qualidade, e também enfrenta problemas de atendimento da demanda, em especial no que tange à educação infantil.

5.1 Finanças Públicas do Município de São Paulo

No caso da Cidade de São Paulo, dentre as condicionantes para a elevação da arrecadação podem ser mencionadas:

- com relação ao IPTU: problema político inerente a esse tributo;
- ISS: cidade torna-se cada vez mais um polo de serviços;
- transferências (pacto federativo): o efeito de reformas tributárias; no caso da denominada “guerra fiscal”, principalmente quanto ao ICMS, segundo item da receita.

Por outro lado, há despesas que, nas próximas décadas, pressionarão de forma cada vez mais significativa:

- área de ensino: pela aposentadoria especial de professores e atendimento integral da demanda;
- área de saúde: questão de quadro próprio e terceirização e envelhecimento da população;
- outras áreas de pessoal: dependente das políticas das gestões.

Por outro lado, a criação de fundo previdenciário para os novos servidores, se ocorrer nos mesmos moldes do fundo criado para os servidores federais, implicará redução da pressão fiscal (tanto pela redução do valor em relação ao qual se recolhem as contribuições, resultante da introdução de teto igual ao teto do INSS para a previdência básica, como pela introdução de regime de capitalização para a previdência complementar), mas que somente começará a ter efeito daqui a algumas décadas.

No tocante ao endividamento existente, há o fato de a maior parte da dívida pública estar consolidada em contrato com o governo federal cujas cláusulas determinam taxa de juros de 9% ao ano mais variação do IGP-DI. Como no máximo 13% da receita líquida real do Município podem ser destinados ao pagamento da dívida, o total pago não chega a cobrir o total de juros devidos, sendo portanto insuficiente para fazer a dívida diminuir. Como o contrato estipula que, a partir de 2030, o saldo será pago em 10 anos, segundo cálculos da Secretaria de Finanças do Município a prestação em 2030 significará 33% da receita²³.

Mantidas, portanto, as condições atuais desse contrato, em 2030 ter-se-á uma situação extrema: as despesas com educação, saúde, previdência, manutenção da cidade, etc., continuarão a existir, juntamente com a elevação súbita da prestação da dívida.

Mesmo com o equacionamento da dívida de outro modo antes de 2030, a pressão de despesas é clara. As próximas décadas serão marcadas pelo panorama demográfico a seguir delineado, conjuntamente com as perspectivas previdenciárias que o quadro atuarial também apresentará.

5.2 Situação previdenciária do Município de São Paulo - Quadro Histórico e Panorama Atual

O Município de São Paulo foi pioneiro na criação, em 1909, através da Lei 1.236, de um órgão de previdência, o à época chamado Montepio Municipal de São Paulo. O órgão atendia a apenas algumas categorias de servidores municipais e geria apenas pensões (diferentemente da legislação acima mencionada, referente a aposentadorias).

²³ Vídeo disponível em: <http://www.camara.sp.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=197>, (96 min). Acesso em: 15 out. 2012.

Em 1980, o órgão muda de nome e passa a se chamar Instituto de Previdência Municipal de São Paulo, com a sigla IPREM-SP. A Lei nº 10.828, de 4 de janeiro de 1990, adaptou o regime de concessão de benefícios previdenciários aos servidores municipais às disposições trazidas pela Constituição Federal de 1988. A partir da Lei 13.973, de 2005, o IPREM tornou-se o único órgão gestor da previdência municipal, englobando também as aposentadorias de todos os servidores titulares de cargos eletivos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Os parâmetros do regime são: contribuição dos servidores de 11% sobre o total dos seus vencimentos; contribuição dos aposentados e pensionistas de 11% sobre a parcela dos proventos de aposentadoria que exceder o teto dos benefícios do regime geral; contribuição do Município é o dobro da contribuição dos servidores ativos, e este é também responsável pela cobertura de insuficiências financeiras do regime próprio de previdência decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários²⁴.

Os valores apresentados para o IPREM na Proposta Orçamentária para 2014 permitem ter uma ideia das grandezas relativas à questão previdenciária no Município, e são expostos na tabela abaixo. O órgão tem um orçamento da ordem de R\$ 5 bilhões de reais, que serão gastos em sua quase totalidade no pagamento de aposentadorias (R\$ 4,9 bilhões). O financiamento desse gasto advirá das contribuições dos servidores ativos e inativos (contabilizadas na rubrica “Receitas de Contribuições”), no valor de aproximadamente R\$ 1 bilhão, e da contribuição patronal (contabilizada na rubrica “Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias”) em torno de R\$ 1,6 bilhão. Como esse montante é insuficiente para atingir os 5 bilhões de despesas do órgão, há um Déficit Orçamentário que é coberto pelo aporte do Tesouro Municipal, de aproximadamente R\$ 2,3 bilhão.

Tabela 2 – Proposta Orçamentária 2014 IPREM (em R\$)

RECEITAS CORRENTES	2.717.838.603	DESPESAS CORRENTES	5.012.384.046
Receitas de Contribuições	1.008.049.201	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	4.982.955.000
Receitas de Contribuições Intra-Orçamentárias	1.616.073.002		
RECEITAS DE CAPITAL	7.333.440	DESPESAS DE CAPITAL	5.633.440
Déficit Orçamentário	2.292.845.443		
TOTAL	5.018.017.486	TOTAL	5.018.017.486

Fonte: Proposta Orçamentária do Município de São Paulo 2014²⁵. Elaboração dos autores.

24 Maior detalhamento da legislação pertinente pode ser encontrado em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/iprem/legislacao/index.php?p=5224>>.

25 Disponível em <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2014/volume_V.pdf>.

5.3 - Avaliação Atuarial – Tendências Futuras para a Previdência Municipal

De acordo com o Art. 4º, §2º, inciso IV da Lei Complementar 101, de 04/05/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter uma avaliação da situação financeira e atuarial do regime de previdência próprio dos servidores públicos municipais. O estudo mais recente pode ser lido no texto da Lei nº 15.841, de 17 de julho de 2013, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014²⁶.

Esta seção pretende apresentar os principais resultados do estudo citado. O estudo atuarial utilizou um cadastro de funcionários correspondente ao mês de setembro/2012, submetido a testes de consistência e considerado válido para os cálculos atuariais. O estudo assume várias hipóteses sobre o comportamento futuro dos funcionários municipais, seus dependentes, e de variáveis, econômicas ou outras relacionadas à questão investigada, com o objetivo de traçar cenários sobre o comportamento futuro do sistema previdenciário. Segue-se a descrição de algumas dessas hipóteses.

Assume-se que todos os funcionários que estão em condições de se aposentar (os chamados “iminentes”) terão os seus benefícios concedidos em 2013. Todos os servidores optarão por receber a aposentadoria com proventos integrais, e assim cumprirão todas as condições necessárias para fazer jus ao direito. Haverá reposição imediata de falecidos, inválidos e aposentados com novos servidores, com a mesma idade e remuneração com que aqueles ingressaram no serviço público da PMSP. O período para o qual realizar-se-ão os cálculos será de 75 anos, equivalente a três gerações futuras de servidores. Os custos relativos aos benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Auxílio-Funeral e Salário Família não serão avaliados.

Com base nas tabelas atuariais escolhidas e nas hipóteses adotadas sobre o comportamento de variáveis necessárias ao exercício (taxa de juros; taxa de rotatividade, que mede a expectativa de desligamento ou desistência do plano de benefícios por parte do servidor; taxa de crescimento salarial; crescimento de benefícios, capacidade salarial ou de benefícios, ou poder de compra do salário ou benefício entre duas datas de reajuste; índice do plano, no caso, o INPC do IBGE) são obtidas estimativas de custo do sistema previdenciário para um período de tempo no futuro (até 2088), sob a hipótese de permanência das regras atuais. Ou seja, a cada ano,

26 Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/ldo/index.php?p=16413>>.

considera-se que os funcionários que cumprem os requisitos necessários se aposentam, sendo substituídos por novos funcionários. Alguns funcionários aposentados morrem, e alguns funcionários na ativa também morrem, deixando pensões. Alguns pensionistas também morrem, e alguns funcionários deixam o serviço público. Como resultado desses eventos, existe um volume de benefícios a ser pago a cada mês, durante o intervalo de tempo em que se fez o exercício, e, para cada ano, apresenta-se o valor presente do total anual deste volume de benefícios. Os resultados destes cálculos são mostrados resumidamente na tabela abaixo e discutidos a seguir:

Tabela 3 – Resumo dos Custos - Orçamentário Puro para Aposentadorias e Pensão por Morte (R\$ 1.000)

Ano	Custo Total dos Benefícios		Despesas Administrativas		Total	
2013	85,70%	4.573.257	0,72%	38.424	86,42%	4.611.680
2023	157,29%	8.252.066	0,72%	37.776	158,01%	8.289.842
2033	216,29%	11.143.145	0,72%	37,096	217,01%	11.180.241
2043	252,96%	12.837.653	0,72%	36.541	253,68%	12.874.194
2053	256,13%	13.050.200	0,72%	36.687	256,85%	13.086.886
2063	251,63%	12.836.944	0,72%	36.732	252,35%	12.873.676
Base: 1 - Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros						

Fonte: Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de São Paulo para 2014 – Anexo III.

A avaliação atuarial mostra que, para o exercício de 2013, o custo total dos benefícios mais as despesas administrativas chega a 86,42% da Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros, ou R\$ 4,6 bilhões de reais. Ao longo dos anos, este custo tende a crescer até chegar a 256,85% da Folha, ou R\$ 13 bilhões de reais em 2053, caindo a partir daí.

Para cobrir este custo, existem as receitas do regime de previdência — contribuições do ente (22% sobre a folha de servidores ativos), dos servidores ativos (11% sobre o salário) e dos servidores inativos e pensionistas (11% sobre a parcela de sua remuneração que está acima do teto do Regime Geral de Previdência Social) —, que totalizam algo em torno de 33% da folha, ou seja, são claramente insuficientes para cobrir todos os custos. Daí a necessidade de aportes do Tesouro para cobrir a diferença entre as receitas e as despesas do Regime de Previdência.

Com cálculos simples, verifica-se a necessidade de aportes do Tesouro em torno de 49,56% da Folha dos Ativos Atuais e Ativos Futuros em 2013 (86,42% menos 36,86%, sendo o percentual de 86,42% o total de custo do plano em relação à mesma Folha em 2013 e o percentual de 36,86% composto de 14,86% como contribuição dos servidores e 22% como contribuição do ente), chegando a 218,29% (256,85% - 38,56%), ou aproximadamente R\$ 11,1 bilhões de reais para 2053.

Ou seja, dadas as hipóteses do parecer atuarial solicitado pelo IPREM e na ausência de alterações no Regime de Previdência, o Município chegará, em 40 anos, a comprometer o equivalente a R\$ 11,1 bilhões de reais do Tesouro, em dinheiro de hoje, além dos 22% (R\$ 1,1 bilhão) já necessariamente comprometidos, por se tratar da contribuição do empregador no Regime de Previdência. Para se ter uma ideia da dimensão dos valores envolvidos, R\$ 11,1 bilhões, no orçamento de 2013, representa mais do que a soma dos recursos direcionados às Secretarias Municipais de Habitação (R\$ 1,1 bilhão), Educação (R\$ 7,9 bilhões) e Transportes (R\$ 1,8 bilhão).

6 Conclusão

A questão previdenciária, umbilicalmente ligada à demografia, merece, cada vez mais, atenção por parte dos planejadores, tanto públicos como privados. A pressão decorrente do pagamento de aposentadorias e pensões, aliada à queda de taxa de fertilidade, por um lado, e à elevação da expectativa de vida, por outro, implicará em que os escassos recursos públicos deverão ser encaminhados, de forma progressiva e crescente pelas próximas décadas, para atendimento dessas demandas. Já a “janela demográfica” pela qual passa o Brasil pode não estar sendo devidamente aproveitada, principalmente pela questão educacional, que está diretamente relacionada com avanços tecnológicos, com ambiente de inovação e com aumento geral de produtividade, ajudando no crescimento da economia de forma a contrabalançar a pressão previdenciária. As consequências desse quadro não podem ser menosprezadas.

Abstract

This study addresses the issue of social security in the light of recent demographic trends, evaluating its impact on the finances of São Paulo City. We deal with the effects of recent demographic changes on social security, making an assessment of the social security issue in São Paulo City, with a brief presentation of the history of municipal pension plans, followed by a discussion of the latest actuarial valuation performed about the public pension system of the city.

Keywords: Demography. Social Security. São Paulo City.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. E. D. **O Bônus Demográfico e o Crescimento Econômico no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alves.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2013.

BELTRÃO, K.; OLIVEIRA, F.; GUERRA, M. F. **Reforma da Previdência**. Texto para Discussão. IPEA, nº 508, 1997.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **A Crise da Previdência Social**. In *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.279-347.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. COMUNICADO IPEA Nº 157. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011**. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/comunicado/121011_comunicadoipea157.pdf>. Acesso em: 16.out. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – CENSO 2010. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12&uf=00>>. Acesso em: 11 out. 2013.

_____. **Projeções de População**. Disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm> <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 11 nov. 2013.

ONU. **Probabilistic Population Projections based on the 2010 Revision of the World Population Prospects**. Disponível em: <http://esa.un.org/unpd/ppp/Data-Output/UN_PPP2010_output-data.htm> Acesso em: 02 dez. 2013

_____. **Legislação Previdenciária Municipal**. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/iprem/legislacao/index.php?p=5224>>. Acesso em: 16 out. 2013.

LEE, R.; MASON, A. **What is the Demographic Dividend?**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/09/basics.htm>>. Acesso em: 16 out. 2013.

ROMER, D. **Advanced Macro economics**. 4. ed. New York: McGraw-Hill, 2012.

_____. Lei nº 15.841, de 17 de julho de 2013. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/planejamento/lido/index.php?p=16413>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura de São Paulo. **Proposta Orçamentária do Município de São Paulo 2014**. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orc_orc_proposta_2014.php>. Acesso em: 03 dez. 2013.

THE WORLD BANK. **Fertility rate, total (births per woman)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.TFRT.IN>>. Acesso em: 19 out. 2013.

_____. **Population ages 65 and above (% of total)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.65UP.TO.ZS/countries>>. Acesso em: 19 out. 2013.

WIKIPEDIA. **Demographics of Japan**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Demographics_of_Japan>. Acesso em: 16 out. 2013.

2. Orçamento Municipal - 2013¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

No último dia 18 de dezembro, a Câmara Municipal de São Paulo - CMSP aprovou, em definitivo, o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2013.

A partir do recebimento da proposta orçamentária em 30/setembro, a Comissão de Finanças e Orçamento da CMSP iniciou a análise e a discussão do projeto. Contando com a participação da sociedade civil organizada e a população, foram realizadas 2 audiências gerais.

Durante a tramitação do projeto da lei orçamentária não houve alteração nos itens de receita propostos pelo Executivo. O orçamento aprovado para o exercício de 2013 estima uma receita total de R\$ 42,041 bilhões, conforme a Tabela 4.1 aponta.

Tabela 4.1 - Receita Consolidada - PMSP e Adm. Indireta - em R\$

	LOA 2013
Rec. Correntes	35.629.840.251
IPTU	5.323.726.736
ITBI	1.298.667.094
ISS	9.704.563.939
ICMS	6.661.385.968
Demais Rec. Correntes	12.641.496.514
(-) Deduções da Rec. Correntes	(1.819.786.190)
Rec. Correntes menos Deduções	33.810.054.061
Rec. Capital	5.377.308.206
Alienação de Bens	2.552.126.265
Demais Rec. Capital	2.825.181.941
Total Receitas Adm. Direta	39.187.362.267
Rec. Adm. Indireta	2.854.425.766
Total Consolidado	42.041.788.033

A despesa da Administração Direta (PMSP) foi fixada em R\$ 34,4 bilhões, e da Administração Indireta, em R\$ 7,6 bilhões, totalizando uma despesa consolidada de R\$ 42 bilhões.

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 31 - janeiro/2013.

Conforme a Tabela 4.2 mostra, os Investimentos foram o grupo da despesa que apresentou maior elevação, na comparação com a proposta original, R\$ 123,2 milhões, ou seja, 2%.

Tabela 4.2 - Comparativo da Despesa por Grupo - Proposta e Orçamento Aprovado - em R\$

Grupo da Despesa	Proposta Executivo 2013	Alterações	Projeto Aprovado 2013	Var %
Despesas Correntes	26.617.596.192	-127.848.163	26.489.748.029	-0,5%
Pessoal e Encargos Sociais	9.714.144.335	402.000	9.714.546.335	0,0%
Juros e Encargos da Dívida	2.988.093.998	0	2.988.093.998	0,0%
Outras Despesas Correntes	13.915.357.859	-128.250.163	13.787.107.696	-0,9%
Despesas de Capital	7.803.876.471	123.199.322	7.927.075.793	1,6%
Investimentos	6.118.655.173	123.199.322	6.241.854.495	2,0%
Inversões Financeiras	460.240.000	0	460.240.000	0,0%
Amortização da Dívida	1.224.981.298	0	1.224.981.298	0,0%
Reserva de Contingência	1.000.000	0	1.000.000	0,0%
Total - PMSP - Adm. Direta (A)	34.422.472.663	-4.648.841	34.417.823.822	0,0%
Administração Indireta (B)	7.619.315.370	4.648.841	7.623.964.211	0,1%
Total Consolidado (A+B)	42.041.788.033	0	42.041.788.033	0,0%

A Tabela 4.3 detalha por órgão da Administração os valores da proposta do Executivo e valores do orçamento aprovado pela CMSP.

Tabela 4.3 - Comparativo da Despesa por Órgão da Administração - Proposta e Orçamento Aprovado - em R\$

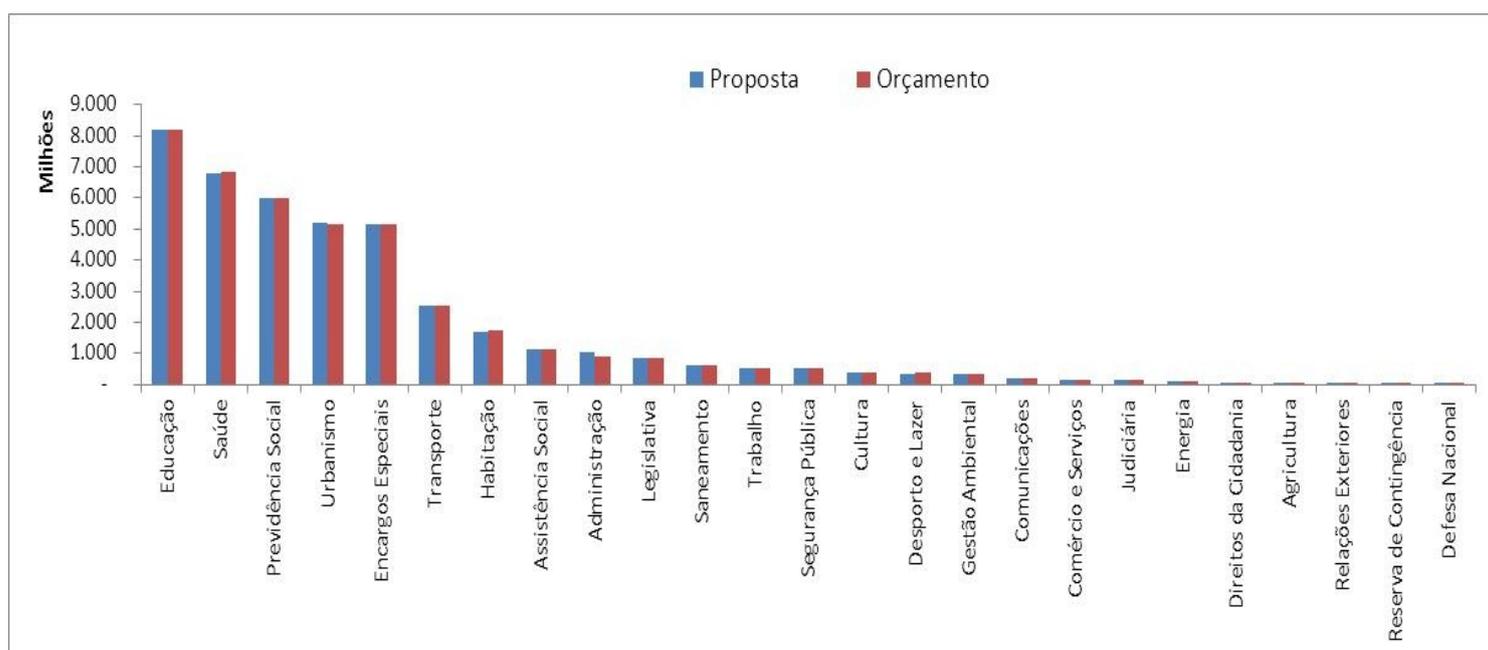
Órgãos	Proposta Executivo 2013	Alterações	Projeto Aprovado 2013
Adm. Direta (A)	34.422.472.663	-4.648.841	34.417.823.822
09 Câmara Municipal de São Paulo	585.507.355	0	585.507.355
10 Tribunal de Contas	255.570.000	0	255.570.000
11 Secretaria do Governo Municipal	478.606.765	7.353.000	485.959.765
12 Secretaria Mun de Coordenação das Sub-prefeituras	704.964.329	17.445.000	722.409.329
13 Secretaria Mun de Planejamento, Orçamento e Gestão	352.055.533	-162.998.000	189.057.533
14 Secretaria Municipal de Habitação	1.075.936.974	10.071.000	1.086.007.974
16 Secretaria Municipal de Educação	7.907.003.075	7.453.000	7.914.456.075

Órgãos	Proposta Executiva 2013	Alterações	Projeto Aprovado 2013
17 Secretaria Municipal de Finanças	536.497.298	0	536.497.298
18 Secretaria Mun da Saúde/Fundo Municipal de Saúde	48.000.000	0	48.000.000
19 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	265.973.702	34.256.000	300.229.702
20 Secretaria Municipal de Transportes	1.498.892.732	1.407.000	1.500.299.732
21 Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	156.775.376	1.000	156.776.376
22 Secretaria Mun de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.634.962.348	117.225.377	1.752.187.725
23 Secretaria Municipal de Serviços	26.164.708	300.000	26.464.708
24 Secretaria Mun de Assistência e Desenvolvimento Social	337.678.633	101.000	337.779.633
25 Secretaria Municipal de Cultura	270.797.826	15.004.000	285.801.826
27 Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	229.533.329	4.852.000	234.385.329
28 Encargos Gerais do Município	7.690.885.088	-193.016.678	7.497.868.410
30 Secretaria Mun de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho	100.395.215	5.577.000	105.972.215
31 Secretaria Municipal de Relações Internacionais	8.686.558	0	8.686.558
32 Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	3.138.556	0	3.138.556
34 Secretaria Municipal de Participação e Parceria	98.753.618	5.421.000	104.174.618
36 Secretaria Mun da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	12.829.672	102.000	12.931.672
37 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	124.721.840	600.000	125.321.840
38 Secretaria Municipal de Segurança Urbana	330.204.214	3.402.000	333.606.214
41 Subprefeitura Perus	20.646.145	5.500.000	26.146.145
42 Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	28.203.067	2.339.000	30.542.067
43 Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	27.467.488	720.000	28.187.488
44 Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	21.275.738	355.000	21.630.738
45 Subprefeitura Santana/Tucuruvi	28.360.113	2.630.000	30.990.113
46 Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	25.006.880	343.000	25.349.880
47 Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	26.483.795	2.120.000	28.603.795
48 Subprefeitura Lapa	29.747.369	532.000	30.279.369
49 Subprefeitura Sé	54.050.622	1.525.000	55.575.622
50 Subprefeitura Butantã	34.797.015	4.152.000	38.949.015
51 Subprefeitura Pinheiros	32.659.875	806.000	33.465.875
52 Subprefeitura Vila Mariana	30.128.889	225.000	30.353.889
53 Subprefeitura Ipiranga	34.608.178	850.000	35.458.178
54 Subprefeitura Santo Amaro	30.955.482	700.000	31.655.482
55 Subprefeitura Jabaquara	24.604.571	1.200.000	25.804.571
56 Subprefeitura Cidade Ademar	23.113.820	760.000	23.873.820
57 Subprefeitura Campo Limpo	35.382.444	8.090.000	43.472.444
58 Subprefeitura M'Boi Mirim	32.638.295	28.165.000	60.803.295
59 Subprefeitura Capela do Socorro	30.778.054	4.667.000	35.445.054
60 Subprefeitura Parelheiros	19.416.372	2.565.000	21.981.372
61 Subprefeitura Penha	37.552.932	581.000	38.133.932
62 Subprefeitura Ermelino Matarazzo	22.642.452	1.476.000	24.118.452
63 Subprefeitura São Miguel	37.635.442	1.846.000	39.481.442
64 Subprefeitura Itaim Paulista	28.400.502	3.420.000	31.820.502
65 Subprefeitura Moóca	33.799.183	381.000	34.180.183

Órgãos	Proposta Executiva 2013	Alterações	Projeto Aprovado 2013
66 Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	32.305.745	416.000	32.721.745
67 Subprefeitura Itaquera	34.580.632	2.323.000	36.903.632
68 Subprefeitura Guaianases	29.716.598	600.000	30.316.598
69 Subprefeitura Vila Prudente/Sapopemba	31.497.372	1.939.000	33.436.372
70 Subprefeitura São Mateus	47.881.484	2.837.000	50.718.484
71 Subprefeitura Cidade Tiradentes	20.357.503	1.212.000	21.569.503
84 Fundo Municipal de Saúde	5.630.655.975	26.472.000	5.657.127.975
86 Fundo Mun de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	624.949.125	0	624.949.125
87 Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.016.542.780	1.363.460	1.017.906.240
88 Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	1.709.300	0	1.709.300
89 Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.279.356	50.000	3.329.356
90 Fundo Mun dos Direitos da Criança e do Adolescente	130.407.193	0	130.407.193
93 Fundo Municipal de Assistência Social	795.072.181	1.437.000	796.509.181
94 Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	82.148.571	0	82.148.571
95 Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	7.830.000	5.000.000	12.830.000
96 Fundo Municipal de Turismo	480.000	120.000	600.000
97 Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.143.455	1.000	2.144.455
98 Fundo de Desenvolvimento Urbano	160.000.000	0	160.000.000
99 Fundo Municipal de Iluminação Pública Reserva de Contingência	1.000.000	0	1.000.000
Adm Indireta (B)	7.619.315.370	4.648.841	7.623.964.211
01 Autarquia Hospitalar Municipal	852.473.418	2.131.000	854.604.418
02 Hospital do Servidor Público Municipal	255.729.975	2.100.000	257.829.975
03 Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	4.166.096.014	193.096.678	4.359.192.692
04 Serviço Funerário do Município de São Paulo	125.960.000	250.000	126.210.000
80 Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.119.391	0	9.119.391
81 Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/Fundo Munic.de Limpeza Urbana	1.885.920.491	-192.929.837	1.692.990.654
83 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	143.854.006	0	143.854.006
91 Fundo Municipal de Habitação	115.897.532	1.000	115.898.532
85 Fundação Theatro Municipal de São Paulo	64.264.543	0	64.264.543
Total Consolidado (A+B)	42.041.788.033	0	42.041.788.033

O Gráfico 4.1 apresenta, comparativamente, os valores da proposta do Executivo e do orçamento 2013 aprovado na CMSP por função da despesa.

Gráfico 4.1 - Comparativo de Proposta Original e Projeto Aprovado 2013 por Função



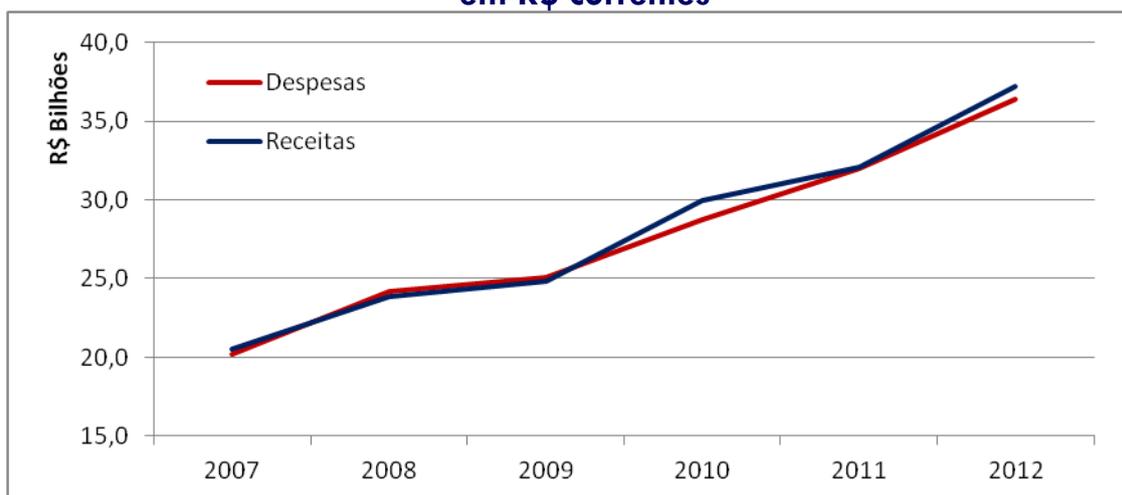
3. Execução Orçamentária 2012¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

No exercício de 2012, a execução orçamentária consolidada (administração direta e indireta) totalizou R\$ 36,4 bilhões (valores empenhados), representado um crescimento nominal de 13,8% em relação à execução do ano anterior. No orçamento aprovado pela CMSP para o ano de 2012, o valor previsto era de R\$ 38,7 bilhões; no entanto, ao longo do exercício, conforme autorização constante na lei orçamentária, este valor foi suplementado para R\$ 39,6 bilhões, por meio da utilização de R\$ 914,2 milhões de recursos do superávit financeiro (diferença entre o ativo e passivo financeiro apurados no balanço patrimonial) do exercício anterior.

O Gráfico 4.1 ilustra a evolução da execução orçamentária do município desde 2007, ano em que houve a consolidação (adm. direta e indireta) do orçamento.

Tabela 4.1 - Evolução das Receitas e Despesas Orçamentárias - 2007 a 2012 em R\$ correntes



Fontes: Balanços Anuais da PMSP e SOF

A execução orçamentária, em 2012, registrou um superávit orçamentário (diferença entre receita e despesa orçamentária) consolidado de R\$ 758,8 milhões, sendo que a administração direta (PMSP, CMSP e TCMSP) obteve um superávit orçamentário de R\$ 3,5 bilhões e a administração indireta apresentou um déficit de R\$ 2,7 bilhões.

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 32 - fevereiro/2013.

As tabelas a seguir apresentam os valores de alguns dos principais itens da receita e despesa municipais:

Tabela 4.1 - Comparativo da Despesa e Receita - Execução Orçamentária 2011 e 2012 - em milhões de R\$ correntes

Descrição	Orçado 2011 (R\$ milhões)	Empenhado 2011 (R\$ milhões)	Orçado 2012 (R\$ milhões)	Empenhado 2012 (R\$ milhões)	Var % Emp. 2012/ 2011
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Receitas Correntes	31.067,29	30.648,10	33.748,38	33.626,18	9,7%
IPTU	4.542,69	4.531,67	4.963,85	5.037,42	11,2%
ISS	7.863,73	8.147,93	9.112,57	9.830,33	20,6%
ITBI	1.076,61	1.126,51	1.252,89	1.198,39	6,4%
IR	975,93	1.005,29	1.100,01	1.138,94	13,3%
ICMS	5.936,22	5.815,90	6.672,49	6.152,99	5,8%
IPVA	1.900,95	1.863,24	1.903,84	1.982,47	6,4%
<i>Total dos itens detalhados acima</i>	22.296,12	22.490,55	25.005,64	25.340,53	12,7%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.375,97	1.072,19	1.397,10	1.195,30	11,5%
FUNDEB (bruto)	2.777,28	2.620,22	2.946,48	2.642,11	0,8%
Receitas de Valores Mobiliários (aplicações)	649,96	628,60	460,56	560,33	-10,9%
Multas de Trânsito	638,99	748,20	832,36	828,14	10,7%
Demais Receitas Correntes	25.625,10	3.088,35	19.535,57	3.061,38	-0,9%
(-) deduções da Rec. Corrente	1.609,78	1.620,27	1.724,72	1.717,87	6,0%
Receitas Correntes - deduções (A)	29.457,51	29.027,84	32.023,66	31.908,31	9,9%
Receitas de Capital (B)	3.802,88	928,31	4.195,40	2.784,20	199%
Operações de Crédito	107,30	28,77	109,06	94,80	229%
Transferências	1.466,62	449,13	1.579,84	487,62	8,6%
02 - União	677,93	53,50	565,79	56,10	4,8%
03 - Estado	737,07	391,09	1.012,76	0,00	
Demais Receitas de Capital	2.228,96	450,40	2.506,50	2.201,79	388%
Cessão de Direitos Creditó- rios - PPI	0,00	0,00	500,00	0,00	
Cessão de Direitos Creditó- rios - FMSAI	0,00	0,00	300,00	0,00	
Operações Urbanas	1.185,86	18,60	803,32	1.869,64	9950%
Total da Receita da Adm. Direta	33.260,39	29.956,15	36.219,06	34.692,51	15,8%

Descrição	Orçado 2011 (R\$ milhões)	Empenhado 2011 (R\$ milhões)	Orçado 2012 (R\$ milhões)	Empenhado 2012 (R\$ milhões)	Var % Emp. 2012/
ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
Despesas Correntes - Total (C)	23.896,86	23.103,00	25.574,67	25.959,23	12,4%
Despesas Correntes - Fonte 00	17.954,99	17.675,63	19.339,82	20.172,15	14,1%
Despesas Correntes - Outras Fontes	5.941,87	5.427,37	6.234,86	5.787,08	6,6%
Pessoal e Encargos - Total	7.396,07	7.493,28	8.592,58	8.242,47	10,0%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	4.530,75	4.872,02	5.579,42	5.653,33	16,0%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	2.820,40	2.593,66	2.968,36	2.589,14	-0,2%
PASEP	260,00	301,70	324,65	329,65	9,3%
Precatórios - despesa corrente	239,61	348,79	422,27	391,17	12,2%
Juros e Encargos da Dívida	2.961,11	2.554,45	2.790,67	2.624,30	2,7%
Outras Despesas Correntes - Total	13.539,68	13.055,27	14.190,42	15.092,46	15,6%
Outras Despesas Correntes - Fonte 00	10.463,13	10.249,16	10.968,73	11.894,51	16,1%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	3.076,55	2.806,12	3.221,70	3.197,94	14,0%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST - PJ)	9.980,61	9.846,16	10.674,63	11.300,98	14,8%
OST - PJ - Fonte 00	7.242,24	7.393,61	8.200,93	8.577,34	16,0%
OST - PJ - Outras Fontes	2.738,37	2.452,55	2.473,70	2.723,63	11,1%
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	743,00	520,00	660,00	960,79	84,8%
Limpeza Urbana	1.093,87	1.110,90	1.238,91	1.757,72	58,2%
Outras Despesas Correntes - restante	1.722,20	1.578,21	2.855,80	2.830,70	79,4%
Despesas de Capital (D)	6.822,34	3.975,56	7.175,43	4.730,27	19,0%
Investimentos	6.409,58	2.966,60	5.683,23	3.514,74	18,5%
Precatórios - despesa de capital	229,33	340,36	411,11	381,09	12,0%
Investimentos - fonte 00	3.233,76	1.591,87	2.427,01	1.699,56	6,8%
Investimentos - fonte não 00	3.175,82	1.374,72	3.256,23	1.815,18	32,0%
Inversões Financeiras	8,35	56,09	8,67	31,10	-44,5%
Amortização da Dívida	404,41	952,88	1.483,52	1.184,43	24,3%
Precatórios - total	468,94	689,15	833,38	772,26	12,1%
Despesa da Dívida - total	3.365,52	3.507,33	4.274,19	3.808,73	8,6%
Reserva de Contingência (E)	1,00	-	1,00	-	
Despesa PMSP (C+D+E)	30.720,20	27.078,56	32.750,11	30.689,50	13,3%
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP*)	661,73	539,11	706,39	523,36	-2,9%
Despesa Total da Adm. Direta (PMSP + Legislativo)	31.381,93	27.617,67	33.456,49	31.212,86	13,0%
Superávit Corrente (I = A - C)	5.560,65	5.924,84	6.448,99	5.949,08	0,4%
Déficit de Capital (II = B - D)	-3.019,45	-3.047,26	-2.980,04	-1.946,07	-36,1%
Superávit Orçamentário	1.878,46	2.338,48	2.762,56	3.479,65	48,8%

(*) A despesa do TCMSP refere-se aos valor liquidado

Descrição	Orçado 2011 (R\$ milhões)	Empenhado 2011 (R\$ milhões)	Orçado 2012 (R\$ milhões)	Empenhado 2012 (R\$ milhões)	Var % Emp. 2012/ 2011
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA					
Receita da Adm. Indireta	2.362,42	2.130,22	2.515,54	2.463,40	15,6%
Despesa da Adm. Indireta	4.240,88	4.362,56	5.278,11	5.184,25	18,8%
<i>Déficit da Adm. Indireta</i>	1.878,46	2.232,34	2.762,56	2.720,85	21,9%
CONSOLIDADO (ADM. DIRETA e INDIRETA)					
Receita Orcamentária	35.622,81	32.086,36	38.734,60	37.155,91	15,8%
Despesa Orcamentária	35.622,81	31.980,23	38.734,60	36.397,11	13,8%
<i>Superávit/Déficit Consolidado</i>	-	106,13	-	758,80	614%

Com relação aos gastos constitucionais nas áreas de saúde e educação, a execução orçamentária em 2012 destinou o equivalente a 31,16% da Receita Resultante de Impostos em despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, conforme art. 208 da Lei Orgânica do Município, sendo que foram aplicados 27,89% da Receita Resultante de Impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório².

Para as ações e serviços públicos de saúde³, foram destinados, em 2012, 18,54% da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12 que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

² Fonte: http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2012/1_6bim.pdf

³ Fonte: http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2012/2012_6bim_sintetico.pdf

4. Evolução Produto Interno Bruto - PIB - 2003 a 2012¹

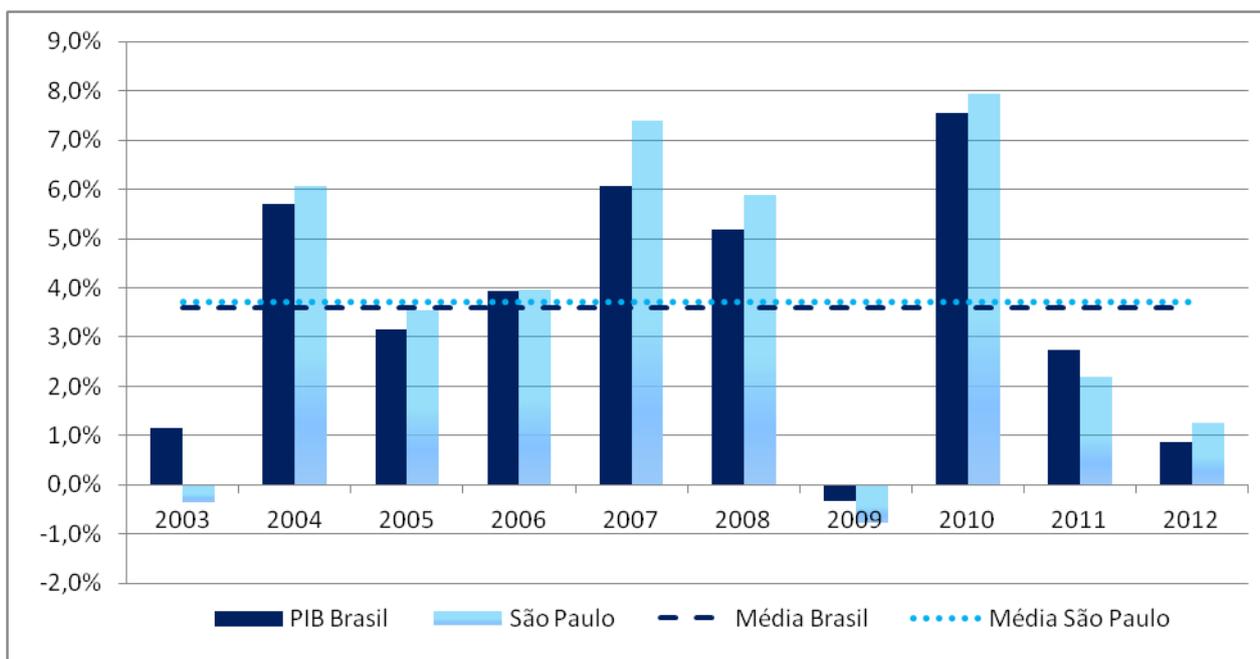
Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no primeiro dia do mês de março, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 0,6% (na série com ajuste sazonal) no último trimestre de 2012 em relação ao trimestre anterior. Desta forma, o PIB encerrou 2012 totalizando R\$ 4.402,5 bilhões, um crescimento de 0,9% em relação ao ano anterior. O PIB *per capita* alcançou R\$ 22.402, mantendo-se praticamente estável (crescimento de 0,1% em relação a 2011).

A Fundação SEADE divulgou que o PIB do estado de São Paulo cresceu 1,0% (com ajuste sazonal) no último trimestre do ano passado, com isso encerrou 2012 com crescimento de 1,3%.

O Gráfico 4.1 exibe a evolução dos PIBs brasileiro e paulista nos últimos 10 anos e as suas respectivas médias no período. Observa-se que, nos últimos dois anos, ambos

Gráfico 4.1 - Evolução PIB Brasileiro e Paulista - Cresc. % 2003 a 2012



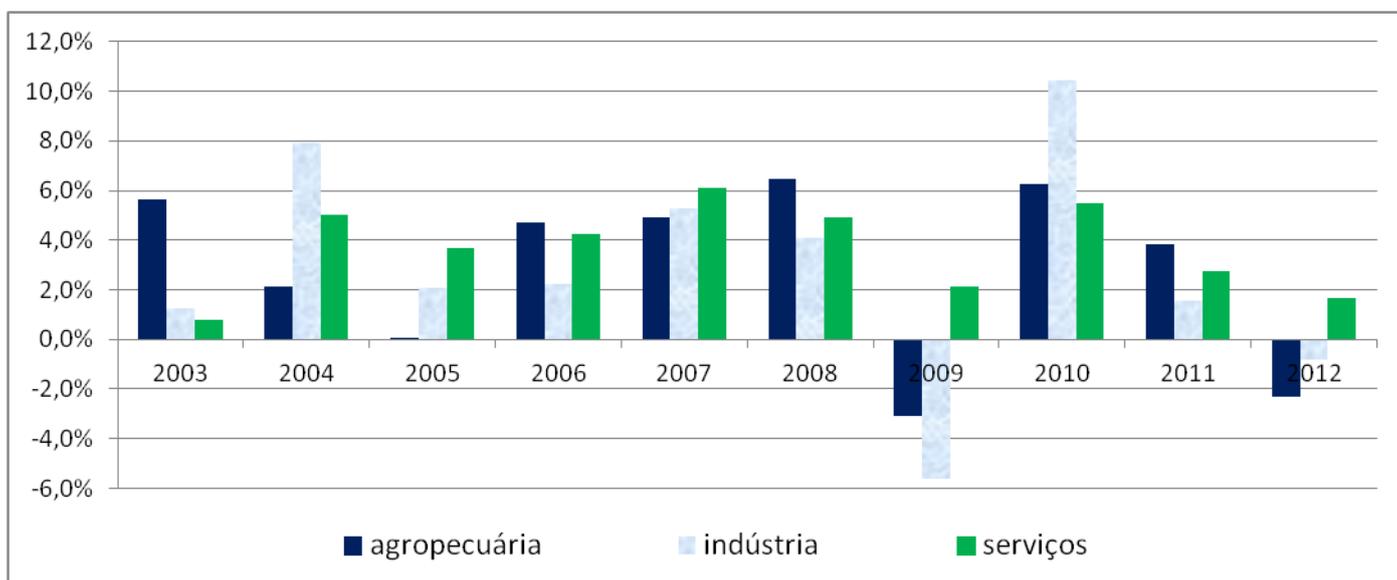
Fontes: PIB Brasil: IBGE

PIB São Paulo: Fundação SEADE

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 33 - março/2013.

Em 2012, a expansão de 0,9% do PIB brasileiro resultou de 0,8% do valor adicionado a preços básicos e do crescimento de 1,6% nos impostos sobre produtos líquidos de subsídios, que correspondem a 15,0% do PIB. A expansão do valor adicionado apresentou a seguinte distribuição setorial: os serviços, que representaram 68,5% do valor adicionado total, cresceram 1,7%; a produção da indústria e da agropecuária caíram respectivamente, 0,8% e 2,3%. Apesar da queda na agropecuária ter sido maior que na indústria, o principal efeito negativo sobre o PIB foi a contração da indústria, uma vez que este setor representou 26,3% do valor adicionado no país, enquanto que a agropecuária representou 5,2% do valor adicionado.

Gráfico 4.2 - Evolução Setorial - Brasil - Cresc. % 2003 a 2012



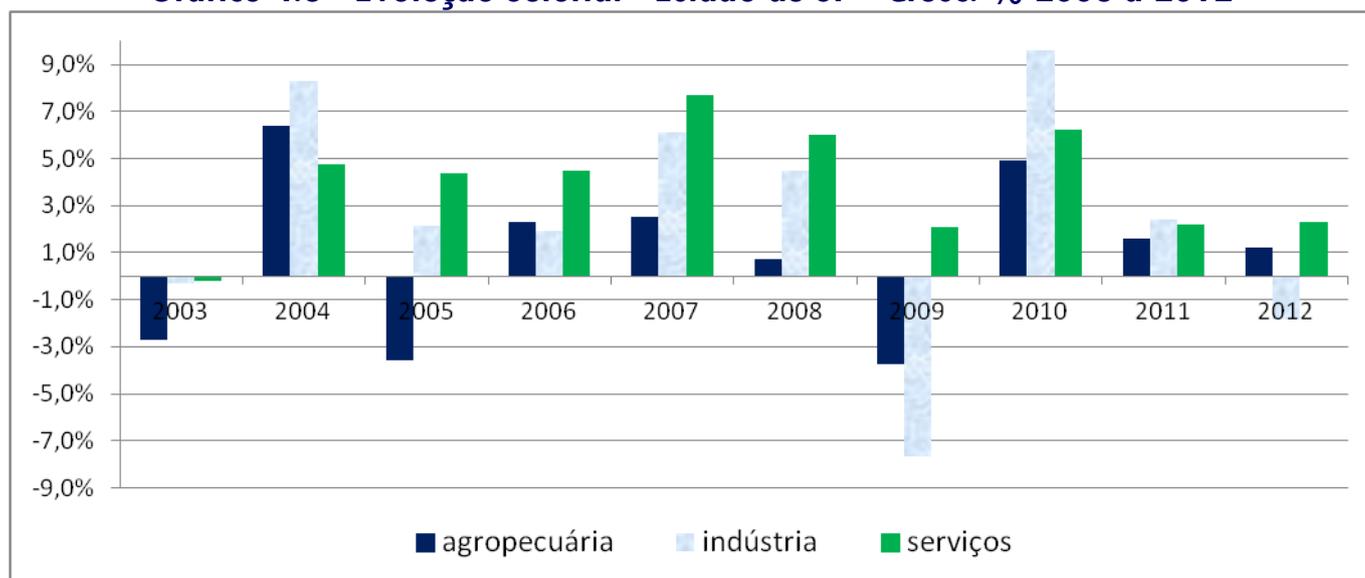
Fonte: IBGE

O Gráfico 4.2 ilustra a evolução anual da taxa de crescimento dos três setores da atividade econômica. Em 2012, a agricultura e a indústria tiveram o menor crescimento desde 2009, quando apresentaram queda, respectivamente, de 3,6% e 5,6%. O setor de serviços, em 2012, apresentou o menor crescimento desde 2003, quando cresceu 0,8%.

No que se refere ao PIB paulista, a expansão de 1,3%, em 2012, resultou do crescimento de 1,0% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 2,6% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. Entre os setores da atividade econômica, os serviços e a agricultura apresentaram crescimento, respectivamente, de 2,3% e 1,2%; enquanto a produção da indústria contraiu 1,8% em relação ao ano anterior.

O Gráfico 4.3 ilustra a evolução anual da taxa de crescimento dos três setores da atividade econômica no estado de São Paulo.

Gráfico 4.3 - Evolução Setorial - Estado de SP - Cresc. % 2003 a 2012



Fonte: Fundação SEADE

O desempenho negativo da produção da indústria, tanto nacionalmente como no estado de São Paulo, foi determinado pelo comportamento da indústria de transformação, que no Brasil representou cerca de 50% da indústria e no estado de São Paulo, 71%. A indústria de transformação apresentou queda de 2,5% no país e de 4,1% no estado de São Paulo. Entre as atividades que compõem a indústria, destacou-se a construção civil, que respondeu por 22% da produção da indústria no país e por 18% no estado de São Paulo e registrou expansão de 1,4% nacionalmente e de 3,2% em São Paulo.

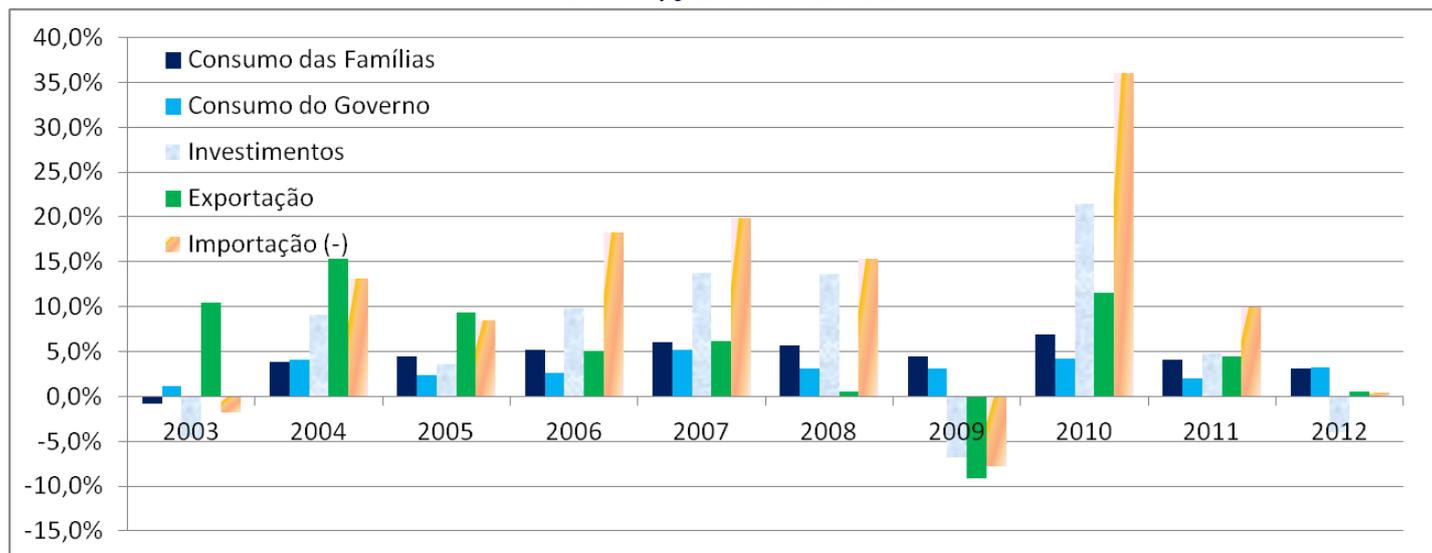
Além da distribuição setorial (agropecuária, indústria e serviços) do PIB, uma outra possibilidade de desagregá-lo é pelos seus componentes de demanda agregada. Sob esta ótica, o PIB é o resultado da soma do consumo das famílias (Cf), do consumo do governo (Cg), dos investimentos (I) e das exportações (X), menos as importações (M):

$$\text{PIB} = \text{Cf} + \text{Cg} + \text{I} + \text{X} - \text{M}$$

Entre os componentes da demanda, o mais representativo é o consumo das famílias, que, em 2012, correspondeu a 62% do PIB. O consumo das famílias apresentou crescimento de 3,1%, a menor expansão desde 2003, ano em que caiu 0,8%. O segundo maior componente da demanda é o consumo do governo, que representou 21% do PIB e que apresentou crescimento de 3,2%. Os investimentos, que responderam por 18% do PIB, sofreram queda de desempenho em relação a 2011, registrando redução de 4,0%.

O Gráfico 4.4 ilustra a evolução anual da taxa de crescimento dos componentes da demanda agregada.

**Gráfico 4.4 - Evolução dos Componentes da Demanda - Brasil
Cresc. % 2003 a 2012**



Fonte: IBGE

Fonte Bibliográfica:

- IBGE - Contas Nacionais Trimestrais (CNT): <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/cnt/default.asp>
- SEADE - Produto Interno Bruto - PIB Trimestral: <http://www.seade.gov.br/produtos/pibtrimestral/>

5. Execução Financeira dos Programas do PPA 2010-2013¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

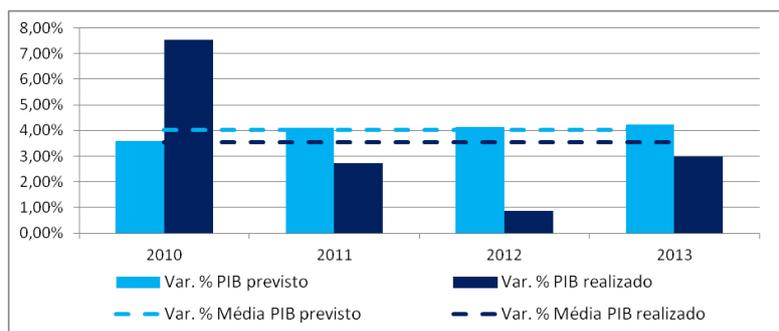
A Constituição Federal, em seu art. 165, estabelece a hierarquia dos instrumentos de planejamento orçamentário: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. O Plano Plurianual, conforme esta hierarquia, representa o planejamento de longo prazo do governo, vigendo por um período de 4 anos. De iniciativa do Poder Executivo, o projeto de lei do PPA deve ser encaminhado à Câmara até 30 de setembro do primeiro ano do mandato do Prefeito, e vigorará do segundo ano de mandato até o primeiro ano do mandato subsequente. Desta forma, o atual PPA entra no exercício de 2013 em seu último ano de vigência.

Neste texto, compara-se o planejamento contido no PPA 2010-2013 (Lei nº 15.090, de 29 de dezembro de 2009) com a execução dos orçamentos desses anos. Por questões de disponibilidade dos dados, o comparativo será feito do ponto de vista apenas do valor financeiro, não levando em consideração a execução física do programa. Para o ano de 2013, assumiremos que os valores orçados atualizados como efetivamente executados, uma vez que o orçamento 2013 encontra-se em execução.

No Anexo 1 do PPA 2010-2013, foi projetado um cenário macroeconômico para os anos de 2010 a 2013, que serviu de referência para a previsão de arrecadação e a fixação da despesa para o período.

Conforme o Gráfico 4.1 ilustra, o cenário previsto, de forma geral, mostrou-se um pouco mais otimista em relação ao realizado.

Gráfico 4.1 - Cresc. % PIB Previsto e Realizado - 2010 a 2013



Fontes: PIB previsto: PPA 2010-2013. PIB realizado: IBGE, para 2013 foi considerado a expectativa mediana entre as instituições financeiras (Relatório FOCUS/BCB de 05/04/2013).

¹ Publicado no Indicador Paulistano nº 34 - abril/2013.

No PPA, a expectativa de crescimento médio do Produto Interno Bruto - PIB de 2010 a 2013 era 4,0%, enquanto que, assumindo para o ano de 2013 a expectativa média entre as instituições financeiras (Fonte: Relatório FOCUS/BCB 05/04/2013), o crescimento médio efetivo no período deverá ser 3,5%.

No entanto, apesar do cenário econômico ter ficado aquém do previsto, a arrecadação efetiva de receitas deverá superar a previsão do PPA. No Anexo 1 do PPA, estima-se uma receita consolidada de R\$ 27,9 bilhões para o ano de 2010 e de R\$ 94,4 bilhões para o período de 2011 a 2013. Corrigindo os valores para preços de 2013, o valor total das receitas previstas no PPA totalizou R\$ 130,4 bilhões². Somente de 2010 a 2012, a soma das receitas arrecadadas atingiu, a preços de 2013, R\$ 110,6 bilhões, restando arrecadar para que seja alcançado, em 2013, o valor previsto no PPA menos de R\$ 20 bilhões, quantia inferior a metade do orçamento deste ano, que é de R\$ 42,0 bilhões.

Tabela 4.1 - Receitas Municipais - Previsão PPA e Arrecadação em R\$ bilhões - corrigidos a preços de 2013

Receita	PPA 2010-2013 (I)	Arrec. 2010-2012 (II)	%Arrec. 2010-12/PPA (II) / (I)	Orçado 2013 (III)	(II+III) / (I)
Rec. Corrente	126,6	103,3	81,6%	36,5	110,4%
Rec. Capital	3,8	7,3	191,0%	5,5	336,0%
Rec. Total	130,4	110,6	84,8%	42,0	117,0%

Fonte: PPA 2010-2013, Balanços 2010 a 2012 e LOA 2013.

Conforme a Tabela 4.1 mostra, as receitas de capital realizadas de 2010 a 2012 alcançaram 191,0% de seu valor previsto no PPA. Caso a arrecadação prevista no orçamento 2013 se cumpra, as receitas de capital alcançarão 336,0% do valor previsto no PPA (valores corrigidos a preços de 2013).

Quanto as receitas correntes, a arrecadação de 2010 a 2012 alcançou 81,6% do seu valor no PPA. Caso a arrecadação em 2013 seja conforme o previsto no orçamento, as receitas correntes superarão em 10,4% o seu valor no PPA (valores corrigidos a preços de 2013).

² O valor da arrecadação prevista de 2011 a 2013 foi corrigida para preços de 2013, considerando o nível de preços médio de 2011 a 2013 e assumindo uma taxa de inflação de 5,5% para o ano de 2013.

Do lado das despesas, a Tabela 4.2 apresenta os valores financeiros previstos no PPA 2010-2013, corrigidos² a preços de 2013, dos programas de governo e a soma, também corrigida a preços de 2013, das suas respectivas execuções orçamentárias nos exercícios de 2010 a 2012 e orçamento 2013.

Os programas estão ordenados pelo seu valor no PPA 2010-2013. O programa com maior previsão de despesas é o “Encargos Gerais”, cujo objetivo é alocar recursos orçamentários para o pagamento de despesas do serviço da dívida pública, precatórios, ações trabalhistas e outros encargos dos órgãos da administração municipal. Neste programa, a previsão de despesa no PPA é de R\$ 19.538,80 milhões (a preços de 2013). Nos exercícios financeiros de 2010 a 2012 foram desembolsados, para “Encargos Gerais”, R\$ 13.904,90 milhões, somando-se os valores previstos no orçamento 2013, as despesas totalizariam R\$ 19.272,30 milhões, quantia que corresponde a 99% do valor previsto no PPA.

Tabela 4.2 - Programas de Governo - PPA 2010-2013 e Execução 2010-2013 em R\$ milhões - corrigidos a preços de 2013

Cód.	Programa de Governo	PPA 2010-	Exec. 2010-	Exec. 2010-12/	Ex. 2010-12	(III) / (I) (%)
		2013	2012	PPA (%)	+ Orç.2013	
		(I)	(II)	(II) / (I)	(III)	
0000	Encargos Especiais	19.538,8	13.904,9	71%	19.272,3	99%
2940	Previdência dos servidores	18.043,6	15.086,2	84%	20.672,1	115%
2610	Suporte administrativo	17.964,2	14.264,5	79%	19.522,0	109%
1111	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - Integralidade da atenção	11.672,0	10.316,1	88%	13.435,7	115%
1122	Acesso à educação e qualidade do ensino - Ensino fundamental	9.972,7	8.285,3	83%	11.035,5	111%
1121	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação infantil	9.473,1	9.347,2	99%	12.811,5	135%
1262	Melhoria da mobilidade urbana - Transporte público	4.921,2	4.931,2	100%	6.652,9	135%
1240	Gestão adequada dos resíduos sólidos	4.717,9	4.275,3	91%	5.951,2	126%
1113	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - SUS com qualidade	3.346,9	1.833,0	55%	2.637,3	79%
1261	Melhoria da mobilidade urbana - Eficiência no trânsito	3.049,3	2.192,2	72%	2.932,7	96%
1128	Acesso à educação e qualidade do ensino - Alimentação escolar	2.951,2	1.961,1	66%	2.615,8	89%
1220	Preservação dos recursos hídricos	2.627,2	1.142,1	43%	1.711,3	65%
1131	Acesso à moradia - Urbanização de favelas	1.828,2	1.680,2	92%	2.489,5	136%
1170	Ampliação da proteção ao cidadão	1.726,9	1.505,1	87%	1.972,6	114%
1460	Aprimoramento da infraestrutura urbano	1.590,6	1.949,2	123%	2.679,7	168%
2710	Processo Legislativo	1.496,6	989,8	66%	1.470,1	98%
1141	Fortalecimento da rede de proteção social - Básica	1.490,0	1.163,2	78%	1.708,8	115%
1124	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação integrada	1.463,7	960,7	66%	1.271,4	87%
1210	Cidade mais verde	1.412,3	939,2	67%	1.305,3	92%

Cód.	Programa de Governo	PPA 2010-2013 (I)	Arrec. 2010-2012 (II)	Arrec. 2010-12/ PPA (%) (II) / (I)	Orçado 2013 (III)	(II+III) / (I) (%)
1230	Melhoria da drenagem urbana	1.302,6	1.070,8	82%	1.761,5	135%
1143	Fortalecimento da rede de proteção social - Assistência Geral	1.171,3	651,5	56%	908,9	78%
2620	Sistema de informação e processamento de dados	1.161,0	1.245,3	107%	1.680,6	145%
1142	Fortalecimento da rede de proteção social - Especial	874,7	838,8	96%	1.187,3	136%
1263	Melhoria da mobilidade urbana - Integração metropolitana	865,6	970,9	112%	1.745,7	202%
2810	Controle Externo	826,1	605,7	73%	860,7	104%
1250	Redução das emissões de poluentes na atmosfera	764,1	30,6	4%	44,7	6%
2140	Serviço Funerário	749,5	364,8	49%	488,5	65%
2920	Divulgação Oficial	723,6	464,5	64%	639,4	88%
1330	Consolidação da cidade como marco nacional em esporte e lazer	680,3	849,0	125%	1.164,6	171%
1114	Acesso à saúde e qualidade no atendimento - Assistência farmacêutica	654,1	537,8	82%	730,3	112%
1133	Acesso à moradia - Ações de habitação	644,9	461,4	72%	461,4	72%
1440	Priorização de áreas estratégicas para a criação de empregos e negócios	454,8	7,5	2%	716,0	157%
2320	Promoção de atividades culturais	438,3	364,2	83%	508,2	116%
1127	Acesso à educação e qualidade do ensino - Formação, Avaliação e Aprimoramento do Ensino	397,4	277,8	70%	361,1	91%
1320	Incentivo à produção cultural e à interação criativa	386,4	310,8	80%	434,1	112%
1112	Acesso a Saúde e Qualidade no Atendimento - Fortalecimento de Assistência à Saúde	385,2	197,7	51%	586,4	152%
1410	Estímulo ao emprego e à qualificação dos trabalhadores	355,5	184,2	52%	254,8	72%
1340	Afirmação da cidade como referência mundial em eventos e turismo	349,1	518,5	149%	682,3	195%
1310	Fortalecimento/Requalificação do Centro - BID	341,2	194,8	57%	231,5	68%
1132	Acesso à moradia - Regularização fundiária	262,2	191,7	73%	282,4	108%
1125	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação especial	244,0	165,2	68%	253,6	104%
2130	Defesa Civil - Prevenção e Emergência	179,4	76,7	43%	113,4	63%
1450	Promoção do desenvolvimento econômico e social da Zona Leste	175,0	28,8	16%	445,1	254%
2310	Patrimônio histórico, artístico e arqueológico	173,7	224,9	129%	279,6	161%
2110	Melhoria da qualidade do ensino - Ensino Médio	162,0	61,2	38%	113,4	70%
1510	Agilidade nos processos internos	157,1	200,4	128%	295,6	188%
1160	Defesa dos direitos humanos	111,5	56,4	51%	78,9	71%
1126	Acesso à educação e qualidade do ensino - Ampliação do tempo de permanência do aluno	86,7	51,7	60%	65,2	75%
1530	Qualidade da receita e da despesa	85,5	14,0	16%	212,4	248%
1540	Capacitação do funcionalismo	81,7	20,3	25%	33,7	41%
1123	Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação de jovens e adultos	67,8	32,7	48%	45,5	67%
1270	Ações de economia sustentável	54,7	88,3	161%	115,4	211%
2120	Melhoria da qualidade do ensino - Ensino Profissional	33,7	19,7	58%	19,7	58%
1150	Ampliação das políticas de inclusão para cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida	31,3	4,8	15%	10,2	33%

Cód.	Programa de Governo	PPA 2010-2013 (I)	Arrec. 2010-2012 (II)	Arrec. 2010-12/ PPA (%) (II)/(I)	Orçado 2013 (III)	(II+III) / (I) (%)
1420	Incentivo ao empreendedorismo e ao ambiente de negócio	29,8	8,7	29%	11,8	40%
1520	Eficiência e transparência na gestão dos recursos	26,2	7,5	29%	15,5	59%
2950	Benefícios a servidores	25,8	16,1	63%	20,7	80%
2930	Projeto de Inclusão Social Urbana - Nós do Centro/União Européia	22,9	16,0	70%	34,0	149%
2910	Ile de France	17,6	35,6	202%	35,6	202%
2210	Gerenciamento do sistema de abastecimento	15,1	13,9	92%	25,2	167%
1430	Atração de novos parceiros e investimentos internacionais	8,0	15,6	194%	17,8	222%
1280	Incentivo à cultura de paz	1,7	0,2	11%	0,2	11%
Total Consolidado		134.865,5	108.223,4	80%	150.120,9	111%

Fonte: PPA 2010-2013, SOF - Execução de 2010 a 2012 e LOA 2013

Entre os 10 maiores programas, que respondem por cerca de 76% em valor do PPA, apenas em um a execução financeira prevista (execução de 2010 a 2012 mais valor previsto no orçamento 2013) está abaixo de 80% do valor do PPA. Trata-se do “Acesso à saúde e qualidade no atendimento - SUS com qualidade”, com 79%. Conforme o PPA 2010-2013, o objetivo do programa é coordenar e regular a gestão plena do SUS no município através de políticas, programas e projetos que visem promover o atendimento à população e garantir a participação social na política de saúde.

Em três destes programas a execução financeira prevista está acima de 120% do valor do PPA, são eles: “Acesso à educação e qualidade do ensino - Educação infantil”³, com 135%; “Melhoria da mobilidade urbana - Transporte público”⁴, com 135%, e “Gestão adequada dos resíduos sólidos”⁵, com 126%. Entre todos os programas, aqueles cuja execução financeira prevista supera o valor do PPA com maior margem são: “Promoção do desenvolvimento econômico e social da Zona Leste”⁶, com 254% do valor do PPA; “Qualidade da receita e da despesa”⁷, com 248%, e “Atração de novos parceiros e investimentos internacionais”⁸, com 222%.

³ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Assegurar o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

⁴ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Melhorar a infraestrutura das redes de transporte público no município, seja pela extensão e pelo adensamento da malha existente, seja por meio da articulação operacional e tarifária entre os diferentes modos de transporte público - incluindo aqueles sob administração do Estado -, com base em uma visão de integração regional e otimização dos recursos investidos.

⁵ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Promover ações que visem ao gerenciamento integrado dos resíduos sólidos buscando reduzir o volume de detritos gerado na cidade, incentivando o aumento da reutilização e da reciclagem, ampliando a coleta domiciliar seletiva e promovendo a disposição final ambientalmente correta e de modo sustentável.

⁶ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Combinar transformações urbanísticas, construção de equipamentos e incentivos fiscais para potencializar o desenvolvimento econômico e social da zona leste da cidade.

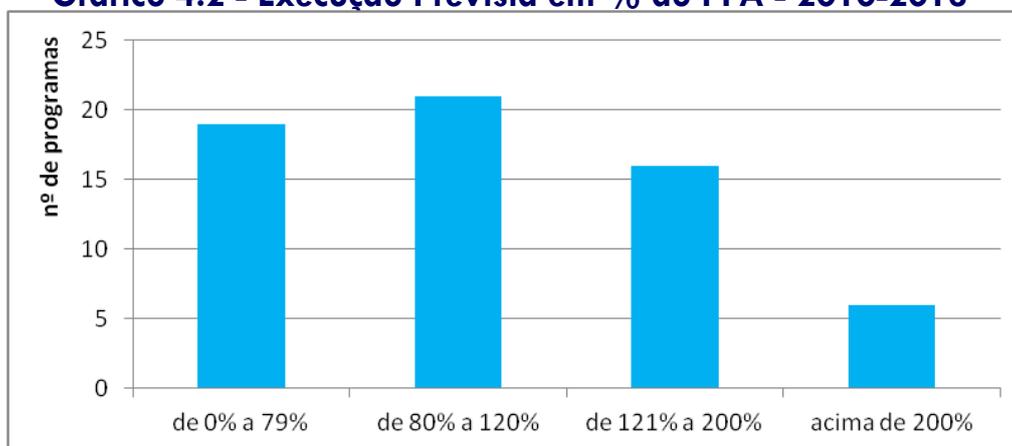
⁷ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Implantar ações que proporcionem maior eficácia na arrecadação de tributos e maior eficiência no gasto público.

⁸ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Atrair investimentos externos para o desenvolvimento da cidade com a participação em feiras internacionais e a promoção de missões para outros países.

Do outro lado, os programas com menor execução financeira prevista em relação ao valor do PPA são: “Ampliação das políticas de inclusão para cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida”⁹, do qual foram executados 33% do valor do PPA; “Incentivo à cultura de paz”¹⁰, 11% do PPA; e “Redução das emissões de poluentes na atmosfera”¹¹, 6% do PPA.

Dos 62 programas que compõem o PPA, em 21 deles as despesas executadas mais as previstas no orçamento para 2013 alcançam entre 80% e 120% do valor financeiro previsto no PPA. Esses 21 programas representam cerca de 70% das despesas planejadas no PPA. Em outros 19 programas, a execução financeira (mais o valor previsto no orçamento 2013) atinge até 79% do valor previsto no PPA.

Gráfico 4.2 - Execução Prevista em % do PPA - 2010-2013



Nota: Execução Prevista refere-se a execução financeira nos exercícios 2010 a 2012 somada ao valor previsto no Orçamento 2013. Fonte: Balanços 2010 a 2012, Orçamento 2013 e PPA 2010-2013.

Em 16 programas, a execução (mais o orçamento 2013) corresponde a um percentual entre 121% e 200% do previsto no PPA. Esses 16 programas representam cerca de 21% das despesas planejadas no PPA. O valor executado alcança acima de 200% do previsto no PPA, em 6 programas que representam 1% do valor total previsto no PPA.

⁹ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: implantar políticas de inclusão das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e estimular projetos, tanto do poder público como dos vários setores da sociedade.

¹⁰ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: Promover ações de conscientização sobre a cultura da paz e proporcionar educação como esforço para reduzir a violência e fortalecer a coesão social.

¹¹ Descrição do Programa, conforme PPA 2010-2013: adotar medidas para melhorar a qualidade do ar na cidade promovendo o controle dos níveis de poluição atmosférica, incluindo ações de inspeção da frota circulante e de aproveitamento das emissões dos aterros sanitários para a produção de eletricidade, incentivando o uso de alternativas energéticas limpas, em acordo com os compromissos assumidos pela prefeitura de redução nas emissões de gases de efeito estufa.

6. Assentamentos Precários na Cidade de São Paulo - Sistema Habisp¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Com o objetivo de armazenar e gerenciar informações sobre habitação social na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB com apoio técnico e financeiro da ‘*Cities Alliance*’, organização formada pela coalizão de várias cidades e entidades do mundo, desenvolveu o sistema Habisp. O sistema, que pode ser acessado pela internet no endereço www.habisp.inf.br, é voltado para a atualização permanente dos cadastros sociais, econômicos, legais e urbanísticos dos assentamentos precários no município. As informações compiladas no sistema serviram de base para a elaboração do Plano Municipal de Habitação.

Realizada por técnicos de Sehab, a atualização dos dados cadastrais identificou os assentamentos precários existentes na cidade. A partir daí, a Fundação Seade elaborou estudo com base em pesquisa amostral para estimar o número de domicílios e habitantes em cada assentamento precário.

O sistema exibe informações de diferentes formas de assentamentos precários na cidade de São Paulo: favelas, núcleos urbanos, cortiços e loteamento irregulares. A Tabela 4.1 apresenta as definições utilizadas.

Tabela 4.1 - Tipos de Assentamentos Precários - Definições

Tipo	Definição
Favelas	Favelas são espaços habitados precários, com moradias autoconstruídas, formadas a partir da ocupação de terrenos públicos ou particulares. Caracterizam-se pelos baixos índices de infraestrutura, ausência de serviços públicos e população de baixa renda.
Cortiços	Moradia coletiva multifamiliar, constituída por uma ou mais edificações em um mesmo lote urbano, subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título.
Núcleos Urbanizados	são favelas que já possuem infraestrutura de água, esgoto, iluminação pública, drenagem e coleta de lixo.
Loteamentos Irregulares	Lotes que não podem ser regularizados por não atender às legislações de parcelamento e uso do solo. Apesar de o morador ser adquirente, não tem garantida a posse do imóvel. Soma-se a essa irregularidade a moradia autoconstruída e os baixos níveis de renda das famílias.

Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br/habitacao>

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 35 - maio/2013.

De acordo com dados cadastrados no Habisp, existem na cidade de São Paulo 1.632 favelas, dentro das quais há 388 mil domicílios. O sistema aponta a existência de 354 núcleos urbanizados, nos quais se encontram quase 48 mil domicílios. Consta também no sistema a existência de 1.042 loteamentos irregulares (Tabela 4.2). Em relação aos cortiços, apesar de existir registros no Habisp (1.087 cortiços), em muitos deles não há informações referentes ao números de moradores nem há referência a eles nas publicações relativas ao sistema².

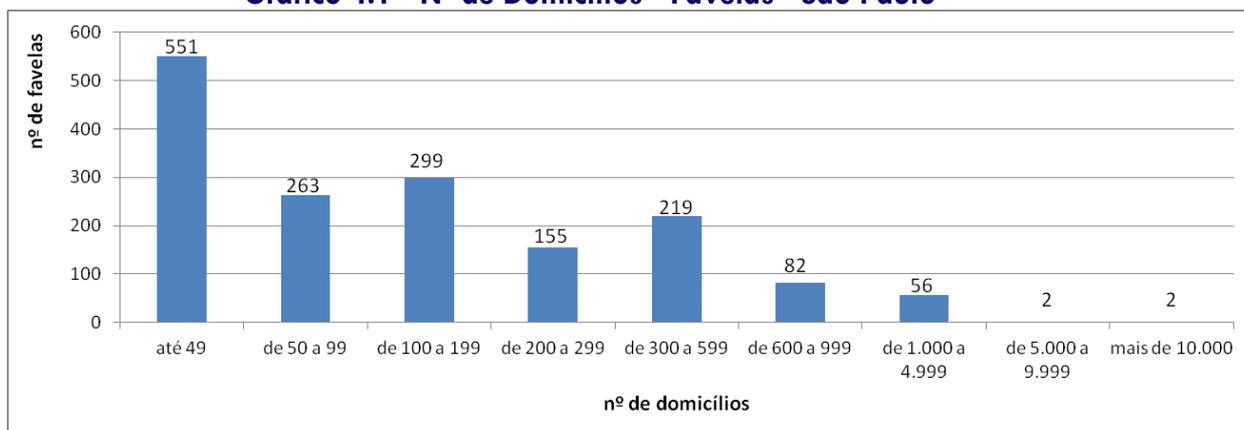
Tabela 4.2 - Domicílios em Assentamentos Precários São Paulo

Tipo	Total	Domicílios
Favelas	1.632	388.353
Núcleos Urbanizados	354	47.522
Loteamentos Irregulares	1.042	278.430*

* Número de Lotes

O Gráfico 4.1 apresenta o número de favelas distribuídas pela quantidade de domicílios. Observa-se que grande parte delas, 34% do total, possuem até 49 domicílios. Em duas delas existem mais de 10.000 domicílios: Paraisópolis, com 17.159, e Heliópolis, com 15.843 domicílios.

Gráfico 4.1 - Nº de Domicílios - Favelas - São Paulo



Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

² No Habisp estão registrados 1.087 cortiços, situados nas subprefeituras Sé (705 cortiços), Mooca (380), Aricanduva (1) e Vila Prudente/Sapopemba (1).

Em termos de área, as favelas ocupam 2.427 hectares (ha), o que representa 1,61% do total de 150.900 hectares abrangidos pela cidade de São Paulo. A Tabela 4.3 mostra a distribuição das áreas ocupadas por favelas e o total de domicílios entre as subprefeituras.

Tabela 4.3 - Área Ocupada por Favelas (em ha) - Subprefeituras

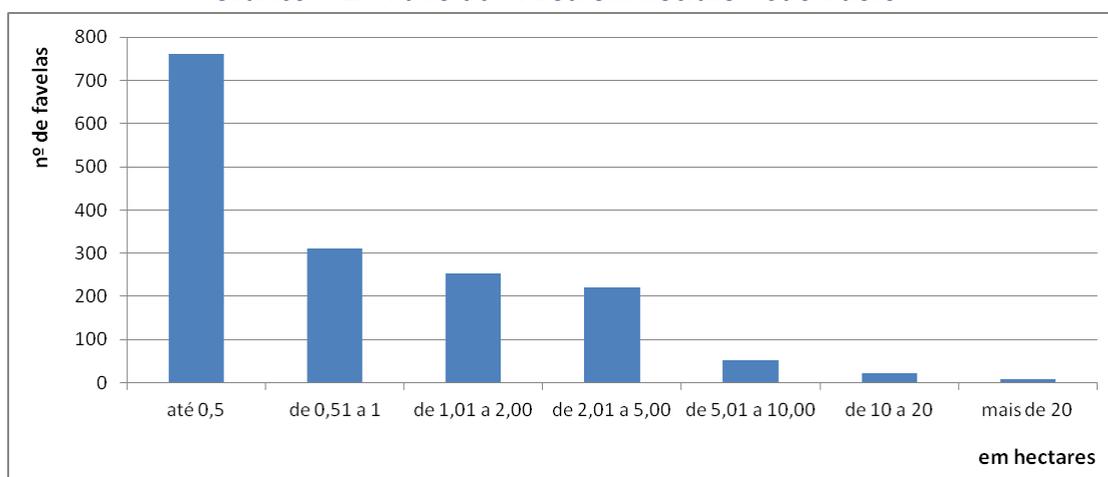
Subprefeituras	Total de Domicílios	Área Ocupada por Favelas (em ha)	Área Total da Subprefeitura (em ha)	(I / II) %
		I	II	
M'Boi Mirim	40.493	345,1	6.210	5,56%
Campo Limpo	56.375	296,5	3.670	8,08%
Capela do Socorro	23.686	204,0	13.420	1,52%
Cidade Ademar	25.067	197,9	3.070	6,45%
São Miguel	14.477	145,3	2.430	5,98%
Freguesia do Ó/Brasilândia	22.293	120,0	3.150	3,81%
Pirituba	15.273	111,6	5.470	2,04%
Butantã	24.887	109,4	5.610	1,95%
São Mateus	17.267	108,9	4.580	2,38%
Vila Prudente/Sapopemba	22.258	105,4	3.330	3,16%
Ipiranga	26.410	98,7	3.750	2,63%
Itaquera	10.231	65,0	5.430	1,20%
Parelheiros	4.100	59,1	35.350	0,17%
Itaim Paulista	8.228	57,5	2.170	2,65%
Tremembé/Jaçanã	9.595	56,6	6.410	0,88%
Casa Verde/Cachoeirinha	10.937	51,0	2.670	1,91%
Jabaquara	14.035	48,0	1.410	3,41%
Guaianases	5.623	42,8	1.780	2,41%
Penha	9.220	42,5	4.280	0,99%
Cidade Tiradentes	3.095	33,3	1.500	2,22%
Perus	4.088	29,0	5.720	0,51%
Ermelino Matarazzo	4.190	26,5	1.510	1,76%
Vila Maria/Vila Guilherme	4.661	20,7	2.640	0,79%
Santo Amaro	3.225	15,6	3.750	0,42%
Lapa	2.926	12,4	4.010	0,31%
Aricanduva	1.288	6,4	2.150	0,30%
Moóca	1.157	5,5	3.520	0,16%
Santana/Tucuruvi	1.521	4,5	3.470	0,13%
Sé	463	3,6	2.620	0,14%
Vila Mariana	977	3,4	2.650	0,13%
Pinheiros	307	0,7	3.170	0,02%
Total - São Paulo	388.353	2.427	150.900	1,61%

Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

A região da subprefeitura do M'Boi Mirim, que abrange os distritos do Jardim Ângela e Jardim São Luís, é a que possui a maior área ocupada por favela, 345,1 ha, dentro da qual se estima haver pouco mais de 40 mil domicílios. No entanto, comparando a área ocupada pelas favelas com a área total de cada subprefeitura, observa-se que é na região da subprefeitura do Campo Limpo, que compreende os distritos do Campo Limpo, Capão Redondo e Vila Andrade, que as favelas têm maior participação na área total. Pouco mais de 8% da área pertencente ao território da subprefeitura do Campo Limpo é ocupada por esta forma de assentamento precário. De um total de 3.670 ha, cerca 295 ha são utilizados por favelas. Campo Limpo é também a subprefeitura em que se encontra o maior número de domicílios localizados em favelas, 56 mil domicílios estimados.

Como mostra o Gráfico 4.2, do total de 1.632 favelas da cidade São Paulo, 761 favelas (47% do total) são formadas por terrenos de até 0,5 ha. A maior parte (66% delas) é constituída por terrenos de até 1 hectare. Em 8 favelas, a área ultrapassa 20 ha, sendo a maior delas Paraisópolis, na subprefeitura do Campo Limpo, com 78,8 ha.

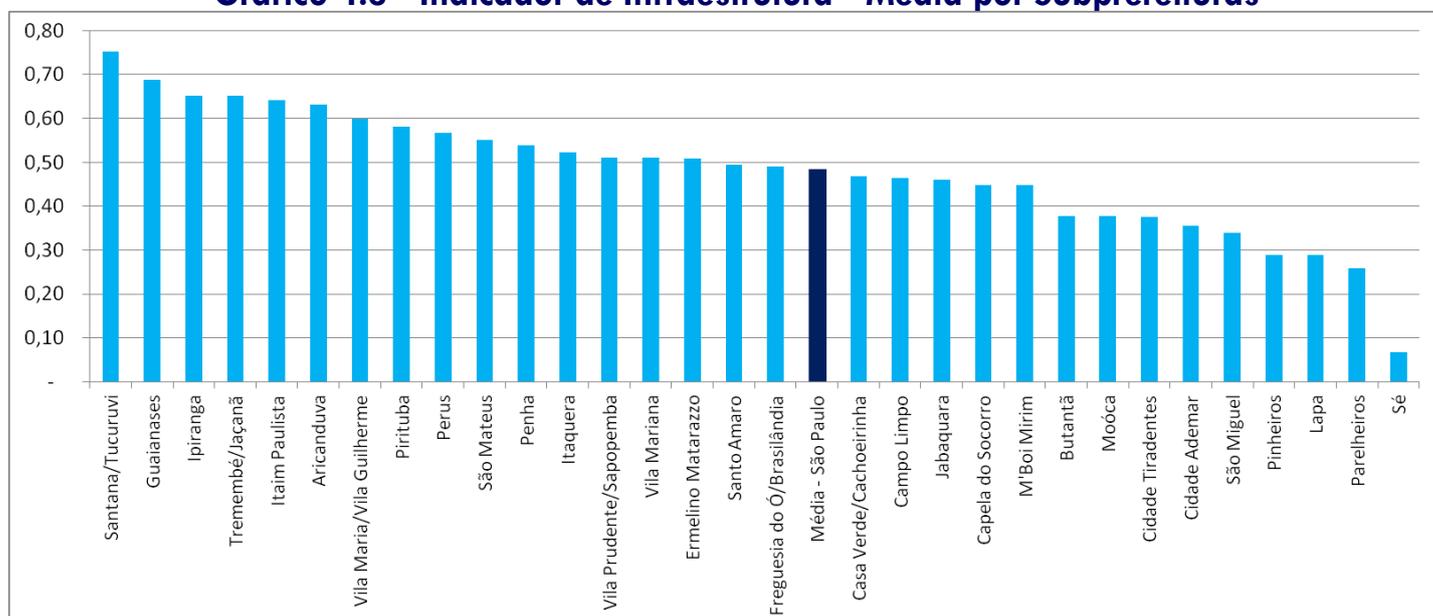
Gráfico 4.2 - Favelas - Área em hectare - São Paulo



Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

Para fins de priorização de atendimento dos programas habitacionais de urbanização de favelas desenvolvidos pela Prefeitura de São Paulo, foram definidos alguns indicadores³ para medir o grau de precariedade do assentamento. Quanto mais precário, mais prioritário o assentamento se torna para intervenções. Entre os indicadores adotados estão a porcentagem de infraestrutura e serviços urbanos instalados (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação, drenagem, coleta de lixo), que mede as condições urbanísticas do entorno dos domicílios. O índice de infraestrutura pode atingir valores entre 0 e 1, sendo que quanto mais perto de 1, melhores são as condições de infraestrutura e serviços urbanos instalados. O Gráfico 4.3 apresenta a média (ponderada pelo número de domicílios) deste indicador entre as favelas de cada subprefeitura.

Gráfico 4.3 - Indicador de Infraestrutura - Média por Subprefeituras



Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

Na média, as favelas localizadas na subprefeitura de Santana/Tucuruvi possuem uma melhor infraestrutura, alcançando um índice de 0,75. O índice médio da infraestrutura das favelas da cidade de São Paulo é de 0,48.

³ Os indicadores adotados são: porcentagem de infraestrutura e serviços urbanos instalados (abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação, drenagem, coleta de lixo), incidência de área de grau de risco geotécnico, indicador de saúde (incidência de doenças transmissíveis por meio hídrico) e índice de vulnerabilidade social, calculado a partir do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS da Fundação SEADE. Fonte: "Sistema de Caracterização, Classificação, Elegibilidade e Priorização para Intervenções em Assentamentos Precários no Município de São Paulo", PMSP/SEHAB e Cities Alliance, disponível em www.habisp.inf.br/theke/documentos/priorizacao/Per_Review_oficial.PDF

O Habisp identifica a existência de 238 favelas localizadas em mananciais, áreas que são importantes para o abastecimento de água da cidade de São Paulo⁴. De acordo com o Habisp, nestas favelas estima-se haver cerca de 53 mil domicílios, distribuídos pelas subprefeituras conforme a Tabela 4.4

Tabela 4.4 - Favelas em Mananciais(em ha) - Subprefeituras

Subprefeituras	Área em Mananciais (em ha)	Domicílios em Mananciais
Capela do Socorro	192,5	21.362
M'Boi Mirim	215,9	14.769
Cidade Ademar	128,4	12.932
Parelheiros	59,1	4.100
Total	595,8	53.163

Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

Na subprefeitura de Capela do Socorro, localizada entre as represas Billings e Guarapiranga, há cerca de 21 mil domicílios em favelas situadas em mananciais. A subprefeitura do M'Boi Mirim, que margeia a represa Guarapiranga, é onde as favelas ocupam maior área em mananciais, 215,9 ha.

No Habisp, constam registros de informações dos núcleos urbanizados, que constituem outra categoria de assentamento precário presente em São Paulo. Conforme definido na Tabela 4.1, referem-se às favelas já urbanizadas com infraestrutura instalada, mas ainda sem regularização fundiária. Estão cadastrados 354 núcleos urbanizados, dentro dos quais se encontram 47,5 mil domicílios, ocupando uma área de 354,3 ha, cerca de 15% do total da área ocupada por favelas.

A Tabela 4.5 apresenta a distribuição entre as subprefeituras de São Paulo da área e dos domicílios pertencentes ao núcleos urbanizados.

⁴ Em 1976, foi promulgada a Lei Estadual de Proteção aos Mananciais, envolvendo as regiões das represas Guarapiranga e Billings. A restrição legal ao parcelamento e ocupação desta áreas reduziu suas possibilidades de comercialização no mercado imobiliário formal. Com terrenos desvalorizados, estas áreas tornaram-se alvo de ocupações irregulares pelas camadas mais pobres da população. Além da falta de infraestrutura urbana e regularidade fundiária, as restrições à ocupação e edificação destas áreas impediram que seus moradores tivessem acesso a oportunidades de trabalho e educação. Fonte: "Habitação de Interesse Social em São Paulo: desafios e novos instrumentos de gestão", PMSP/SEHAB e Cities Alliance, disponível em http://cidadeinformal.prefeitura.sp.gov.br/?page_id=71&lang=pt-br

Tabela 4.5 - Núcleos Urbanizados - Área em ha - Subprefeituras

Subprefeituras	Total de Domicílios	Área (em ha)
Capela do Socorro	10.305	91,36
M'Boi Mirim	6.356	56,94
Perus	6.581	47,51
São Miguel	4.440	27,90
São Mateus	3.168	27,65
Campo Limpo	2.674	20,20
Lapa	4.553	17,06
Itaim Paulista	1.813	16,45
Ipiranga	2.275	8,03
Itaquera	955	6,29
Ermelino Matarazzo	692	6,29
Cidade Tiradentes	360	4,72
Tremembé/Jaçanã	594	4,35
Pirituba	314	2,86
Butantã	281	2,76
Guaianases	169	2,42
Vila Prudente/Sapopemba	458	2,21
Aricanduva	135	1,91
Santo Amaro	210	1,73
Penha	223	1,44
Freguesia do Ó/Brasilândia	125	1,19
Parelheiros	54	1,05
Vila Maria/Vila Guilherme	140	0,59
Moóca	24	0,45
Santana/Tucuruvi	14	0,33
Cidade Ademar	59	0,31
Casa Verde/Cachoeirinha	14	0,14
Vila Mariana	26	0,12
Jabaquara	8	0,05
Sé	3	0,02
Pinheiros	-	-
Total	47.023	354,34

Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

As regiões das subprefeituras da Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Perus concentram cerca de 55% da área total dos núcleos urbanizados da cidade de São Paulo. Em termos de domicílios, nestas três subprefeituras estão cerca de 50% do total pertencentes aos núcleos urbanizados.

Segundo o Habisp, o maior núcleo urbanizados, em termos territoriais, é o denominado "Recanto do Paraíso", em Perus, com 24,6 ha e com cerca de 4 mil domicílios.

Outra forma de assentamento precário bastante presente na cidade de São Paulo são os loteamentos irregulares (definido na Tabela 1.1), ocupando uma área significativamente maior dos que as favelas. Segundo o Habisp, os loteamentos irregulares, muitos deles em processo de regularização, ocupam 9.293 ha, o que corresponde a 6,2% da área total da cidade. A Tabela 4.6 mostra a sua distribuição entre as subprefeituras do município.

Tabela 4.6 - Área Ocupada por Loteamentos Irregulares (em ha) - Subprefeituras

Subprefeituras	Nº de Lotes	Área Loteamento	Área Total da	(I / II)%
		Irregulares (em ha)	Subprefeitura (em ha)	
		I	II	
São Mateus	39.407	1.296,3	4.580	28,3%
Guaianases	19.924	424,8	1.780	23,9%
Itaim Paulista	14.460	493,9	2.170	22,8%
São Miguel	18.512	526,1	2.430	21,7%
M'Boi Mirim	21.447	921,1	6.210	14,8%
Cidade Tiradentes	7.792	220,4	1.500	14,7%
Itaquera	18.899	616,4	5.430	11,4%
Freguesia do Ó/Brasilândia	11.664	288,5	3.150	9,2%
Ermelino Matarazzo	5.663	137,3	1.510	9,1%
Capela do Socorro	37.194	1.145,9	13.420	8,5%
Campo Limpo	7.783	309,4	3.670	8,4%
Cidade Ademar	6.595	236,4	3.070	7,7%
Vila Prudente/Sapopemba	7.388	229,1	3.330	6,9%
Tremembé/Jaçanã	15.770	378,9	6.410	5,9%
Perus	10.909	337,0	5.720	5,9%
Aricanduva	2.512	126,5	2.150	5,9%
Pirituba	7.374	282,0	5.470	5,2%
Parelheiros	14.561	1.068,0	35.350	3,0%
Casa Verde/Cachoeirinha	1.406	76,0	2.670	2,8%
Ipiranga	2.286	105,1	3.750	2,8%
Penha	1.961	40,6	4.280	0,9%
Jabaquara	465	13,0	1.410	0,9%
Butantã	593	15,5	5.610	0,3%
Santana/Tucuruvi	127	3,6	3.470	0,1%
Vila Maria/Vila Guilherme	73	1,1	2.640	0,0%
Lapa	11	0,2	4.010	0,0%
Total	274.776	9.293	150.900	6,2%

Fonte: Habisp - <http://www.habisp.inf.br> em 15/05/2013

Não consta no Habisp registro de loteamento irregular nas subprefeituras: Sé, Mooca, Vila Mariana, Pinheiros e Santo Amaro. São Mateus é a subprefeitura que apresenta a maior área ocupada por loteamentos irregulares, com 1.296,3 ha, o que representa 28,3% da área territorial total pertencente a esta subprefeitura. Em São Mateus, encontra-se, também, o

maior número de lotes, cerca 39 mil, correspondendo a 14,3% do total da quantidade existentes em São Paulo. Assim como em São Mateus, nas subprefeituras de Guaianases, Itaim Paulista e São Miguel mais de 20% do território é constituído por loteamentos ainda irregulares.

Bibliografia

“Habitação de Interesse Social em São Paulo: desafios e novos instrumentos de gestão”, PMSP/SEHAB e Cities Alliance, disponível em http://cidadeinformal.prefeitura.sp.gov.br/?page_id=71&lang=pt-br

“Sistema de Caracterização, Classificação, Elegibilidade e Priorização para Intervenções em Assentamentos Precários no Município de São Paulo”, PMSP/SEHAB e Cities Alliance, disponível em www.habisp.inf.br/theke/documentos/priorizacao/Per_Review_oficial.PDF

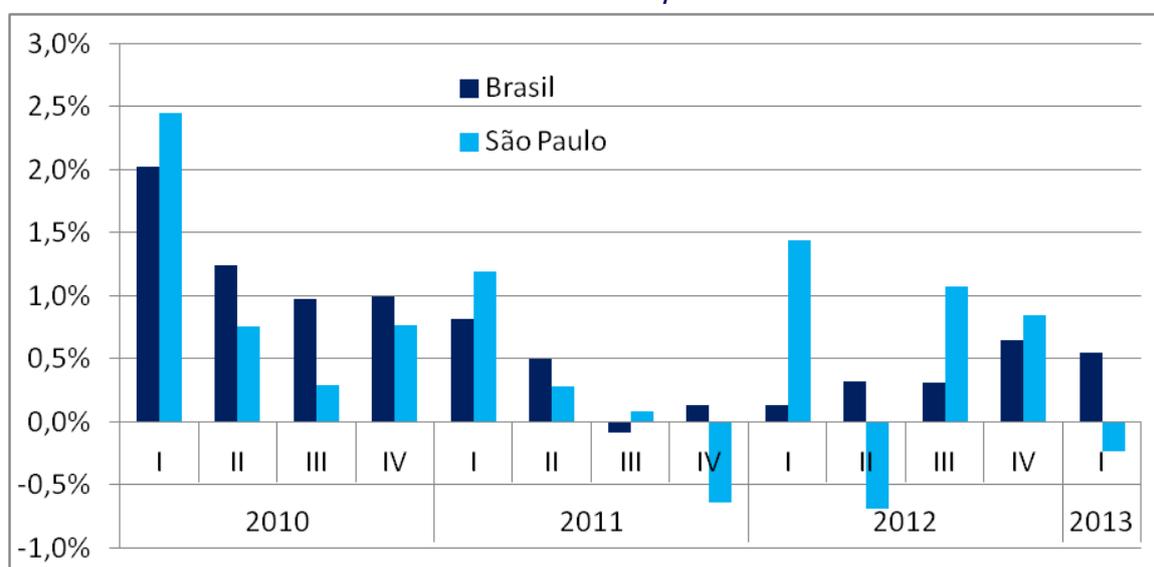
7. Produto Interno Bruto - 1º Trimestre / 2013 - Análise e Perspectivas¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no dia 29 de maio, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 0,6% (na série com ajuste sazonal) no primeiro trimestre de 2013 em relação ao último trimestre de 2012.

Com relação a São Paulo, a Fundação SEADE divulgou que o PIB estadual, no primeiro trimestre de 2013, recuou 0,2% (com ajuste sazonal) em relação ao último trimestre de 2012. Este texto tem como objetivo analisar a evolução recente e as perspectivas para a economia nacional e estadual a partir dos dados recém divulgados do PIB.

Gráfico 4.1 - Cresc. % - Brasil e São Paulo
Cresc. % - 1ºtrim2013/4ºtrim2012



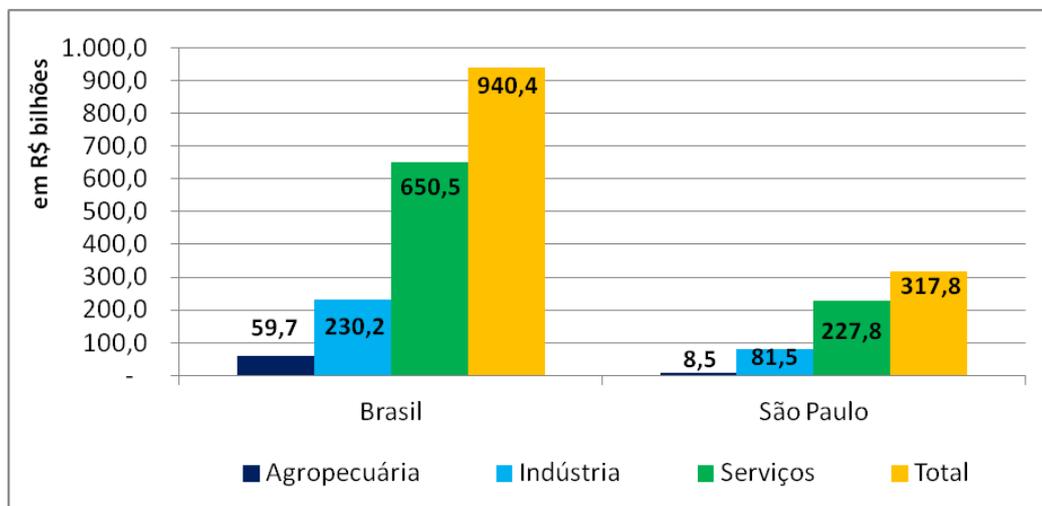
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação SEADE

O valor do PIB é composto pela soma dos valores adicionados produzidos pelos três setores da atividade econômica (agricultura, indústria e serviços) mais o valor dos impostos sobre os produtos (líquidos de subsídios). No nível nacional, considerando apenas o valor adicionado pelos setores da economia, no 1º trimestre de 2013, o crescimento foi de 0,7% em relação ao 4º trimestre de 2012. No estado de São Paulo, o valor adicionado apresentou queda de 0,5% no 1º trimestre de 2013.

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 36 - junho/2013.

Conforme o Gráfico 4.2 mostra, no 1º trimestre de 2013, o valor adicional total, no Brasil, foi de R\$ 940,4 bilhões, sendo R\$ 650,5 bilhões (69,2% do total) produzidos pelo setor de serviços, R\$ 230,2 bilhões (24,5% do total) pela indústria, e R\$ 59,7 bilhões (6,3% do total) pela agricultura.

Gráfico 4.2 - Valores Adicionados - 1º Trimestre de 2013 - em R\$ bilhões
Setores do PIB - Brasil e São Paulo

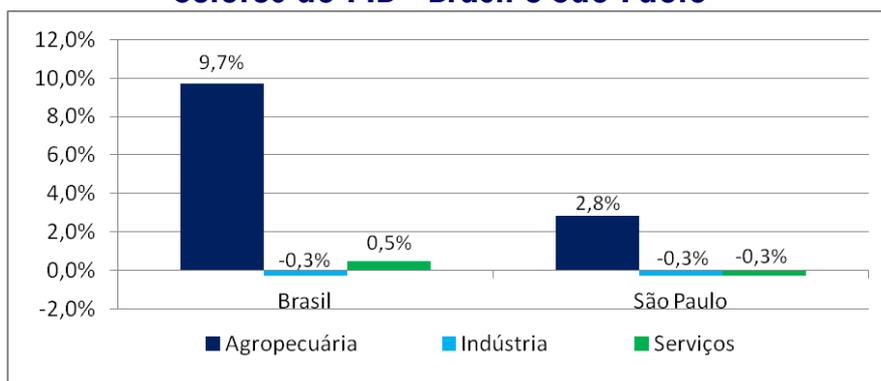


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação SEADE

Representando 33,8% do total brasileiro, o valor adicionado pela economia paulista foi de R\$ 317,8 bilhões, sendo que o setor de serviços respondeu por R\$ 227,8 bilhões (71,7% do total paulista). A indústria produziu o valor adicionado de R\$ 81,5 bilhões (25,6% do total paulista), e a agropecuária, R\$ 8,5 bilhões (2,7% do total paulista).

A agropecuária foi o setor que apresentou a maior taxa de crescimento, 9,7%, nacionalmente, e, 2,8%, no estado de São Paulo. A indústria, tanto no Brasil como em São Paulo, mostrou queda de 0,3%. Nacionalmente, o setor de serviços cresceu 0,5%, e no estado de São Paulo apresentou retração de 0,3% no trimestre.

Gráfico 4.3 - Cresc. % 1º Trim2013/4º Trim2012
Setores do PIB - Brasil e São Paulo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação SEADE

Apesar de representar apenas 6,3% do valor adicionado total brasileiro, a agropecuária foi o setor que mais contribuiu para o crescimento do 1º trimestre, respondendo por 68% do crescimento do valor adicionado nacional no 1º trimestre/2013, de 0,7%. No estado de São Paulo, a agropecuária foi o único setor que apresentou contribuição positiva ao crescimento. No nível nacional, a queda da produção industrial foi determinada sobretudo pelo declínio da indústria extrativista mineral de 2,1% em relação ao 4º trimestre/2012. A indústria extrativista, que representa 16% da produção industrial, havia acumulado, em 2012, uma queda de 1,1% em relação a 2011. A indústria de transformação, que produz o equivalente em valor a 51% do total da indústria, apresentou um crescimento de 0,3% no trimestre.

Tabela 4.1 - Subsetores da Indústria - Brasil - Valor, Participação e Var.%

Subsetor	Valor adicionado nos últimos 4 trimestres (em R\$ milhões)	Participação % no Total	Var. % 1ºT 2013 / 4ºT 2012
Transformação	503.055	51%	0,3%
Construção	211.708	22%	-0,1%
Ext. Mineral	159.402	16%	-2,1%
Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	109.873	11%	-0,1%
Total	984.037	100%	-0,3%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

No caso do estado de São Paulo, a Fundação SEADE trabalha com outra divisão por subsectores. A indústria está subdividida em 3 subsectores (Tabela 4.2). Nesta subdivisão, a indústria extrativa mineral está incluída no subsector “Transformação”. A indústria de transformação, que representa 71% do setor, foi o subsector que mais contribuiu para queda da produção industrial paulista, contraindo 0,4%.

Tabela 4.2 - Subsetores da Indústria - São Paulo - Valor, Participação e Var.%

Subsetor	Valor adicionado nos últimos 4 trimestres (em R\$ milhões)	Participação % no Total	Var. % 1ºT 2013 / 4ºT 2012
Transformação ⁽¹⁾	241.257	71%	-0,4%
Construção Civil	61.196	18%	-0,2%
Produção e Distribuição de Eletricidade e Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana	35.803	11%	1,0%
Total	338.256	100%	-0,3%

Fonte: Fundação SEADE

Com relação aos serviços, o seu crescimento nacional foi determinado em grande parte pela expansão do subsetor “administração pública, educação pública e saúde pública”, que compreende 25% do setor. No 1º trimestre/2013, este subsetor cresceu 0,8%, o que representou 42% do crescimento total do setor. A Tabela 4.2 mostra a composição do setor de serviços e o crescimento de cada subsetor no 1º trimestre.

Tabela 4.3 - Subsetores dos Serviços - Brasil - Valor, Participação e Var. %

Subsetor	Valor adicionado nos últimos 4 trimestres (em R\$ milhões)	Participação % no Total	Var. % 1ºT 2013 / 4ºT 2012
Adm. pública, educação pública e saúde pública	641.790	25%	0,8%
Outros Serviços	596.137	23%	-0,5%
Comércio	483.362	19%	0,6%
Serviços imobiliários e aluguel	313.492	12%	0,7%
Interm. financeira e seguros	263.530	10%	0,1%
Transporte, armazenagem e correio	203.950	8%	-0,9%
Serviços de informação	107.441	4%	0,3%
Total	2.609.705	100%	0,5%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

No estado de São Paulo, conforme metodologia adotada pela Fundação SEADE, os serviços estão subdivididos em 3 subsetores (Tabela 4.4). Apesar de representar apenas 4% do setor, “Transportes, Armazenagem e Correio” contribuiu para queda do setor quase tanto quanto “Demais serviços”, que corresponde a 84% do setor.

Tabela 4.4 - Subsetores dos Serviços - Brasil - Valor, Participação e Var. %

Subsetor	Valor adicionado nos últimos 4 trimestres (em R\$ milhões)	Participação % no Total	Var. % 1ºT 2013 / 4ºT 2012
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	169.494	12%	0,3%
Transportes, Armazenagem e Correio	61.145	4%	-3,9%
Demais Serviços	1.242.896	84%	-0,2%
Total	1.473.535	100%	-0,5%

Fonte: Fundação SEADE

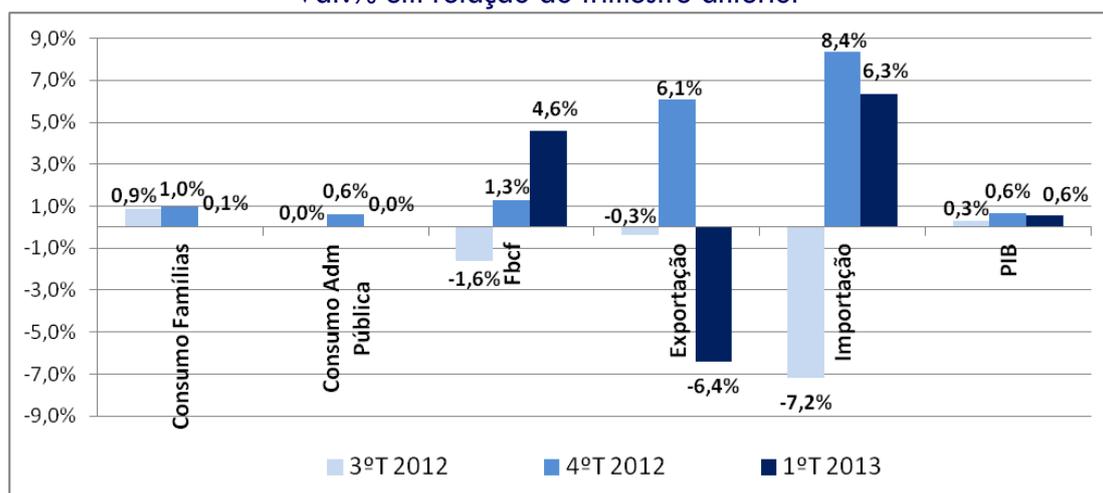
Além da distribuição setorial (agropecuária, indústria e serviços) do PIB, uma outra possibilidade de desagregá-lo é pelos componentes de demanda agregada, que indicam os possíveis fins da produção. Sob esta ótica, o PIB pode ser destinado para o consumo das famílias (Cf), consumo do governo (Cg), formação bruta de capital fixo² (Fbcf), variação de Estoques (Δ Est) ou para as exportações líquidas (exportações menos as importações, X - M):

$$\text{PIB} = \text{Cf} + \text{Cg} + \text{Fbcf} + \Delta\text{Est} + \text{X} - \text{M}$$

O Gráfico 4.4 apresenta a variação trimestral dos componentes da demanda nos últimos 3 trimestres.

Gráfico 4.4 - PIB - Componentes da Demanda

Var.% em relação ao trimestre anterior



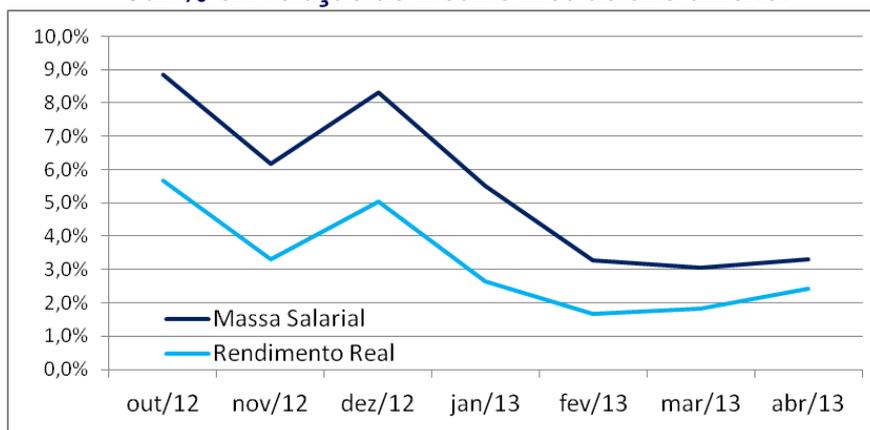
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Entre as variações ocorridas no 1º trimestre/2013, destacam-se: a perda do ritmo de crescimento do consumo das famílias (de bens produzidos no país), aumento da formação bruta de capital fixo e, no que se refere ao comércio internacional, queda das exportações e aumento das importações.

² Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) representa a ampliação do estoque de bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva do País. (Fonte: Notas Metodológicas - IBGE)

O consumo das famílias é o componente da demanda mais representativo, correspondendo a 62,7% do PIB brasileiro (acumulado dos últimos 4 trimestres). No últimos anos, o consumo das famílias foi um dos indutores da expansão do PIB. Desde 2005 (com exceção de 2010), o consumo sempre havia crescido a taxas superiores à do PIB, principalmente em razão do aumento da massa de salarial real e da elevação da oferta de crédito na economia. No últimos meses, no entanto, à medida que a taxa de desemprego tem se aproximado de seu mínimo histórico, a geração de emprego tende a diminuir e a contribuição adicional que este componente poderia proporcionar como indutor de crescimento vai reduzindo o seu potencial. A expansão da massa salarial passa, então, a depender mais do aumento dos rendimentos do trabalho, que, no entanto, tem sofrido com a elevação recente da taxa de inflação, que age corroendo o seu crescimento real. O Gráfico 4.5 ilustra o crescimento mês a mês da massa salarial real³ e rendimento real médio do trabalhador.

**Gráfico 4.5 - Massa Salarial Real e Rendimento Real Médio
Var.% em relação ao mesmo mês do ano anterior**

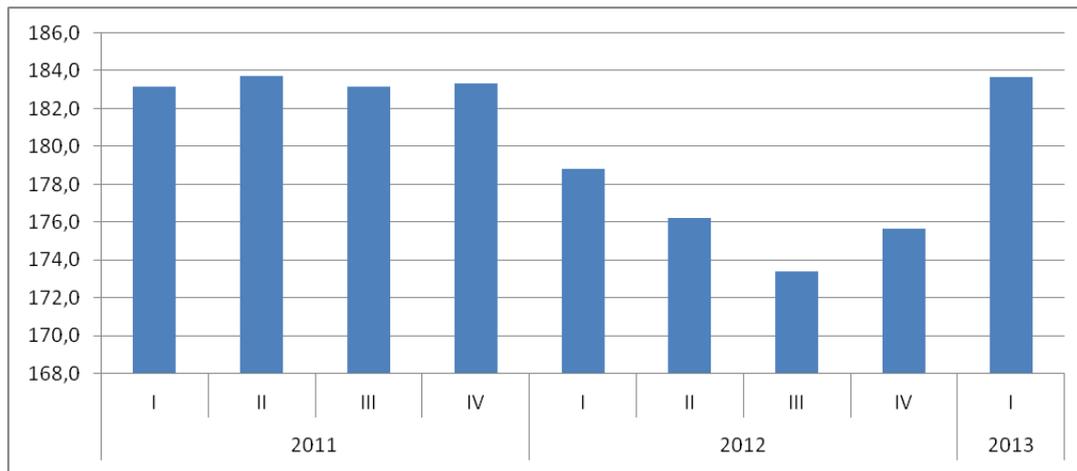


Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego - PME/IBGE

Quanto aos investimentos (formação bruta de capital fixo), o seu aumento deve-se sobretudo à baixa base de comparação proporcionada pelo 4º trimestre de 2012. Analisando a evolução trimestral da série com ajuste sazonal, observa-se que o índice atingiu no 1º trimestre/2013 valores próximos a meados de 2011, Gráfico 4.6.

³ A massa salarial real foi calculada como o total da população ocupada multiplicada pelo rendimento real médio do trabalhador.

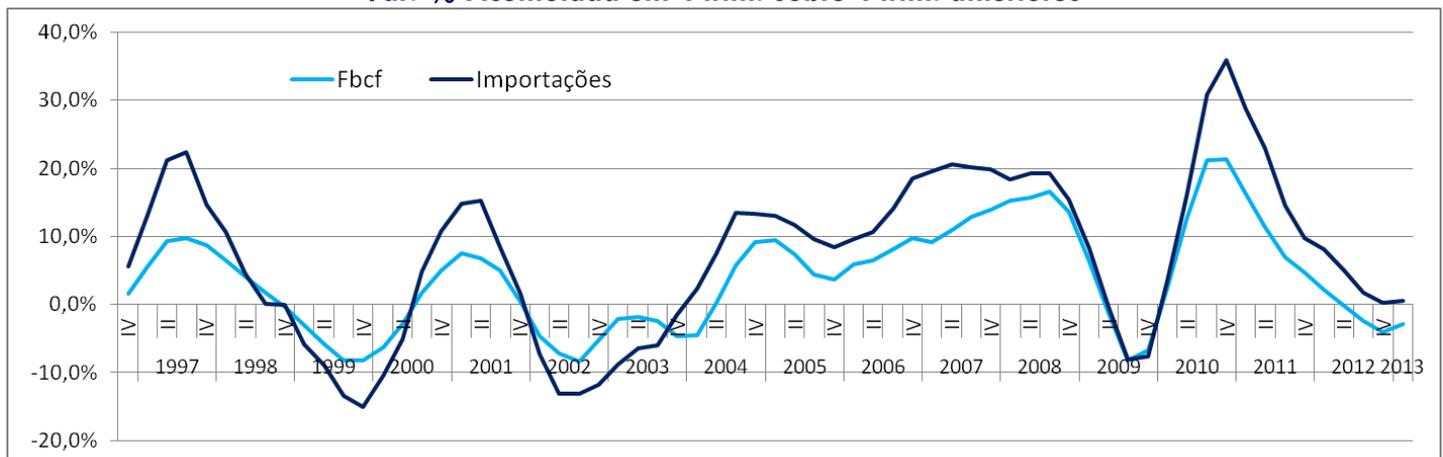
Gráfico 4.6 - Investimentos - Índice com ajuste sazonal - por trimestre



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Acompanhando a retomada do nível dos investimentos no 1º trimestre de 2013, houve a elevação do crescimento das importações de bens e serviços, seguindo um padrão histórico brasileiro. O Gráfico 4.7 mostra uma interessante correlação histórica entre o crescimento (acumulado em 4 trimestres) dos investimentos e das importações.

**Gráfico 4.7 - Investimentos (Fbcf) e Importações
Var. % Acumulada em 4 trim. sobre 4 trim. anteriores**

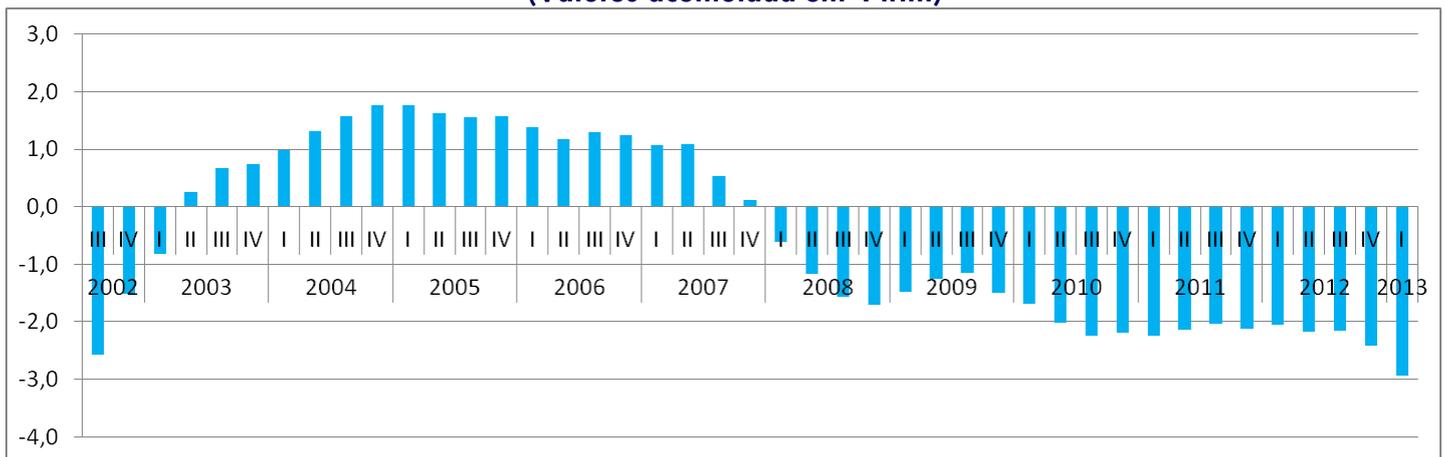


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Os investimentos constituem um importante componente da demanda, na medida em que permitem a ampliação futura da capacidade de produção da economia, mas, por seguir uma dinâmica próxima às importações, as perspectivas para os investimentos tornam-se mais complexas, dado que a conjuntura que atualmente se desenha tende a ser mais adversa para elevação da capacidade nacional de importação. Primeiro, verifica-se um já elevado déficit externo (transações correntes⁴). Nos últimos trimestres, houve uma ampliação desse

⁴ saldo do balanço comercial, serviços e rendas.

**Gráfico 4.8 - Saldo de Transações Correntes em % do PIB
(Valores acumulada em 4 trim)**



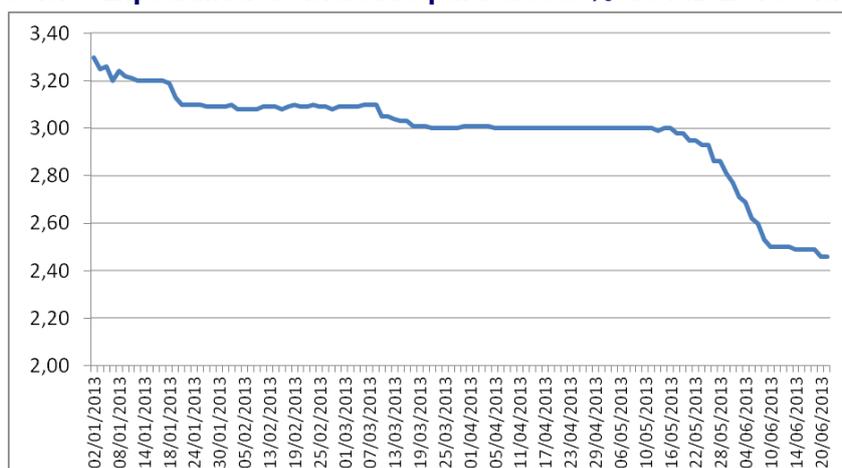
Fonte: Banco Central do Brasil - BCB/Depec

déficit, que atingiu, no 1º trimestre/2013, 2,93% do PIB, maior percentual desde 2º trimestre/2002 (fonte: BCB/Depec), Gráfico 4.8.

Por fim, tende a ficar mais difícil o financiamento desse déficit, dado o ambiente econômico internacional, marcado pela perspectiva da redução dos estímulos monetários por parte do Federal Reserve (banco central americano), ainda este do ano. Tal perspectiva tem levado a uma elevação das taxas de juros internacionais, a consequente saída de capitais do país e aumento da cotação do dólar.

Diante deste quadro, as expectativas de mercado para o crescimento do PIB de 2013 tem sido revisadas para baixo nas últimas semanas (Gráfico 4.9) . No início, a expectativa mediana indicava para um expansão de 3,30%, enquanto os dados mais recentes apontam para um crescimento de 2,46% (fonte: Focus Series/ BCB).

Gráfico 4.9 - Expectativa de Mercado para Cresc. % do PIB 2013 - Mediana



Fonte: Focus Series - Banco Central do Brasil

8. Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014 - Metas Fiscais¹

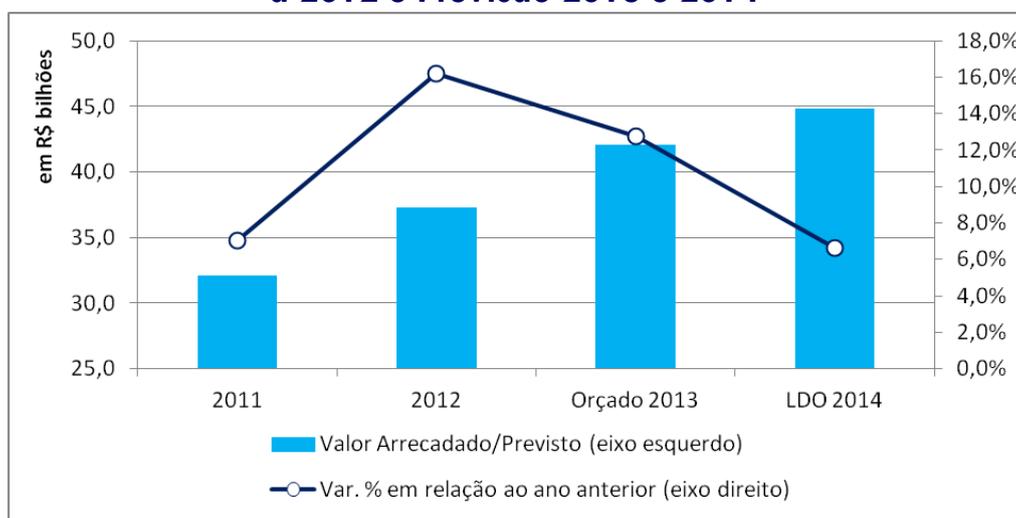
Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

No dia 26 de junho passado, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou em segunda votação o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para 2014 (Lei nº 15.841/2013). Com periodicidade anual, a LDO, que é um dos instrumentos de planejamento público definidos pela Constituição Federal, estabelece orientações gerais para elaboração da lei orçamentária para o exercício financeiro subsequente.

Dentre outras disposições, além de orientar a elaboração do orçamento, a LDO foi incumbida pela Lei Complementar nº 101 de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) de dispor sobre o equilíbrio das contas públicas. Um dos dispositivos criados pela LRF e que compõe a LDO é o Anexo de Metas Fiscais, no qual são definidas metas anuais de resultado primário e de resultado nominal para o exercício a que se referirem e para os dois subsequentes.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas não-financeiras e despesas não-financeiras. É um indicador que permite verificar a economia destinada para o pagamento dos encargos e amortizações da dívida pública. O resultado nominal, por sua vez, corresponde ao crescimento da dívida fiscal líquida, demonstrando a evolução do endividamento da prefeitura.

Gráfico 4.1 - Receita Orçamentária - São Paulo - Arrecadado 2011 a 2012 e Previsão 2013 e 2014



Fonte: Balanço Anual 2011 e 2012, Orçamento 2013 e LDO 2014

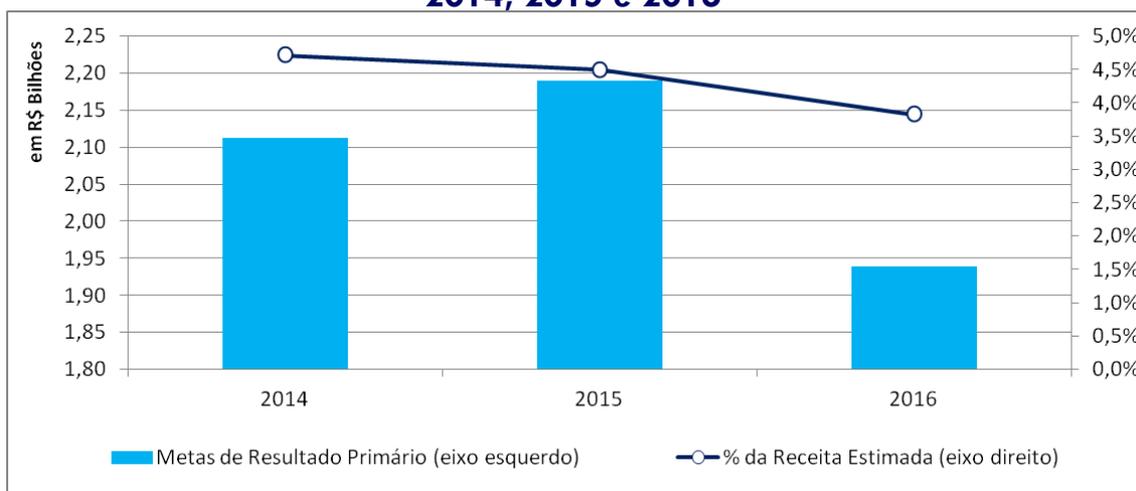
¹ Publicado no Indicador Paulistano nº 37 - julho/2013.

A LDO projeta para o ano de 2014 uma receita orçamentária para a prefeitura de São Paulo de R\$ 44,8 bilhões (Gráfico 1.1), o que representaria um valor 6,6% maior que o orçamento aprovado para 2013. O valor estimado baseia-se no comportamento da arrecadação em 2013 e na projeção para 2014 de um cenário macroeconômico, no qual se espera um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB de 3,55% e uma taxa de inflação de 5,63%. O valor definitivo para o orçamento de 2014 será ainda determinado pela lei orçamentária, a estimativa constante na LDO serve de parâmetro para a definição das metas fiscais.

4.1.1 Resultado Primário

A LDO 2014 estabelece para o próximo ano meta de resultado primário de R\$ 2,12 bilhões, o que corresponde a 4,7% do total da receita estimada para o próximo ano. O Gráfico 4.2 informa os valores das metas de resultado primário definidas na LDO para os anos de 2014 a 2016, e o quanto percentualmente representa do valor do orçamento estimado para cada ano.

Gráfico 4.2 - LDO 2014 - Metas de Resultado Primário e % da Receita Estimada 2014, 2015 e 2016



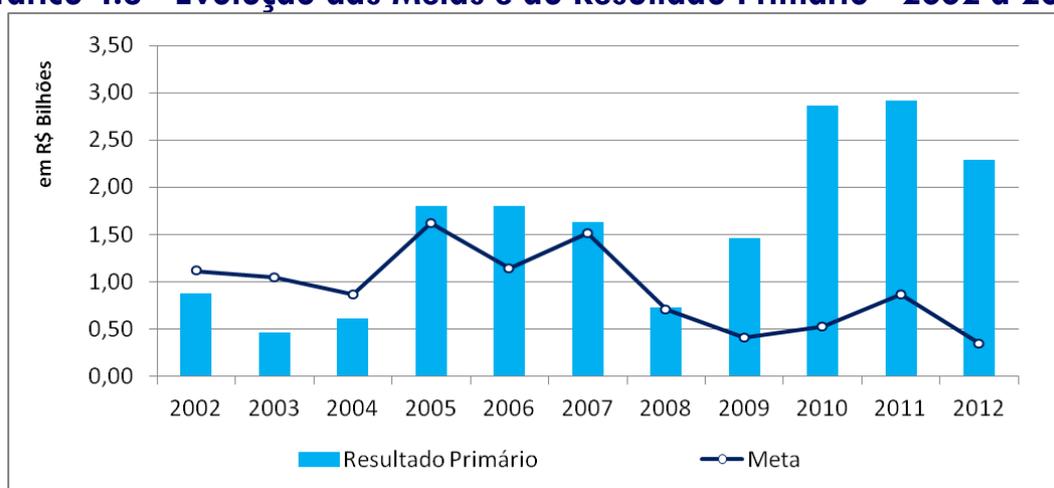
Fonte: LDO 2014

Além de definir as metas, a LDO também avalia também o cumprimento das metas do ano anterior. A LDO 2012 (Lei nº 15.415/2011) havia estipulado uma meta de resultado primário de R\$ 1,41 bilhão para o ano de 2012, no entanto a lei orçamentária de 2012 (Lei nº 15.680/2012) alterou esta meta para R\$ 342,27 milhões. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, no ano passado, foi de R\$ 2,29 bilhões (6,1% do total da receita), portanto, cumprindo com folga a meta estabelecida.

O valor do resultado primário somado com as receitas financeiras (não primárias) do município, de R\$ 2,40 bilhões, originou recursos para o pagamento da despesa com encargos e amortização da dívida (despesas não primárias), de R\$ 3,81 bilhões, e restando ainda um superávit orçamentário de R\$ 885,18 milhões.

O Gráfico 4.3 mostra a evolução das metas e dos resultados primários realizados nos últimos anos. Na série desde 2002, apenas nos três primeiros anos, nos quais foram registrados déficits orçamentários, o resultado primário não atingiu a meta. Em 2008, ano em que se voltou a registrar déficit orçamentário, o resultado primário (de R\$ 720,5 milhões) ficou ligeiramente acima da meta (de R\$ 704,3 milhões).

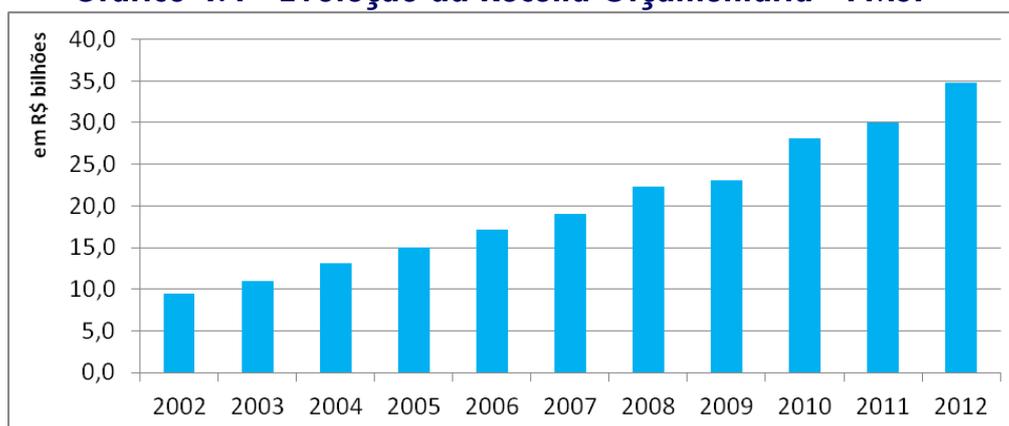
Gráfico 4.3 - Evolução das Metas e do Resultado Primário - 2002 a 2012



Fonte: LDO 2014

A partir de 2009, as metas tem sido cumpridas com bastante folga, não só porque estas passaram a assumir valores relativamente mais baixos (portanto, mais fáceis de serem cumpridas) do que dos anos anteriores, mas também por influência do consistente crescimento da receita municipal (Gráfico 4.4).

Gráfico 4.4 - Evolução da Receita Orçamentária - PMSP



Fonte: Balanços Anuais - PMSP (Adm. Direta)

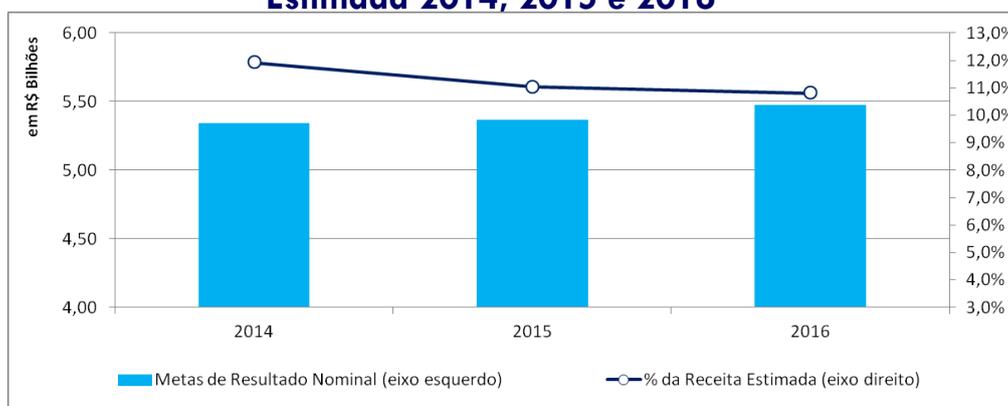
O aumento da receita possui um vínculo direto com a destinação de mais recursos para o pagamento dos encargos e amortização da dívida. Mais de 75% da dívida consolidada do município referem-se ao contrato, celebrado no ano 2000, de refinanciamento de dívidas, por meio do qual a União assumiu as dívidas da Prefeitura e as pagou diretamente às instituições financeiras credoras. A dívida foi refinanciada pelo prazo de 30 anos, sendo as prestações pagas mensalmente pela Prefeitura em valor de até 13% de sua Receita Líquida Real² sendo admitidas deduções de referentes ao pagamento de encargos de outras dívidas.

Assim, mantido o equilíbrio orçamentário, um crescimento da receita líquida real implica um aumento das despesas financeiras (não primárias), elevando o resultado primário.

4.1.2 Resultado Nominal

A LDO 2014 estabelece uma meta de resultado nominal de R\$ 5,34 bilhões (em valores correntes, ou R\$ 5,06 bilhões em valores atuais), representando 11,9% do total da receita estimada para o próximo ano. O resultado nominal é definido como o valor do crescimento da dívida fiscal líquida, portanto, diferentemente do resultado primário, quanto maior o resultado nominal pior é a situação fiscal. O Gráfico 4.5 apresenta os valores das metas de resultado nominal definidas na LDO para os anos de 2014 a 2016, e o quanto percentualmente representa da estimativa de valor orçado.

Gráfico 4.5 - LDO 2014 - Metas de Resultado Nominal e % da Receita Estimada 2014, 2015 e 2016



Fonte: LDO 2014

² A Receita Líquida Real - RLR está definida na Medida Provisória nº 2.185/01 (Instrumento Legal referente ao refinanciamento das dívidas dos Municípios). É a receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito, de alienação de bens, de transferências voluntárias ou de doações recebidas com o fim específico de atender despesas de capital.

A LDO 2012 (Lei nº 15.415/2011) havia estabelecido uma meta de resultado nominal de R\$ 4,47 bilhões para o ano de 2012, no entanto a lei orçamentária de 2013 (Lei nº 15.680/2012) alterou esta meta para R\$ 8,62 bilhões. O resultado primário efetivamente realizado pelo município, em 2012, foi de R\$ 5,16 bilhões, valor que cumpriu a meta estabelecida pela LOA 2013, mas que extrapolaria a meta original definida pela LDO 2012. O Gráfico 4.6 apresenta a evolução de 2002 a 2016 das metas e do resultado nominal efetivamente realizado.

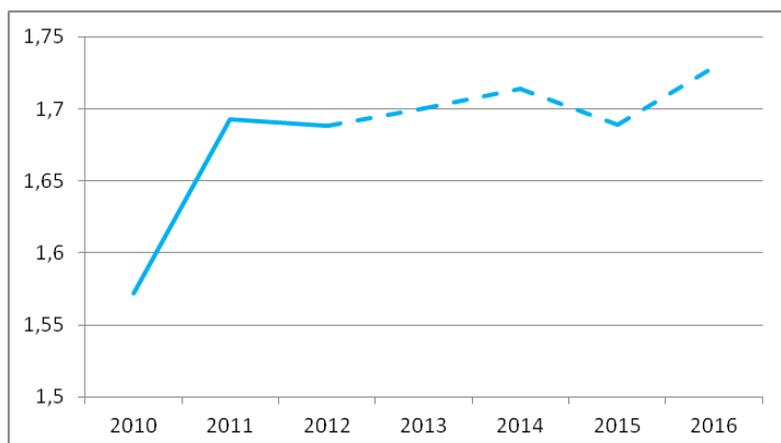
Gráfico 4.6 - Evolução das Metas e do Resultado Nominal - 2002 a 2012



Fonte: LDO 2014

Nos anos de 2002 a 2004, 2008 e 2010, as metas de resultado nominal não foram cumpridas. De 2002 a 2004, as metas foram relativamente mais restritivas, assumindo valores significativamente menores (portanto, mais difíceis de serem cumpridas). Além disso, nesses anos, assim como nos outros anos (2008 e 2010) em que a meta não foi cumprida, o IGP-DI, índice que reajusta o valor da dívida da prefeitura com a União, registrou variações significativamente mais elevadas, fazendo com que o a dívida municipal crescesse com maior intensidade. Nos anos em que a meta não foi cumprida, a variação do IGP-DI foi em média 13,3%, enquanto que, nos anos em que a meta foi cumprida, a variação média foi de 4,1%. Nos últimos dois anos, 2011 e 2012, mesmo a meta sendo cumprida, observou-se um crescimento da dívida fiscal líquida a taxas superiores ao crescimento da receita. Adotando a relação dívida/receita como medida da capacidade do ente de saldar a dívida, tem-se observado uma piora (aumento) deste indicador nos últimos anos (Gráfico 4.7).

Gráfico 4.7 - Indicador Dívida/Receita
Real (2010 a 2012) e Projetado (2013 a 2016)



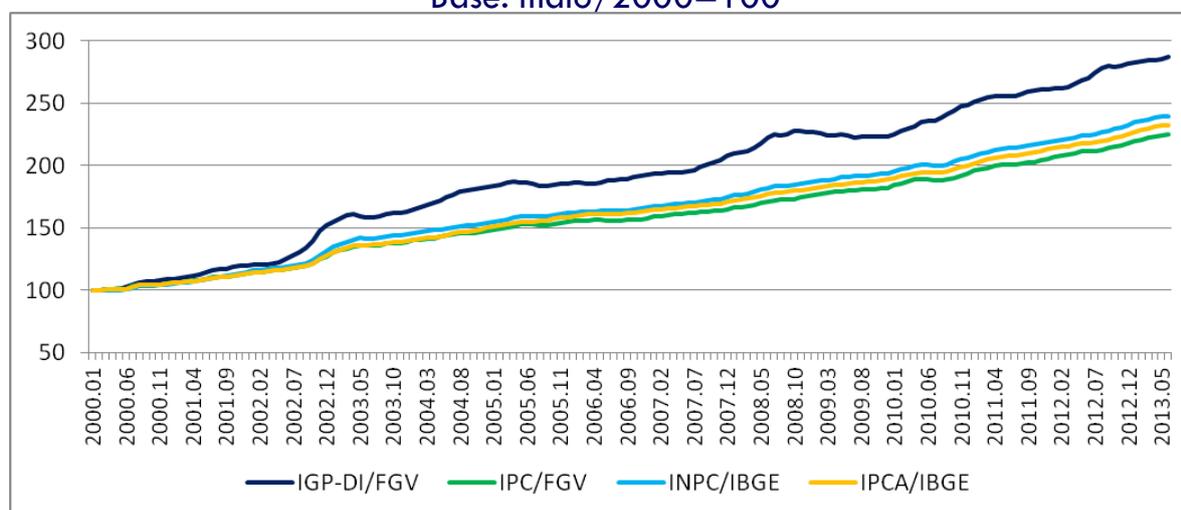
Fonte: LDO 2014 e Balanços

Apesar de as metas de resultado nominal fixadas na LDO para os anos de 2014, 2015 e 2016 apresentarem valores menores em relação aos três anos anteriores, o cumprimento das metas não será suficiente para reduzir o indicador dívida/receita, dadas as estimativas de dívida fiscal líquida e receita total da LDO2014 (Gráfico 4.7).

Deve-se destacar que a evolução desfavorável da dívida é fortemente determinada pela forma como é contratualmente realizada a sua correção. Além de ser corrigido pelo IGP-DI, o saldo da dívida refinanciada com a União é acrescido de taxa de juros de 9% ao ano. Em 2012, os juros e a variação do IGP - DI combinados representaram uma correção de aproximadamente 17,8%, percentual duas vezes superior à taxa básica de juros, Selic, média do ano (8,3%).

Além disso, a utilização do IGP-DI como indexador da dívida municipal com a União tem se mostrado bastante desfavorável ao município, uma vez que tem apresentado, no período, um crescimento significativamente superior a outros índices de inflação (Gráfico 4.8).

Gráfico 4.8 - Evolução dos Índices de Preços IGP-DI, IPC, INPC, IPCA
Base: maio/2000=100



Fonte: FGV e IBGE

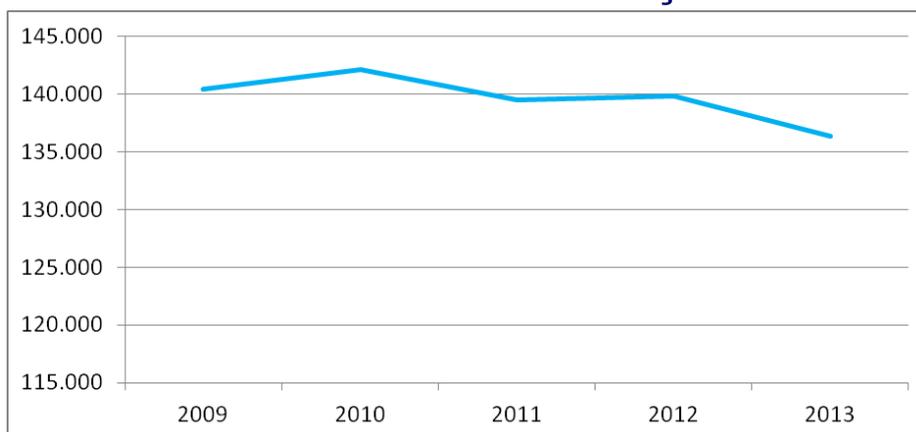
Assim, dada a magnitude com que o saldo devedor é reajustado, os pagamentos mensais equivalentes a 13% da RLR não conseguem amortizar a dívida; por vezes, sequer são suficientes para quitar os juros. Prosseguindo a dinâmica de crescimento da dívida municipal, a parte não quitada dos juros incorpora-se ao saldo devedor, sobre os quais, no próximo período, incidirão novamente a variação do IGP-DI mais a taxa de 9% a.a.

9. Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas - Cogep, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - Sempla divulga anualmente, tendo por base o mês de abril, o Atlas Municipal de Gestão de Pessoas², no qual estão reunidas informações estatísticas e quantitativas relativas aos servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo. Este texto visa apresentar, de forma sintética, os dados divulgados na edição 2013 do atlas. Como o mês base para a edição do atlas foi abril, não estão consideradas as alterações estruturais ocorridas na Prefeitura do Município de São Paulo por ocasião da edição da Lei 15.764, de 27 de maio de 2013, que criou as Secretarias Municipais de Promoção da Igualdade Racial - SMPIR, de Relações Governamentais - SMRG, de Licenciamento - SEL, de Políticas para as Mulheres - SMPM, bem como a Controladoria Geral do Município - CGM e a Subprefeitura de Sapopemba - SP SB. De acordo com o Atlas, o quadro de pessoal da Administração Direta (não incluindo Câmara Municipal e Tribunal de Contas do Município) é composto por 136.334 servidores municipais.

Gráfico 4.1 - Quadro de Pessoal - Administração Direta Municipal*



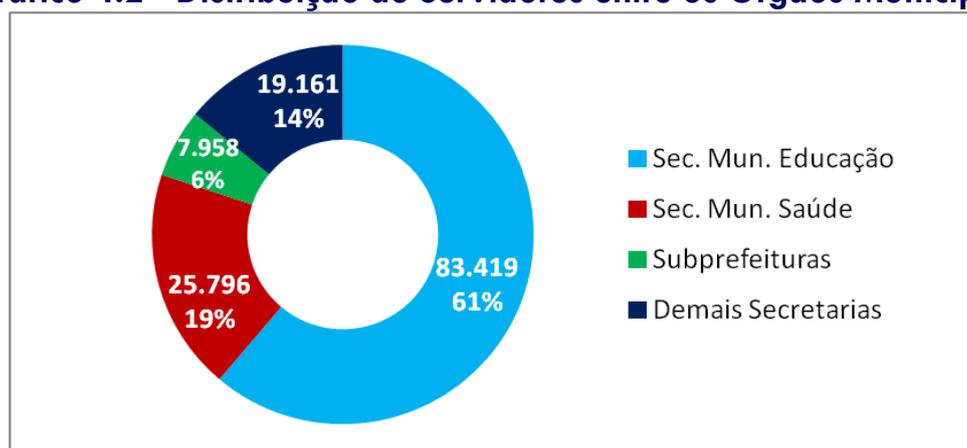
Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

Conforme o Gráfico 4.1 ilustra, observa-se nos últimos 5 anos uma leve tendência de queda no número de servidores, que 2009 eram em 140.407. Deve-se ressaltar que esses números referem-se ao servidores municipais, não incluindo funcionários terceirizados que trabalham nas entidades da Prefeitura.

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 38 - agosto/2013.

Quanto à distribuição dos servidores municipais entre os órgãos municipais, de acordo com o Atlas, grande parte deles (80% do total de servidores) está concentrada na Secretaria Municipal de Educação - SME e na Secretaria Municipal de Saúde - SMS (Gráfico 4.2). Na SME, está alocado um conjunto de 83,4 mil servidores, composto principalmente por professores (61,6 mil) e auxiliares de educação (7,5 mil); e, na SMS há um total de 25,8 mil servidores, composto principalmente por especialistas em saúde médicos (4,6 mil) e auxiliares de saúde (6,3 mil). No conjunto das 31 subprefeituras, estão lotados 7,8 mil servidores (ou 6% do total).

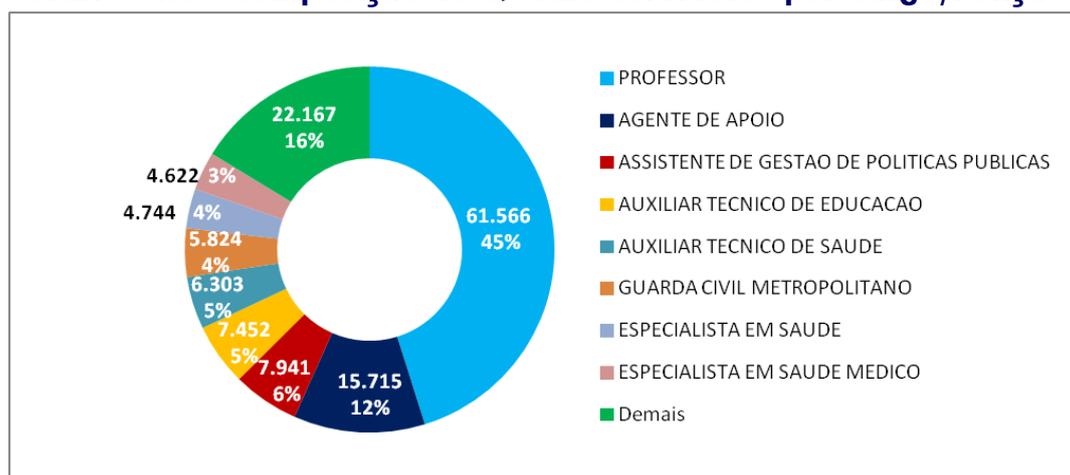
Gráfico 4.2 - Distribuição do Servidores entre os Órgãos Municipais



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

O Gráfico 4.3 ilustra a composição do quadro de servidores pelos cargos/funções por eles ocupados na administração direta municipal. O cargo mais numeroso é o de “Professor”, que é ocupado por 45% dos servidores, seguido pelo cargo de “Agente de Apoio”, que é ocupado por 12% dos servidores.

Gráfico 4.3 - Composição do Quadro Servidores por Cargo/Função



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

Entre as suas informações, o Atlas apresenta dados georreferenciados relativos a questões geográficas (área, população, densidade demográfica) e sociais (quantidade de equipamentos municipais, IDH-M) por distrito/subprefeitura. No sistema de dados georreferenciados por distrito estão cadastrados 125,1 mil servidores municipais. A Tabela 4.1 apresenta a distribuição regional dos servidores por grupo de cargo, agregando-os por similaridade de denominação dos cargos, carreiras e funções. Foram constituídos 9 grupos: atividades artísticas, educação, fiscalização, Guarda Civil Metropolitana, gestão, nível básico, nível médio, nível superior e saúde. O grupo educação, por exemplo, é formado, entre outros cargos, por agentes escolares, auxiliares de educação, professores.

Tabela 4.1 - Distribuição Regional dos Servidores por Grupo de Cargo

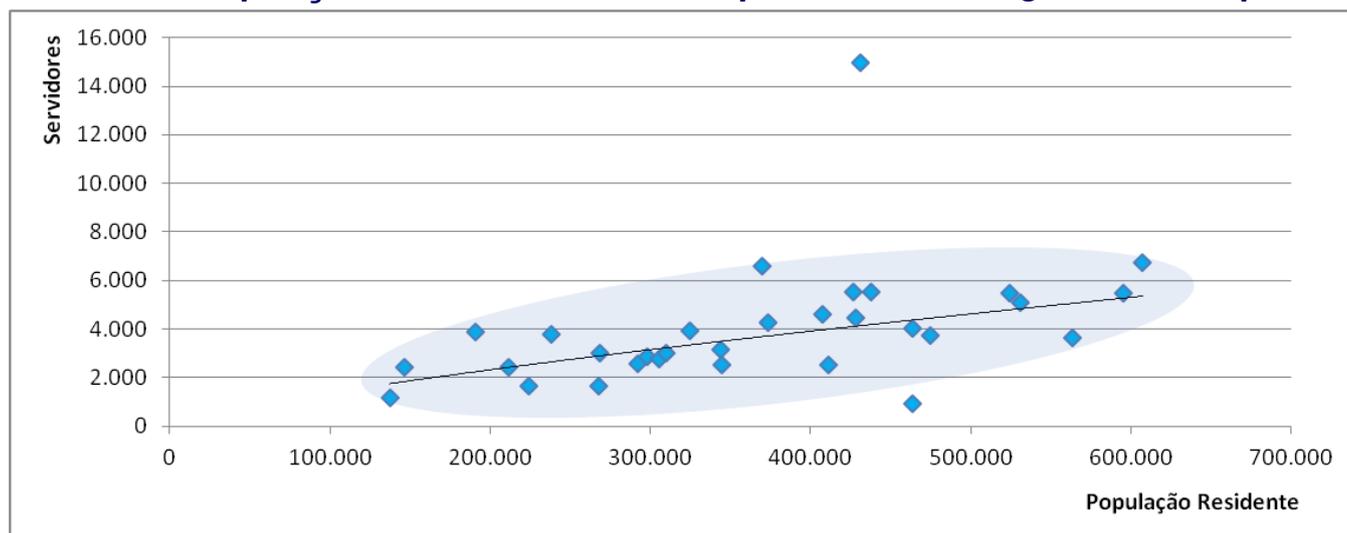
Cód	Subprefeitura	Servidores por Grupo de Cargo				População 2010	IDH-M
		Educação	Saúde	Outras Áreas	Total		
AF	Aricanduva - Vila Formosa - Carrão	1.120	121	454	1.695	267.702	0,87
BT	Butantã	3.405	392	676	4.473	428.217	0,89
CL	Campo Limpo	5.457	485	821	6.763	607.105	0,81
CS	Capela do Socorro	4.193	461	830	5.484	594.930	0,79
CV	Casa Verde - Cachoeirinha	1.548	899	597	3.044	309.376	0,83
AD	Cidade Ademar	2.104	94	338	2.536	410.998	0,79
CT	Cidade Tiradentes	3.240	95	545	3.880	190.657	0,77
EM	Ermelino Matarazzo	1.629	261	582	2.472	211.501	0,82
FÓ	Freguesia do Ó - Brasilândia	3.228	530	880	4.638	407.245	0,80
G	Guaianases	2.177	114	719	3.010	268.508	0,76
IP	Ipiranga	2.392	700	967	4.059	463.804	0,86
IT	Itaim Paulista	3.483	144	679	4.306	373.127	0,76
IQ	Itaquera	3.870	512	1.096	5.478	523.848	0,80
JA	Jabaquara	1.041	208	412	1.661	223.780	0,86
JT	Jaçanã - Tremembé	1.983	95	509	2.587	291.867	0,82
LA	Lapa	1.077	669	1.063	2.809	305.526	0,93
MB	M'boi Mirim	2.987	138	545	3.670	563.305	0,77
MO	Mooca	1.459	564	1.156	3.179	343.980	0,90
PA	Parelheiros	759	86	326	1.171	137.441	0,74
PE	Penha	2.796	261	709	3.766	474.659	0,85
PR	Perus	1.768	165	515	2.448	146.046	0,77
PI	Pinheiros	351	185	417	953	463.804	0,96
PJ	Pirituba - Jaraguá	4.186	391	975	5.552	437.592	0,83
ST	Santana - Tucuruvi	1.643	769	1.539	3.951	324.815	0,90

Cód	Subprefeitura	Servidores por Grupo de Cargo				População 2010	IDH-M
		Educação	Saúde	Outras Áreas	Total		
SA	Santo Amaro	1.536	815	1.444	3.795	238.025	0,94
SM	São Mateus	4.393	314	834	5.541	426.764	0,78
MP	São Miguel Paulista	4.151	722	1.726	6.599	369.496	0,78
SE	Sé	887	5.125	8.990	15.002	431.106	0,93
MG	Vila Maria - Vila Guilherme	1.912	389	606	2.907	297.713	0,84
VM	Vila Mariana	957	388	1.211	2.556	344.632	0,95
VP	Vila Prudente - Sapopemba	3.911	504	717	5.132	531.113	0,82
Total		75.643	16.596	32.878	125.117	11.408.682	

Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

O Gráfico 4.4 apresenta a distribuição dos servidores lotados na área de abrangência de cada subprefeitura conjuntamente com a população residente na mesma área. As subprefeitura são representadas no gráfico por um quadrado, sendo que no eixo horizontal é apresentada a população residente e no eixo vertical, o número de servidores que trabalham na respectiva região de abrangência.

Gráfico 4.4 - População Residente x Servidores por área de abrangência da Subprefeitura

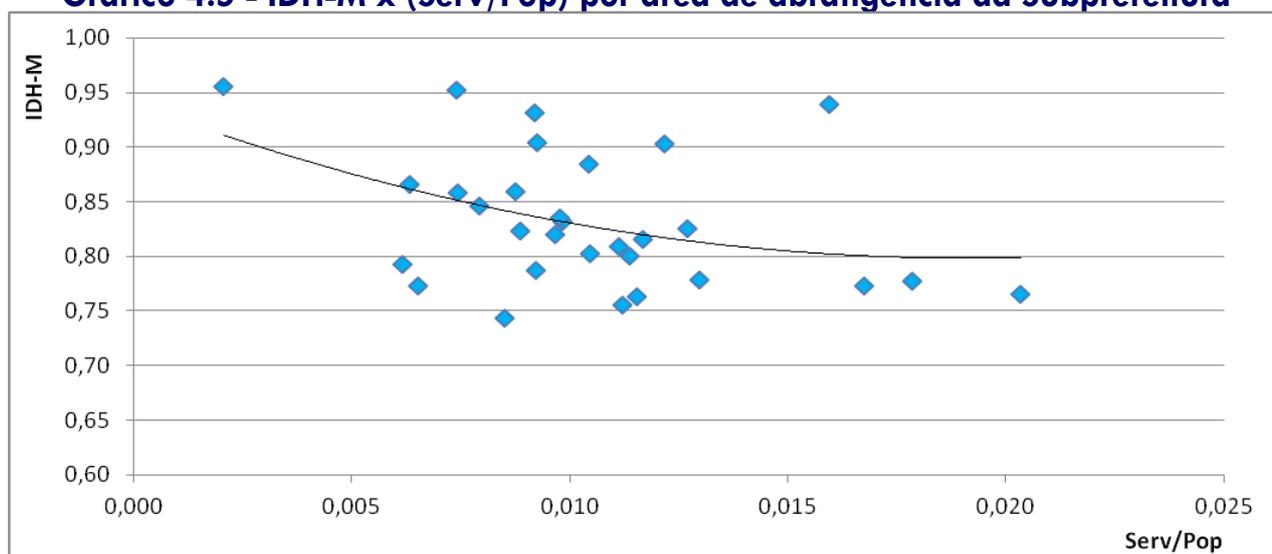


Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

No Gráfico 4.4, sobressai a área de abrangência da Subprefeitura Sé (quadrado mais elevado), que, por abrigar diversos órgãos da administração municipal, possui o maior número de servidores (15 mil) trabalhando na sua região. Por outro lado, destaca-se, também, a Subprefeitura de Pinheiros (quadrado mais baixo), cuja região é a que menos recebe (953) servidores municipais, em função de ser a área em que menos tem instalados equipamentos municipais, particularmente, os de saúde e educação, que empregam mais servidores.

O número de servidores dividido pela população (Serv/Pop) da subprefeitura representa um indicador que mostra a concentração relativa de servidores entre as subprefeituras. Um indicador Serv/Pop mais alto aponta que a subprefeitura recebe, proporcionalmente, mais servidores dada a sua população. A análise conjunta deste indicador com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH calculado para cada subprefeitura mostra que existe, de forma geral, uma leve tendência relativa de alocar mais servidores municipais em regiões com os menores índices de desenvolvimento humano. Excluindo a subprefeitura Sé pela razão anteriormente apontada, o Gráfico 4.5 mostra que as regiões com os menores IDH-M tendem a ter, comparativamente, mais servidores em relação a sua população (indicador Serv/Pop maior).

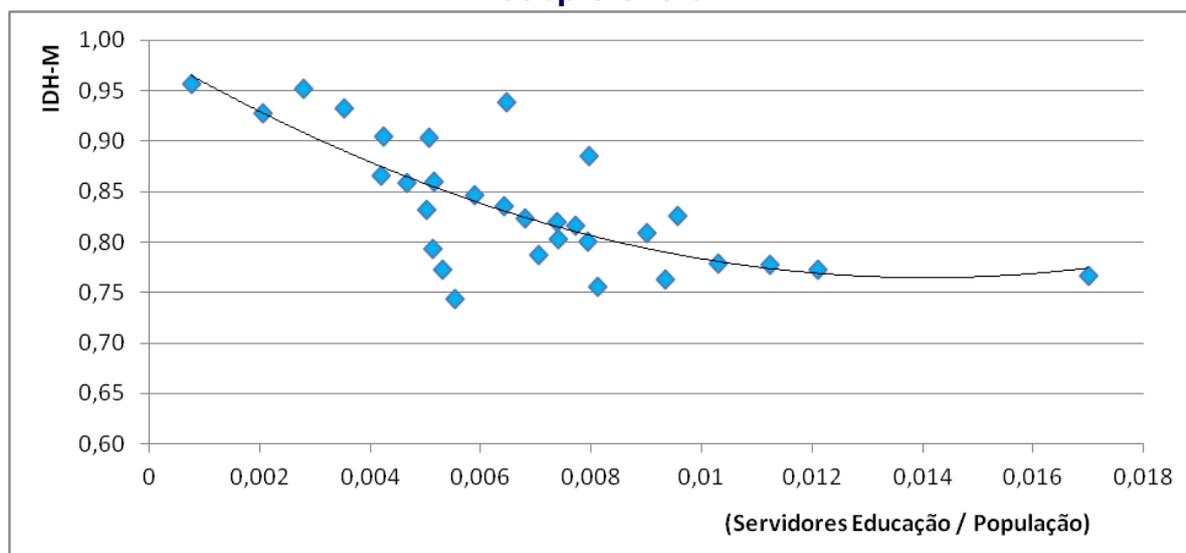
Gráfico 4.5 - IDH-M x (Serv/Pop) por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

Esta tendência de distribuição dos servidores em favor das áreas com menor IDH-M é determinado principalmente pelo padrão de distribuição dos servidores que atuam na área de educação. O Gráfico 4.5 mostra, para cada subprefeitura, o IDH-M e o indicador “servidores que atuam nas áreas de educação dividido pela população”. Conforme o gráfico, a tendência de alocar mais servidores municipais em regiões com os menores IDH-Ms é mais facilmente observada, uma vez que as subprefeituras se encontram menos dispersas em torno da linha de tendência negativamente inclinada.

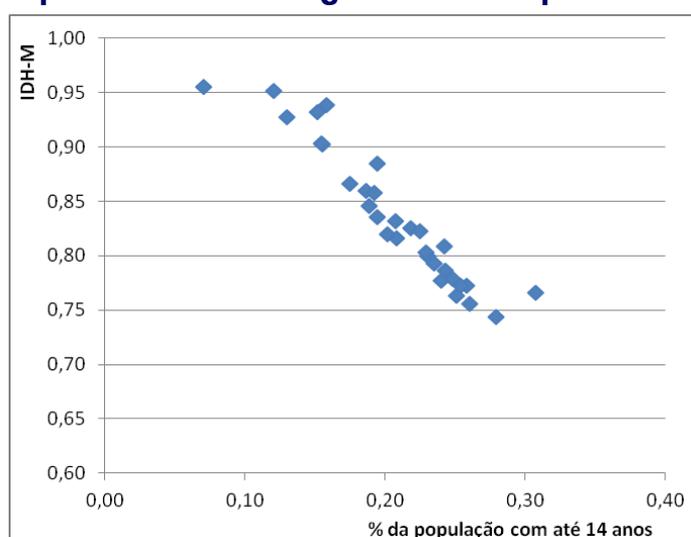
Gráfico 4.6 - IDH-M x (Serv. Educação/População) por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

Apesar de a distribuição dos servidores, a princípio, privilegiar as regiões com IDH-Ms mais baixos. Deve-se levar em conta que as regiões com IDH-M mais baixos apresentam uma porcentagem, significativamente, maior de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade

Gráfico 4.7 - IDH-M x % da Pop. Até 14 anos por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013
Censo Demográfico 2010 - IBGE

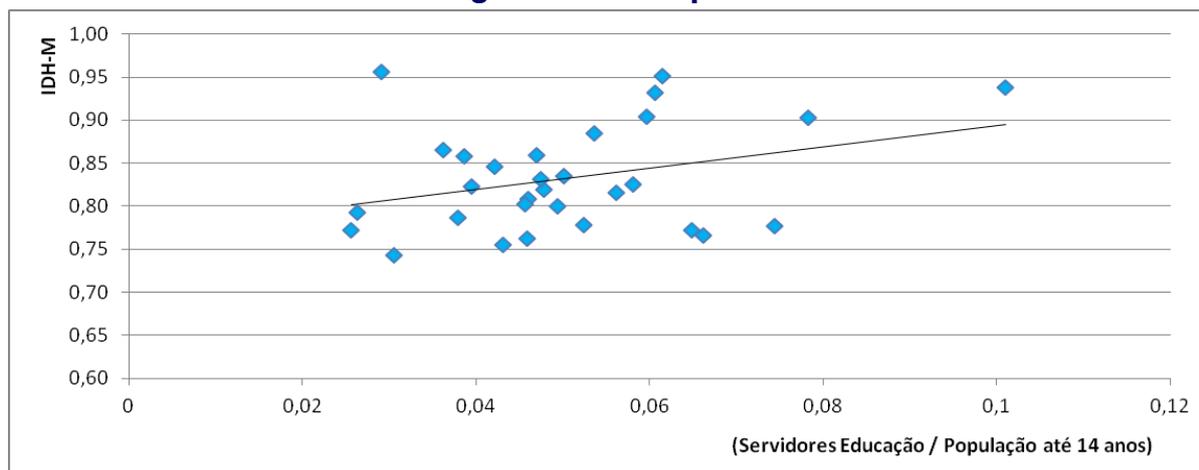
(Gráfico 4.7), população para qual a educação municipal é, predominantemente, voltada. Por esse motivo, um indicador mais relevante para analisar o padrão de distribuição dos servidores da educação é o número de servidores dividido pela população com até 14 anos de idade.

Sob este critério, conforme o Gráfico 4.8 mostra, a tendência inverte-se, e passa a haver uma maior distribuição dos servidores nas regiões das subprefeituras com IDHM maiores. Ressalte-se que o governo

estadual tem participação relevante no ensino fundamental no município (47% do total de alunos matriculados conforme Censo Escolar 2012²), a PMSP 30% e a rede privada 23%.

² Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>.

Gráfico 4.8 - IDH-M x (Serv. Educação/População até 14 anos) por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

O Atlas 2013 apresenta, também, informações georreferenciadas sobre os equipamentos municipais em que os servidores estão alocados. Conforme informa a Tabela 4.2, os equipamentos estão divididos nas áreas de: educação, saúde, assistência e desenvolvimento social, cultura e esportes, lazer e recreação.

Tabela 4.2 - Distribuição dos Equipamentos Municipais por Subprefeitura

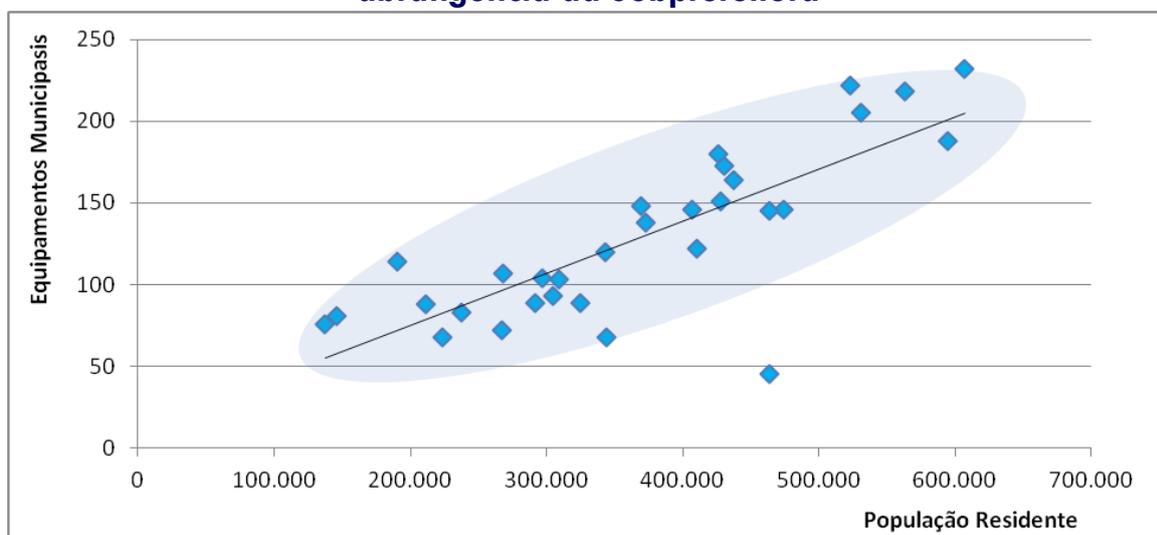
Cód	Subprefeitura	Equipamentos por Área					Total
		Educação	Saúde	Assistência e Des. Social	Cultura	Esportes, Lazer e Recreação	
AF	Aricanduva - Vila Formosa - Carrão	24	19	22	5	2	72
BT	Butantã	74	30	40	5	2	151
CL	Campo Limpo	108	49	71	3	1	232
CS	Capela do Socorro	86	37	63	2	0	188
CV	Casa Verde - Cachoeirinha	31	25	43	3	1	103
AD	Cidade Ademar	38	35	49	0	0	122
CT	Cidade Tiradentes	64	23	21	4	2	114
EM	Ermelino Matarazzo	35	31	21	1	0	88
FÓ	Freguesia do Ó - Brasilândia	63	40	39	2	2	146
G	Guaianases	38	28	38	3	0	107
IP	Ipiranga	55	41	41	5	3	145
IT	Itaim Paulista	68	33	33	3	1	138
IQ	Itaquera	77	51	86	5	3	222
JA	Jabaquara	22	21	21	2	2	68
JT	Jaçanã - Tremembé	35	19	33	1	1	89
LA	Lapa	24	28	35	4	2	93

Cód	Subprefeitura	Equipamentos por Área					Total
		Educação	Saúde	Assistência e Des. Social	Cultura	Esportes, Lazer e Recreação	
MB	M'boi Mirim	84	53	79	2	0	218
MO	Mooca	32	28	50	8	2	120
PA	Parelheiros	20	28	27	1	0	76
PE	Penha	59	41	40	4	2	146
PR	Perus	35	16	27	3	0	81
PI	Pinheiros	9	10	22	4	0	45
PJ	Pirituba - Jaraguá	85	44	29	4	2	164
ST	Santana - Tucuruvi	30	27	23	6	3	89
SA	Santo Amaro	23	19	36	3	2	83
SM	São Mateus	82	40	56	1	1	180
MP	São Miguel Paulista	66	34	45	2	1	148
SE	Sé	21	33	95	18	6	173
MG	Vila Maria - Vila Guilherme	40	25	35	2	2	104
VM	Vila Mariana	15	19	25	8	1	68
VP	Vila Prudente - Sapopemba	82	48	70	3	2	205
TOTAL		1.525	975	1.315	117	46	3.978

Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

De forma geral, analogamente ao observado em relação ao número de servidores, a quantidade de equipamentos municipais guarda uma relação direta com a população residente em cada subprefeitura (Gráfico 4.6).

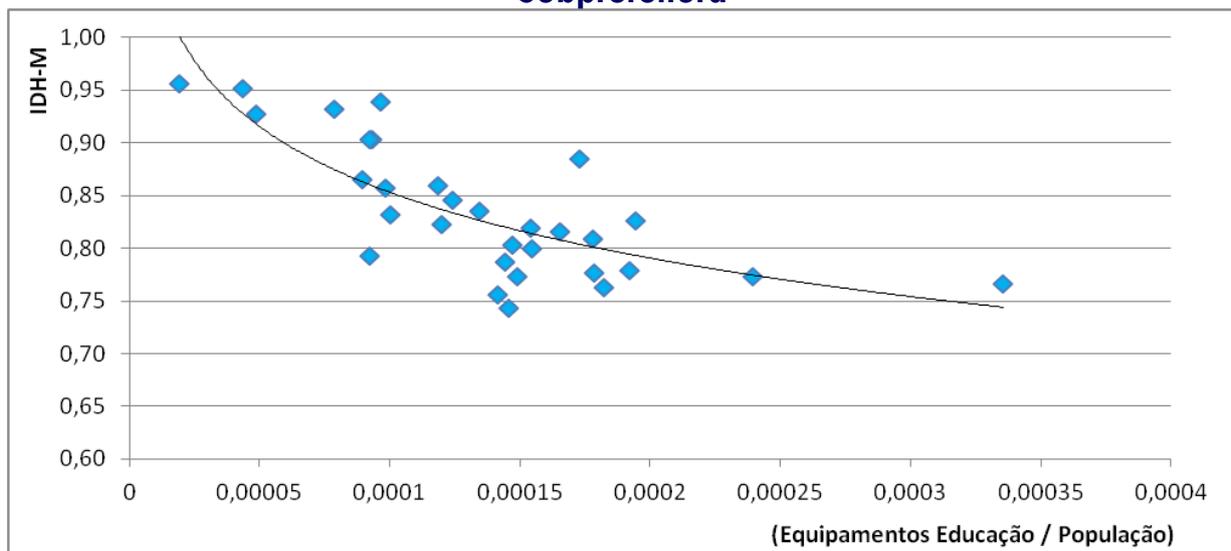
Gráfico 4.6 - População Residente x Equipamentos Municipais por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

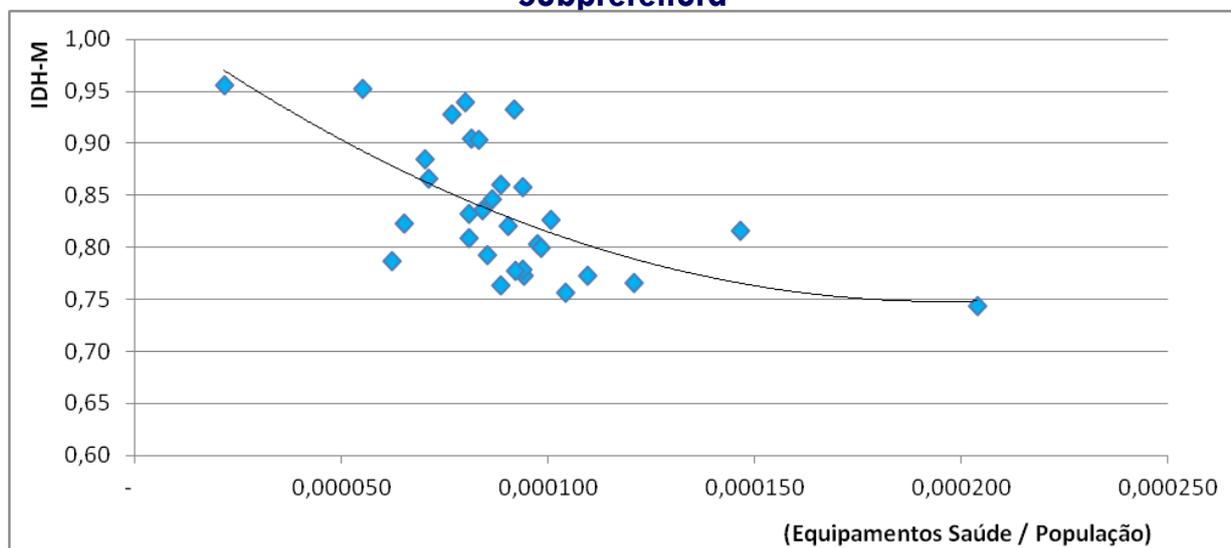
A quantidade de equipamentos municipais dividida pela população (Equip/Pop) da subprefeitura representa um indicador que mostra a concentração relativa dos equipamentos entre as subprefeituras. Um indicador Equip/Pop mais alto aponta que a subprefeitura recebe quantitativamente mais equipamentos dada sua população. A análise conjunta deste indicador com o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de subprefeitura mostra que existe, de forma geral, uma tendência relativa de implantar mais equipamentos municipais em regiões com menores índices de desenvolvimento humano, particularmente no que se refere aos equipamentos da área da saúde e da educação, como mostram os Gráficos 4.7 e 4.8.

Gráfico 4.7 - IDH-M x (Equip. Educação/População) por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

Gráfico 4.7 - IDH-M x (Equip. Saúde/População) por área de abrangência da Subprefeitura



Fonte: Atlas Municipal de Gestão de Pessoas - Edição 2013

10. Mudanças na estrutura etária e o impacto nas matrículas escolares¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

As últimas décadas têm registrado mudanças significativas na estrutura etária da população ao redor do mundo. É conhecido, por exemplo, o envelhecimento cada vez mais intenso de populações na Europa e no Japão. Essas alterações acabam gerando implicações importantes para políticas públicas, principalmente nas áreas de educação, saúde e previdenciária. O aumento da população mais idosa frente aos jovens acaba, em tese, demandando mais recursos para as duas últimas e menos recursos para a primeira. Na questão do setor previdenciário o impacto chega a ser “duplo”, pois na maioria dos países o financiamento das aposentadorias é realizado “entre gerações” (os mais jovens contribuem hoje para o financiamento das atuais aposentadorias e não para o financiamento da sua própria aposentadoria no futuro).

No Brasil, a questão do envelhecimento da população, por enquanto, não tem os contornos mais aprofundados encontrados na Europa e Japão, mas aparentemente é um processo que também começa a ser fartamente registrado através dos dados oficiais, como o censo demográfico do IBGE. O próprio IBGE recentemente divulgou projeções populacionais para o Brasil para até 2060 (e para os estados até 2030), e espera-se que em 2043 a população brasileira passe a diminuir.

O presente artigo apresentará alguns dados dessas projeções para o Brasil e estado de São Paulo, além de mostrar mudanças na estrutura etária ao longo das duas últimas décadas no município de São Paulo. Também serão apresentados alguns dados sobre matrículas escolares no município de São Paulo, com o intuito de se verificar se essas mudanças etárias já começaram a se refletir em áreas de políticas públicas que supostamente seriam sensíveis a esses movimentos. Os dados muitas vezes serão apresentados para períodos de tempo diferentes, de acordo com sua disponibilidade pelo órgão divulgador.

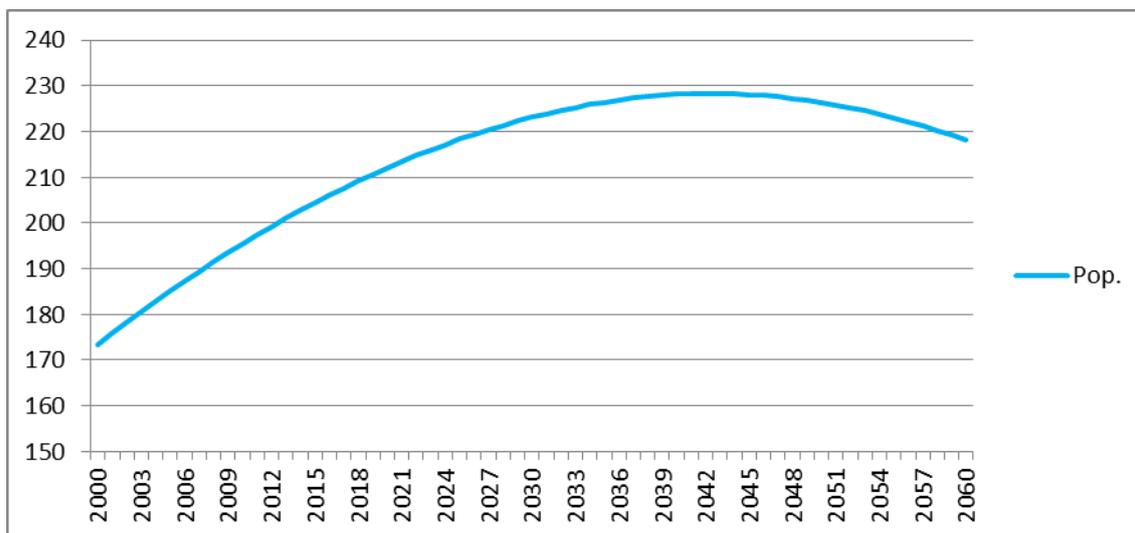
Mudanças na estrutura etária - Brasil

Como mencionado anteriormente, o IBGE divulgou projeções populacionais para o Brasil (até 2060) e estados (até 2030). As projeções seguem as tendências já confirmadas nos dados de

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 39 - setembro/2013.

um crescente envelhecimento da população. O gráfico 4.1 traz a população brasileira de 2000 até 2060 (a partir de 2011 são projeções, dado que o último censo foi realizado em 2010).

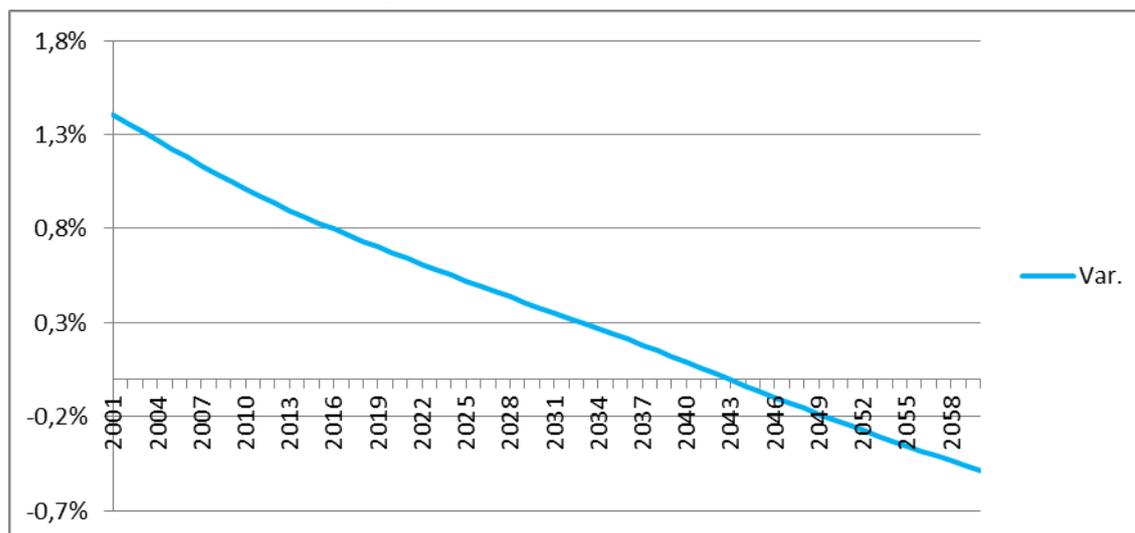
Gráfico 4.1 - População projetada - Brasil (em milhões)



Fonte: IBGE

Como pode ser observado, o formato do gráfico indica um crescimento cada vez menor (inclinação positiva da curva vai ficando cada vez menor), até 2043, quando há previsão de uma diminuição da população e, a partir daí, uma sequência de crescimento negativo (a inclinação passa a ser negativa). De acordo com o IBGE, agora em 2013 a população brasileira ultrapassará os 200 milhões, chegando ao máximo em 2042 com 228,35 milhões de habitantes. Em 2043, começa o recuo (228,34 milhões) contínuo até o último ano de projeção, 2060, quando a população deve ficar em 218,17 milhões. O gráfico 4.2 traz a taxa de variação da população segundo a projeção.

Gráfico 4.2 - Variação populacional projetada - Brasil (em %)

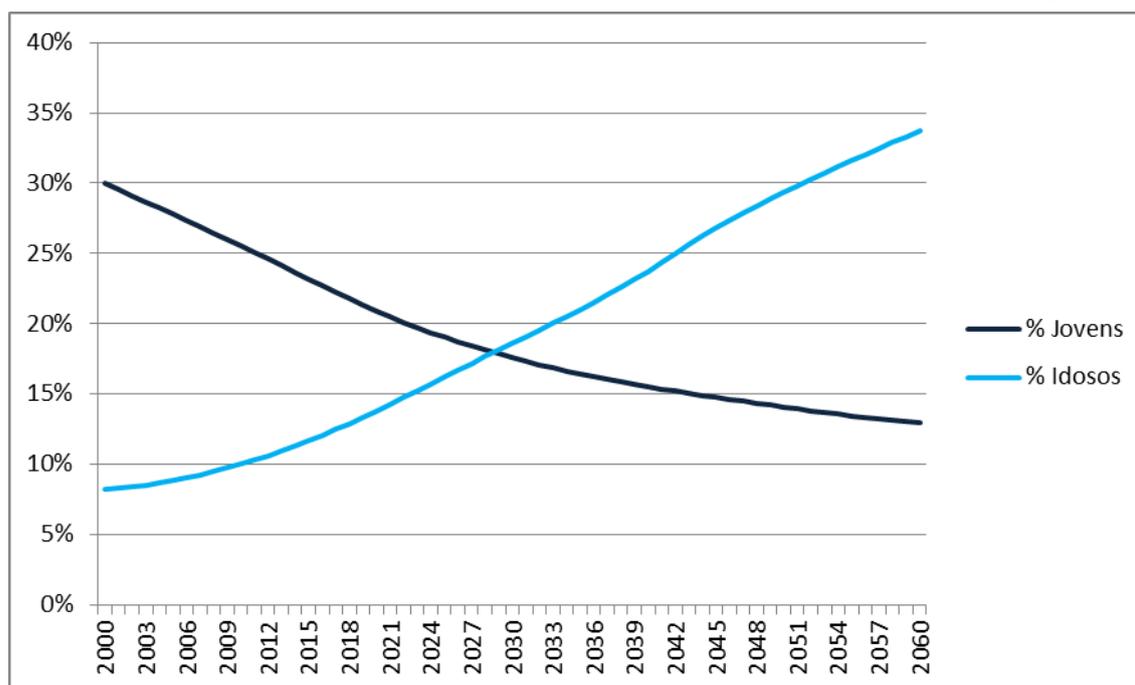


Fonte: IBGE

Olhando para os extremos da população, os mais jovens (população até os 14 anos) e os mais idosos (população com 60 anos ou mais), dois grupos que estão bastante ligados a políticas públicas na área de educação e à previdência social, há uma grande mudança projetada para o período.

Em 2000, o primeiro grupo correspondia a aproximadamente 30% da população, enquanto o segundo era de apenas 8,2%. Essas porcentagens tendem a se inverter até 2060. Em 2029, o grupo dos idosos passará a ser maior que o grupo dos jovens (ou muito jovens) – 18,1% contra 17,6% dos jovens. No último ano da projeção, o grupo dos idosos corresponderá a 33,71% da população, contra apenas 13% dos muito jovens. O gráfico 4.3 ilustra essa mudança trazendo a porcentagem dos muito jovens e dos idosos ao longo do período da disponibilidade dos dados (2000 a 2060). Quando as linhas se cruzam é exatamente o ano em que ocorre a inversão do tamanho de cada grupo.

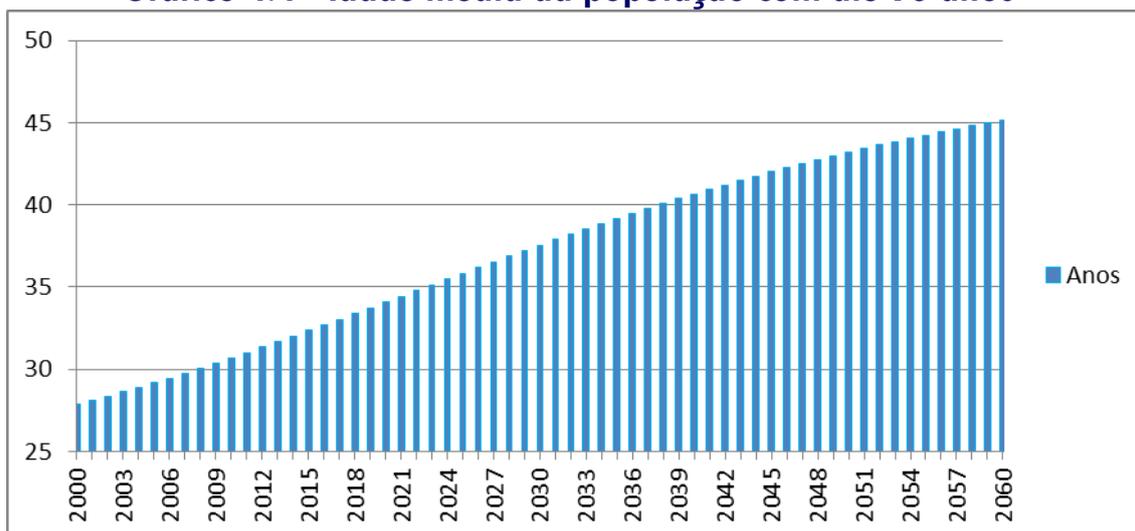
Tabela 4.3 - Porcentagem de muito jovens e de idosos na população



Fonte: IBGE

Devido ao formato em que os dados foram divulgados pelo IBGE não é possível calcular uma “idade média” de toda população para o período das projeções, mas é possível realizar o cálculo para a população abaixo dos 90 anos. O gráfico 4.4, portanto, traz a evolução da idade média da população com menos de 90 anos.

Gráfico 4.4 - Idade média da população com até 90 anos

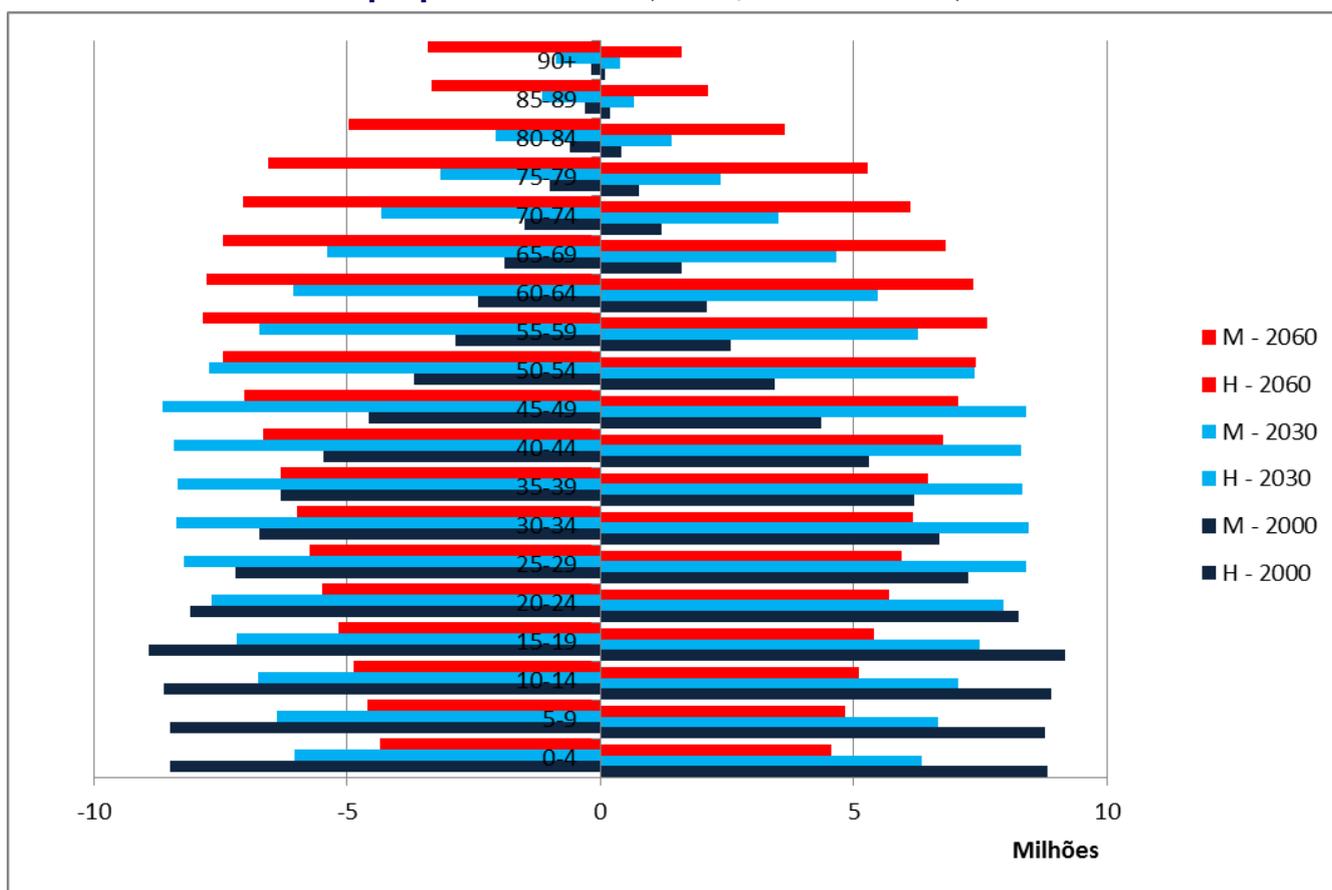


Fonte: IBGE

Como era de se esperar, temos uma curva crescente. Em 2000, a idade média dessa parcela da população (abaixo dos 90) era de aproximadamente 27 anos. Em 2038 espera-se que esse número ultrapasse os 40 anos, chegando a 45 anos em 2060.

Para encerrar a parte referente ao Brasil, o gráfico 4.5 traz a pirâmide etária para a população brasileira para os anos 2000, 2030 e 2060.

Gráfico 4.5 - Pirâmide Etária - Mulheres (lado esquerdo) X Homens (lado direito) projetada - Brasil (2000, 2030 e 2060)



Fonte: IBGE

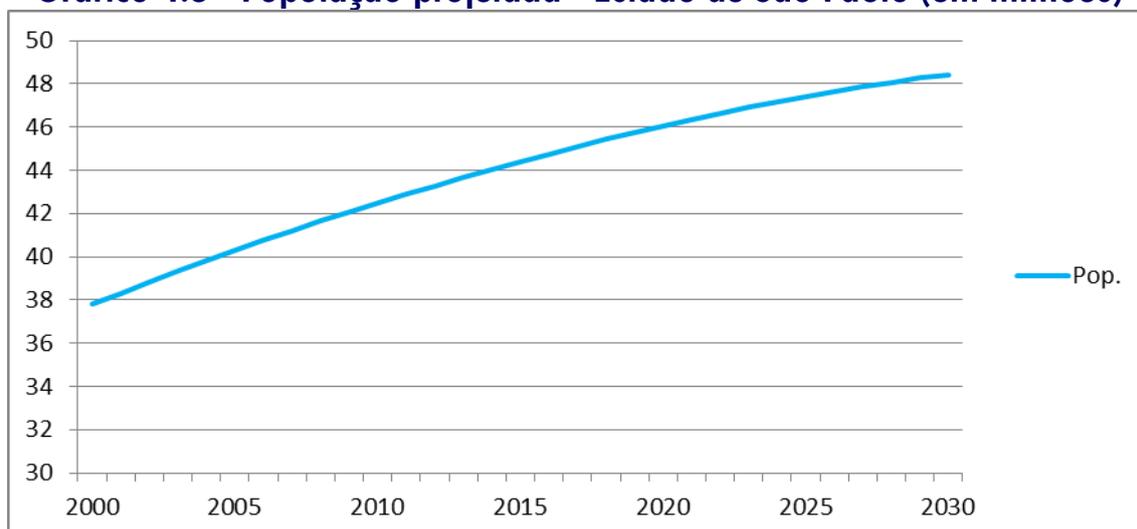
Pelo gráfico é facilmente observada a mudança na estrutura etária que se espera na população brasileira seguindo a tendência já registrada em países europeus e no Japão. As barras com azul mais escuro representam a pirâmide etária no ano 2000. A sua base alargada com o topo estreito (formando uma pirâmide “clássica” mesmo), indica uma população jovem – há muitas pessoas dentro das faixas de idade iniciais e, conforme essas faixas avançam, o número de pessoas diminui (o número de pessoas com mais idade é relativamente bem menor que o número de pessoas com menos idade que são representadas nas faixas iniciais do eixo vertical do gráfico).

Para o ano de 2030 (barras na cor azul clara), a pirâmide já deixa de ter o formato triangular clássico e passa a ter a região central mais alargada, indicando uma população em média “adulta”, com a maioria dos seus integrantes nas faixas intermediárias de idade. Em 2060 (barras vermelhas), uma região mais alta da pirâmide passa a ser mais larga, indicando um envelhecimento da população (mais integrantes dessa população estão dentro das faixas de idade mais avançadas), enquanto a base se torna cada vez mais estreita (menos pessoas estão nas faixas mais baixas de idade).

Estado de São Paulo

Como mencionado anteriormente, o IBGE também fez projeções para os estados, mas apenas até 2030. Focando em São Paulo, o gráfico 4.6 traz a população estimada até 2030.

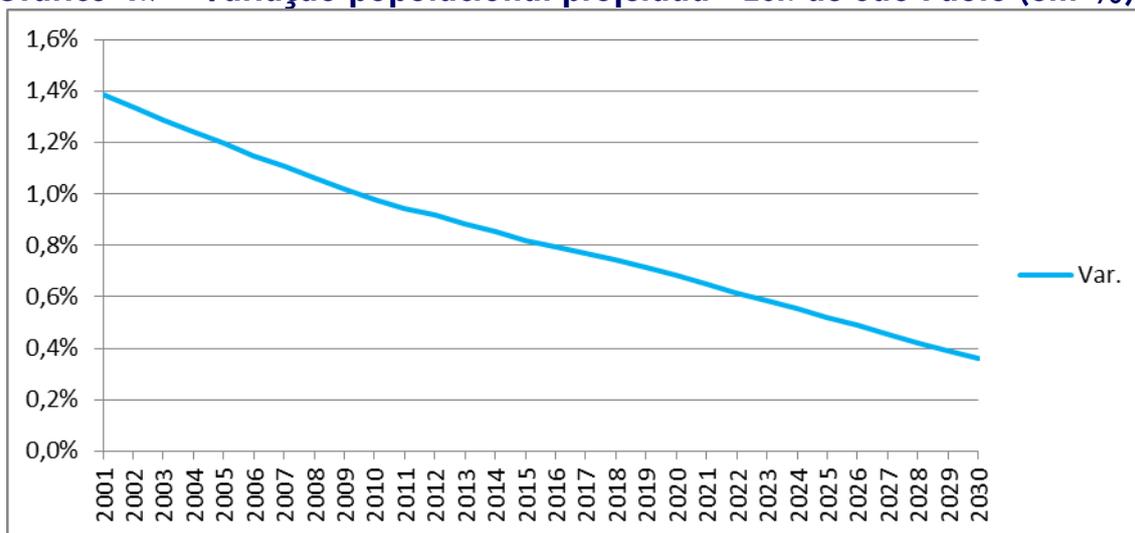
Gráfico 4.6 - População projetada - Estado de São Paulo (em milhões)



Fonte: IBGE

Como a projeção foi apenas até 2030, não houve “tempo suficiente” para registrar uma diminuição da população paulista como ocorreu para o caso brasileiro, o que deve ocorrer, dado que até 2030 o crescimento populacional nacional e paulista apresentam o mesmo comportamento projetado (são bastante parecidos em valores percentuais e seguem a mesma tendência de crescimento positivo cada vez menor). O gráfico 4.7 traz as taxas de variação populacional projetadas para o estado de São Paulo.

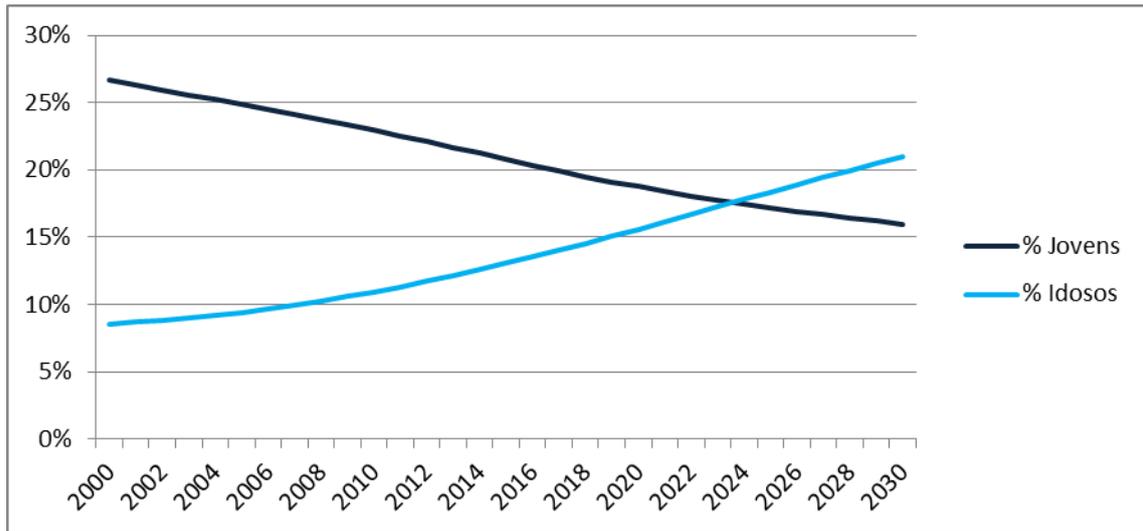
Gráfico 4.7 - Variação populacional projetada - Est. de São Paulo (em %)



Fonte: IBGE

Uma diferença da população paulista para a brasileira é o fato da primeira ser um pouco mais “velha” que a segunda. Isso pode ser visto parcialmente através da porcentagem de jovens (população com 14 anos ou menos) e de idosos (população com 60 anos ou mais). Enquanto em 2000, para o Brasil, 30% da população era jovem, para São Paulo esse número era de 26,7%. Em relação aos idosos, a porcentagem para o Brasil era de 8,2% contra 8,7% em São Paulo. Assim como no caso nacional, a porcentagem de jovens tende a cair enquanto a de idosos tende a subir de acordo com as projeções do IBGE. Se para o Brasil o grupo de idosos passava a ser maior que o de jovens em 2029, para São Paulo a inversão deve acontecer em 2024 (17,4% de jovens contra 17,8% de idosos). Em 2030, último ano da projeção, o grupo de idosos representará 21% da população paulista contra 16% de jovens. O gráfico 4.8 traz a porcentagem dos muito jovens (14 anos ou menos) e a porcentagem dos idosos (60 anos ou mais) e ilustra essas mudanças.

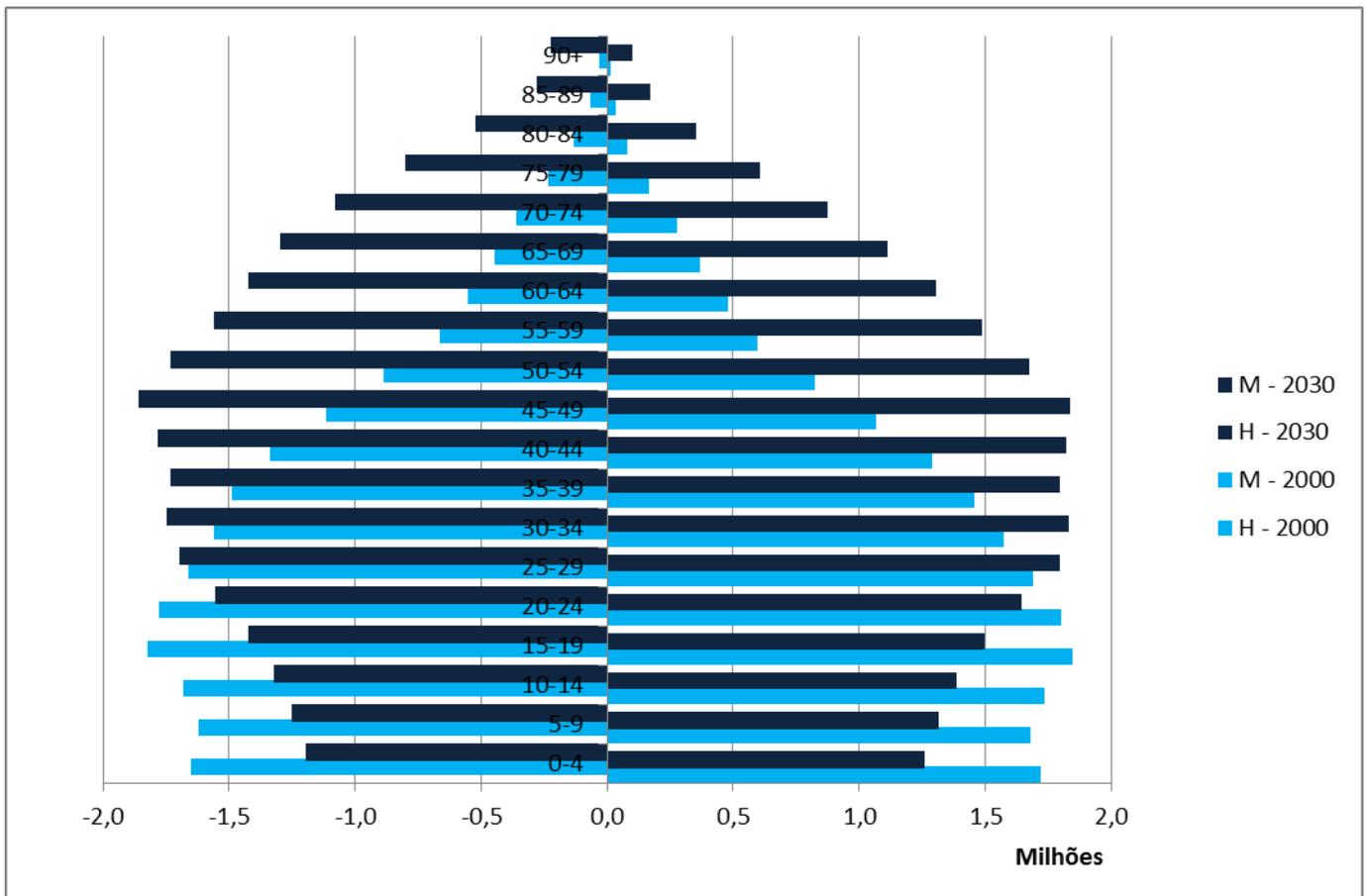
Gráfico 4.8 - Porcentagem de muito jovens e idosos - Est. de São Paulo



Fonte: IBGE

Assim como para o caso brasileiro, o gráfico 4.9 traz a pirâmide etária para os anos 2000 e 2030 da população paulista.

Gráfico 4.9 - Pirâmide Etária projetada - Mulheres (lado esquerdo) X Homens (lado direito) - Estado de São Paulo (2000 e 2030)



Fonte: IBGE

O comportamento ao longo do tempo segue o mesmo padrão explicado para o cenário nacional, ou seja, a pirâmide perde o formato triangular clássico (que indica uma população predominantemente jovem) apresentado em 2000 e passa a ter um alargamento no centro e no cume segundo as projeções para 2030, indicando uma população mais adulta, mais envelhecida em relação ao período anterior. Uma pequena diferença que pode ser observada facilmente comparando a pirâmide paulista com a brasileira, é que a primeira, no ano 2000, tem as bases um pouco menos largas em relação ao cume do que a versão nacional, indicando uma população “menos jovem” que a média brasileira.

Município de São Paulo

Para o município de São Paulo não há projeções divulgadas pelo IBGE, portanto apresentaremos algumas mudanças na estrutura etária que aconteceram de fato no período de 1991 a 2010. Para simplificar a publicação e também tentarmos captar algum comportamento diferenciado nos dados, dividimos o município em duas grandes partes: centro e periferia. O centro inclui todos os distritos que fazem parte integral do chamado “centro expandido” (Alto de Pinheiros, Barra Funda, Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Ipiranga, Jardim Paulista, Lapa, Liberdade, Moema, Moóca, Pari, Perdizes, Pinheiros, República, Santa Cecília, Saúde, Sé, Vila Leopoldina e Vila Mariana) e aqueles distritos que possuem uma parte do seu território no centro expandido (Água Rasa, Cursino, Itaim Bibi, Sacomã e Vila Prudente). Todos os demais distritos, que não possuem nenhum território no centro expandido, foram classificados como periferia.

A tabela 4.1 traz a população do município de São Paulo, dividida em centro e periferia e o crescimento entre os três anos de disponibilidade dos dados.

Tabela 4.1 - População Município de São Paulo

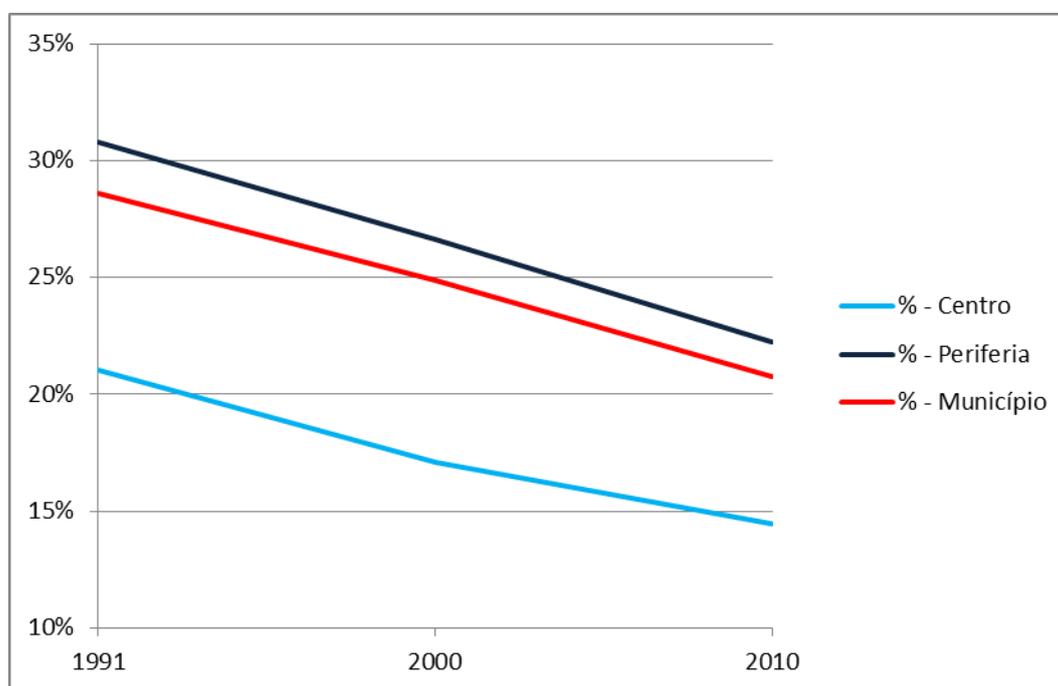
Região	1991	2000	Var (%) 00/91	2010	Var (%) 10/00	Var(%) 10/91
Centro	2.166.123	1.922.107	-11,3%	2.116.603	10,1%	-2,3%
Periferia	7.480.062	8.512.145	13,8%	9.136.900	7,3%	22,2%
Município	9.646.185	10.434.252	8,2%	11.253.503	7,9%	16,7%

Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Como esperado, a população total cresceu (16,66% entre 2010 e 1991) saindo de 9,64 milhões para 11,253 milhões, sendo que a periferia obteve, no período, um crescimento (22,15%) bem maior que o centro, que encolheu (-2,29%). A década entre 2000 e 1991 registrou o maior crescimento negativo da região central: -11,27% com a população saindo de 2,166 milhões para 1,922 milhões, enquanto a periferia cresceu 13,8% (população indo de 7,48 milhões para 8,512 milhões). Na última década (2000-2010), o centro parou de perder população e cresceu 10%, atingindo 2,116 milhões, crescimento inclusive maior (para o mesmo período) que o da periferia (de 7,34%).

O gráfico 4.10 traz a porcentagem da população com 14 anos ou menos para o período 1991-2010 no centro e na periferia.

Gráfico 4.10 - Porcentagem de muitos jovens - Município de São Paulo



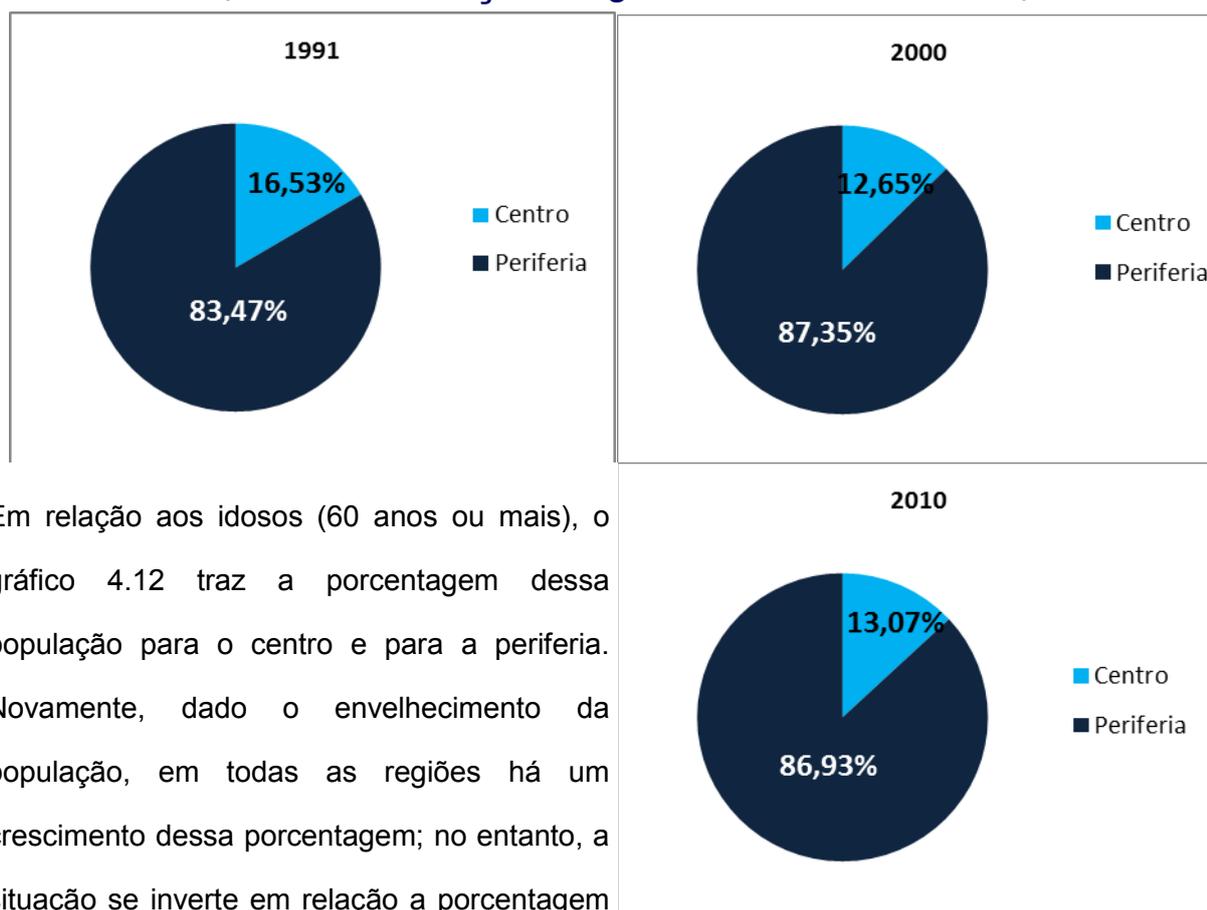
Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Pela altura das linhas, percebe-se que, embora todas as regiões apontem decréscimo da porcentagem de jovens, fruto do processo de envelhecimento já retratado anteriormente quando apresentados os dados para população brasileira e paulista, o percentual de jovens é muito maior nas periferias do que na região central. Vale ressaltar que essa diferença de composição vem caindo ao longo do tempo. Em 1991, 30,77% da população da periferia era jovem (14 anos

ou menos), já no centro esse percentual era de 21,05%. Em 2000, as porcentagens foram de 26,61% contra 17,07% e, em 2010, 22,24% da população da periferia era de jovens, enquanto no centro a porcentagem era de 14,44%.

Em termos de distribuição geográfica dos jovens (agora considerando toda população da cidade), obviamente a maioria dos jovens (assim como a maioria da população) encontra-se na periferia. Embora de 1991 a 2000 a porcentagem de jovens localizados na periferia tenha caído, entre 2000 e 2010 ela voltou a subir levemente, como pode ser visto nos gráficos 4.11a, b e c.

Gráfico 4.11a, b e c - Distribuição Geográfica dos Jovens - 1991, 2000 e 2010

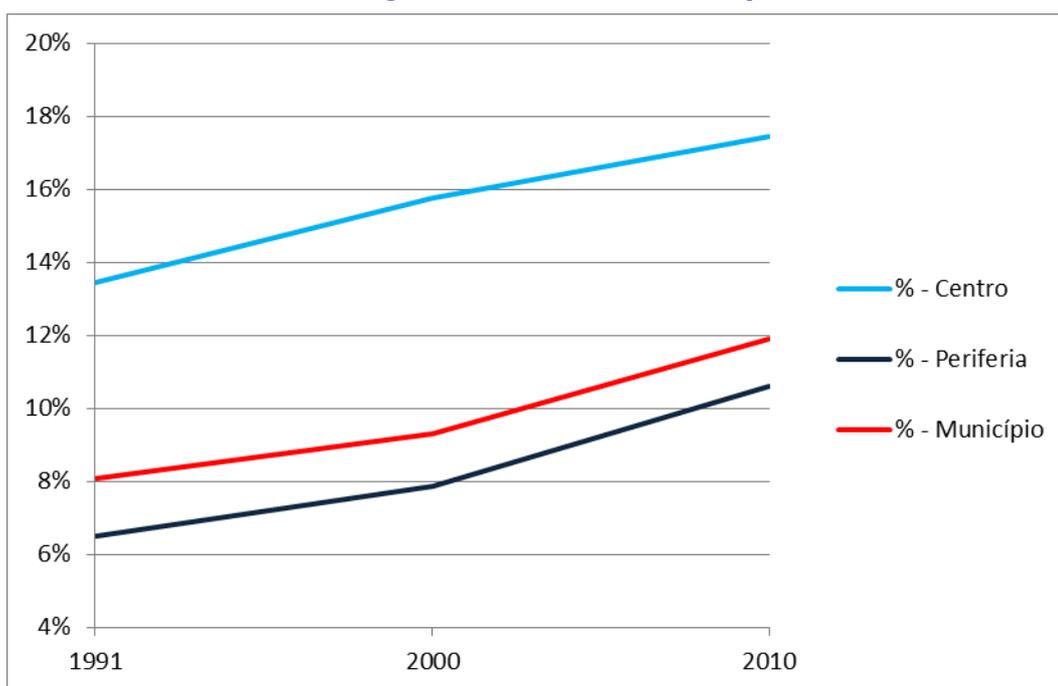


Em relação aos idosos (60 anos ou mais), o gráfico 4.12 traz a porcentagem dessa população para o centro e para a periferia. Novamente, dado o envelhecimento da população, em todas as regiões há um crescimento dessa porcentagem; no entanto, a situação se inverte em relação a porcentagem de jovens.

Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

A população da periferia tinha uma maior porcentagem de jovens que a do centro, enquanto o centro apresenta uma porcentagem de idosos maior. Em 1991, 6,51% da população da periferia tinha 60 anos ou mais, já no centro 13,44% apresentavam essa faixa de idade. Em 2000 as porcentagens foram para 7,86% e 15,76%, respectivamente. Em 2010, a porcentagem de idosos entre a população da periferia subiu para 10,61% enquanto no centro a porcentagem foi para 17,45%.

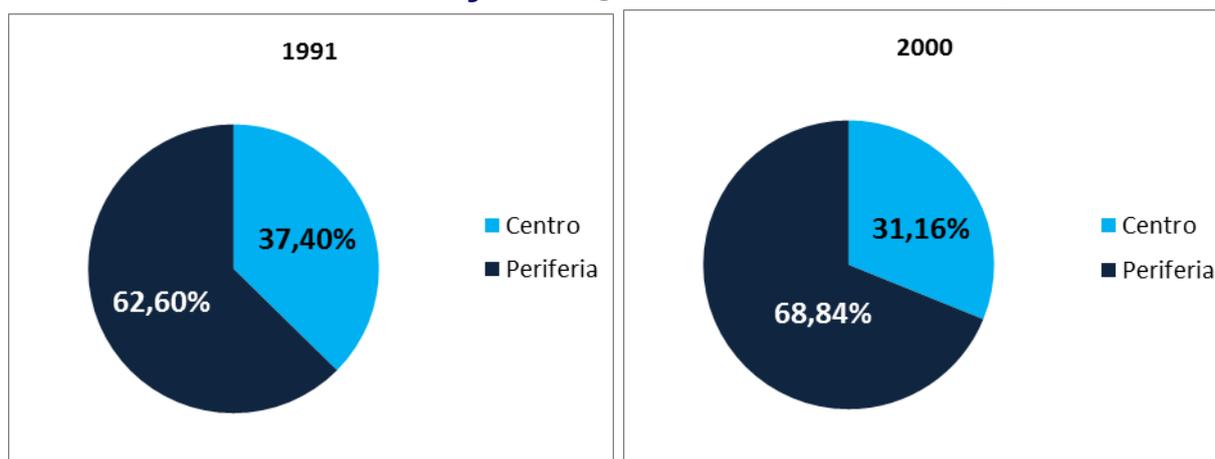
Gráfico 4.12 - Porcentagem de Idosos - Município de São Paulo



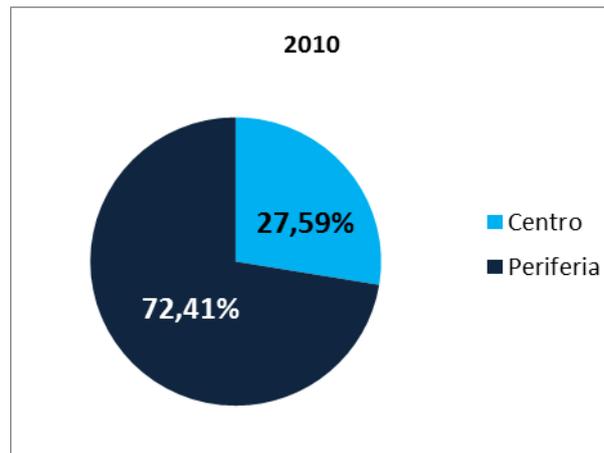
Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Em termos de distribuição geográfica, como pode ser observado nos gráficos 4.13 a , b e c, a maior parte dos idosos, assim como no caso dos jovens, se encontra na periferia, dada a maior população dessa região, porém a diferença entre as porcentagens é menor que no caso anterior. Também é possível observar um aumento do percentual de idosos localizados na periferia (enquanto diminui a porcentagem do centro). No caso dos idosos, a diminuição da porcentagem desse tipo de população na região central pode estar relacionada a questões como valorização imobiliária ou o aumento de custo de vida, já que, em geral, essa população possui uma renda mais baixa do que a renda da população em “idade produtiva” e acaba não conseguindo arcar com o custo de vida relativamente mais alto da região central.

Gráfico 4.13a, b e c - Distribuição Geográfica dos Idosos - 1991, 2000 e 2010



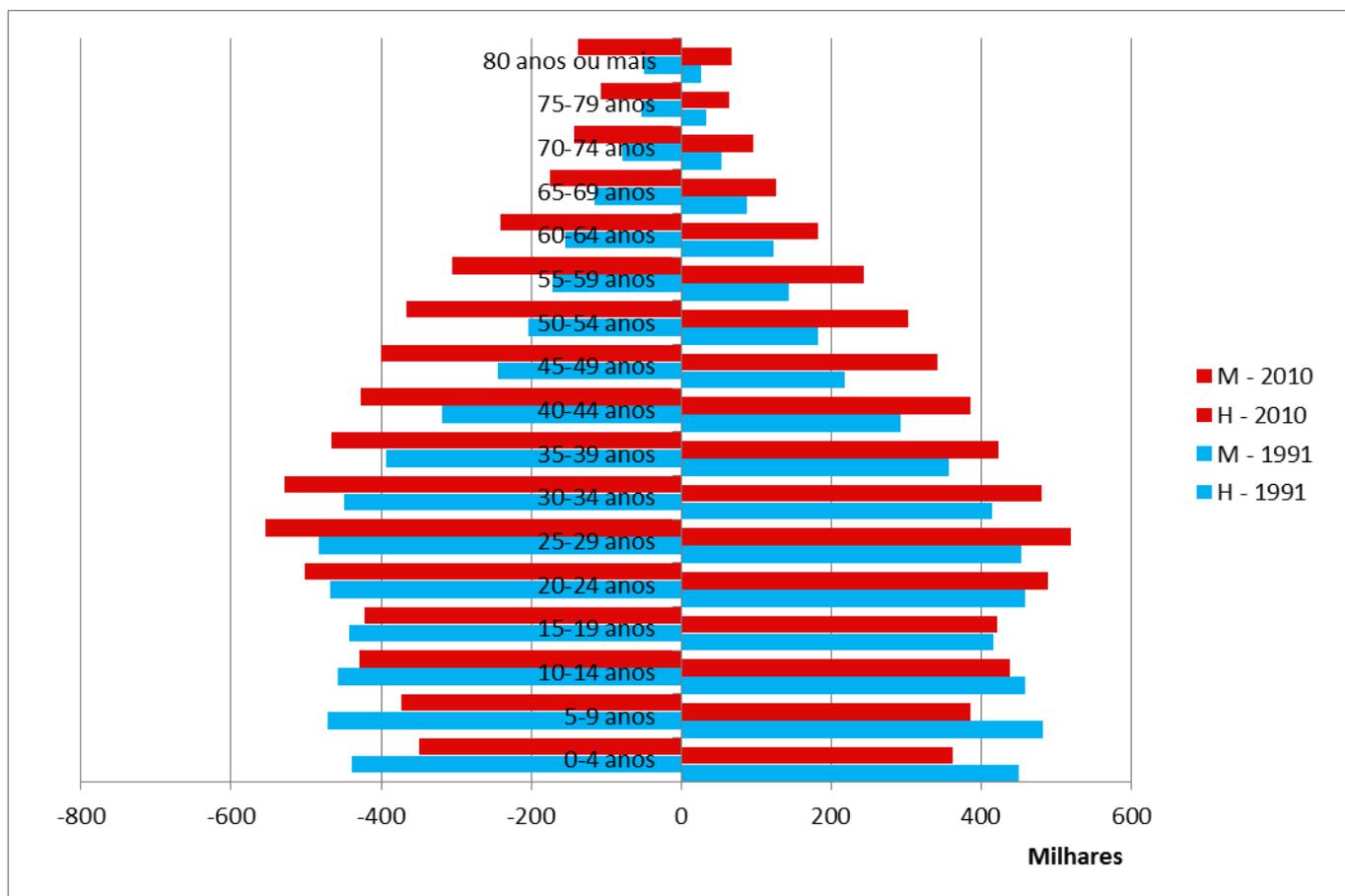
Em relação à estrutura etária da população paulistana em geral, o gráfico 4.14 traz a pirâmide etária de 1991 (barras azuis clara) e 2010 (barras vermelhas). Como pode ser observado, a pirâmide que em 1991 tinha um formato mais triangular (com as bases maiores em relação às regiões de faixas mais elevadas), em 2010 apresenta um formato menos



Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

“triangular” com as faixas centrais mais alargadas, inclusive mais que a base, refletindo o envelhecimento da população.

Gráfico 4.14 - Pirâmide Etária (M X H) - Município de São Paulo (1991 e 2010)



Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Para finalizar a questão populacional, os gráficos 4.15a e 4.15b apresentam as pirâmides etárias da população do centro e da periferia. O gráfico 4.15a mostra as pirâmides das duas regiões no ano de 1991. Para fins de visualização, as pirâmides não trazem o número de pessoas em cada

faixa etária e sim o percentual da população em cada faixa etária. O motivo para essa modificação é destacar a diferença de formato entre as duas regiões. Como pode ser observado pelo gráfico, a pirâmide da periferia (barras azuis escuro) em 1991 apresenta uma base bem mais larga que a da região central, enquanto o cume é mais estreito, indicando uma população relativamente mais jovem. Olhando para as pirâmides de 2010 (gráfico 4.15b), observa-se que o formato triangular da pirâmide da periferia praticamente sumiu (as bases se tornaram mais estreitas que as regiões do meio). No caso do centro, o “afinamento” da base e o alargamento do cume se intensificaram. É fácil observar pelo formato das pirâmides que a população do centro ainda apresenta um perfil mais “envelhecido” que a da periferia.

Gráfico 4.15a - Pirâmide Etária (M X H) - Centro e Periferia de São Paulo (1991)

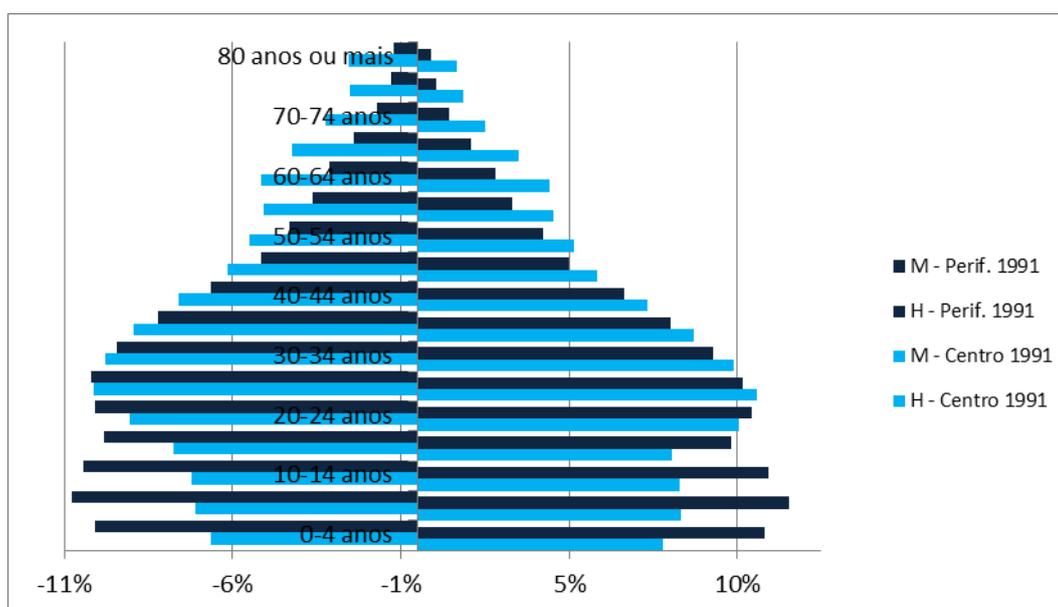
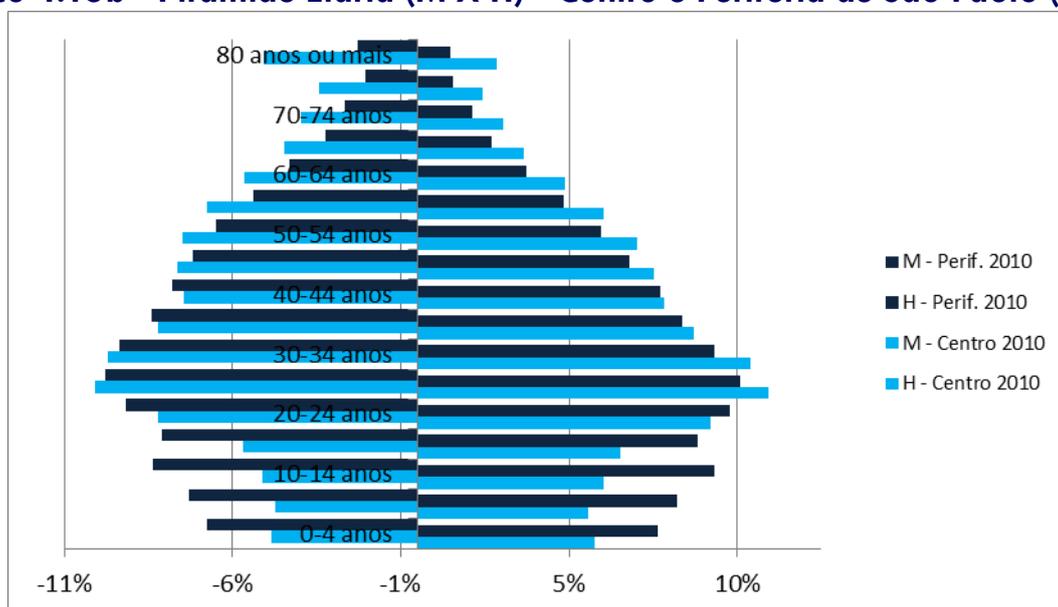


Gráfico 4.15b - Pirâmide Etária (M X H) - Centro e Periferia de São Paulo (2010)



Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

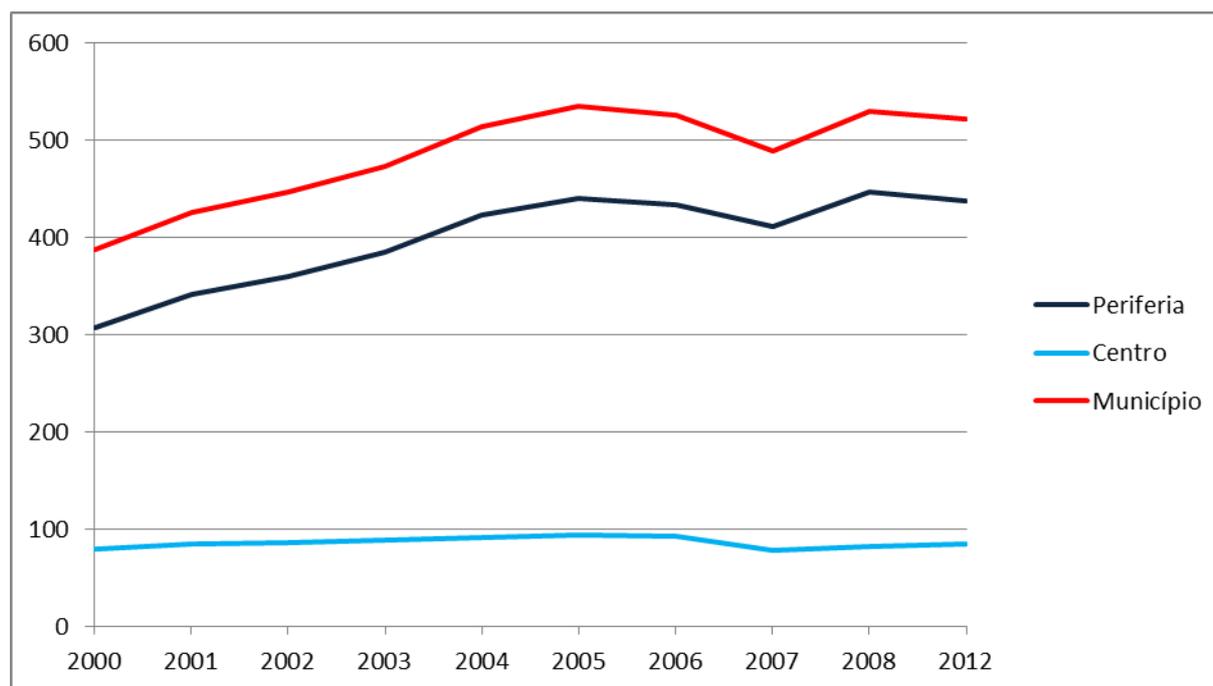
Impactos nas matrículas escolares

Como mencionado anteriormente, mudanças na estrutura etária da população devem comandar um grande interesse por parte do poder público, devido aos possíveis impactos que trazem às políticas de governo. Por exemplo, um envelhecimento da população tende a gerar uma demanda maior por serviços de saúde, enquanto diminui a demanda por serviços de educação infantil. Outra área extremamente sensível no longo prazo a esse tipo de mudança é o setor previdenciário. Conforme a população envelhece, há uma demanda maior por benefícios enquanto diminui o número de contribuintes (financiadores) desses mesmos benefícios, podendo haver desequilíbrios financeiros no sistema.

Focando em educação, devido à maior disponibilidade de dados e ao fato da oferta deste tipo de serviço ser em parte responsabilidade municipal, esperar-se-ia que, ao longo do tempo, as matrículas, principalmente para as séries destinadas à população mais jovem, sofressem uma redução (ou apresentassem uma tendência nesse sentido), dado o processo de envelhecimento da população paulistana registrado nas últimas décadas. Segundo dados do IBGE, em 2000 havia 879.506 crianças entre 0 e 4 anos compondo a população paulistana, enquanto em 2010 esse número era cerca de 19% menor (711.362). Também houve redução na faixa entre 5 a 9 anos (de 827.335 para 758.737). Considerando uma faixa maior (crianças até os 14 anos), a queda entre 2000 e 2010 foi de aproximadamente 10% (de 2,6 milhões para 2,33 milhões). Essas faixas de idade são basicamente as faixas etárias de alunos do ensino infantil e ensino fundamental, os dois tipos de ensino ofertados pelos governos municipais (no caso do município de São Paulo, há também uma pequena oferta de vagas de ensino médio). O gráfico 4.16 traz as matrículas para o ensino infantil em todo município de São Paulo entre os anos 2000 e 2010.

Como pode ser observado, embora não exista uma tendência muito clara de alta nas matrículas, o que se vê é um movimento mais próximo de um aumento no número de matrículas do que uma esperada queda – olhando apenas para os extremos do período, houve um crescimento de aproximadamente 35% nas matrículas entre 2000 e 2010. A razão para isso pode estar em outras variáveis que acabaram incentivando esse crescimento, apesar da queda no número de “potenciais demandantes”.

**Gráfico 4.16 - Matrículas - Educação Infantil - Município de São Paulo (2000-2012)
- em milhares**

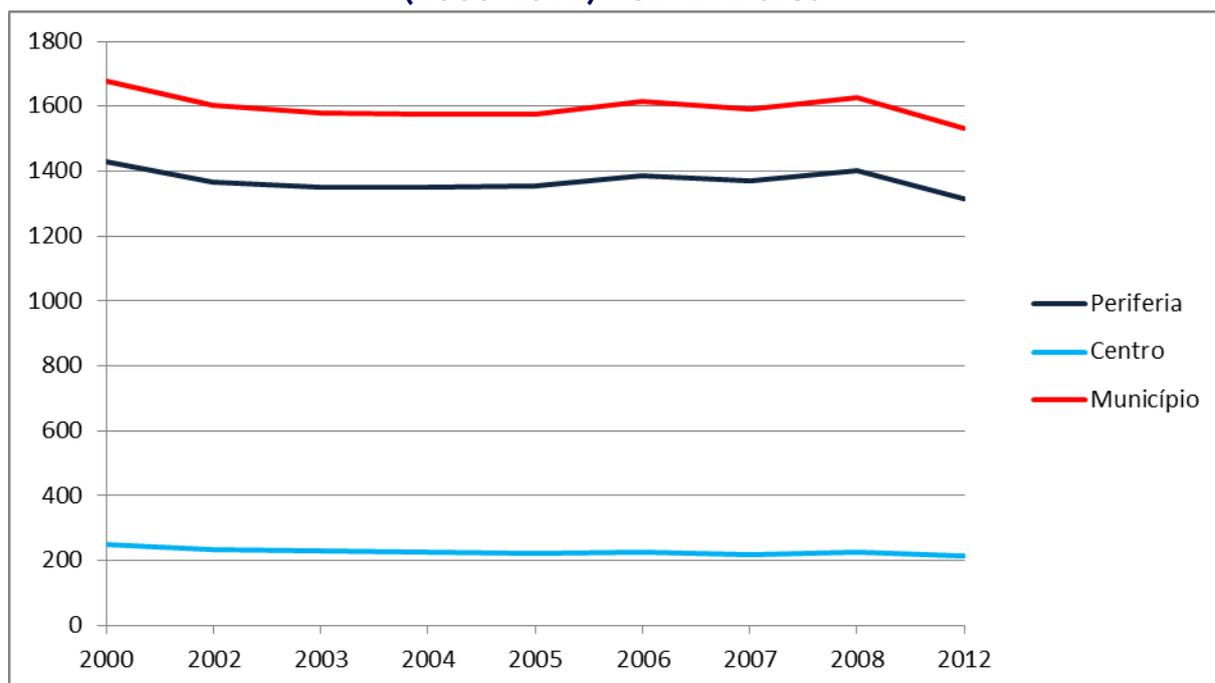


Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Fatores como, por exemplo, uma oferta maior de vagas oferecidas pelo poder público e uma intensificação de mulheres trabalhando fora de casa exercem um efeito positivo no número de matrículas. Assim, embora o número de crianças aptas a frequentar o ensino infantil possa estar diminuindo, a maior oferta de vagas agora ocupadas por crianças que antes não conseguiam uma vaga, associada ao maior número de mães procurando creches porque passaram a trabalhar fora podem explicar esse comportamento inesperado para as matrículas do ensino infantil.

Em relação ao ensino fundamental, houve queda nas matrículas de aproximadamente 8,8% para os anos de 2000 a 2012. O gráfico 4.17 mostra a tendência para este período (exceto 2001, sem dados disponíveis). Ao contrário do ensino infantil, não há uma tendência de aumento nas matrículas, provavelmente porque dentro da faixa de idade do ensino fundamental as variáveis mencionadas anteriormente (mais mães trabalhando fora e aumento das vagas) não impacta tanto o comportamento das famílias com crianças dentro da faixa etária para este tipo de ensino – independente da mãe trabalhar ou não fora, o jovem com idade de ensino fundamental já frequentava a escola.

Gráfico 4.17 - Matrículas - Educação Fundamental - Município de São Paulo (2000-2012) - em milhares

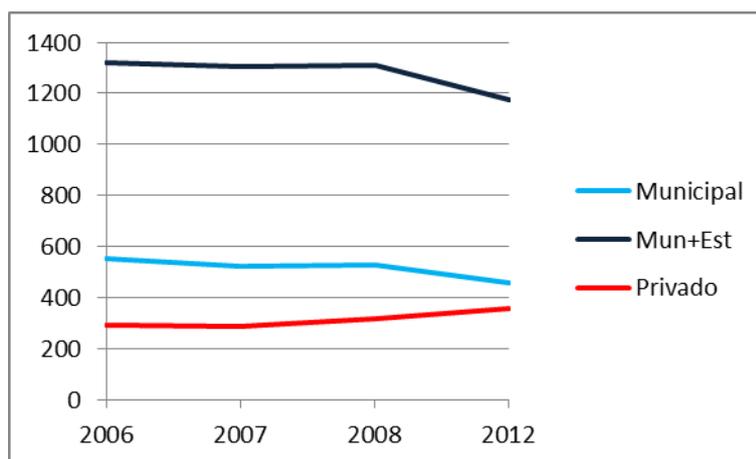


Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Quanto ao número de vagas, possivelmente a rede de ensino fundamental é mais estabelecida e dimensionada que a rede de ensino infantil, além de também ser ofertada pelo estado. Logo, não teria havido um substancial aumento de vagas ou não existiria uma “reserva” de jovens que não frequentava escolas de ensino fundamental (porque não existiam vagas para eles).

Um detalhe interessante em relação a educação pública de ensino fundamental é que as matrículas de 2006 até 2010 (período de disponibilidade desses dados) mostram uma leve tendência de queda de matrículas na rede pública (estadual e municipal), enquanto as matrículas no setor privado aumentam. O gráfico 4.18 mostra essa tendência.

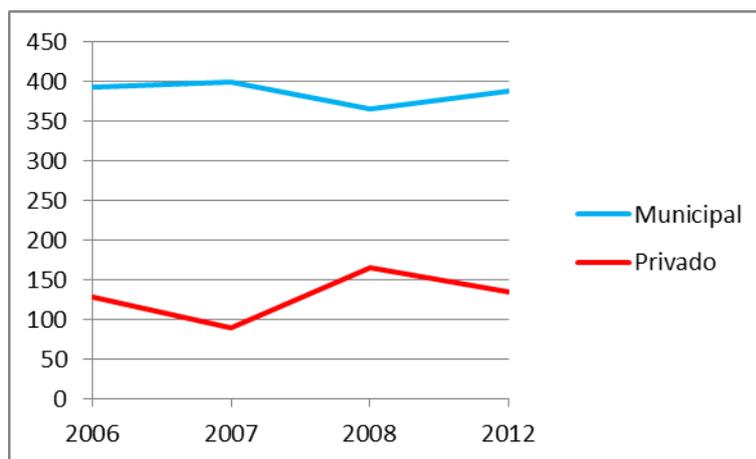
Gráfico 4.18 - Matrículas - Ensino Fundamental por ofertante - (2006 - 2012) - em milhares



Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Já no ensino infantil, não há uma tendência definida, como pode ser observado no gráfico 4.19.

Gráfico 4.19 - Matrículas - Ensino Infantil por ofertante - (2006 - 2012) - em milhares



Fonte: Infocidade (<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>)

Conclusão

As projeções populacionais do IBGE estimam que a população brasileira deve intensificar o seu processo de “envelhecimento”, a ponto de diminuir a partir de 2043. O mesmo deve ocorrer no estado de São Paulo. Essas mudanças impactam as demandas da sociedade frente ao poder público e consequentemente as políticas públicas a serem elaboradas pelos governantes. Teoricamente, mais recursos passariam a ser necessários para setores como saúde e previdência, e menos para educação infantil, creches e similares.

Para tentar comprovar o impacto dessas mudanças etárias em políticas e serviços públicos, foi escolhido observar alguns dados sobre matrículas escolares para se ter uma noção da demanda por esse serviço ao longo do tempo. No entanto, no município de São Paulo, mesmo com a diminuição do número de jovens entre 2000 e 2010, as matrículas escolares para este período, principalmente no ensino infantil, parecem ainda não refletirem essas mudanças, enquanto no ensino fundamental já se percebe uma estagnação. É importante deixar claro que há uma dificuldade em perceber essas mudanças em dados de matrícula devido a mudanças em outras variáveis que também afetam esses dados (e que permaneceram em constante mudança no período). No caso de educação, por exemplo, há um conhecido déficit de vagas na educação infantil, o que acaba gerando uma demanda não atendida. Apesar disso, a tendência demográfica vai se fazer sentir mais cedo ou mais tarde.

11. Proposta Orçamentária para 2014¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Este Boletim especial objetiva apresentar estudo sobre a proposta orçamentária para 2014.

Desde 2007, a lei orçamentária municipal consolidou, em um único orçamento, a Administração Direta e a Indireta (esta, abrangendo as Autarquias, Fundações e Empresas Estatais Dependentes). Essa consolidação, ao implicar a realização de transações intraorçamentárias, trouxe maior complexidade para a análise das relações entre as Administrações Direta e Indireta. Ademais, o estudo visa facilitar a análise da peça orçamentária também por outros ângulos, eis que algumas despesas, como as relativas a pessoal, pagamento da dívida e precatórios, não se apresentam unificadas, também havendo diversas fontes de receitas para suportar despesas. Desse modo, são apresentados dados das execuções orçamentárias do ano passado e deste ano e valores do projeto.

Tabela 1.1 - Receitas e Despesas - Orçamento e Execução 2012, 2013 e Proposta 2014 em R\$

Valores em R\$ milhões	Orçado 2012	Arrecadado/ Empenhado até set/2012	Arrecadado/ Empenhado 2012	Orçado 2013	Arrecadado/ Empenhado até set/2013	Proposta 2014	Var. % Prop14/ Orç13
ADMINISTRAÇÃO DIRETA							
Receitas Correntes	33.748.383.184	25.375.301.509	33.626.180.676	35.622.340.251	27.578.704.772	40.390.895.735	13,4%
IPTU	4.963.845.040	4.234.309.620	5.037.416.751	5.323.726.736	4.658.987.700	6.815.756.835	28,0%
ISS	9.112.565.183	6.946.958.190	9.830.326.263	9.704.567.462	7.382.129.185	10.774.689.288	11,0%
ITBI	1.252.894.671	870.517.664	1.198.388.502	1.298.667.094	1.020.269.129	1.480.773.443	14,0%
IR	1.100.014.650	778.956.965	1.138.943.697	1.223.306.663	785.595.115	1.333.909.288	9,0%
ICMS	6.672.487.305	4.520.002.804	6.152.986.019	6.661.385.968	5.099.968.120	7.114.850.097	6,8%
IPVA	1.903.837.999	1.830.205.106	1.982.465.076	1.908.239.643	1.848.795.613	2.063.130.914	8,1%
Total dos itens de impostos detalhados acima	25.005.644.848	19.180.950.349	25.340.526.308	26.119.893.566	20.795.744.862	29.583.109.865	13,3%
Recursos SUS - Fundo a Fundo	1.397.100.000	873.404.101	1.195.296.389	1.545.147.000	1.038.622.195	1.986.647.210	28,6%
FUNDEB (bruto)	2.946.476.361	1.984.204.625	2.642.107.271	3.343.682.834	2.286.389.314	3.423.942.664	2,4%
Receitas de Valores Mobiliários	460.558.681	389.506.316	560.329.198	388.922.577	291.936.721	430.275.390	10,6%
Multas de Trânsito	832.356.316	583.571.415	828.141.395	925.502.400	618.304.940	1.190.500.000	28,6%
Demais Receitas Correntes	3.106.246.978	2.363.664.703	3.061.378.570	3.299.191.874	2.547.706.740	3.776.420.606	14,5%
(-) deduções da Rec. Corrente	-1.772.724.706	-1.330.485.493	-1.717.874.943	-1.819.786.190	-1.509.953.306	-1.959.341.873	7,7%
Receitas Correntes - deduções (A)	31.975.658.478	24.044.816.016	31.908.305.733	33.802.554.061	26.068.751.466	38.431.553.862	13,7%

¹ Publicado no Indicador Paulistano - Edição Extra - outubro/2013.

Valores em R\$ milhões	Orçado 2012	Arrecadado/ Empenhado até set/2012	Arrecadado/ Empenhado 2012	Orçado 2013	Arrecadado/ Empenhado até set/2013	Proposta 2014	Var. % Prop1 4/
Receitas de Capital	4.195.396.926	2.340.143.662	2.784.204.882	5.377.308.206	950.296.098	9.121.422.920	69,6%
Operações de Crédito	109.058.209	44.002.338	94.795.769	47.902.424	0	49.985.715	4,3%
Transferências	1.579.841.069	359.836.711	487.617.303	2.495.405.893	346.225.212	5.935.670.564	137,9
02 - União	565.785.200	37.181.003	56.537.490	1.658.761.163	63.646.753	5.452.827.050	228,7
03 - Estado	1.012.757.694	322.215.830	430.639.935	836.644.730	282.578.460	482.843.514	-42,3%
Cessão de Direitos Creditórios - PPI	500.000.000	0	0	953.800.000	0	370.000.000	-61,2%
Cessão de Direitos Creditórios - FMSAI	300.000.000	0	0	340.000.000	0	360.000.000	5,9%
Operações Urbanas	0	1.688.519.635	1.869.638.399	912.222.000	0	1.173.478.564	28,6%
Demais Receitas de Capital	1.706.497.648	247.784.978	2.201.791.811	627.977.889	604.070.886	1.232.288.077	96,2%
Total Líq. da Receita da Administração Direta	36.171.055.404	26.384.959.678	34.692.510.615	39.179.862.267	27.019.047.565	47.552.976.782	21,4%
Despesas Correntes - Total (C)	25.573.673.177	21.989.297.534	25.959.229.746	25.712.630.990	21.330.307.247	28.713.866.740	11,7%
Despesas Correntes - Fonte 00	19.338.817.488	17.195.156.314	20.172.147.589	18.876.247.690	15.969.842.723	21.014.513.691	11,3%
Despesas Correntes - Outras Fontes	6.234.855.689	4.794.141.221	5.787.082.156	6.836.383.300	5.360.464.524	7.699.353.049	12,6%
Pessoal e Encargos - Total	8.592.580.638	6.140.245.424	8.242.468.104	9.111.158.732	6.663.057.477	10.072.478.524	10,6%
Pessoal e Encargos - Fonte 00	5.579.422.534	4.087.034.121	5.653.330.620	5.713.810.415	4.146.801.404	6.428.597.315	12,5%
Pessoal e Encargos - FUNDEB (04)	2.968.358.104	2.036.554.271	2.589.137.483	3.366.100.317	2.403.330.694	3.443.833.209	2,3%
PASEP			329.645.110	346.784.353	318.200.000	444.662.213	28,2%
Precatórios - despesa corrente	10.494.741	8.706.005	391.170.872	466.920.027	336.455.056	585.447.829	25,4%
Juros e Encargos da Dívida	2.790.667.984	2.607.519.653	2.624.304.041	2.988.093.998	2.441.565.843	3.101.628.911	3,8%
Outras Despesas Correntes - Total	14.190.424.555	13.241.532.457	15.092.457.601	13.613.378.260	12.225.683.926	15.539.759.305	14,2%
Outras Despesas	10.968.726.970	10.500.602.540	11.894.512.928	10.174.358.277	9.381.475.476	11.484.287.465	12,9%
Outras Despesas Correntes - Outras Fontes	3.221.697.585	2.740.929.917	3.197.944.673	3.439.019.983	2.844.208.450	4.055.471.840	17,9%
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (OST-PJ) - Total	8.449.497.162	8.153.724.308	11.300.975.492	7.959.091.846	7.088.796.381	8.154.207.088	2,5%
OST - PJ - Fonte 00	6.076.348.126	6.136.167.056	8.577.341.546	5.447.303.539	5.095.510.467	5.344.213.549	-1,9%
OST - PJ - Outras Fontes	2.373.149.036	2.017.557.253	2.723.633.946	2.511.788.307	1.993.285.914	2.809.993.539	11,9%

Valores em R\$ milhões	Orçado 2012	Arrecadado/ Empenhado até set/2012	Arrecadado/ Empenhado 2012	Orçado 2013	Arrecadado/ Empenhado até set/2013	Proposta 2014	Var. % Prop14/ Orç13
Subvenção ônibus (Compensações Tarifárias)	660.000.000	953.000.000	960.786.217	660.000.000	870.000.000	1.651.297.318	150,2%
Limpeza Urbana (Adm. Direta)	1.238.913.811	1.418.195.122	1.757.715.144				
Outras Despesas Correntes - restante			2.830.695.893				
Despesas de Capital (D)	7.175.431.994	4.258.566.828	4.730.271.815	7.863.115.477	3.854.173.451	12.298.252.739	56,4%
Investimentos	5.683.234.801	2.972.155.306	3.514.739.708	6.177.894.179	2.614.553.880	10.366.071.969	67,8%
Precatórios - despesa de capital	8.193.491	3.377.267	381.090.379	263.003.349	329.820.715	571.500.000	117,3%
Investimentos - fonte 00	2.427.009.255	1.364.260.026	1.699.561.590	2.183.379.009	1.304.854.586	2.140.346.490	-2,0%
Investimentos - fonte não 00	3.256.225.546	1.607.895.280	1.815.178.119	3.994.515.170	1.309.699.295	8.225.725.479	105,9%
Inversões Financeiras	8.674.906	26.854.630	31.102.594	460.240.000	15.163.273	366.614.000	-20,3%
Amortização da Dívida	1.483.522.287	1.259.556.892	1.184.429.513	1.224.981.298	1.224.456.298	1.565.566.770	27,8%
Precatórios - total	18.688.232	12.083.272	772.261.250	729.923.376	666.275.772	1.156.947.829	58,5%
Pagamento Dívida - total	4.274.190.271	3.867.076.545	3.808.733.554	4.213.025.296	3.666.022.141	4.667.185.681	10,8%
Reserva de Contingência (E)	1.000.000	0	0	1.000.000	0	110.000.000	10900%
Despesa PMSP (C + D + E)	32.750.105.171	26.247.864.362	30.689.501.560	33.576.746.467	25.184.480.698	41.122.119.479	22,5%
Superávit Corrente (I = A - C)	6.401.985.301	2.055.518.482	5.949.075.988	8.089.923.071	4.738.444.219	9.717.687.122	20,1%
Déficit de Capital (II = B - D)	-2.980.035.068	-1.918.423.166	-1.946.066.933	-2.485.807.271	-2.903.877.353	-3.176.829.819	27,8%
Superávit Orçamentário (I + II - E)	3.420.950.233	137.095.315	3.479.649.581	5.603.115.800	1.834.566.867	6.430.857.303	14,8%
Receita Legislativo (a partir 2013)				7.500.000		6.290.000	-16,1%
Despesa Legislativo (CMSP + TCMSP)	706.387.643	505.733.086	523.359.474	841.077.355	543.628.657	795.610.000	-5,4%
Receita da Adm. Indireta	2.563.542.710	1.706.068.202	2.463.398.416	2.854.425.766	1.644.397.643	3.171.038.248	11,1%
IPREM	2.306.042.260	1.589.866.132	2.293.288.325	2.551.641.347	1.507.830.058	2.725.172.043	6,8%
Autarquia Hospitalar	1.512.980	2.256.393	2.912.499	1.818.740	1.408.781	2.009.682	10,5%
HSPM	1.214.100	3.483.640	4.464.083	2.236.999	2.930.169	2.898.040	29,6%
AMLURB				0	34.801.698	85.248.646	
Demais	254.773.370	110.462.038	162.733.508	298.728.680	97.426.938	355.709.837	19,1%

Valores em R\$ milhões	Orçado 2012	Arrecadado/ Empenhado até set/2012	Arrecadado/ Empenhado 2012	Orçado 2013	Arrecadado/ Empenhado até set/2013	Proposta 2014	Var. % Prop14/ Orç13
Despesa da Adm. Indireta	5.278.105.300	3.762.229.157	5.184.251.270	7.623.964.211	6.022.728.611	8.812.575.551	15,6%
IPREM	3.772.740.000	2.633.682.865	3.833.042.369	4.359.192.692	3.125.702.059	5.018.017.486	15,1%
Autarquia Hospitalar	916.122.758	707.846.695	901.298.838	854.604.418	824.721.056	1.049.612.297	22,8%
HSPM	199.973.674	158.181.444	173.572.603	257.829.975	135.396.553	219.450.270	-14,9%
AMLURB	8.000	0		1.692.990.654	1.622.935.706	2.011.312.245	18,8%
Demais	389.260.868	262.518.153	276.337.460	459.346.472	313.973.236	514.183.253	11,9%
Déficit da Adm. Indireta	2.714.562.590	2.056.160.955	2.720.852.854	4.769.538.445	4.378.330.967	5.641.537.303	18,3%
IPREM	1.466.697.740	1.043.816.733	1.539.754.044	1.807.551.345	1.617.872.001	2.292.845.443	26,8%
Autarquia Hospitalar	914.609.778	705.590.303	898.386.338	852.785.678	823.312.275	1.047.602.615	22,8%
HSPM	198.759.574	154.697.805	169.108.520	255.592.976	132.466.384	216.552.230	-15,3%
AMLURB	8.000	0		1.692.990.654	1.588.134.009	1.926.063.599	13,8%
Demais	134.487.498	152.056.115	113.603.952	160.617.792	216.546.298	158.473.416	-1,3%
Receita Consolidada (Direta + Indireta)	38.734.598.114	28.091.027.880	37.155.909.031	42.041.788.033	28.663.445.208	50.730.305.030	20,7%

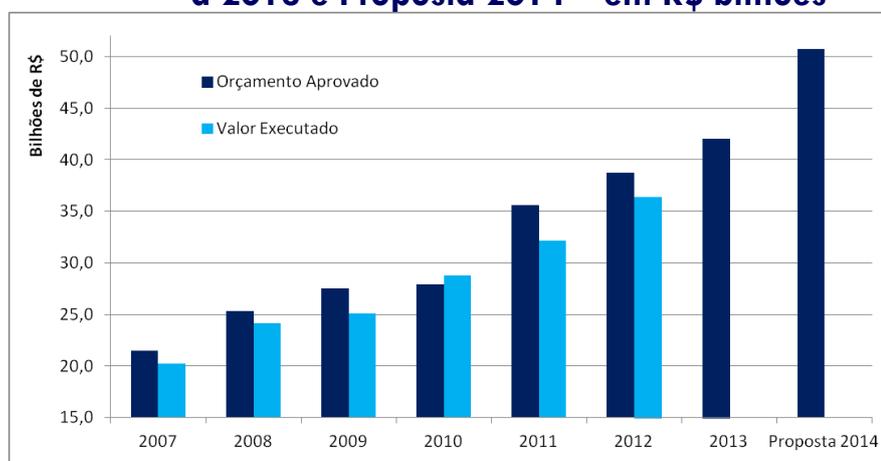
12. Proposta Orçamentária para 2014 ¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo, no último dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária - PLOA para o ano de 2014. Esta seção dá continuidade aos estudos inicialmente apresentados no Indicador Especial de Outubro/2013, publicado no começo deste mês.

Na proposta orçamentária, a despesa da Administração Direta (PMSP) está fixada em R\$ 41,0 bilhões. Consolidando a despesa da Administração Indireta e do Poder Legislativo, o orçamento proposto é da ordem de R\$ 50,7 bilhões, o que representa um crescimento de 20,7% em relação ao Orçamento aprovado para 2013.

Gráfico 4.1 - Evolução Anual dos Orçamentos Consolidados Aprovados – 2007 a 2013 e Proposta 2014 – em R\$ bilhões



Fonte: Balanços Orçamentários 2007 a 2012, LOA 2013 e PLOA 2014

O valor projetado para a arrecadação de 2014 partiu de um cenário macroeconômico em que se espera uma expansão de 2,84% do Produto Interno Bruto - PIB e uma taxa de inflação (IPCA/IBGE) de 5,85%, para o próximo ano, conforme expectativas de mercado apresentadas no Relatório Focus Séries do Banco Central do dia 05/07/2013.

Parte significativa do crescimento da receita prevista provém do aumento das Receitas de Capital, mais especificamente das Transferências de Capital. Na proposta 2014 está prevista uma expansão destas transferências em 132% em relação ao valor aprovado no Orçamento 2013 (Tabela 4.1), respondendo por 40% do aumento total da receita consolidada. Destaca-se, entre as mais significativas, as transferências do Ministério das Cidades para Secretaria

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 40 - outubro/2013.

Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras - SIURB (R\$ 1,15 bilhão), os convênios entre a União e SIURB (R\$ 958 milhões) e o convênio entre a União e Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB (R\$ 908 milhões).

Para as Receitas Correntes, o crescimento esperado é de 13,3% em relação ao orçamento de 2013. Destaca-se o aumento previsto para a arrecadação de IPTU de 28,0%. O aumento deve-se ao reajuste anual pela inflação, à expansão do cadastro de contribuintes (de 1,86%) e principalmente à revisão da Planta Genérica de Valores (de 24,10%).

Tabela 4.1 - Receita – Comparativo Proposta 2014 x Orçamento 2013 – em R\$

	Orçamento 2013 (I)	Proposta 2014 (II)	Var. % (II / I)
RECEITA CORRENTE (A)	36.849.377.798	41.755.499.894	13,3%
Receita Tributária	17.804.295.320	20.662.789.686	16,1%
- ISS	9.704.563.939	10.774.689.288	11,0%
- IPTU	5.323.726.736	6.815.756.835	28,0%
- ITBI	1.298.667.094	1.480.773.443	14,0%
Receita de Transferências	14.592.236.515	15.897.946.033	8,9%
- ICMS	6.661.385.968	7.114.850.097	6,8%
- IPVA	1.908.239.643	2.063.130.914	8,1%
Demais Rec Correntes	4.452.845.963	5.194.764.175	16,7%
RECEITA DE CAPITAL (B)	5.513.176.070	9.265.631.356	68,1%
Transferências de Capital	2.606.910.694	6.061.165.210	132,5%
Demais Rec. Capital	2.906.265.376	3.204.466.146	10,3%
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA (C)	1.499.020.355	1.668.515.653	11,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (D)	-1.819.786.190	-1.959.341.873	7,7%
RECEITA TOTAL (A+B+C+D)	42.041.788.033	50.730.305.030	20,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº695/2013 e LOA 2013

A Tabela 4.2 apresenta o detalhamento das despesas contidas na proposta orçamentária para 2014, por grupo de despesa, comparativamente ao orçamento aprovado para 2013:

Tabela 4.2 - Comparativo – Proposta 2014 x Orçamento 2013 por Grupos da Despesa – em R\$

	Orçamento 2013 (I)	Proposta 2014 (II)	Var. % (II / I)
DESPESA CORRENTE (I)	33.882.983.328	37.874.265.603	11,8%
Pessoal e Encargos Sociais	10.474.142.407	16.370.862.679	56,3%
Juros e Encargos da Dívida	2.988.093.998	3.102.628.911	3,8%
Outras Despesas Correntes	20.420.746.923	18.400.774.013	-9,9%
DESPESA DE CAPITAL (II)	8.157.804.705	12.746.039.427	56,2%
Investimentos	6.450.383.407	10.778.808.657	67,1%
Inversões Financeiras	482.440.000	399.364.000	-17,2%
Amortização da Dívida	1.224.981.298	1.567.866.770	28,0%
Reserva de Contingência (III)	1.000.000	110.000.000	10900%
DESPESA TOTAL (I + II + III)	42.041.788.033	50.730.305.030	20,7%

Entre as despesas, destaca-se o crescimento de 56,2% (cerca de R\$ 4,6 bilhões) das despesas de capital em relação ao orçamento aprovado para 2013. Para as despesas correntes, a proposta apresenta crescimento de 11,8% (cerca de R\$ 4 bilhões).

Dentro das despesas correntes, observa-se um forte crescimento da despesa com Pessoal e Encargos Sociais, de 56,2% e uma queda de 9,9% com Outras Despesas Correntes. As duas variações ocorreram em razão da mudança na contabilização das “Aposentadorias e Pensões”. No orçamento 2013, esta despesa, equivalente a R\$ 4,10 bilhões foi contabilizada como Outras Despesas Correntes. Na Proposta 2014, o IPREM contabiliza esta despesa, equivalente a R\$ 4,97 bilhões, como Pessoal e Encargos. Descontando este efeito, o crescimento da despesa com Pessoal e Encargos Sociais seria de 12,2% e das Outras Despesas Correntes seria de 12,8%.

O crescimento das despesas de capital deve-se ao significativo aumento de R\$ 4,3 bilhões nos investimentos, cerca de 67,1% maior em relação ao valor orçado para 2013. Desse acréscimo, R\$ 3,8 bilhões são relativos ao aumento das transferências de capital com recursos federais já citado anteriormente. Entre os maiores projetos que contam com recursos federais estão “Implantação e Qualificação de Corredores”, de R\$ 1,58 bilhões sendo R\$ 1,37 bilhões com recursos de transferências federais; “Execução do Programa de Mananciais”, de R\$ 1,26 bilhões sendo R\$ 934 milhões de recursos federais; “Intervenções de Controle de Cheias em Bacias de Córregos”, de R\$ 996 milhões sendo R\$ 633 milhões de recursos federais.

Dentre os investimentos, a Tabela 4.3 apresenta os 10 maiores projetos previstos e o seu respectivo valor para ser executado em 2014.

Tabela 4.3 - Investimentos - 10 Maiores Projetos – Proposta 2014 - em R\$

Cód.	Descrição dos Projetos	Valor (R\$)
3378	Implantação e Requalificação de Corredores	1.581.896.568
3355	Execução do Programa de Mananciais	1.260.175.000
5013	Intervenções de Controle de cheias em Bacias de Córregos	995.811.710
3387	Operação Urbana Água Espreada	560.478.564
3354	Construção de Unidades Habitacionais	516.279.744
5007	Execução do Plano Viário Sul	410.500.000
3101	Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde	390.823.000
3359	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	378.210.000
3374	Construção, Ampliação e Modernização de Centros Olímpicos	250.000.000
3360	Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	231.501.000

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº 695/2013

Os projetos listados na Tabela 4.3 somam R\$ 6,58 bilhões e correspondem a 61% do total dos investimentos incluídos na proposta 2014.

A Tabela 4.4 apresenta, comparativamente, ao orçamento aprovado para 2013, a distribuição da despesa por função.

**Tabela 4.4 - Despesa por Função
Proposta 2014 x Orçamento 2013 – em R\$**

Cód.	Descrição da Função	Orçamento 2013	Proposta 2014	Var.%
12	Educação	8.208.664.448	9.200.198.415	12,1%
10	Saúde	6.817.562.368	8.566.668.502	25,7%
09	Previdência Social	5.985.657.819	7.057.513.147	17,9%
28	Encargos Especiais	5.136.465.350	5.824.633.510	13,4%
15	Urbanismo	5.174.975.255	5.673.928.402	9,6%
26	Transporte	2.526.005.972	5.179.668.435	105,1%
16	Habitação	1.758.026.077	2.276.669.871	29,5%
17	Saneamento	638.175.534	1.311.094.180	105,4%
04	Administração	907.447.862	1.061.847.866	17,0%
08	Assistência Social	1.144.999.328	964.972.945	-15,7%
01	Legislativa	841.077.355	795.610.000	-5,4%
27	Desporto e Lazer	365.285.058	639.045.947	74,9%
06	Segurança Pública	516.940.499	498.900.568	-3,5%
13	Cultura	407.328.586	453.441.436	11,3%
18	Gestão Ambiental	344.673.900	374.881.482	8,8%
23	Comércio e Serviços	149.175.902	170.429.265	14,2%
24	Comunicações	223.104.611	166.153.390	-25,5%
02	Judiciária	148.776.376	160.862.848	8,1%
11	Trabalho	534.792.163	128.887.102	-75,9%
99	Reserva de Contingência	1.000.000	110.000.000	10900%
14	Direitos da Cidadania	55.014.699	102.492.314	86,3%
20	Agricultura	19.859.706	11.770.405	-40,7%
07	Relações Exteriores	8.686.558	400.000	-95,4%
05	Defesa Nacional	265.715	235.000	-11,6%
25	Energia	127.826.892	-	-
	TOTAL	42.041.788.033	50.730.305.030	20,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº 695/2013 e LOA 2013

No detalhamento por função, sobressai-se o crescimento de 105,1% (R\$ 2,65 bilhões) dos dispêndios previstos na função Transporte, e de 105,4% (R\$ 673 milhões) na função Saneamento. Dentro da função Transporte, a maior ação é “Compensações Tarifárias do Sistema de Ônibus”, de R\$ 1,65 bilhões, valor 150% superior ao aprovado para 2013 (de R\$ 660 milhões). Outra ação de destaque, na função Transporte, é a já citada “Implantação e Requalificação de Corredores”, no valor de R\$ 1,58 bilhões. Na função Saneamento, a maior ação, no valor de

R\$ 996 milhões, é “Intervenções de Controle de cheias em Bacias de Córregos”, reunindo um conjunto de projetos relativos a drenagem e saneamento que se apresentam separados no orçamento 2013.

A Tabela 4.5 informa a composição da despesa quanto à fonte de recursos, indicando a origem do financiamento das despesas orçamentárias.

Tabela 4.5 - Despesa por Fonte de Recursos - Orçamento 2013 x Proposta 2014 em R\$

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Var.%
00	Tesouro Municipal	27.870.386.899	31.137.062.923	11,7%
01	Operações de Crédito	47.902.424	49.985.715	4,3%
02	Transferências Federais	4.164.002.662	8.646.695.677	107,7%
03	Transferências Estaduais	1.025.436.433	681.517.695	-33,5%
04	Fundo Constitucional da Educação	3.366.100.317	3.443.833.209	2,3%
05	Outras Fontes ¹	143.225.006	82.173.358	-42,6%
06	Recursos Próprios da Administração Indireta	2.606.627.282	2.843.842.321	9,1%
08	Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	2.786.011.010	3.778.222.899	35,6%
09	Recursos Próprios da Empresa Dependente ²	32.096.000	66.971.233	108,7%
TOTAL		42.041.788.033	50.730.305.030	20,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº 695/2013 e LOA 2013

(1) Na Proposta 2014, o grupo “Outras Fontes” (código 05) refere-se aos recursos (e a sua rentabilidade) transferidos de pessoas ao FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

(2) Refere-se a recursos próprios da COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo

A principal fonte são os recursos do próprio Tesouro Municipal (advindos da arrecadação de impostos, taxas e outras receitas próprias) de R\$ 31,1 bilhões, seguido pelas Transferências Federais (código 02), que alcançam R\$ 8,6 bilhões, um aumento de 107,7% em relação ao orçado para 2013. A razão para este incremento é a já comentada a elevação das transferências federais para investimentos, entre os quais: “Implantação e Qualificação de Corredores” (R\$ 1,37 bilhões), “Execução do Programa de Mananciais” (R\$ 934 milhões); “Intervenções de Controle de Cheias em Bacias de Córregos (R\$ 633 milhões).

A terceira principal fonte são recursos vinculados do Tesouro Municipal (08), de R\$ 3,8 bilhões, que se referem basicamente a recursos provenientes das Operações Urbanas e os vinculados aos fundos municipais (Fundo de Desenvolvimento de Trânsito; Fundo de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, Fundo de Iluminação Pública, entre outros) cuja receita tem destinação específica. Na sequência, aparecem os recursos vinculados ao Fundo Constitucional da Educação / FUNDEB (04), no valor de R\$ 3,4 bilhões.

Com relação aos gastos constitucionais e legais nas áreas de saúde e educação, em atenção ao art. 208 da Lei Orgânica do Município, a proposta orçamentária destina o equivalente a 31,4% da Receita Resultante de Impostos em despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, da educação infantil e inclusiva, sendo que se prevê aplicar 27,3% da Receita Resultante de Impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, em cumprimento ao art. 212 da Constituição Federal e ao art. 2º da Lei nº 13.245/01, que fixam 25,0% como o mínimo obrigatório.

Tabela 4.6 - Despesas Constitucionais - Saúde e Educação em % da Receita Resultante de Impostos

	Mínimo Legal	Proposta 2014
Educação (CF art. 212 e LOM art. 208)		
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,0%	27,3%
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino + Educação Inclusiva	31,0%	31,4%
Saúde (EC 29/00)	15,0%	18,1%

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº695/2013

Para as ações e serviços públicos de saúde, a proposta destina 18,1% da receita decorrente de impostos, em conformidade com a Emenda Constitucional 29/00 e com a Lei Complementar nº 141/12 que determinam a aplicação mínima de 15,0%.

A Tabela 5.7 detalha a despesa por órgão da administração direta e indireta proposta para 2014 comparativamente ao Orçamento aprovado para 2013.

Tabela 5.7 - Despesa por Órgão - Orçamento 2013 x Proposta 2014 – em R\$

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Var.%
01	Autarquia Hospitalar Municipal	854.604.418	1.049.612.297	22,8%
02	Hospital do Servidor Público Municipal	257.829.975	219.450.270	-14,9%
03	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	4.359.192.692	5.018.017.486	15,1%
04	Serviço Funerário do Município de São Paulo	126.210.000	186.525.000	47,8%
09	Câmara Municipal de São Paulo	585.507.355	536.700.000	-8,3%
10	Tribunal de Contas do Município de São Paulo	255.570.000	252.620.000	-1,2%
11	Secretaria do Governo Municipal	485.959.765	588.542.983	21,1%
12	Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras	722.409.329	705.368.121	-2,4%
13	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	189.057.533	234.765.592	24,2%
14	Secretaria Municipal de Habitação	1.086.007.974	1.314.189.428	21,0%
16	Secretaria Municipal de Educação	7.914.456.075	9.072.625.515	14,6%

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Var.%
17	Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico	536.497.298	501.699.322	-6,5%
18	Secretaria Municipal da Saúde	48.000.000	-	
19	Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	300.229.702	498.345.947	66,0%
20	Secretaria Municipal de Transportes	1.500.299.732	2.413.085.367	60,8%
21	Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos	156.776.376	169.092.848	7,9%
22	Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana e Obras	1.752.187.725	3.281.088.340	87,3%
23	Secretaria Municipal de Serviços	26.464.708	62.941.585	137,8%
24	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	337.779.633	195.620.711	-42,1%
25	Secretaria Municipal de Cultura	285.801.826	323.266.685	13,1%
27	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente	234.385.329	200.319.482	-14,5%
28	Encargos Gerais do Município	7.498.868.410	8.078.003.333	7,7%
30	Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo	105.972.215	91.074.812	-14,1%
31	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas	8.686.558	8.980.458	3,4%
32	Controladoria Geral do Município de São Paulo	3.138.556	15.910.295	406,9%
34	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	104.174.618	61.702.106	-40,8%
36	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	12.931.672	17.421.327	34,7%
37	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	125.321.840	141.329.908	12,8%
38	Secretaria Municipal de Segurança Urbana	333.606.214	349.320.814	4,7%
39	Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial	-	11.058.968	
40	Secretaria Municipal de Relações Governamentais	-	4.617.583	
41	Subprefeitura Perus	26.146.145	25.229.233	-3,5%
42	Subprefeitura Pirituba/Jaraguá	30.542.067	34.206.524	12,0%
43	Subprefeitura Freguesia/Brasilândia	28.187.488	31.104.292	10,3%
44	Subprefeitura Casa Verde/Cachoeirinha	21.630.738	25.283.057	16,9%
45	Subprefeitura Santana/Tucuruvi	30.990.113	31.630.856	2,1%
46	Subprefeitura Jaçanã/Tremembé	25.349.880	29.267.447	15,5%
47	Subprefeitura Vila Maria/Vila Guilherme	28.603.795	30.587.361	6,9%
48	Subprefeitura Lapa	30.279.369	32.818.251	8,4%
49	Subprefeitura Sé	55.575.622	64.170.133	15,5%
50	Subprefeitura Butantã	38.949.015	39.806.603	2,2%
51	Subprefeitura Pinheiros	33.465.875	36.574.400	9,3%
52	Subprefeitura Vila Mariana	30.353.889	33.288.362	9,7%
53	Subprefeitura Ipiranga	35.458.178	37.626.693	6,1%
54	Subprefeitura Santo Amaro	31.655.482	34.062.069	7,6%
55	Subprefeitura Jabaquara	25.804.571	26.471.966	2,6%
56	Subprefeitura Cidade Ademar	23.873.820	26.020.837	9,0%
57	Subprefeitura Campo Limpo	43.472.444	40.661.926	-6,5%
58	Subprefeitura M'Boi Mirim	60.803.295	36.327.575	-40,3%

Cód.	Descrição da Fonte	Orçamento 2013	Proposta 2014	Var.%
59	Subprefeitura Capela do Socorro	35.445.054	37.353.309	5,4%
60	Subprefeitura Parelheiros	21.981.372	28.256.437	28,5%
61	Subprefeitura Penha	38.133.932	43.572.617	14,3%
62	Subprefeitura Ermelino Matarazzo	24.118.452	26.280.846	9,0%
63	Subprefeitura São Miguel	39.481.442	41.574.123	5,3%
64	Subprefeitura Itaim Paulista	31.820.502	32.654.426	2,6%
65	Subprefeitura Moóca	34.180.183	39.269.664	14,9%
66	Subprefeitura Aricanduva/Formosa/Carrão	32.721.745	35.420.419	8,2%
67	Subprefeitura Itaquera	36.903.632	40.487.238	9,7%
68	Subprefeitura Guaianases	30.316.598	35.477.765	17,0%
69	Subprefeitura Vila Prudente	33.436.372	21.444.593	-35,9%
70	Subprefeitura São Mateus	50.718.484	52.852.851	4,2%
71	Subprefeitura Cidade Tiradentes	21.569.503	22.169.045	2,8%
72	Subprefeitura de Sapopemba	-	21.412.983	
76	Fundo Municipal de Despesas da Câmara Municipal	-	3.300.000	
77	Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	-	2.990.000	
78	Secretaria Municipal de Licenciamento	-	50.897.361	
79	Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres	-	13.465.413	
80	Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	9.119.391	7.372.900	-19,2%
81	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/ Fundo Munic.de Limpeza Urbana	1.692.990.654	2.011.312.245	18,8%
83	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	143.854.006	152.223.034	5,8%
84	Fundo Municipal de Saúde	5.657.127.975	7.297.605.935	29,0%
85	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	64.264.543	80.211.271	24,8%
86	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura	624.949.125	681.509.000	9,1%
87	Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito	1.017.906.240	1.820.783.068	78,9%
88	Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	1.709.300	463.480	-72,9%
89	Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	3.329.356	700.000	-79,0%
90	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	130.407.193	87.349.839	-33,0%
91	Fundo Municipal de Habitação	115.898.532	87.851.048	-24,2%
93	Fundo Municipal de Assistência Social	796.509.181	771.851.476	-3,1%
94	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	82.148.571	174.562.000	112,5%
95	Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais	12.830.000	10.000.000	-22,1%
96	Fundo Municipal de Turismo	600.000	1.000	-99,8%
97	Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano	2.144.455	1.500.000	-30,1%
98	Fundo de Desenvolvimento Urbano	160.000.000	498.000.000	211,3%
99	Fundo Municipal de Iluminação Pública	286.102.926	279.695.476	-2,2%
	TOTAL	42.041.788.033	50.730.305.030	20,7%

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº695/2013 e LOA 2013

Nas variações por órgão, ressalta-se o crescimento de 87% (ou de R\$ 1,53 bilhões) das despesas da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Obras (órgão 22), que, ficará responsável por R\$ 769 milhões (do total de R\$ 1,58 bilhão) da “Implantação e Requalificação de Corredores”, por R\$ 696 milhões (do total de R\$ 996 milhões) da “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos” e por R\$ 520 milhões (do total de R\$ 560 milhões) da Operação Urbana Água Espreada. Outros destaques são o crescimento de R\$ 1,60 bilhão (ou de 29%) das despesas do Fundo Municipal de Saúde (órgão 84) e o crescimento de R\$ 1,16 bilhão (das 14,6%) despesas da Secretaria Municipal de Educação (órgão 16).

Cabe, também, destacar algumas ações de importância dados os seus montantes. A maior ação é “Administração da Unidade” no valor de R\$ 5,60 bilhões, que compreende, sobretudo, as despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Na sequência, a segunda maior ação é “Aposentadorias e Pensões”, no valor de R\$ 4,97 bilhões, um crescimento de 20,9% em relação ao orçado para 2013. Com este aumento da despesa prevista com aposentadoria, o déficit orçamentário do IPREM, segundo a Proposta 2014, será da ordem de R\$ 2,92 bilhões, crescimento de 26,8% sobre o valor no orçamento para 2013.

A terceira maior ação, que se refere ao serviço da dívida municipal com o governo federal, é “Serviço da Dívida Pública Interna - Refinanciamento”, no valor de R\$ 4,06 bilhões, o que representa um aumento de 17,6% em relação ao valor orçado para o ano de 2013. Sendo que deste valor contido proposta, R\$ 1,06 bilhão tem destinação prevista para amortização do principal da dívida. Para 2013, o orçamento tem previsão de destinar R\$ 607 milhões para amortização do principal.

A Proposta 2014 apresenta os valores das ações regionalizadas por subprefeitura. A Tabela 5.8 informa o valor destinado para cada região detalhado por projetos (ações com prazo para término), atividades (ações de realização continuada) e operações especiais (pagamento de dívidas).

Conforme mostra a tabela, as regiões abrangidas pelas subprefeituras do M’Boi Mirim e Capela do Socorro recebem projetos em valor significativamente superior às demais, em razão de investimentos, na região de M’Boi Mirim, como a “Execução do Programa Mananciais” (R\$ 621 milhões), “Execução do Plano Viário Sul” (R\$ 344 milhões) e “Intervenção de controle de

Tabela 5.8 - Despesa Regionalizada - Proposta 2014 – em R\$

Região	Atividade	Op. Especial	Projeto	Total
Supraregional	33.266.216.058	5.824.633.510	1.866.650.677	40.957.500.245
A definir	502.376.857		854.794.673	1.357.171.530
Aricanduva/Formosa/Carrão	24.617.610		234.715.500	259.333.110
Butantã	24.975.133		94.609.787	119.584.920
Campo Limpo	28.057.783		431.980.235	460.038.018
Capela do Socorro	60.136.149		1.009.573.022	1.069.709.171
Casa Verde/Cachoeirinha	19.948.479		40.621.019	60.569.498
Cidade Ademar	14.357.382		81.333.968	95.691.350
Cidade Tiradentes	23.225.572		42.162.499	65.388.070
Ermelino Matarazzo	17.832.670		33.285.357	51.118.027
Freguesia/Brasilândia	21.234.119		78.740.050	99.974.169
Guaianases	25.698.993		99.051.104	124.750.097
Ipiranga	26.061.523		174.495.303	200.556.826
Itaim Paulista	23.344.248		137.142.414	160.486.662
Itaquera	27.009.041		473.468.720	500.477.761
Jabaquara	17.337.599		247.215.299	264.552.897
Jaçanã/Tremembé	18.752.300		167.230.567	185.982.867
Lapa	20.389.617		299.180.646	319.570.263
M Boi Mirim	20.911.514		1.319.021.225	1.339.932.739
Mooca	26.446.577		384.585.646	411.032.223
Parelheiros	14.293.179		98.409.554	112.702.733
Penha	27.236.707		121.260.886	148.497.593
Perus	17.195.105		207.561.176	224.756.281
Pinheiros	23.925.502		97.052.682	120.978.185
Pirituba	22.669.776		244.811.319	267.481.095
Santana/Tucuruvi	21.285.103		109.808.599	131.093.702
Santo Amaro	24.273.341		374.990.072	399.263.413
São Mateus	35.871.447		336.742.857	372.614.304
São Miguel	28.574.877		96.688.646	125.263.523
Sapopemba	16.098.884		31.898.041	47.996.925
Sé	137.752.973		148.380.781	286.133.754
Vila Maria/Vila Guilherme	21.528.444		77.830.792	99.359.236
Vila Mariana	23.243.116		203.286.653	226.529.769
Vila Prudente	21.973.246		42.240.828	64.214.075
Total geral	34.644.850.924	5.824.633.510	10.260.820.596	50.730.305.030

Fonte: Proposta Orçamentária 2014 - PL nº695/2013

cheias em bacia de córregos”, que na região (R\$ 224 milhões), e na região da Capela do Socorro, “Execução do Programa Mananciais” (R\$ 365 milhões), “Implantação e Requalificação de Corredores” (R\$ 316 milhões) e “Reforma e Ampliação do Autódromo de Interlagos” (R\$ 140 milhões).

13. Proposta de Plano Plurianual 2014-2017 ¹

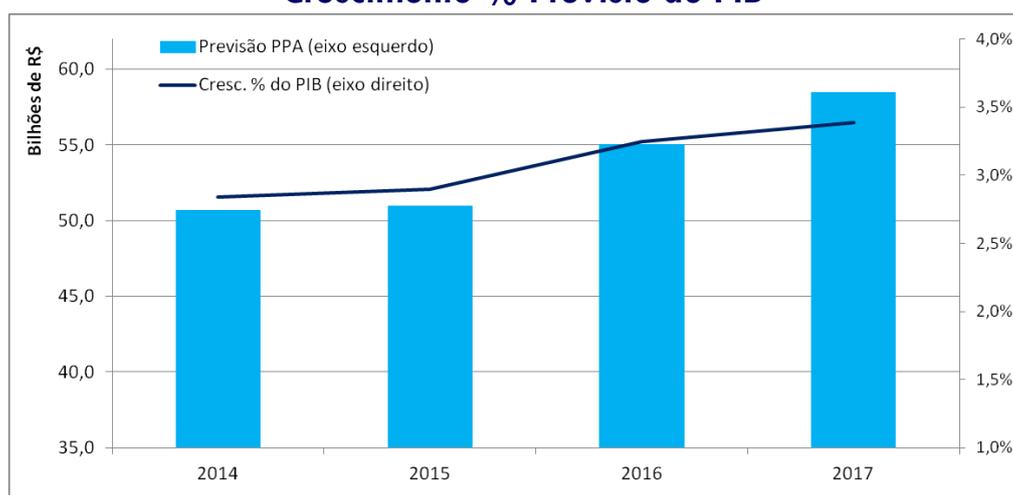
Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município, a Câmara Municipal recebeu do Poder Executivo, no último dia 30 de setembro, o Projeto de Plano Plurianual para o quadriênio 2014-2017. O Plano Plurianual - PPA é um instrumento de planejamento governamental para um período de 4 anos, iniciando a sua vigência do segundo ano de um mandato majoritário até o final do primeiro ano do mandato seguinte.

Determina a Constituição Federal que o PPA estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. As diretrizes são definidas por meio de programas de governo. Na Proposta de PPA 2014-2017, estão definidos 26 programas de governo, cada um com seu respectivo objetivo, que define o resultado concreto que se pretende obter.

O Gráfico 4.1 ilustra a evolução prevista da receita orçamentária no projeto de PPA 2014-2017.

Gráfico 4.1 - Evolução Anual Prevista dos Orçamentos (em R\$ bilhões) e Crescimento % Previsto do PIB



Fonte: Projeto de PPA - 2014-2017

A soma das receitas previstas para os próximos 4 anos alcança R\$ 215,3 bilhões. O valor projetado para a arrecadação no quadriênio partiu de um cenário macroeconômico em que se espera uma expansão média de 3,1% do Produto Interno Bruto - PIB entre 2014 e 2017, conforme expectativas de mercado apresentadas no Relatório Focus Séries do Banco Central do dia 05/07/2013.

¹ Publicado no Indicador Paulistano n° 41 - novembro/2013.

As receitas tributárias são a principal fonte do crescimento previsto da arrecadação municipal de 2014 a 2017. Espera-se que a participação das receitas tributárias na receita total aumente de 40,7%, em 2014, para 46,9%, em 2017 (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 - Evolução das Receitas - Projeto de PPA 2014-2017 - em R\$ mil

	2014		2015		2016		2017	
	Em R\$	Em % do Total						
RECEITAS CORRENTES (A)	41.755.500	82,3%	44.825.949	87,9%	48.733.882	88,5%	52.680.262	90,0%
Receita Tributária	20.662.790	40,7%	22.636.005	44,4%	25.115.486	45,6%	27.455.787	46,9%
Receita de Contribuições	1.279.375	2,5%	1.377.726	2,7%	1.493.595	2,7%	1.619.246	2,8%
Receita Patrimonial	521.976	1,0%	595.903	1,2%	633.949	1,2%	664.225	1,1%
Receita de Serviços	495.922	1,0%	493.953	1,0%	518.672	0,9%	549.715	0,9%
Transferências Correntes	15.897.946	31,3%	16.782.993	32,9%	17.945.411	32,6%	19.221.340	32,8%
<i>FUNDEB</i>	3.423.943	6,7%	3.713.139	7,3%	4.032.792	7,3%	4.384.650	7,5%
Outras Receitas Correntes	2.897.492	5,7%	2.939.368	5,8%	3.026.768	5,5%	3.169.950	5,4%
RECEITAS DE CAPITAL (B)	9.265.631	18,3%	6.521.963	12,8%	6.639.523	12,1%	6.164.963	10,5%
Operações de Crédito	49.986	0,1%	58.333	0,1%	58.333	0,1%	41.667	0,1%
Alienação de Bens	1.293.649	2,6%	6.672	0,0%	6.804	0,0%	5.748	0,0%
Amortização de Empréstimos	22.537	0,0%	21.228	0,0%	22.770	0,0%	24.335	0,0%
Transferências de Capital	6.061.165	11,9%	5.141.837	10,1%	5.178.015	9,4%	4.634.481	7,9%
Outras Receitas de Capital	1.838.294	3,6%	1.293.893	2,5%	1.373.601	2,5%	1.458.732	2,5%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (C)	1.668.516	3,3%	1.770.736	3,5%	1.930.772	3,5%	2.100.673	3,6%
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE (D)	-1.959.342	-3,9%	-2.103.146	-4,1%	-2.261.423	-4,1%	-2.433.411	-4,2%
TOTAL (A+B+C+D)	50.730.305	100,0%	51.015.501	100,0%	55.042.755	100,0%	58.512.487	100,0%

Fonte: Proposta Plano Plurianual 2014-2017

Quanto às despesas, o Projeto de PPA 2014-2017 subdivide-as em 26 programas de governo, sendo que cada um deles está associado a um dos 21 objetivos estratégicos definidos no Programa de Metas 2013-2016² (5 programas não estão relacionados ao Programas de Metas). A Tabela 4.2 apresenta os 26 programas com os seu respectivos objetivos e a execução prevista para 2014 e demais anos abrangidos pelo plano. Os programas estão, em termos de valor financeiro total para 2014-2017, em ordem decrescente.

² Conforme o art. 69-A da Lei Orgânica do Município, o Prefeito deve apresentar o Programa de Metas de sua gestão, até 90 dias após a sua posse, observando as diretrizes de sua campanha eleitoral. No Programa de Metas 2013-2016 foram definidas 123 metas, que estão agrupadas em 21 objetivos estratégicos.

Tabela 4.2 - Despesas - Projeto de PPA 2014-2017 - em R\$ mil

Programas	Objetivos Estratégicos Programa de Metas 2014-2017	2014		2015 - 2017		Total 2014 a 2017	
		Em R\$ mil	% do Total	Em R\$ mil	% do Total	Em R\$ mil	% do Total
3004 - Benefícios e Previdência de Funcionários	<i>Não está relacionado ao Programa de Metas</i>	10.971.618	21,6%	38.829.125	23,6%	49.800.743	23,1%
3024 - Suporte Administrativo	<i>Não está relacionado ao Programa de Metas</i>	6.075.705	12,0%	21.018.290	12,8%	27.093.996	12,6%
3003 - Ações e serviços da saúde	Ampliar o acesso, aperfeiçoar a qualidade, reduzir as desigualdades regionais e o tempo de espera e fortalecer a atenção integral das ações e serviços de saúde	6.211.690	12,2%	19.123.323	11,6%	25.335.013	11,8%
0000 - Encargos Especiais	<i>Não está relacionado ao Programa de Metas</i>	5.848.037	11,5%	18.299.528	11,1%	24.147.564	11,2%
3009 - Melhoria da mobilidade urbana universal	Melhorar a mobilidade urbana universal, dando prioridade aos meios públicos de transporte	5.594.331	11,0%	18.537.287	11,3%	24.131.618	11,2%
3010 - Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação	Melhorar a qualidade da Educação e ampliar o acesso à Educação Infantil com a expansão da rede de equipamentos e a criação de 150 mil novas vagas	4.767.225	9,4%	16.780.975	10,2%	21.548.199	10,0%
3005 - Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos	Ampliar a coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos, com a inclusão de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis	2.017.317	4,0%	6.840.827	4,2%	8.858.144	4,1%
3022 - Requalificação e promoção da ocupação dos espaços públicos	Requalificar e promover a ocupação dos espaços públicos e revisar o marco regulatório do desenvolvimento urbano de forma participativa	1.894.446	3,7%	5.309.362	3,2%	7.203.808	3,3%
3020 - Proteção dos recursos naturais da cidade	Proteger os recursos naturais da cidade, conservando as áreas de mananciais, ampliando o sistema de áreas verdes, preservando os recursos hídricos e monitorando as áreas de risco	1.545.078	3,0%	4.060.354	2,5%	5.605.432	2,6%
3008 - Melhoria da drenagem urbana e proteção das bacias hidrográficas	Reduzir a ocorrência de enchentes e alagamentos	1.311.094	2,6%	4.182.670	2,5%	5.493.764	2,6%
3013 - Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência	Implantar um programa territorializado de prevenção e proteção às vítimas da violência	747.988	1,5%	2.485.109	1,5%	3.233.098	1,5%
3002 - Acesso à Moradia Adequada	Garantir o acesso à moradia adequada	862.662	1,7%	1.912.365	1,2%	2.775.027	1,3%
3015 - Promoção da cidade como centro de eventos e destino turístico de referência	Promover a cidade de São Paulo como centro de eventos e destino turístico de referência nacional e internacional, recebendo melhor os visitantes e gerando	658.060	1,3%	1.120.900	0,7%	1.778.960	0,8%
3023 - Superação da extrema pobreza	Superar a extrema pobreza na cidade de São Paulo, elevando a renda, promovendo a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos para todos	365.096	0,7%	1.326.840	0,8%	1.691.936	0,8%
3017 - Promoção de atividades esportivas, recreativas e de lazer	Promover a prática de atividades esportivas, recreativas e de lazer	426.036	0,8%	759.454	0,5%	1.185.490	0,6%

Programas	Objetivos Estratégicos Programa de Metas 2014-2017	2014		2015 - 2017		Total 2014 a 2017	
		Em R\$ mil	% do Total	Em R\$ mil	% do Total	Em R\$ mil	% do Total
3001 - Acesso à cultura	Ampliar o acesso da população à cultura, por meio de equipamentos e ações, a partir da sua descentralização no território	335.496	0,7%	1.048.366	0,6%	1.383.861	0,6%
3011 - Modernização e descentralização da gestão e prestação de serviços	Aproximar a Prefeitura do cidadão, descentralizando e modernizando a gestão, aumentando a qualidade dos espaços e serviços e reduzindo o tempo de espera no atendimento e na resposta às demandas	299.442	0,6%	1.024.252	0,6%	1.323.694	0,6%
3006 - Direitos da pessoa com deficiência	Promover, ampliar e qualificar ações voltadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência	240.110	0,5%	653.525	0,4%	893.635	0,4%
3021 - Qualidade e transparência da receita e despesa	<i>Não está relacionado ao Programa de Metas</i>	206.515	0,4%	172.888	0,1%	379.403	0,2%
9999 - Reserva de	<i>Não está relacionado ao Programa de Metas</i>	110.000	0,2%	330.000	0,2%	440.000	0,2%
3014 - Processo Legislativo e Controle Externo	<i>Não está relacionado ao Programa de Metas</i>	84.956	0,2%	282.466	0,2%	367.422	0,2%
3019 - Promoção do crescimento econômico e geração de postos de trabalho	Promover o crescimento econômico e a geração de postos de trabalho na cidade de São Paulo	78.794	0,2%	253.062	0,2%	331.856	0,2%
3007 - Garantia dos direitos da população idosa	Promover a inclusão e a garantia dos direitos da população idosa	20.304	0,04%	94.223	0,1%	114.527	0,1%
3012 - Participação, transparência e controle social da administração pública	Promover a participação, a transparência e o controle social da administração pública	21.454	0,04%	76.952	0,05%	98.406	0,05%
3018 - Promoção de uma cultura de cidadania e valorização da diversidade	Promover uma cultura de cidadania e valorização da diversidade, reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas	9.352	0,02%	39.599	0,02%	48.951	0,02%
3016 - Promoção da cidade como centro de tecnologia e inovação	Promover a cidade de São Paulo como centro de tecnologia e inovação	27.500	0,1%	9.000	0,01%	36.500	0,02%
TOTAL		50.730.305	100%	164.570.743	100%	215.301.048	100%

Fonte: Proposta Plano Plurianual 2014-2017

Os dois programas mais representativos, em termos financeiros, são “Benefícios e Previdência de Funcionários” (23,1% do total) e “Suporte Administrativo” (12,6% do total), envolvendo, predominantemente, as despesas com aposentadorias, pessoal e outras despesas de custeio. O terceiro maior programa é “Ações e serviços de saúde”, com 11,8% do total. Nos “Encargos Especiais”, quarto maior programa (11,2% do total), estão as despesas com o pagamento de precatórios e dos encargos da dívida pública. “Melhoria da mobilidade urbana universal”, com 11,2%, e “Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação”, com 10,0%, são, respectivamente, o quinto e o sexto maiores programas.

Os seis maiores programas respondem conjuntamente por 80% da despesa total prevista no projeto do plano. Os programas “Benefícios e Previdência de Funcionários”, “Suporte Administrativo” e “Encargos Especiais” envolvem, predominantemente, despesas fixas e/ou de custeio, os outros três programas compreendem, também, investimentos, conforme Tabela 4.3 a seguir.

Tabela 4.3 - Programas Selecionados - Maiores Projetos - Proposta PPA 2014-2017

Programas / Projeto	2014		2015 - 2017		Total 2014 a 2017	
	Em R\$ mil	Quantidade	Em R\$ mil	Quantidade	Em R\$ mil	Quantidade
Ações e serviços da saúde						
3366 Construção e Instalação de Hospitais	10.500	-	593.000	3 hospitais	603.500	3 hospitais
3101 Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde	390.823	-	208.520	-	599.343	-
Melhoria da mobilidade urbana universal						
3378 Implantação e Requalificação de Corredores	1.581.897	14,6 km	4.744.219	195,2 km	6.326.116	209,8 km
3750 Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	200.887	-	2.278.000	25 terminais	2.478.887	25 terminais
5007 Execução do Plano Viário Sul	410.500	-	1.332.500	-	1.743.000	-
Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação						
3359 Construção de Centros de Educação	378.210	8 CEIs	881.238	228 CEIs	1.259.448	236 CEIs
3360 Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU	231.501	1 CEU	388.499	19 CEUs	620.000	20 CEUs

Fonte: Proposta Plano Plurianual 2014-2017

No programa “Ações e serviços de saúde”, estão articuladas as atividades e os projetos relativos à área da saúde. Entre os projetos incluídos neste programa, destaca-se “Construção e Instalação de Hospitais”, no qual se estima investir R\$ 603 milhões até 2016. Esta ação está vinculada à meta 22 do Programa de Metas 2013-2016, que prevê a construção de 3 novos hospitais, ampliando em 750 o número de leitos do sistema municipal de saúde. Financeiramente, o segundo maior projeto é “Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos de Saúde”, no qual está previsto investimentos de R\$ 599 milhões, sendo R\$ 8,7 milhões relativos à ampliação e reforma do Hospital do Servidor Público Municipal e o restante destinado a construção e reforma de unidades de saúde (esta ação não está explicitamente vinculada a uma meta). Pela proposta, a maior parte deste valor, R\$ 390,8 milhões (65% do total), dever ser despendida em 2014.

O programa “Melhoria da mobilidade urbana universal” reúne os projetos e atividades associados a mobilidade urbana. A principal atividade nesse programa, com valor de R\$ 7,0 bilhões para os próximos 4 anos, é “Compensações tarifárias do sistema de ônibus”, que se refere aos subsídios às tarifas. Dentre os projetos desse programa, sobressai-se “Implantação e Requalificação de Corredores”, no qual se estima investir R\$ 6,3 bilhões no próximo quadriênio, destinados a implantação de 209,8 km de corredores. Este projeto está vinculado à meta 93 do Programa de Metas, que prevê a construção de 150 km de novos corredores de ônibus até 2016. Outro destaque desse programa é o projeto “Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos” no valor de R\$ 2,5 bilhões. No detalhamento deste projeto estão listadas a implementação/requalificação de 25 terminais.

Na sequência, o projeto “Execução do Plano Viário Sul”, no valor R\$ 1,7 bilhão, está associado à meta 99 do Programa de Metas, que envolve um conjunto de obras viárias localizadas na região do extremo sul da cidade.

O programa “Melhoria da qualidade e ampliação do acesso à educação” agrupa as ações relativas à área da educação. O projeto “Construção de Centros de Educação Infantil - CEI” destaca-se com o maior valor (R\$ 1,3 bilhão), destinado à construção de 236 CEIs durante o quadriênio 2014-2017. Este projeto está associado à meta 17 do Programa de Metas, que prevê a construção de 243 CEIs entre 2013-2016.

O projeto do PPA 2014-2017 destina R\$ 620 milhões ao projeto “Construção, reforma e ampliação de Centros Educacionais Unificados - CEU”, vinculado à meta 16 do Programa de Metas, que prevê a ampliação da Rede CEU em 20 unidades.

Independentemente do programa a que pertença, a Tabela 4.4 apresenta os 10 maiores projetos previstos do projeto de PPA 2014-2017.

Tabela 4.4 - Investimentos - 10 Maiores Projetos - Proposta de PPA 2014-2017

Pos	Cód.	Projetos	2014 (em R\$ mil)	2015-2017 (em R\$)	Total 2014-2017 (em R\$)
1º	3378	Implantação e Requalificação de Corredores	1.581.897	4.744.219	6.326.116
2º	5013	Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos	995.812	3.497.228	4.493.040
3º	3355	Execução do Programa de Mananciais	1.260.175	3.003.995	4.264.170
4º	3750	Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos	200.886	2.278.000	2.478.886
5º	5007	Execução do Plano Viário Sul	410.500	1.332.500	1.743.000
6º	3387	Operação Urbana Água Espreada	560.479	1.058.171	1.618.650
7º	3354	Construção de Unidades Habitacionais	516.280	897.445	1.413.725
8º	3359	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	378.210	881.238	1.259.448
9º	1250	Construção, reforma e ampliação de espaços de feiras e exposições	200.000	669.501	869.501
10º	3357	Urbanização de Favelas	195.454	506.945	702.399

Fonte: Proposta Plano Plurianual 2014-2017

O segundo maior projeto, não citado anteriormente, é “Intervenções de controle de cheias em bacias de córregos”, no valor total de R\$ 4,5 bilhões, estando vinculado à meta 105 do Programa de Metas, que prevê intervenções nas bacias dos córregos: Ponte Baixa, Zavuvus, Sumaré/Água Preta, Aricanduva, Cordeiro, Praça da Bandeira, Av. Anhaia Mello, Freitas/Capão, Redondo, Paraguai/Éguas, Riacho do Ipiranga, Tremembé, Ribeirão Perus e Paciência e desenvolvimento de projeto para intervenção nos córregos do Itaim Paulista.

O terceiro projeto (“Execução do Programa de Mananciais”), no valor de R\$ 4,3 bilhões, está associado a meta 84, que prevê *“concluir as fases II e III do Programa de Mananciais, beneficiando 70.000 famílias”*.

O projeto “Operação Urbana Água Espreada”, no valor de R\$ 1,6 bilhão, refere-se a realização das obras previstas no âmbito da Operação Urbana Consorciada (meta 75). O projeto “Construção de Unidades Habitacionais”, no valor de R\$ 1,4 bilhão, prevê a construção de 72 mil unidades habitacionais. Esse projeto está associado à meta 35, que visa beneficiar 55 mil famílias durante o período coberto pelo Programa de Metas.

Para “Construção, reforma e ampliação de espaços de feiras e exposições”, a proposta de PPA 2014-2017 destina o valor de R\$ 859 milhões. Com o projeto de “Urbanização de Favelas”, no valor de R\$ 702 milhões, espera-se beneficiar 88 mil famílias. Esse projeto está associado à meta 36, que visa beneficiar 70 mil famílias durante o período coberto pelo Programa de Metas.

Regionalização

A Proposta de PPA 2014-2017 detalha os valores das ações orçamentárias de forma regionalizada de acordo com a área de abrangência das 32 subprefeituras da cidade. Através da regionalização é possível identificar o quanto o PPA planeja despesar em cada das regiões abrangidas pelas 32 subprefeituras. Não necessariamente a despesa será executada pelo órgão Subprefeitura, podendo ser realizada por um outro órgão da administração municipal, na região abrangida por essa Subprefeitura. A Tabela 4.5 informa os valores previstos em cada subprefeitura separados por atividades e projetos³. As atividades são, em geral, despesas correntes (contínuas no tempo), e os projetos são, em geral, despesas de capital (limitadas no tempo).

Tabela 4.5 - Despesa Regionalizada - Projeto PPA 2014-2017 – em R\$

Subprefeitura	Atividade (em R\$ mil)	% do Total	Projeto (em R\$ mil)	% do Total	Total (em R\$ mil)	% do Total
Supraregional	148.415.211	95,7%	4.503.887	12,5%	152.919.098	80,0%
A definir	1.376.196	0,9%	3.163.346	8,8%	4.539.542	2,4%
Aricanduva/Formosa/Carrão	151.467	0,1%	540.486	1,5%	691.953	0,4%
Butantã	169.427	0,1%	413.011	1,1%	582.437	0,3%
Campo Limpo	168.759	0,1%	1.683.929	4,7%	1.852.687	1,0%
Capela do Socorro	316.021	0,2%	3.643.157	10,1%	3.959.178	2,1%
Casa Verde/Cachoeirinha	136.510	0,1%	112.338	0,3%	248.848	0,1%
Cidade Ademar	105.908	0,1%	731.318	2,0%	837.226	0,4%
Cidade Tiradentes	126.357	0,1%	132.152	0,4%	258.509	0,1%
Ermelino Matarazzo	112.217	0,1%	324.484	0,9%	436.700	0,2%
Freguesia/Brasilândia	130.543	0,1%	339.632	0,9%	470.175	0,2%
Guaianases	150.531	0,1%	392.302	1,1%	542.834	0,3%
Ipiranga	162.573	0,1%	513.290	1,4%	675.863	0,4%
Itaim Paulista	137.633	0,1%	1.087.821	3,0%	1.225.453	0,6%
Itaquera	166.046	0,1%	1.255.205	3,5%	1.421.250	0,7%

³ As atividades envolvem operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo; projeto envolve operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão da ação de governo.

Tabela 4.4 - Despesa Regionalizada - Projeto PPA 2014-2017 – em R\$

Subprefeitura	Atividade (em R\$ mil)	% do Total	Projeto (em R\$ mil)	% do Total	Total (em R\$ mil)	% do Total
Jabaquara	113.791	0,1%	1.131.824	3,1%	1.245.615	0,7%
Jaçanã/Tremembé	119.179	0,1%	570.817	1,6%	689.996	0,4%
Lapa	141.284	0,1%	842.005	2,3%	983.289	0,5%
M'Boi Mirim	146.341	0,1%	4.117.059	11,4%	4.263.400	2,2%
Mooça	168.347	0,1%	1.221.180	3,4%	1.389.527	0,7%
Parelheiros	89.613	0,1%	752.619	2,1%	842.232	0,4%
Penha	187.322	0,1%	734.919	2,0%	922.242	0,5%
Perus	104.127	0,1%	680.983	1,9%	785.111	0,4%
Pinheiros	157.486	0,1%	310.554	0,9%	468.040	0,2%
Pirituba	141.883	0,1%	893.722	2,5%	1.035.605	0,5%
Santana/Tucuruvi	135.487	0,1%	548.160	1,5%	683.647	0,4%
Santo Amaro	146.809	0,1%	1.260.434	3,5%	1.407.243	0,7%
São Mateus	216.294	0,1%	1.852.203	5,1%	2.068.497	1,1%
São Miguel	174.116	0,1%	427.779	1,2%	601.895	0,3%
Sapopemba	93.562	0,1%	52.475	0,1%	146.037	0,1%
Sé	738.587	0,5%	797.279	2,2%	1.535.866	0,8%
Vila Maria/Vila Guilherme	132.583	0,1%	335.528	0,9%	468.111	0,2%
Vila Mariana	151.324	0,1%	706.021	2,0%	857.345	0,4%
Vila Prudente	123.448	0,1%	76.328	0,2%	199.776	0,1%
Total geral	155.106.982	100%	36.148.247	100%	191.255.228	100%

Fonte: Proposta Plano Plurianual 2014-2017

Além dos valores acima, constam também, na Proposta de PPA, R\$ 24,0 bilhões referentes à operações especiais que são despesas supraregionais relativas aos pagamentos dos serviços da dívida pública e de precatórios, totalizando um valor de R\$ 215,3 bilhões.

Conforme a tabela mostra, 95,7% das despesas com atividades estão classificadas como supraregional, ou seja, a ação ultrapassa a região de abrangência de uma subprefeitura. Nos projetos, a regionalização alcança uma parcela maior da despesa, com a identificação da região de 78,8% do valor total.

As regiões de M'Boi Mirim e de Capela do Socorro receberão projetos de grande volume financeiro, como: "Execução do Programa de Mananciais" e "Execução do Plano Viário Sul". O projeto "Execução do Programa de Mananciais" realizará despesas no valor de R\$ 1,6 bilhão na região de Capela do Socorro e R\$ 1,5 bilhão em M'Boi Mirim. O projeto "Execução do Plano Viário Sul" compreenderá despesas no valor de R\$ 1,5 bilhão na região do M'Boi Mirim e de R\$ 280 milhões na Capela do Socorro.

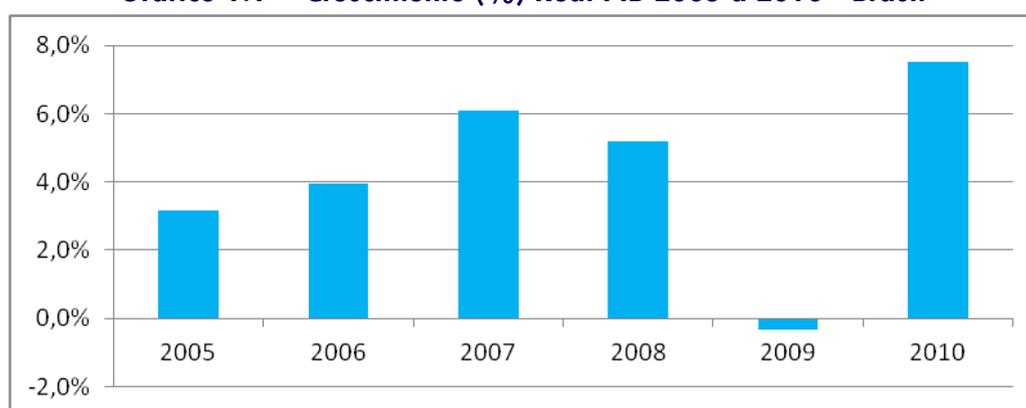
14. Produto Interno Bruto Municipal de 2010¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em parceria com as Secretarias Estaduais e os órgãos estaduais de estatística, divulgou, em dezembro/2012, as estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos municípios brasileiros do ano de 2010.

O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da atividade econômica. O PIB nacional, que havia apresentado contração de 0,33% em 2009, registrou expressivo crescimento real de 7,53% (ou 16,4% em termos nominais) no ano seguinte (Gráfico 1.1).

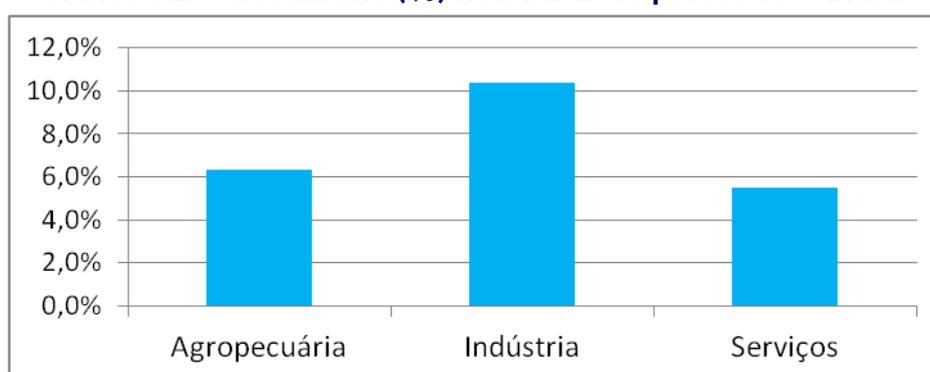
Gráfico 1.1 - Crescimento (%) Real PIB 2005 a 2010 - Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Setorialmente, o crescimento de 2010 foi puxado pelo desempenho da indústria, que cresceu, em termos reais, 10,4%, enquanto que a agropecuária e os serviços apresentaram crescimento real de 6,3% e 5,5% respectivamente (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.2 - Crescimento (%) Real PIB 2010 por Setores - Brasil

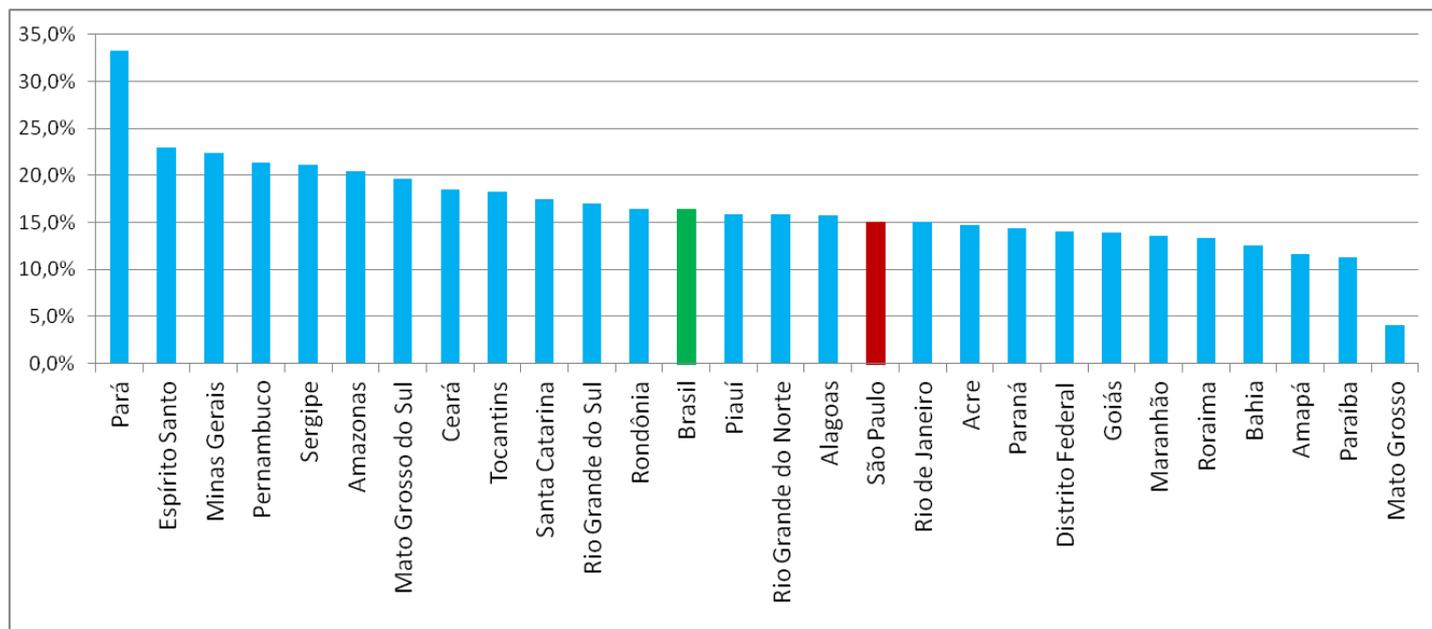


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 20 - janeiro/2013.

O Gráfico 1.3 apresenta o crescimento nominal dos PIBs estaduais em 2010. O estado do Pará foi o que apresentou maior crescimento nominal em 2010, de 33,3%, puxado pela expansão de 92,1% da sua indústria extrativa mineral. O maior PIB estadual (de R\$ 1,25 trilhão) é o de São Paulo, que obteve em 2010 um crescimento nominal de 15,1%, pouco abaixo da média nacional.

Gráfico 1.3 - Crescimento (%) Nominal do PIB 2010/2009 por Estado da Federação



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A Tabela 1.1 lista os valores, em reais correntes, dos 20 maiores PIBs municipais do ano de 2010 e a respectiva participação percentual no PIB brasileiro. Encabeça a lista o município de São Paulo com PIB de R\$ 443,6 bilhões, correspondendo a 11,8% do PIB brasileiro. Entre os 20 maiores, encontra-se cinco municípios da RMSP: São Paulo (1º), Guarulhos (8º), Osasco (12º), São Bernardo do Campo (13º) e Barueri (16º).

Tabela 1.1 - 20 Maiores PIBs Municipais 2010

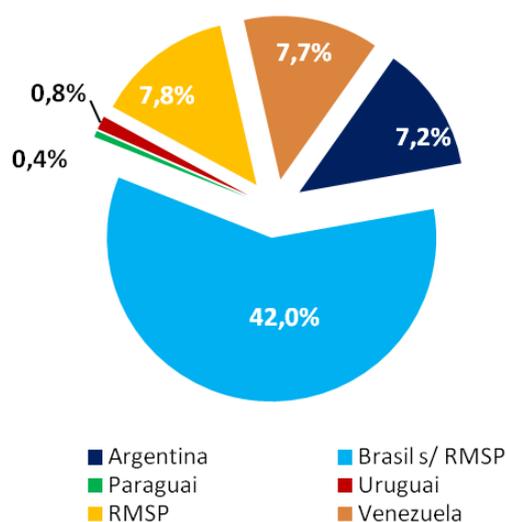
Posição	Município	PIB 2010 em R\$ mil	Part. % no Total
1º	São Paulo - SP	443.600.102	11,8%
2º	Rio de Janeiro - RJ	190.249.043	5,0%
3º	Brasília - DF	149.906.319	4,0%
4º	Curitiba - PR	53.106.497	1,4%
5º	Belo Horizonte - MG	51.661.760	1,4%
6º	Manaus - AM	48.598.153	1,3%
7º	Porto Alegre - RS	43.038.100	1,1%
8º	Guarulhos - SP	37.139.404	1,0%
9º	Fortaleza - CE	37.106.309	1,0%
10º	Salvador - BA	36.744.670	1,0%
11º	Campinas - SP	36.688.629	1,0%
12º	Osasco - SP	36.389.080	1,0%
13º	São Bernardo do Campo - SP	35.578.586	0,9%
14º	Recife - PE	30.032.003	0,8%
15º	Betim - MG	28.297.360	0,8%
16º	Barueri - SP	27.752.428	0,7%
17º	Santos - SP	27.616.035	0,7%
18º	Duque de Caxias - RJ	26.496.845	0,7%
19º	Campos dos Goytacazes - RJ	25.313.179	0,7%
20º	Vitória - ES	24.969.295	0,7%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

PIB da Região Metropolitana de São Paulo

O PIB da Região Metropolitana de São Paulo – RMSP apresentou um crescimento nominal de 14,5%, o que representou um crescimento real de 5,78% em relação a 2009. Em termos

Gráfico 1.4 - PIB 2010 - RMSP e Mercosul

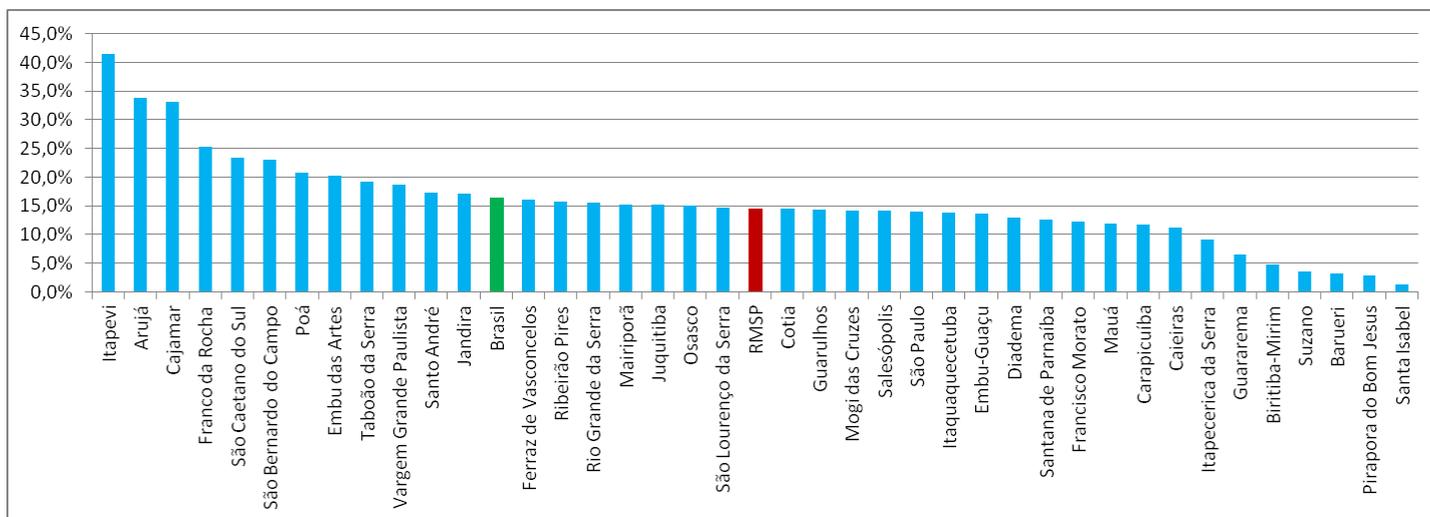


relativos, o desempenho foi um pouco inferior ao nacional (7,53%), fazendo com que caísse a participação da RMSP no PIB nacional, de 18,93% para 18,62%.

Em valores correntes, o PIB da RMSP atingiu R\$ 701,8 bilhões, ou US\$ 399,0 bilhões, valor superior ao PIB da Argentina, de US\$ 368,7 bilhões e ao da Venezuela, de US\$ 393,8 bilhões (fonte: World Bank), e equivalente a 7,8% do PIB do Mercosul, sem ajustar pela Paridade do Poder de Compra (PPC) entre as moedas. O ajuste pela PPC torna mais fidedigna a comparação.

O Gráfico 1.5 exibe as taxas de crescimento do PIB de cada um dos municípios da RMSP em 2010 em relação ao ano de 2009:

Gráfico 1.5 - Crescimento Nominal % do PIB 2010/2009 - Municípios da RMSP

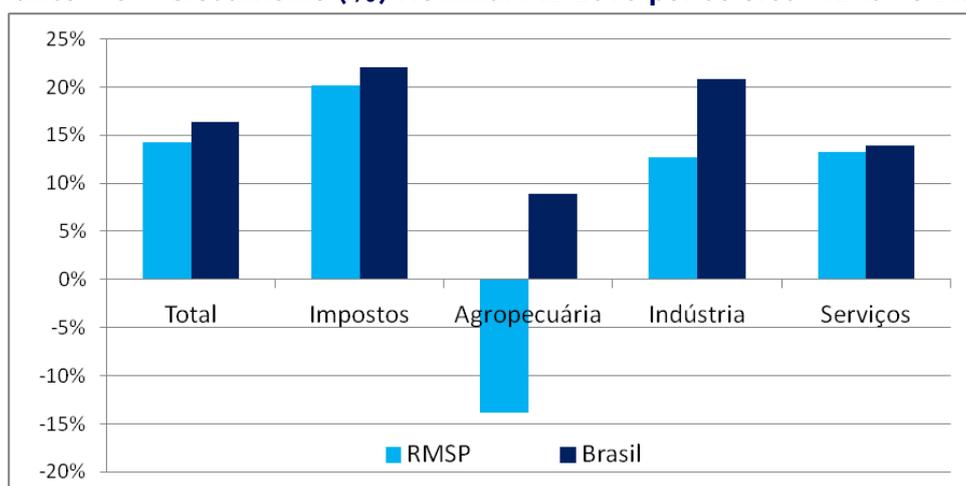


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

O município de Itapevi foi o que apresentou a maior taxa de crescimento, 41,4%, em decorrência, principalmente, da expansão de 47,2% do seu setor de serviços, que representa 68,0% do seu PIB municipal. Na sequência, destacam-se os municípios de Arujá e Cajamar, cujos PIBs cresceram, respectivamente, 33,7% e 33,1%, impulsionados também pelo setor de serviços.

Decompondo setorialmente, observa-se que o crescimento menor observado na RMSP em relação ao observado nacionalmente deveu-se principalmente ao desempenho da indústria, que responde por 20,1% do PIB da região. A agropecuária na RMSP também teve um desempenho significativamente inferior ao nacional, mas como responde por apenas 0,04% do

Gráfico 1.6 - Crescimento (%) Nominal PIB 2010 por Setores - RMSP e Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A Tabela 1.2 apresenta o valor do PIB de cada município da RMSP e a respectiva participação percentual no PIB metropolitano.

Tabela 1.2 - PIBs Municipais 2010 - RMSP

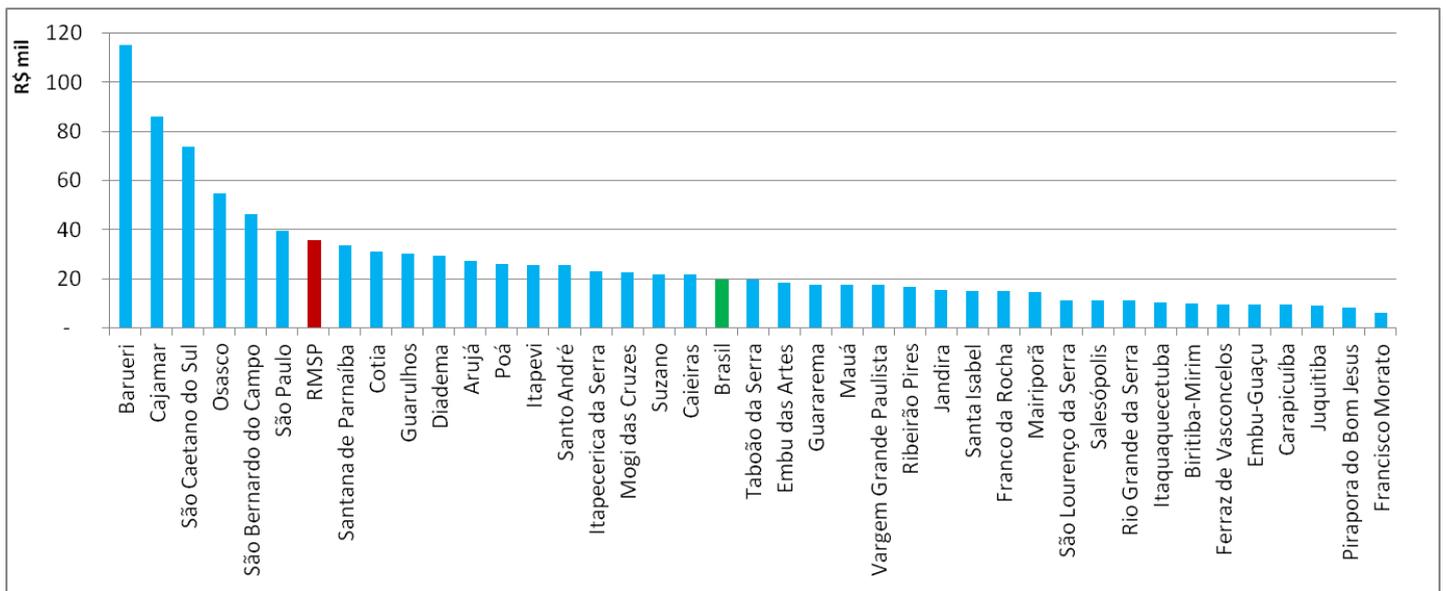
Posição	Município	PIB 2010 R\$ mil	Part. % no PIB RMSP
1º	São Paulo	443.600.102	63,20%
2º	Guarulhos	37.139.404	5,29%
3º	Osasco	36.389.080	5,18%
4º	São Bernardo do Campo	35.578.586	5,07%
5º	Barueri	27.752.428	3,95%
6º	Santo André	17.258.468	2,46%
7º	Diadema	11.254.523	1,60%
8º	São Caetano do Sul	11.009.306	1,57%
9º	Mogi das Cruzes	8.810.329	1,26%
10º	Mauá	7.352.093	1,05%
11º	Cotia	6.212.597	0,89%
12º	Suzano	5.759.762	0,82%
13º	Cajamar	5.501.593	0,78%
14º	Itapevi	5.145.931	0,73%
15º	Taboão da Serra	4.807.207	0,68%
16º	Embu das Artes	4.446.703	0,63%
17º	Santana de Parnaíba	3.641.217	0,52%
18º	Itapeçerica da Serra	3.501.046	0,50%
19º	Carapicuíba	3.429.411	0,49%
20º	Itaquaquecetuba	3.256.578	0,46%
21º	Poá	2.747.246	0,39%
22º	Arujá	2.045.662	0,29%
23º	Franco da Rocha	1.961.019	0,28%
24º	Caieiras	1.893.141	0,27%
25º	Ribeirão Pires	1.888.931	0,27%
26º	Jandira	1.650.308	0,24%
27º	Ferraz de Vasconcelos	1.603.417	0,23%
28º	Mairiporã	1.186.366	0,17%
29º	Francisco Morato	969.711	0,14%
30º	Santa Isabel	758.326	0,11%
31º	Vargem Grande Paulista	750.868	0,11%
32º	Embu-Guaçu	597.288	0,09%
33º	Rio Grande da Serra	487.295	0,07%
34º	Guararema	457.443	0,07%
35º	Biritiba-Mirim	288.023	0,04%
36º	Juquitiba	256.753	0,04%
37º	Salesópolis	174.836	0,02%
38º	São Lourenço da Serra	158.379	0,02%
39º	Pirapora do Bom Jesus	127.215	0,02%

PIB per capita da Região Metropolitana de São Paulo

Segundo os dados divulgados pelo IBGE, o PIB per capita da RMSP alcançou, em 2010, R\$ 35,7 mil, valor 17,9% superior ao PIB per capita do Estado de São Paulo, que atingiu R\$ 30,2 mil, e 80,4% superior ao PIB per capita do Brasil, que foi R\$ 19,8 mil.

O Gráfico 1.7 ilustra o PIB per capita 2010 dos municípios da RMSP.

Gráfico 1.7 - PIB per capita 2010 - Municípios da RMSP - em R\$ mil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Conforme o Gráfico 1.7 ilustra, apesar do PIB per capita médio da RMSP ser significativamente superior a média nacional, em 21 municípios da RMSP o PIB per capita é inferior ao PIB per capita do país. Barueri (R\$ 115,3 mil), Cajamar (R\$ 85,8 mil), São Caetano do Sul (R\$ 73,8 mil), Osasco (R\$ 54,6 mil), São Bernardo do Campo (R\$ 46,5 mil) e São Paulo (R\$ 39,4 mil) foram os municípios com os PIB per capita maiores que a média da RMSP.

A Tabela 1.3 apresenta os valores dos PIBs per capita dos municípios da RMSP.

Tabela 1.3 - PIBs per capita 2010 - RMSP

Posição	Município	PIB 2010 R\$
1º	Barueri	115.275
2º	Cajamar	85.810
3º	São Caetano do Sul	73.758
4º	Osasco	54.578
5º	São Bernardo do Campo	46.480
6º	São Paulo	39.419
7º	Santana de Parnaíba	33.463
8º	Cotia	30.885
9º	Guarulhos	30.393
10º	Diadema	29.150
11º	Arujá	27.310
12º	Poá	25.914
13º	Itapevi	25.631
14º	Santo André	25.515
15º	Itapecerica da Serra	22.941
16º	Mogi das Cruzes	22.720
17º	Suzano	21.944
18º	Caieiras	21.879
19º	Taboão da Serra	19.659
20º	Embu das Artes	18.510
21º	Guararema	17.700
22º	Mauá	17.628
23º	Vargem Grande Paulista	17.463
24º	Ribeirão Pires	16.706
25º	Jandira	15.232
26º	Santa Isabel	15.030
27º	Franco da Rocha	14.901
28º	Mairiporã	14.654
29º	São Lourenço da Serra	11.335
30º	Salesópolis	11.182
31º	Rio Grande da Serra	11.081
32º	Itaquaquecetuba	10.121
33º	Biritiba-Mirim	10.080
34º	Ferraz de Vasconcelos	9.527
35º	Embu-Guaçu	9.516
36º	Carapicuíba	9.279
37º	Juquitiba	8.935
38º	Pirapora do Bom Jesus	8.086
39º	Francisco Morato	6.278

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

15. Pesquisa Mensal do Emprego / IBGE - Evolução 2002 a 2012¹

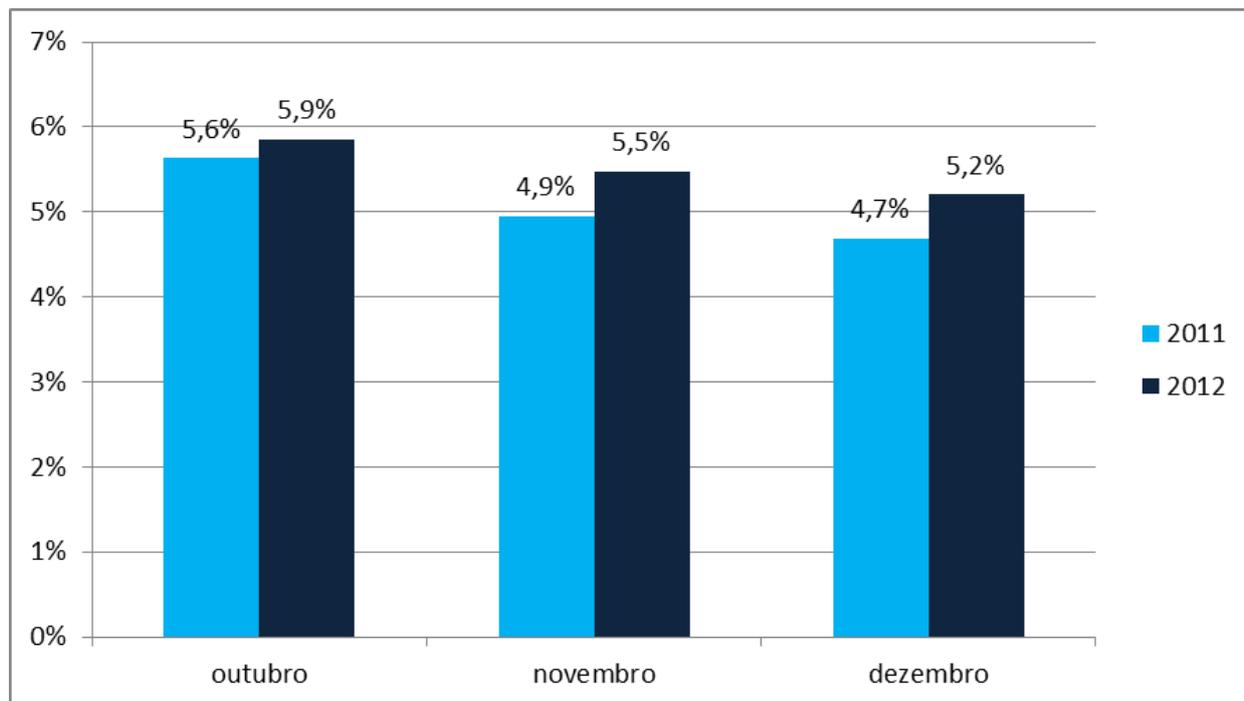
Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

A Pesquisa Mensal do Emprego (PME) do IBGE é realizada mensalmente nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Seu objetivo é produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitem avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho, nas suas áreas de abrangência. Iniciada em 1980, em 2001 passou por uma revisão metodológica adequando-se às recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Neste artigo consideraremos os dados disponibilizados pelo IBGE para o período de março de 2002 a dezembro de 2012.

A taxa de desocupação estimada pela PME atingiu 4,6% em dezembro de 2012, o último mês considerado, sendo a menor taxa de toda a série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) iniciada em março de 2002 (após a referida mudança metodológica de 2001), registrando queda de 0,3 ponto percentual em relação ao resultado apurado em novembro (4,9%) e leve queda em relação a dezembro de 2011 (4,7%). No âmbito da região metropolitana de São Paulo, a taxa de desocupação de dezembro ficou em 5,2%, 0,3 ponto percentual abaixo do resultado de novembro (5,5%). Embora não seja, como no cenário nacional, a menor taxa da série (que foi registrada em dezembro de 2011 – 4,7%), é um valor historicamente baixo. Enquanto em âmbito nacional, as taxas de desocupação do final de 2012 (outubro, novembro e dezembro) apresentaram leves melhoras em comparação com o final de 2011, na região metropolitana de São Paulo houve uma leve piora, como o Gráfico 1.1 mostra.

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 21 - fevereiro/2013.

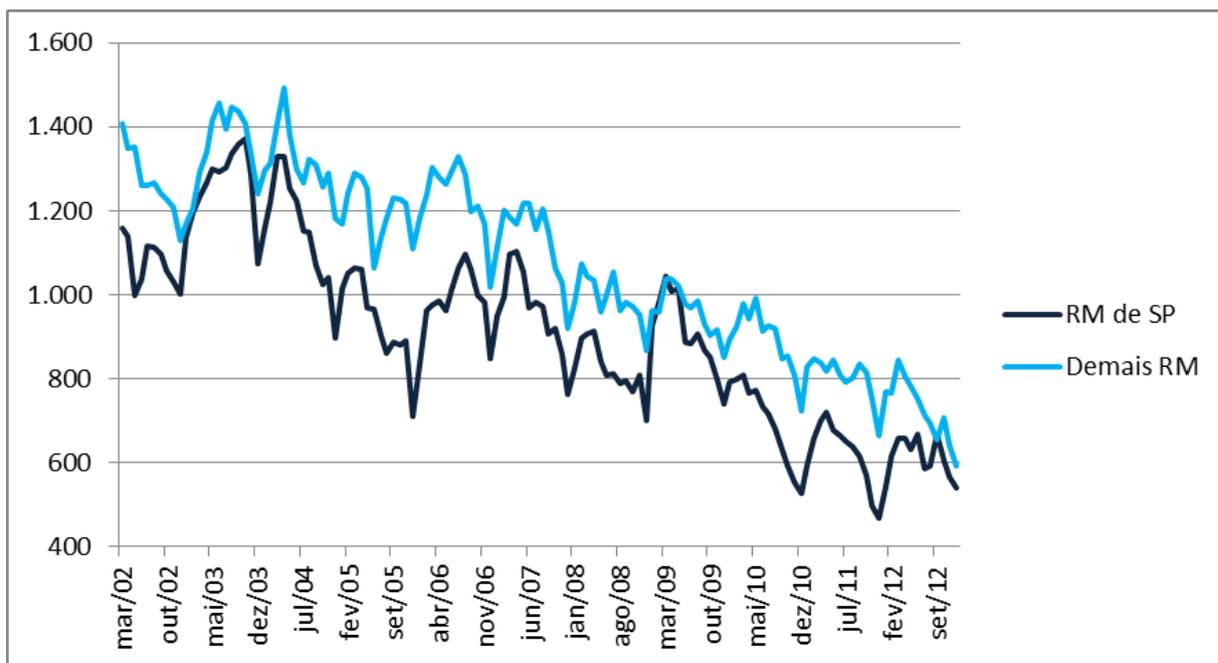
Gráfico 1.1 - Taxa de Desocupação - Região Metropolitana de SP



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Embora neste particular período a taxa de desocupação da região metropolitana de São Paulo tenha um comportamento diferente do ocorrido no âmbito nacional (outras cinco regiões metropolitanas da pesquisa), os dados do mercado de trabalho para ambas as regiões, durante o período todo da pesquisa (março/2002 - dezembro/2012), seguem basicamente as mesmas tendências. A população economicamente ativa desocupada em números absolutos, tanto da região metropolitana de São Paulo quanto das demais regiões metropolitanas, apresenta uma acentuada tendência de queda no referido período, como pode ser observado no gráfico 1.2.

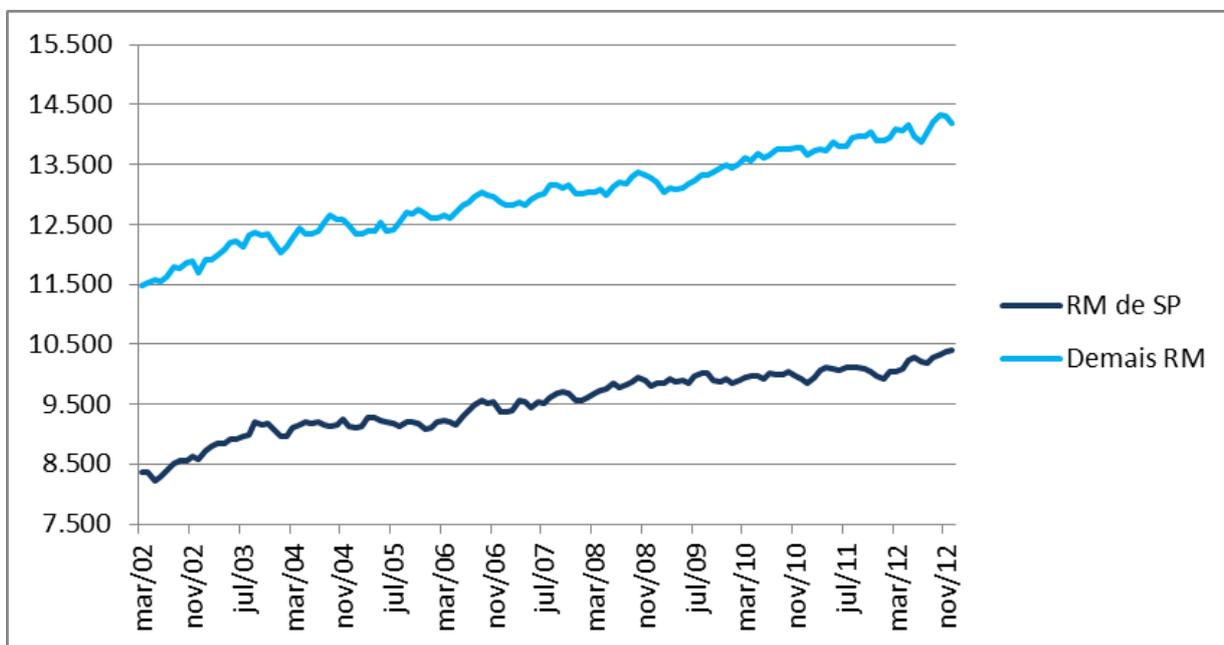
Gráfico 1.2 - População Desocupada (em mil hab.) - Regiões Metropolitanas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Enquanto a população desocupada apresentou queda, indo de 1,16 milhão para 541 mil em dezembro de 2012, com recuo de mais de 50% na região metropolitana de São Paulo e de 57% nas demais regiões metropolitanas, a população economicamente ativa apresentou crescimento para o período, tanto na região metropolitana de São Paulo (saindo de 8,36 milhões em março de 2002 para 10,4 milhões em dezembro de 2012, crescimento de 24%) quanto nas demais regiões metropolitanas – de 11,47 milhões para 14,17 em dezembro de 2012 – alta de 23,5% (Gráfico 1.3):

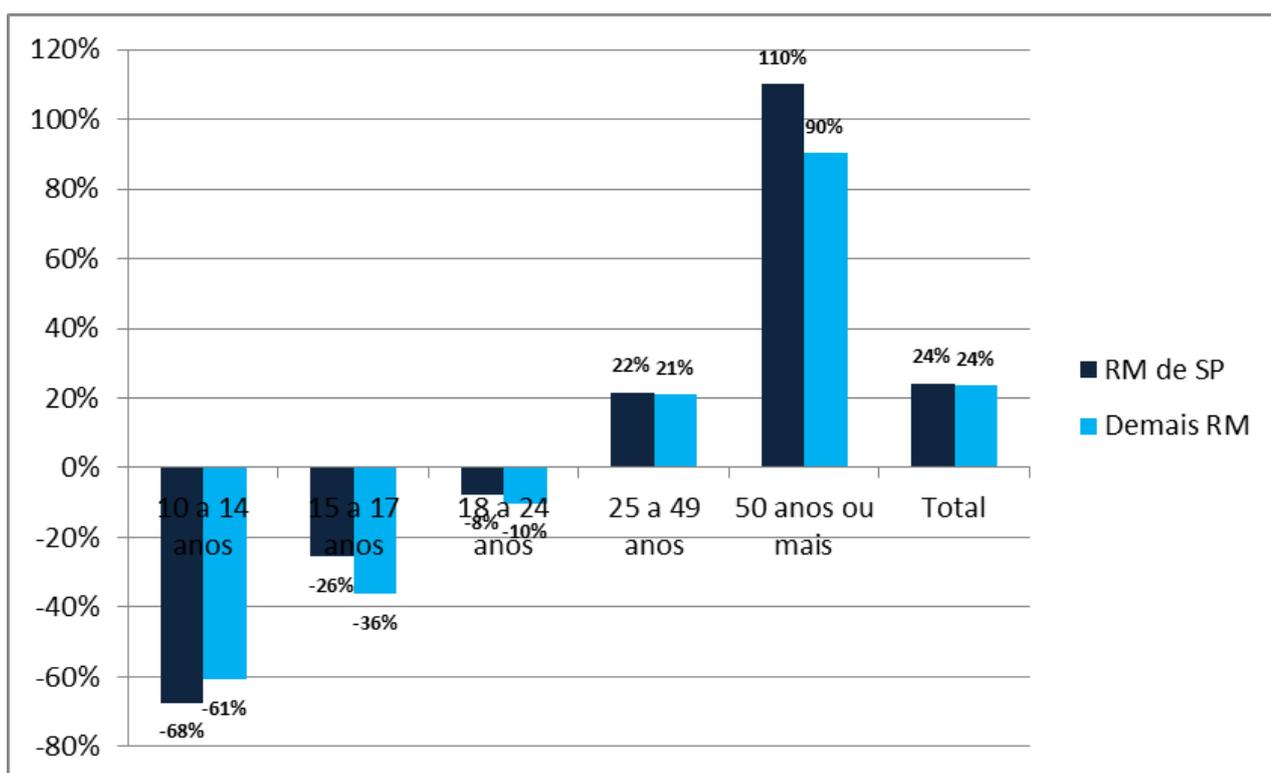
Gráfico 1.3 - População Economicamente Ativa (em mil hab.) - Regiões Metropolitanas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Olhando para as faixas etárias da PEA, observa-se, no período de março de 2002 a dezembro de 2012, um declínio no número de pessoas compondo a PEA nas faixas etárias mais baixas, principalmente na primeira faixa (10 a 14 anos), o que pode indicar um adiamento na entrada dos mais jovens no mercado de trabalho, enquanto nas faixas mais elevadas (50 anos ou mais) há um aumento considerável (resultado de um possível adiamento da saída do mercado de trabalho). O Gráfico 1.4 mostra as variações, para o período da pesquisa, por faixa etária da PEA para a região metropolitana de São Paulo e demais regiões metropolitanas.

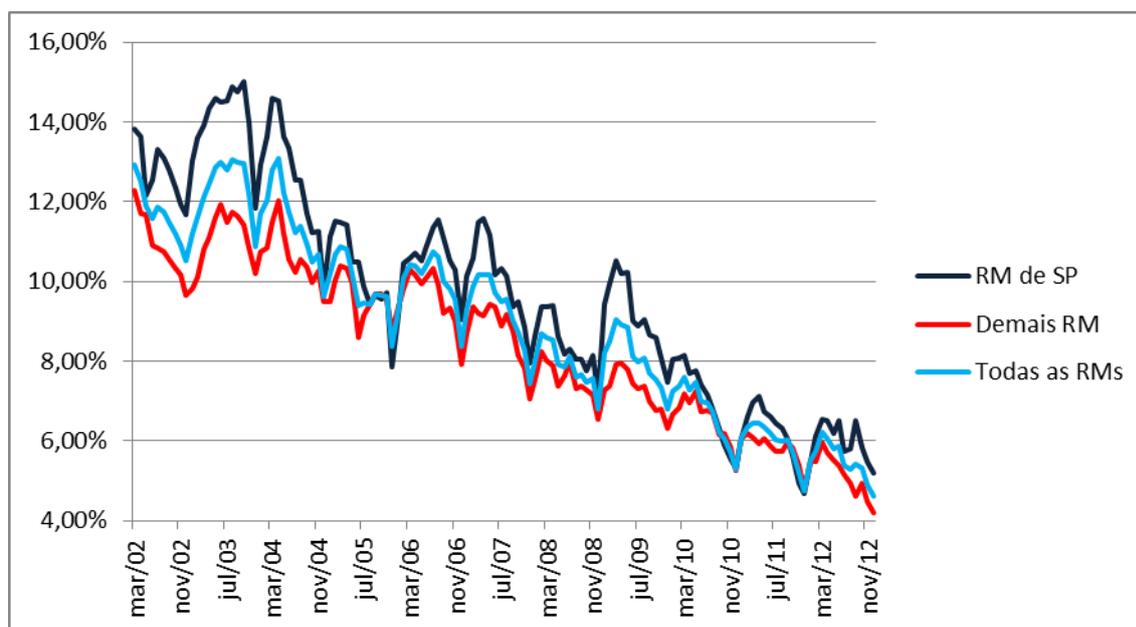
Gráfico 1.4 - Variação (%) - PEA por Faixa Etária - Regiões Metropolitanas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A combinação de uma elevação da população economicamente ativa (Gráfico 1.3) com a queda dos desocupados dentro deste grupo (Gráfico 1.2), produziu taxas de desocupação menores ao longo do período da pesquisa, como pode ser observado no Gráfico 1.5.

Gráfico 1.5 - Taxa de Desocupação - Regiões Metropolitanas



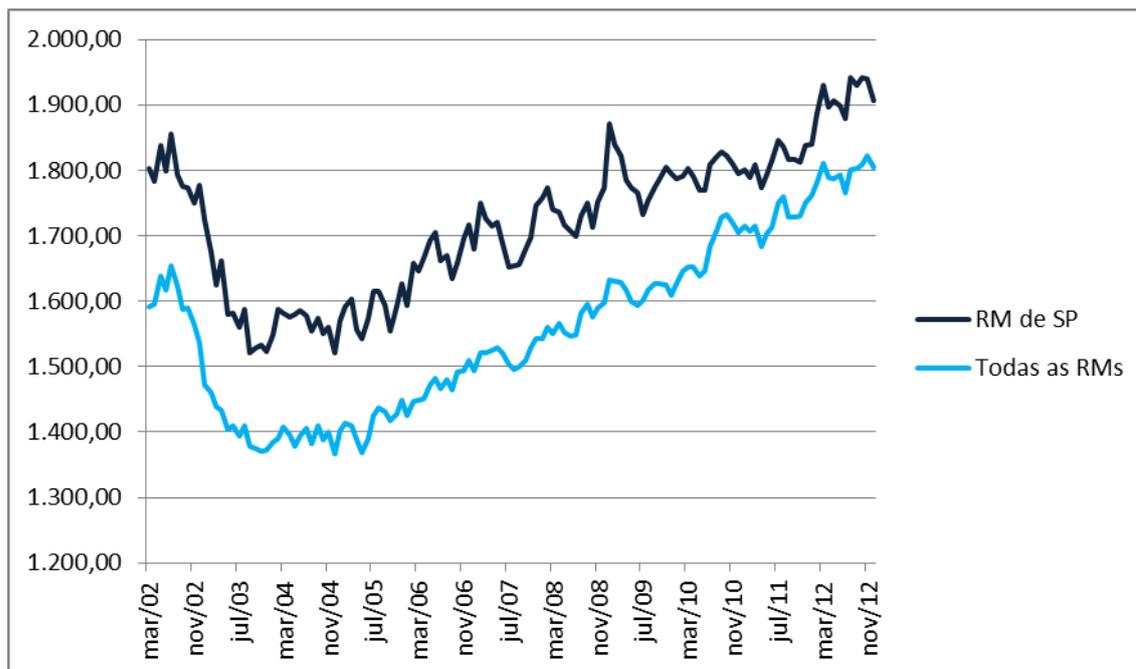
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Na região metropolitana de São Paulo, a taxa de desocupação começou em 13,84% em março de 2002, tendo picos de 15% em 2003, caindo para os atuais patamares de 5% e 6% (5,2% em dezembro de 2012). O mesmo comportamento declinante foi observado nas demais regiões metropolitanas para o período da pesquisa, com a taxa de desocupação saindo de 13% em março de 2012 e atingindo o menor nível histórico em dezembro de 2012 com 4,62%.

Em relação à renda média real habitual do trabalho (base dezembro de 2012), segundo os dados do IBGE, houve um pequeno crescimento no período de 5,7% na região metropolitana de São Paulo (em março de 2002 este indicador era de R\$ 1.802,78 mensais, enquanto em dezembro de 2012 o valor estava em R\$ 1.906,60). Considerando todas as áreas metropolitanas presentes na pesquisa, o crescimento foi maior: 13,4%, com a renda real habitual saindo de R\$ 1.591,10 mensais em março de 2002 para R\$ 1.805,00 em dezembro de 2012.

O gráfico 1.6 mostra o comportamento da renda média real habitual durante todo o período da série disponibilizada pelo IBGE.

Gráfico 1.6 - Renda Real Média Habitual - R\$ mensais



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Como pode ser notado, a renda real habitual apresentou queda durante a metade final de 2002 até meados de 2004, período em que a economia brasileira passou por dificuldades, se recuperando a partir daí. Dada a diferença de crescimento da renda real nas regiões metropolitanas, é possível visualizar pelo gráfico uma convergência ao longo do tempo entre a renda real na região metropolitana de São Paulo e das demais regiões metropolitanas.

Conclusão

As taxas de desocupação medidas pela Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE, realizada em seis regiões metropolitanas, estão em patamares historicamente baixos. Isso se deve principalmente à redução das pessoas desocupadas dentro da população economicamente ativa (PEA), que exibiu crescimento durante o período da pesquisa contribuindo para o declínio da referida taxa. Adicionalmente, os dados revelam um envelhecimento da PEA, com os mais novos adiando a entrada no mercado de trabalho, provavelmente por questões ligadas à qualificação, e com os mais velhos possivelmente retardando a aposentadoria. Apesar do baixo desemprego, a renda média real habitual dos trabalhadores não mostrou crescimento expressivo no período (apenas 5% em quase 10 anos na região metropolitana de São Paulo e 13% contando todas as regiões metropolitanas das pesquisas).

16. Mudança na estrutura etária da Região Metropolitana de São Paulo - 1970 a 2010¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O censo demográfico é um estudo estatístico referente a uma determinada população que possibilita a obtenção de várias informações, tais como número de habitantes, número de homens, mulheres, crianças e idosos, onde e como as pessoas vivem, sua profissão, dentre outras. No Brasil, o responsável pelo censo demográfico é o IBGE, que, em média, a cada 10 anos refaz esse estudo para atualização das informações.

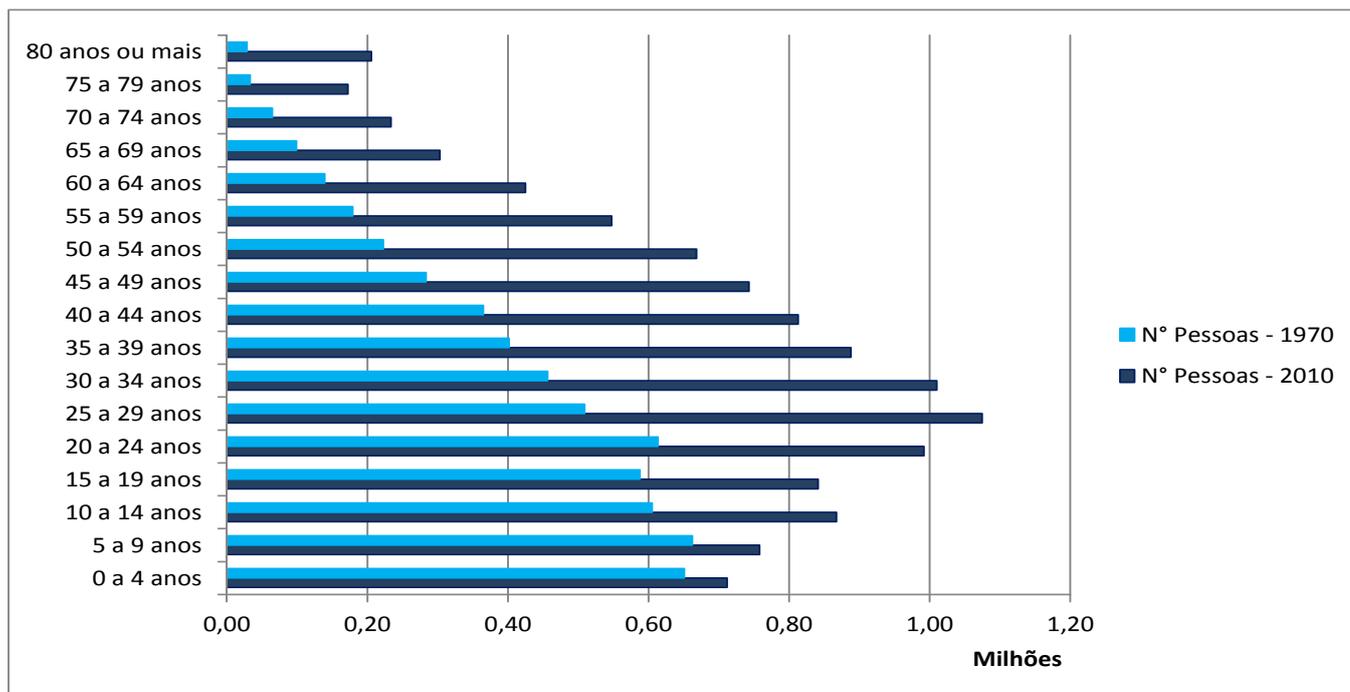
O objetivo deste artigo é usar as informações divulgadas pelo IBGE para fazer um comparativo sobre o perfil etário da população, destacando a região metropolitana de São Paulo. Para isso foram usados os dados fornecidos pelo IBGE contendo faixas etárias da população para os anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Para facilitar a apresentação dos resultados em alguns gráficos e tabelas, agregamos as faixas etárias em três grupos: Jovens, agrupando a população de 0 a 19 anos; Adultos, agrupando a população de 20 anos a 59 anos e Idosos agrupando as pessoas com 60 anos ou mais. Os dados serão apresentados basicamente em três grupos: Capital (cidade de São Paulo), Região Metropolitana de São Paulo (excluindo capital) e Brasil (incluindo todos os municípios pesquisados pelo IBGE).

Estrutura etária

Os gráficos 1.1, 1.2 e 1.3 apresentam a estrutura etária da cidade de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo (excluindo capital) e Brasil e para os anos de 1970 e 2010. São 40 anos de diferença, o que nos permite observar mudanças bastante claras em relação ao perfil etário da população.

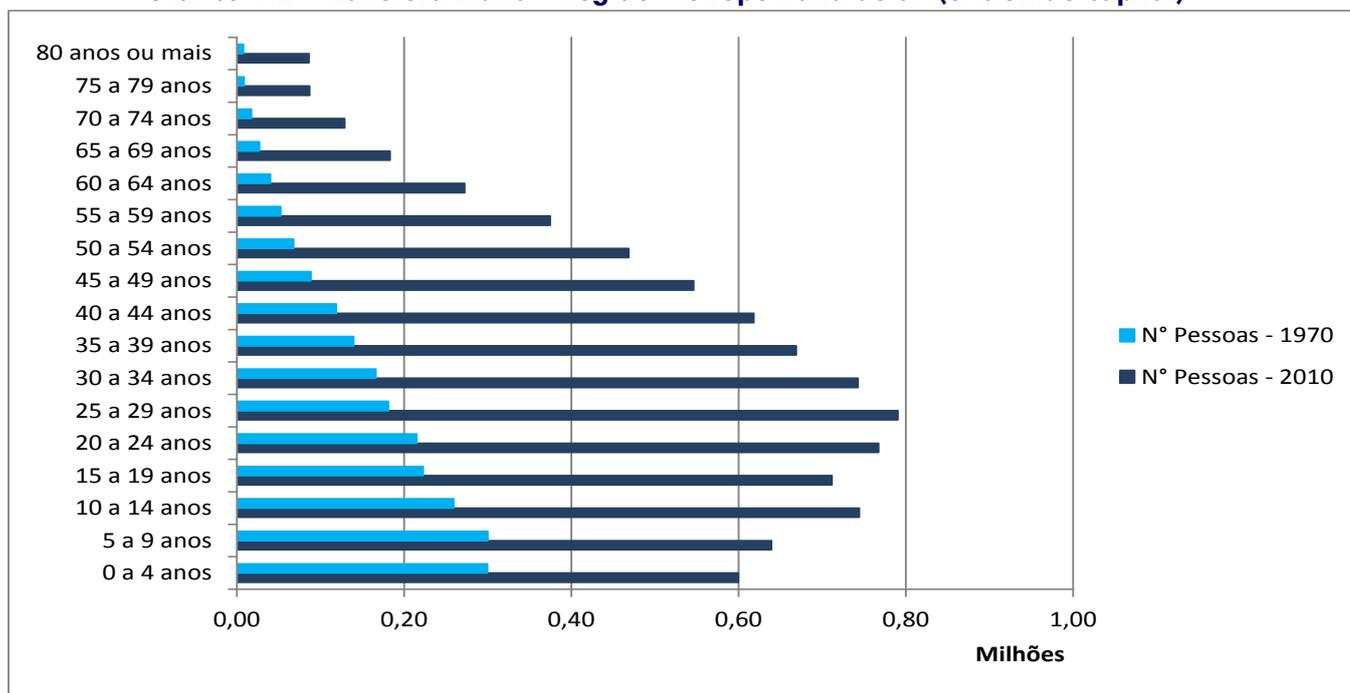
¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 22 - março/2013.

Gráfico 1.1 - Estrutura Etária - Cidade de São Paulo



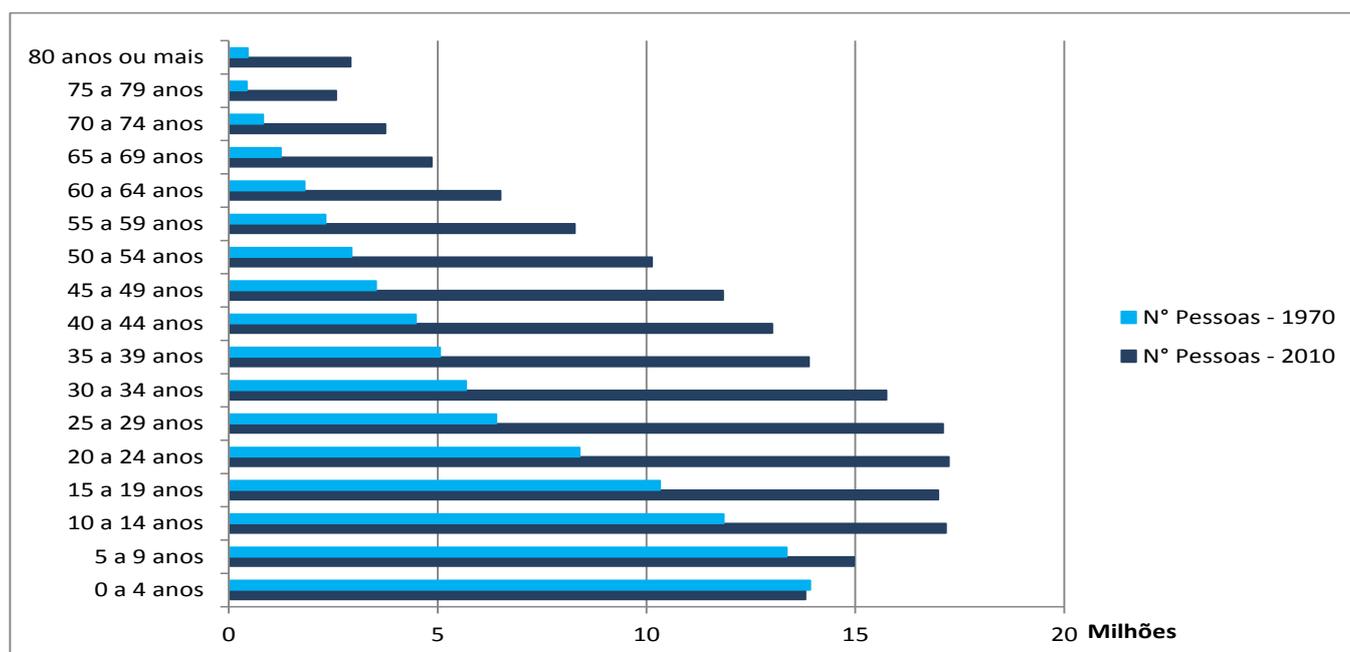
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 1.2 - Estrutura Etária - Região Metropolitana de SP (excluindo capital)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 1.3 - Estrutura Etária - Brasil

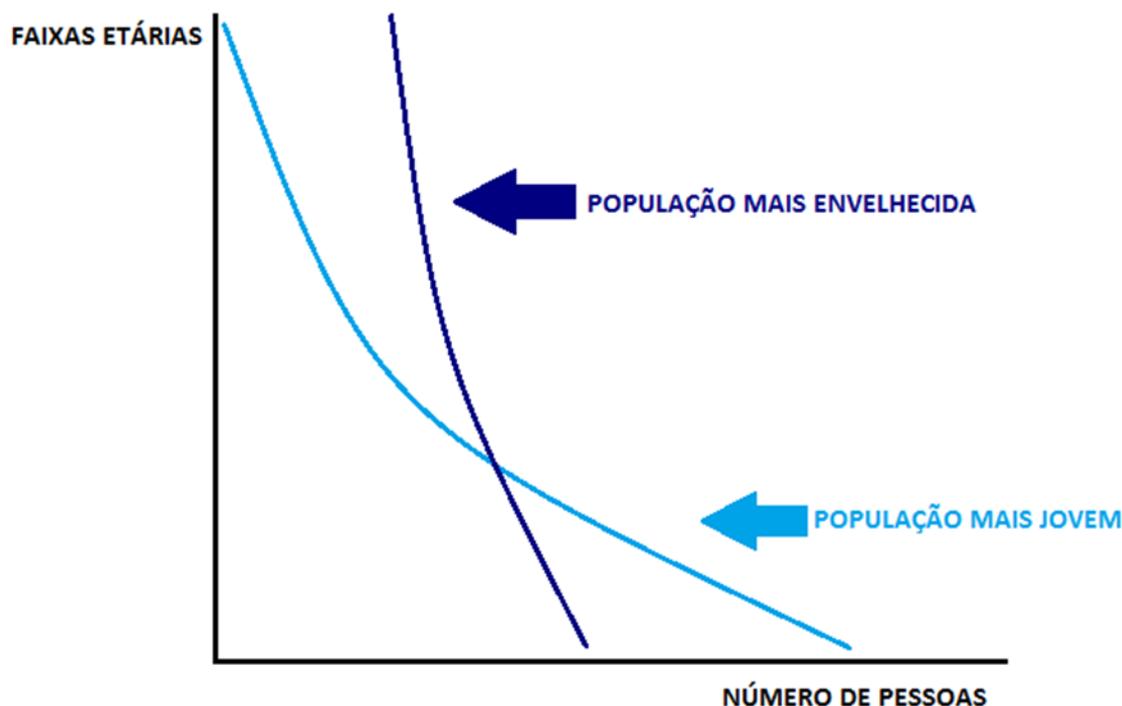


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Começando pela cidade de São Paulo, a população total em 1970 era de 5,924 milhões enquanto em 2010 foram contabilizados 11,253 milhões de habitantes (um crescimento de 89,94% em 40 anos). Esse crescimento pode ser observado pelo tamanho maior das barras referentes ao ano de 2010 em relação a 1970. Em todas as faixas etárias houve aumento populacional. O mesmo pode ser observado para o Brasil e Região Metropolitana. No caso do Brasil, a população de 93,134 milhões em 1970 saltou para 190,755 milhões em 2010, um crescimento de 104,82% durante o período. Assim como no caso de São Paulo, o crescimento pode ser observado nas barras maiores para os anos de 2010, exceto no caso da faixa etária mais baixa (0 a 4 anos), onde houve um decréscimo de 0,79% (barra de 1970 é um pouco maior que a de 2010). O maior crescimento populacional foi registrado na região metropolitana de São Paulo (excluindo a capital), crescimento de 280,59%, com a população saltando de 2,215 milhões para 8,430 milhões. Uma possível razão para isso é o tamanho da economia de São Paulo que resulta na vinda de migrantes das demais regiões, aliado ao custo de moradia na cidade, que acaba empurrando a população mais pobre para cidades da região metropolitana, inclusive muitos desses migrantes.

Em todas as regiões pode ser verificado um “envelhecimento” da população. Para observar este efeito basta ver como as barras para o ano de 2010 das faixas etárias mais baixas, apesar de crescerem em relação a 1970, cresceram menos do que as barras nas faixas mais elevadas. Esse comportamento altera o formato do gráfico (deixando-o menos parecido com um “triângulo”, como o gráfico genérico 1.4 ilustra).

Gráfico 1.4 - Exemplos de formato da estrutura etária de populações mais jovens e mais velhas



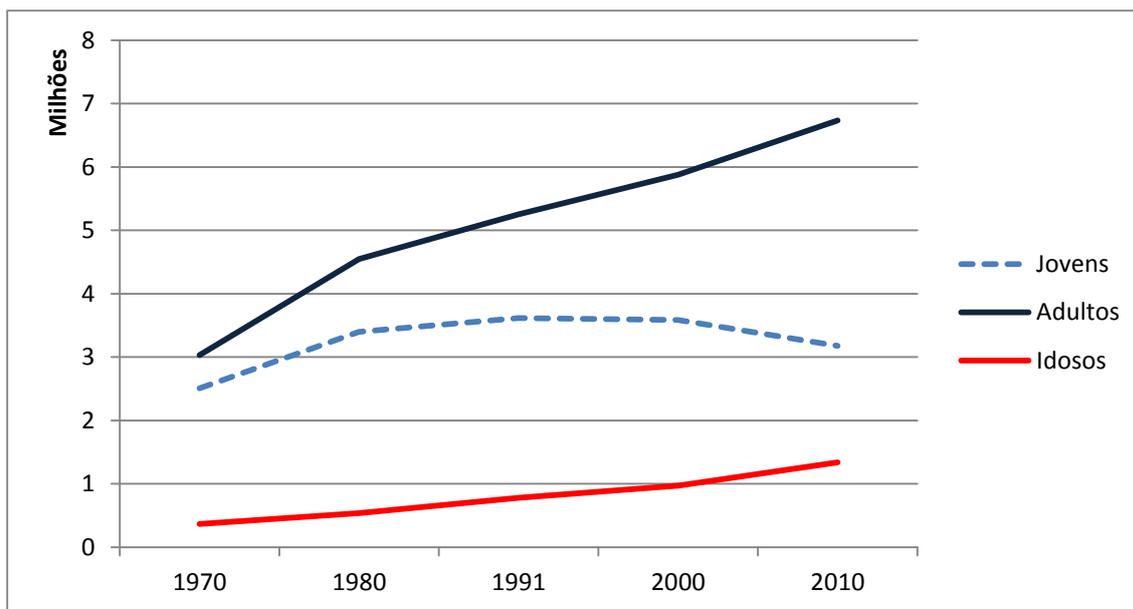
Elaboração CTEO

O novo formato da estrutura etária da cidade de São Paulo indica uma predominância da população na faixa dos 20 a 39 anos, uma alteração em relação à estrutura de 1970, que embora registre uma população mais “envelhecida” do que a verificada no mesmo período para o Brasil (observe o formato mais acentuado do triângulo de barras no gráfico brasileiro), era mais jovem do que a atual configuração para a cidade. A diferença de formatos é ainda mais clara olhando para o gráfico 1.3 que mostra os dados para o Brasil todo. O formato da estrutura etária de 1970 indica uma população claramente mais jovem do que o registrado em 2010, cujas barras formam um conjunto mais “ovalado”, o que indica uma predominância da população com faixas etárias intermediárias (no caso brasileiro, de 10 a 34 anos), contra uma predominância de 0 a 24 anos em 1970.

O gráfico da Região Metropolitana de São Paulo (grf. 1.2) , em relação ao formato da estrutura etária, apresenta o mesmo padrão das demais regiões – um perfil de população mais jovem em 1970 do que em 2010, onde observa-se uma predominância das faixas intermediárias (de 10 a 34 anos). A diferença de tamanho entre as barras do ano de 1970 e de 2010 é reflexo do enorme crescimento populacional desta região (280,59%), já comentado anteriormente.

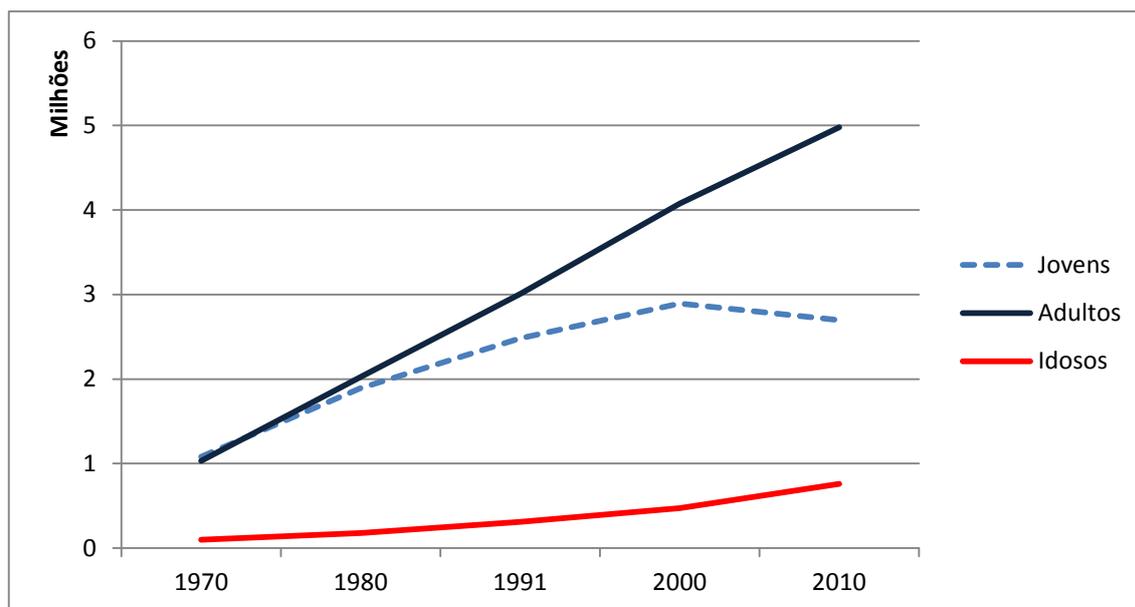
Os gráficos 1.5, 1.6 e 1.7 apresentam a evolução, durante todo o período de 40 anos (1970-2010), do número de pessoas dentro das três classificações usadas neste artigo (Jovens, Adultos e Idosos) para a cidade de São Paulo, região metropolitana de São Paulo (excetuando capital) e Brasil todo. A inclinação positiva das curvas para a população adulta (20 a 59 anos) e idosa (60 anos ou mais) reflete o crescimento populacional nestas faixas etárias para o período 1970-2010. Em relação aos jovens (0 a 19 anos), tanto para a cidade de São Paulo quanto para região metropolitana, verifica-se, a partir de 1991, uma queda do número de pessoas nesta faixa etária. No Brasil, a mesma queda só aparece após o ano 2000 (com um crescimento muito pequeno entre 1991 e 2000, como pode ser observado pela inclinação quase horizontal da curva de jovens no gráfico 1.7). Outro detalhe interessante é a posição vertical das curvas: na cidade de São Paulo, desde a década de 70, a população adulta é maioria (a curva de jovens sempre está abaixo da de adultos); na região metropolitana e mais acentuadamente no Brasil, em 1970, os jovens eram maioria (a curva de jovens está acima da de adultos), mas durante o período em questão perderam a posição para os adultos.

Gráfico 1.5 - População por grupo etário - Cidade de São Paulo



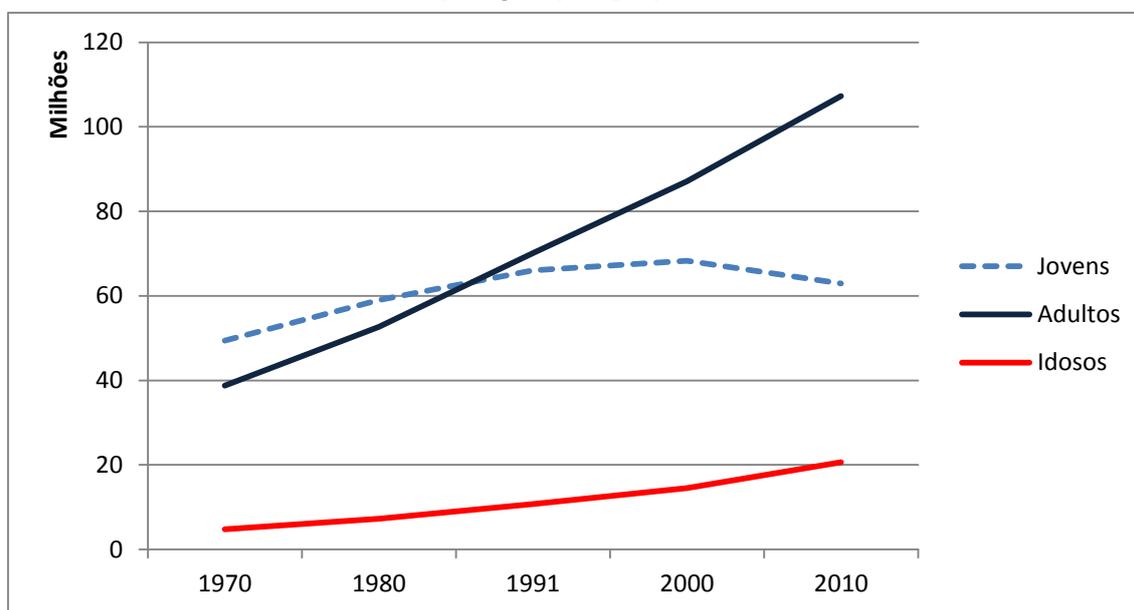
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 1.6 - População por grupo etário - Região Metropolitana de São Paulo (excluindo capital)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

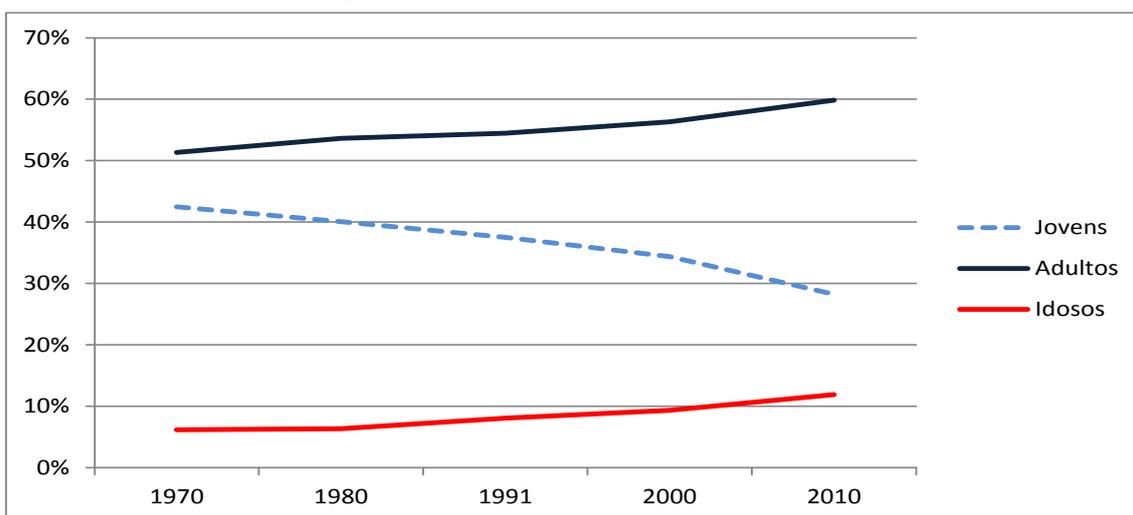
Gráfico 1.7 - População por grupo etário - Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

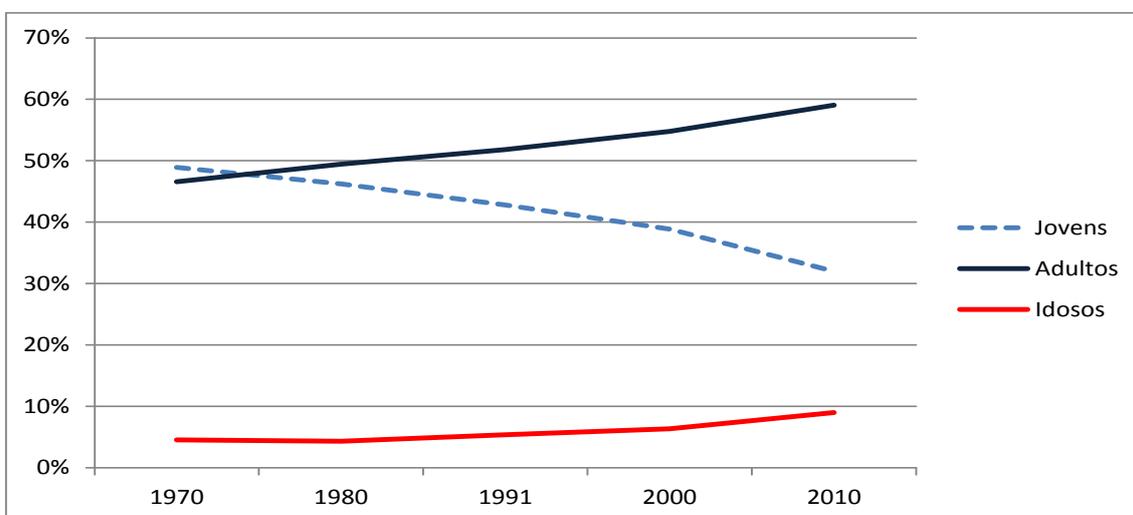
Os gráficos 1.8, 1.9 e 1.10 apresentam a evolução para o período 1970-2010 da porcentagem da população em cada subgrupo (jovens, adultos e idosos). Como resultado do envelhecimento da população, a porcentagem de jovens vem caindo durante todo o período para todas as regiões, enquanto a de adultos e a de idosos subiu. Pode-se observar também que tanto na região metropolitana de São Paulo (excetuando a capital) – gráfico 1.9 e no Brasil (gráfico 1.10) a porcentagem de jovens era maior que a de adultos, quadro que se reverteu no levantamento de 1980 para a região metropolitana e em 1991 para o Brasil.

Gráfico 1.8 - Porcentagem da Pop. por grupo etário - Cidade de São Paulo



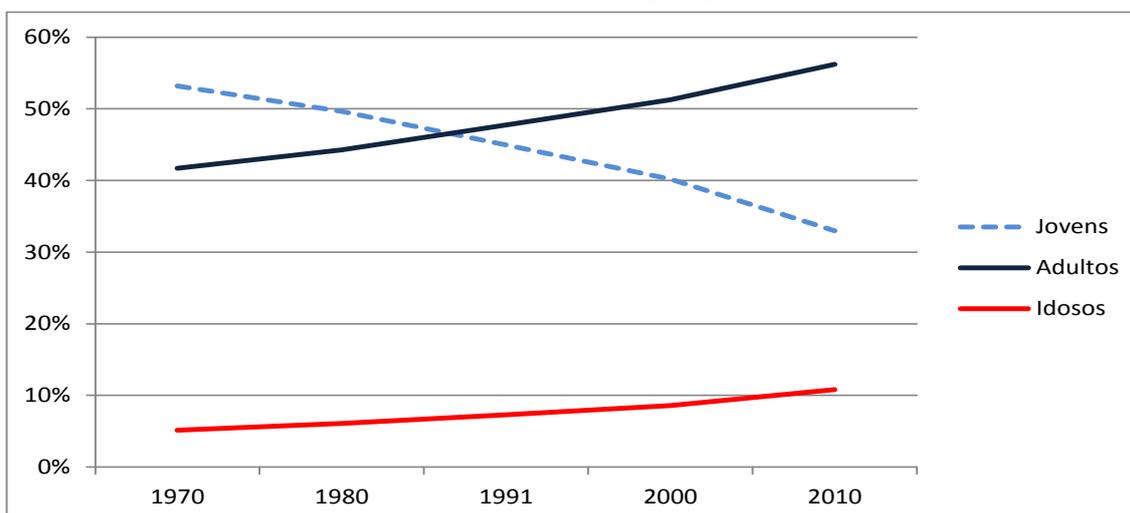
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 1.9 - Porcentagem da Pop. por grupo etário - RMSP (excluindo capital)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Gráfico 1.10 - Porcentagem da Pop. por grupo etário - Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A tabela 1.1 apresenta todos os municípios da região metropolitana de São Paulo (incluindo a capital) e a porcentagem de jovens, adultos e idosos em 1970 e 2010.

Tabela 1.1 - Porcentagem da Pop. por grupo etário - Região Metropolitana de São Paulo

CIDADE	Jovens (0 a 19 anos)		Dif. % (B - A)	Adultos (20 a 59 anos)		Dif. % (B - A)	Idosos (60 ou mais anos)		Dif. % (B - A)
	1970 (A)	2010 (B)		1970 (A)	2010 (B)		1970 (A)	2010 (B)	
Arujá	52,2%	33,9%	-18,4%	43,0%	57,9%	14,9%	4,8%	8,2%	3,4%
Barueri	54,5%	33,2%	-21,3%	41,9%	59,6%	17,7%	3,5%	7,2%	3,7%
Biritiba-Mirim	52,5%	34,1%	-18,4%	43,5%	54,3%	10,8%	4,0%	11,7%	7,6%
Caieiras	46,6%	33,0%	-13,6%	48,7%	59,2%	10,5%	4,7%	7,8%	3,1%
Cajamar	54,3%	34,2%	-20,1%	42,0%	58,9%	16,9%	3,7%	6,9%	3,2%
Carapicuíba	52,3%	32,8%	-19,4%	44,3%	59,2%	14,8%	3,4%	8,0%	4,6%
Cotia / Vargem Grande Paulista*	52,2%	33,0%	-19,2%	43,0%	58,8%	15,8%	4,8%	8,2%	3,3%
Diadema	53,4%	32,0%	-21,3%	43,8%	60,3%	16,5%	2,9%	7,7%	4,8%
Embu das Artes	54,4%	34,8%	-19,7%	42,3%	58,4%	16,1%	3,3%	6,8%	3,5%
Embu-Guaçu	53,5%	34,2%	-19,3%	39,4%	56,0%	16,5%	7,1%	9,8%	2,7%
Ferraz de Vasconcelos	54,0%	35,6%	-18,4%	41,1%	57,5%	16,3%	4,9%	7,0%	2,1%
Francisco Morato	54,8%	37,7%	-17,1%	41,2%	55,9%	14,7%	4,0%	6,4%	2,4%
Franco da Rocha	31,3%	32,8%	1,5%	60,9%	59,6%	-1,3%	7,8%	7,6%	-0,2%
Guararema	50,8%	32,1%	-18,7%	43,3%	56,4%	13,1%	5,9%	11,5%	5,6%
Guarulhos	50,2%	33,0%	-17,2%	45,8%	58,8%	13,1%	4,1%	8,2%	4,1%
Itapecerica da Serra / São Lourenço da Serra**	52,8%	34,5%	-18,3%	42,3%	58,1%	15,8%	4,9%	7,4%	2,5%
Itapevi	54,4%	37,2%	-17,2%	41,7%	56,6%	14,9%	3,9%	6,2%	2,3%
Itaquaquecetuba	54,9%	37,5%	-17,5%	40,8%	56,4%	15,6%	4,3%	6,2%	1,9%
Jandira	55,1%	34,1%	-21,0%	41,6%	59,7%	18,1%	3,3%	6,2%	2,9%
Juquitiba	51,9%	35,9%	-15,9%	42,7%	54,2%	11,4%	5,4%	9,9%	4,5%
Mairiporã	51,0%	31,6%	-19,4%	44,0%	57,6%	13,6%	5,0%	10,8%	5,8%
Mauá	52,4%	31,5%	-20,9%	44,1%	60,2%	16,1%	3,5%	8,2%	4,8%
Mogi das Cruzes	49,4%	32,3%	-17,2%	45,1%	57,6%	12,5%	5,5%	10,1%	4,7%
Osasco	50,2%	30,2%	-20,0%	46,0%	60,0%	14,0%	3,8%	9,8%	6,0%
Pirapora do Bom Jesus	50,2%	38,3%	-11,9%	43,9%	54,1%	10,2%	5,8%	7,6%	1,8%
Poá	53,2%	32,9%	-20,3%	42,0%	58,5%	16,5%	4,7%	8,6%	3,9%
Ribeirão Pires	48,7%	28,5%	-20,2%	45,5%	60,4%	14,9%	5,8%	11,1%	5,3%
Rio Grande da Serra	54,1%	34,0%	-20,1%	41,9%	58,2%	16,3%	3,9%	7,8%	3,8%
Salesópolis	53,3%	33,2%	-20,0%	40,8%	54,3%	13,6%	6,0%	12,4%	6,5%
Santa Isabel	52,4%	31,8%	-20,5%	41,7%	57,2%	15,4%	5,9%	11,0%	5,1%
Santana de Parnaíba	49,5%	33,8%	-15,7%	42,3%	58,7%	16,3%	8,2%	7,6%	-0,6%
Santo André	45,6%	26,4%	-19,2%	49,3%	60,2%	10,8%	5,0%	13,5%	8,4%
São Bernardo do Campo	47,5%	28,6%	-18,9%	48,5%	61,3%	12,8%	4,0%	10,2%	6,2%
São Caetano do Sul	40,3%	21,6%	-18,7%	53,7%	59,4%	5,7%	6,0%	19,0%	13,0%
São Paulo	42,5%	28,2%	-14,2%	51,4%	59,9%	8,5%	6,2%	11,9%	5,7%
Suzano	51,8%	33,7%	-18,1%	43,4%	57,5%	14,1%	4,9%	8,8%	4,0%
Taboão da Serra	53,5%	32,3%	-21,1%	43,7%	59,9%	16,2%	2,8%	7,8%	5,0%

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

* - Vargem Grande Paulista se emancipou de Cotia em 1981. Para fins de comparação com 1970, optou-se por manter os dois municípios agregados.

** - São Lourenço da Serra se emancipou de Itapecerica da Serra em 1991. Para fins de comparação com 1970,

Todos os municípios seguem o padrão já descrito de envelhecimento da população, com exceção de Franco da Rocha, cuja proporção jovem da população subiu de 31,27% para 32,79%, enquanto adultos e idosos caíram (de 60,91% para 59,59% e de 7,82% para 7,62% respectivamente). Dentre os municípios com maior proporção de jovens em 2010 estão Pirapora do Bom Jesus (38,30%), Francisco Morato (37,71%), Itaquaquecetuba (37,46%) e Itapevi (37,22%). Em 1970, todos esses municípios tinham mais de 50% da sua população dentro da faixa etária “jovem” (0 a 19 anos). Na outra ponta, São Caetano do Sul (21,31%), Santo André (26,39%), São Paulo (28,24%) e Ribeirão Pires (28,55%) são os municípios com a menor proporção de jovens. São Caetano do Sul tem, com certa vantagem para o segundo colocado, a maior proporção de idosos segundo dados de 2010 (12,97%) contra 8,41% de Santo André. Essa proporção (de idosos), segundo levantamento de 2010, está em 5,72% para a cidade de São Paulo.

Conclusão

Como era de esperar, dados os avanços tecnológicos e econômicos no Brasil nos últimos 40 anos, a porcentagem de idosos aumentou na população total, enquanto a proporção de jovens diminuiu indicando um menor índice de fertilidade. Essa tendência, no longo prazo, tem consequências importantes para questões ligadas à previdência social e seu financiamento e, portanto, é um importante dado para elaboração de políticas nessa área. Adicionalmente, políticas de saúde e mesmo de educação também podem ser melhor direcionadas com base nessas informações. Em termos comparativos, São Paulo e sua região metropolitana seguiram a mesma tendência nacional (de envelhecimento da população), com destaque para o fato da população da capital, mesmo na década de 70, já ter um perfil “mais adulto” que o das duas outras regiões. Na região metropolitana também chama a atenção o elevadíssimo crescimento populacional cujas causas podem estar relacionadas à atração de imigrantes pela cidade de São Paulo, aliado ao custo de vida da metrópole que acaba tornando as cidades vizinhas opções mais vantajosas economicamente para se morar.

17. IPRS - Índice Paulista de Responsabilidade Social¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Na edição nº 6 do Indicador Metropolitano (novembro de 2011) foi publicado um artigo sobre o IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social, desenvolvido pela Fundação SEADE com o intuito de aferir o grau de desenvolvimento econômico dos municípios paulistas. De modo análogo ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, concebido pela Organização das Nações Unidas, o IPRS foi construído levando em consideração três dimensões da qualidade de vida: renda, escolaridade e longevidade. Os 3 indicadores setoriais são expressos em uma escala de 0 a 100, constituindo-se em uma combinação linear de um conjunto específico de variáveis.

Em março deste ano, a Fundação SEADE divulgou o IPRS com dados referentes a 2010. O objetivo deste artigo é realizar uma análise geral com os últimos números divulgados para a região metropolitana de São Paulo. A disponibilidade de informações, antes da divulgação realizada em março, cobria o período de 2000 a 2008 (o IPRS é bianual). Para fins de exposição, compara-se o ano de 2010 com 2008.

Com base nos índices de cada dimensão (riqueza, escolaridade e longevidade), foi desenvolvido um sistema de classificação dos municípios por grupos. A divisão leva em conta três níveis de “qualidade” das dimensões consideradas no IPRS: baixa, média e alta. Não há limites fixos para definir o que seriam esses níveis, que dependem dos próprios dados coletados naquele ano.

Para 2010, no âmbito “riqueza” é considerado baixo um índice de até 39, não existe a classificação “média” neste caso. A classificação “alta” é reservada para índices de 40 pontos ou mais.

Na dimensão “longevidade”, a classificação “baixa”

é dada para índices de até 65, média para o intervalo de 66 a 68 e alta para 69 ou mais. Por último,

no quesito “escolaridade”, índices de até 49 são classificados como de categoria “baixa”, entre 50 a

53 “média” e 54 ou mais, “alta”. O sistema de classificação final contém cinco grupos divididos da seguinte forma:

Tabela 1.1 - Classificação por Categoria

DIMENSÕES DO IPRS	CATEGORIAS		
	Baixa	Média	Alta
Riqueza	Até 39	-	40 e mais
Longevidade	Até 65	66 a 68	69 e mais
Escolaridade	Até 49	50 a 53	54 e mais

Fonte: Fundação SEADE

¹ Publicado no Indicador Metropolitano nº 23 - abril/2013.

Grupo 1
Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade
Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade
Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2
Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade
Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3
Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade
Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade
Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4
Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade
Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade
Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade
Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5
Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Fonte: Fundação SEADE

Essa classificação ressalta uma diferença fundamental do IPRS em relação ao IDH, por exemplo. O último utiliza-se da média aritmética dos três componentes (renda, escolaridade e longevidade); desta forma, a deficiência em uma das dimensões pode ser compensada pela vantagem em outra dimensão, ou seja, uma determinada região pode alcançar um alto IDH mesmo tendo um índice de longevidade baixo, desde que possua um nível de renda e escolaridade suficientemente altos para compensar a baixa longevidade. Para o IPRS, partiu-se do pressuposto que a mensuração

da qualidade de vida deve considerar vários aspectos, de forma que nenhuma das dimensões consideradas poderia ser utilizada para substituir outra. Desta forma, por construção, nenhum município atingirá o nível do grupo mais elevado de desenvolvimento humano, o Grupo 1, caso tenha uma baixa longevidade, escolaridade ou renda.

A Tabela 1.2 traz o IPRS e a classificação por grupos para as cidades da região metropolitana de São Paulo para os anos de 2010 e 2008.

Tabela 1.2 - Índice Paulista de Responsabilidade Social (2008 - 2010)

Municípios da RMSP	Grupo		Riqueza			Longevidade			Escolaridade		
	2010	2008	2010	2008	Var (%)	2010	2008	Var (%)	2010	2008	Var (%)
Estado de São Paulo			45	42	7,1%	69	68	1,5%	48	40	20,0%
Região Metropol. de SP			48	46	4,3%	70	68	2,9%	43	36	19,4%
Arujá	2	2	43	40	7,5%	67	63	6,3%	45	37	21,6%
Barueri	1	1	58	56	3,6%	66	66	0,0%	57	50	14,0%
Biritiba Mirim	4	4	30	27	11,1%	67	68	-1,5%	41	32	28,1%
Caieiras	1	2	40	38	5,3%	69	67	3,0%	53	40	32,5%
Cajamar	2	2	50	47	6,4%	66	68	-2,9%	45	37	21,6%
Carapicuíba	4	4	36	33	9,1%	71	68	4,4%	37	27	37,0%
Cotia	2	2	49	47	4,3%	69	66	4,5%	41	35	17,1%
Diadema	2	2	47	44	6,8%	65	64	1,6%	43	35	22,9%
Embu das Artes	2	2	43	38	13,2%	65	63	3,2%	36	25	44,0%
Embu-Guaçu	4	5	37	36	2,8%	66	63	4,8%	48	36	33,3%
Ferraz de Vasconcelos	5	5	34	31	9,7%	63	59	6,8%	34	27	25,9%
Francisco Morato	5	5	29	29	0,0%	64	64	0,0%	35	24	45,8%
Franco da Rocha	5	5	36	34	5,9%	63	60	5,0%	43	32	34,4%
Guararema	1	1	43	40	7,5%	69	65	6,2%	53	48	10,4%
Guarulhos	2	2	46	44	4,5%	67	65	3,1%	41	34	20,6%
Itapecerica da Serra	2	2	49	47	4,3%	62	62	0,0%	42	33	27,3%
Itapevi	2	2	48	42	14,3%	64	63	1,6%	34	29	17,2%
Itaquaquecetuba	5	5	37	35	5,7%	63	63	0,0%	27	16	68,8%
Jandira	2	2	45	43	4,7%	72	65	10,8%	38	34	11,8%
Juquitiba	5	4	35	34	2,9%	64	65	-1,5%	40	34	17,6%
Mairiporã	4	5	37	34	8,8%	67	61	9,8%	46	40	15,0%
Mauá	2	2	45	43	4,7%	64	63	1,6%	43	37	16,2%
Mogi das Cruzes	2	2	41	39	5,1%	67	64	4,7%	47	40	17,5%
Osasco	2	2	48	45	6,7%	67	64	4,7%	41	36	13,9%
Pirapora do Bom Jesus	5	5	32	31	3,2%	57	58	-1,7%	38	38	0,0%
Poá	5	4	37	34	8,8%	64	67	-4,5%	46	39	17,9%
Ribeirão Pires	1	1	42	39	7,7%	68	66	3,0%	55	43	27,9%
Rio Grande da Serra	5	5	36	34	5,9%	62	60	3,3%	35	29	20,7%
Salesópolis	4	3	28	25	12,0%	70	67	4,5%	46	44	4,5%
Santa Isabel	4	3	35	32	9,4%	63	67	-6,0%	53	41	29,3%
Santana de Parnaíba	1	1	52	48	8,3%	74	71	4,2%	50	43	16,3%
Santo André	1	1	45	43	4,7%	70	68	2,9%	50	43	16,3%
São Bernardo do Campo	1	1	52	49	6,1%	72	70	2,9%	54	46	17,4%
São Caetano do Sul	1	1	52	50	4,0%	78	79	-1,3%	69	56	23,2%
São Lourenço da Serra	4	5	36	35	2,9%	71	59	20,3%	46	40	15,0%
São Paulo	2	2	49	47	4,3%	71	71	0,0%	43	37	16,2%
Suzano	2	2	42	40	5,0%	61	58	5,2%	43	32	34,4%
Taboão da Serra	2	2	46	43	7,0%	65	64	1,6%	45	40	12,5%
Vargem Grande Paulista	2	1	40	38	5,3%	72	69	4,3%	47	41	14,6%

Fonte: Fundação SEADE

Considerando a classificação por grupos, segundo dados de 2010, 8 cidades pertencem ao Grupo 1 – aproximadamente 20% do total de cidades da região (Barueri, Caieiras, Guararema, Ribeirão Pires, Santana do Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Caieiras foi a única “novata” no grupo (em 2008 era uma cidade do Grupo 2), as demais já eram do Grupo 1 em 2008. São Paulo está no Grupo 2, junto com outras 15 cidades (este é o maior grupo, com 41% das cidades da região). Um fato apontado pelos dados de 2010 é a ausência de cidades do Grupo 3 na RMSP. Em 2008, duas cidades compunham este grupo (Salesópolis e Santa Isabel), mas foram reclassificadas para o Grupo 4 em 2010 (Grupo 4 que contém 7 cidades neste ano – 18% do total). O Grupo 5 (com os piores índices) é composto por 8 cidades (20% do total) – Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itaquaquecetuba, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Rio Grande da Serra. Abaixo detalha-se o IPRS para as três dimensões apuradas (riqueza, longevidade e escolaridade).

IPRS - Riqueza

Para a construção do índice de dimensão riqueza, a Fundação SEADE utiliza quatro variáveis: consumo anual de energia elétrica residencial por ligação, consumo anual de energia elétrica no comércio, agricultura e em serviços por ligação, rendimento médio do emprego formal e valor adicionado per capita. Cada variável recebe o mesmo peso na composição final do índice (25% cada).

Como pode ser observado pela Tabela 1.2, na dimensão riqueza nenhum município piorou. Francisco Morato, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra e Juquitiba são os municípios com os piores desempenhos em termos de variação entre 2008 e 2010 (0%; 2,78%; 2,86% e 2,94%). Itapevi, Embu das Artes, Salesópolis e Biritiba Mirim apresentam as maiores variações para o mesmo período (14,29%; 13,16%; 12% e 11,11%). São Paulo recebeu um índice de 49 em 2010 e 47 em 2008, crescimento de aproximadamente 4,25%. Barueri, com um índice de 58, acompanhada de Santana do Parnaíba, São Bernardo do Campo e São Caetano (todas com uma pontuação de 52), são os municípios que obtiveram os maiores índices em 2010 para esta dimensão, enquanto Salesópolis, com 29 pontos, e Francisco Morato, com um índice de 28, são os municípios com os menores IPRS - Riqueza. A região metropolitana de São Paulo como um todo obteve para 2010 um índice de 48 contra 46 em 2008 (crescimento de 4,35%), enquanto o estado obteve 45 contra 42 em 2008 (7,14% de crescimento). Das 39 cidades da região metropolitana, 13 (33,3%) conseguiram IPRS – Riqueza maior que o do estado.

IPRS - Longevidade

Para a elaboração da dimensão longevidade, a Fundação SEADE utiliza as seguintes variáveis: mortalidade perinatal, mortalidade infantil, mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos, mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos. Para as duas primeiras o peso dado é de 30%, enquanto para as duas últimas é de 20%.

Diferentemente da dimensão riqueza, neste quesito (longevidade), houve piora em alguns municípios da região metropolitana. Santa Isabel, Poá, Cajamar, Pirapora do Bom Jesus, Juquitiba, Biritiba Mirim e São Caetano do Sul obtiveram índices menores em 2010 se comparados com 2008. Barueri, Francisco Morato, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba e São Paulo repetiram o índice de 2008 em 2010. As maiores variações positivas foram obtidas por São Lourenço da Serra (crescimento de 20,34% saindo de um IPRS de 59 em 2008 para 71 em 2010), Jandira (crescimento de 10,77%: de 65 em 2008 para 72 em 2010) e Mairiporã (variação de 9,84%, indo de 61 para 67 em 2010).

A região metropolitana de São Paulo como um todo obteve um índice de 70 para 2010, crescimento de 2,94% em relação a 2008, quando o seu IPRS ficou em 68 neste quesito. O estado de São Paulo obteve uma melhora um pouco menor (1,47%), saindo de 68 em 2008 e atingindo 69 em 2010. Como já havia sido mencionado, a cidade de São Paulo não apresentou variação no seu índice, alcançando em 2010 os mesmos 71 pontos de 2008. Em termos absolutos, considerando os dados de 2010, São Caetano do Sul com 78, Santana do Parnaíba (74) e Jandira / São Bernardo do Campo / Vargem Grande Paulista (todas com 72) apresentaram os maiores IPRS – Longevidade. Pirapora do Bom Jesus (57), Suzano (61) e Itapeverica da Serra / Rio Grande da Serra (ambos com 62) obtiveram os menores IPRS – Longevidade. Das 39 cidades, apenas 10 cidades (25,6% do total) conseguiram um índice superior ao do estado de São Paulo.

IPRS - Escolaridade

Para a construção do índice de dimensão escolaridade, a Fundação SEADE utiliza as seguintes variáveis: média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática do 5º ano do ensino fundamental; média da proporção de alunos da rede pública que atingiram o nível adequado nas provas de português e matemática do 9º ano do ensino fundamental; taxa de atendimento escolar na faixa de 4 a 5 anos; taxa de distorção idade-série no ensino médio. Para as duas primeiras o peso dado é de 31%, enquanto para as duas últimas é de 19%.

Neste quesito teve-se as variações positivas mais expressivas (com exceção de duas cidades, todas registraram melhora superior a 10%). Itaquaquecetuba, Francisco Morato e Embu das Artes foram os municípios com as maiores variações (68,75%; 45,83% e 44% respectivamente), enquanto Guararema, Salesópolis e Pirapora do Bom Jesus registraram as menores (10,42%; 4,55% e 0% respectivamente).

A região metropolitana de São Paulo apresentou melhora de 19,44% no seu índice, saindo de 36 pontos em 2008 para 43 em 2010. Ao contrário dos demais quesitos, em educação o índice do estado para 2010 é maior que o da região metropolitana – 48 em 2010 – aumento de 20% em relação a 2008 (quando estava em 40). A cidade de São Paulo obteve um IPRS – Educação de 43 pontos em 2010, contra 37 de 2008 (crescimento de 16,22%). Os maiores índices absolutos de 2010 foram conquistados por São Caetano do Sul (69), Barueri (57) e Ribeirão Pires (55). Os menores IPRS - Escolaridade foram registrados em Itaquaquecetuba (27), Itapevi (34) e Ferraz de Vasconcelos (34). Apenas 9 cidades da região metropolitana (aproximadamente 23%) conseguiram um índice superior ao do estado.

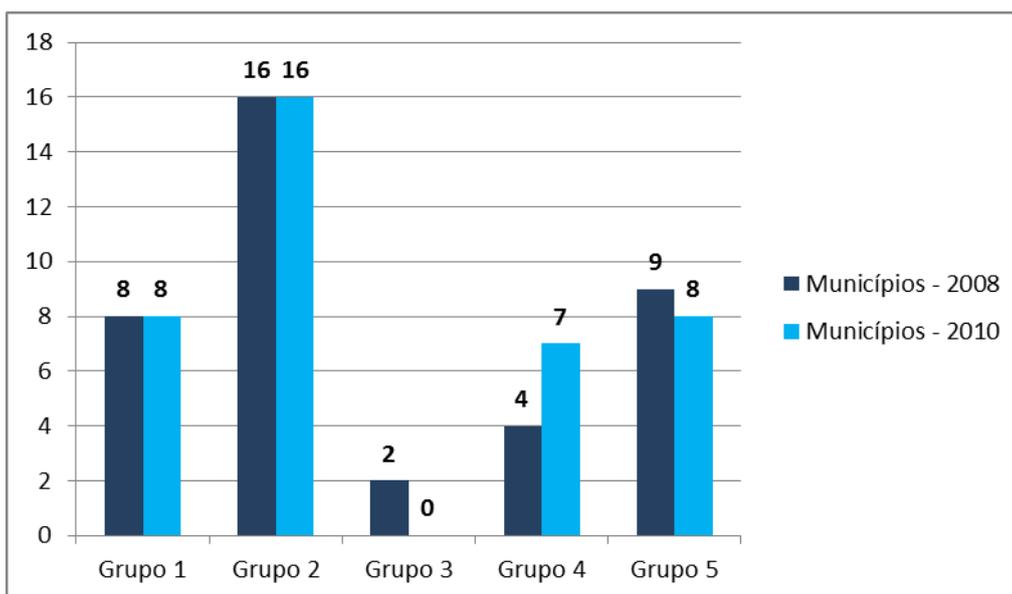
Conclusão

Embora em níveis absolutos a região metropolitana de São Paulo tenha evoluído em relação a 2008 segundo o IPRS, alguns municípios registraram recuo na dimensão longevidade ou evolução mais lenta que o resto do estado em outros quesitos como o de escolaridade. Neste último quesito, em 2010 apenas 9 cidades da região obtiveram índice superior ao do estado, enquanto em 2008 10 cidades apresentavam índices superiores. Em 2008 o IPRS – Educação da região metropolitana era de 36 pontos, inferior aos 40 pontos do estado e mesmo assim o crescimento para o período considerado neste artigo (2008-2010) foi inferior ao do estado (19,44% contra 20% do último).

No quesito riqueza, embora a região metropolitana continue com índices superiores ao estado, caiu o número de municípios que conquistaram pontuação superior ao mesmo. Em 2008 eram 15 cidades com índice mais alto que o estado. Em 2010 o número foi para 13 cidades. Ainda considerando o número de cidades com pontuação maior que a do estado, o maior avanço ocorreu na dimensão “longevidade”. Em 2008 apenas 5 cidades estavam nessa situação. Já em 2010 o número dobrou (10 cidades estavam com IPRS acima do estado nessa dimensão).

Olhando para a classificação geral desenvolvida pela Fundação SEADE, o Gráfico 1.1 ilustra a variação do número de municípios dentro de cada grupo entre 2008 e 2010.

Gráfico 1.1 - Número de Municípios por Grupo do IPRS



Fonte: Fundação SEADE

Como pode ser observado pelo gráfico, o número de municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 permaneceu estável (8 cidades no Grupo 1 e 16 no Grupo 2). Em 2008 existiam 2 cidades classificadas como Grupo 3, em 2010 nenhuma recebeu esta classificação. Em relação aos dois piores grupos, aumentaram as cidades classificadas no Grupo 4 (4 em 2008 e 7 em 2010), no entanto diminuiu em 1 cidade o Grupo 5.

18. IPVS - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiros, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS foi desenvolvido, em 2002, pela Fundação SEADE visando, principalmente, auxiliar os gestores públicos na elaboração de políticas voltadas à distribuição de renda, permitindo a localização dos segmentos populacionais mais frágeis, que em princípio, seriam os alvos prioritários dessas políticas.

A base de dados utilizada na construção do IPVS, na sua primeira versão em 2002, foi o censo de 2000. Com a divulgação de um novo censo em 2010, a Fundação reconstruiu o seu índice, agora com dados mais atualizados. Neste artigo analisaremos os resultados do IPVS baseados no censo de 2010 para a região metropolitana de São Paulo.

Conceito de “Vulnerabilidade Social” e Metodologia

Para o desenvolvimento do IPVS, a Fundação SEADE usou como base o conceito de “vulnerabilidade social” proposto por KATZMAN, 1999². De acordo com a visão deste autor, “(...) a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupo social refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, isto é, a posse de controles de ativos que constituem recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado e sociedade. Desse modo, a vulnerabilidade à pobreza não se limita a considerar a privação de renda, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso aos serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequada, a existência de garantias legais e políticas, etc”³. Outro pressuposto central na elaboração do IPVS é a influência da “segregação espacial” na perpetuação da própria condição de pobreza. Segundo os elaboradores do estudo “(...) A exposição aos ambientes segregados estaria associada a processos de difusão de comportamentos, com

¹ Publicado no Indicador Metropolitano nº 24 - maio/2013.

² KATZMAN, R. Vulnerabilidad, activos y exclusion social em Argentina y Uruguay. Santiago de Chile, OIT-Ford. 1999.

³ IPVS – versão 2010 – Metodologia, Pg. 9 – Fundação SEADE (link: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>)

tendência de aumentar a probabilidade de que uma pessoa apresente determinados comportamentos, ou ainda a processos de socialização em que determinados valores, metas e expectativas são transmitidos e influenciam as trajetórias individuais. Em sua forma extrema, a segregação residencial cria “guetos” de famílias pobres ou que comungam de determinadas características que as tornam vulneráveis à pobreza e, no outro extremo, produz as áreas que concentram as parcelas da população com altíssimos níveis de riqueza”⁴.

Com base nesses dois pressupostos (conceito de vulnerabilidade e a influência da segregação espacial), o IPVS através de indicadores de renda, escolaridade e de ciclo de vida familiar (presença de crianças menores, idade e gênero do chefe de família), procura classificar a população de uma determinada região (sendo a mais básica o setor censitário utilizado na elaboração do censo) em um dos sete grupos de vulnerabilidade social criados para este índice: 1 – baixíssima vulnerabilidade; 2 – vulnerabilidade muito baixa; 3 – vulnerabilidade baixa; 4 – vulnerabilidade média; 5 – vulnerabilidade alta; 6 – vulnerabilidade muito alta e 7 – zonas rurais de alta ou muito alta vulnerabilidade.

Para elaboração deste artigo, dos gráficos e tabelas seguintes para a região metropolitana de São Paulo, usaremos os números da população residente em domicílios particulares permanentes e não o número de habitantes total devido à falta de informações sobre essa variável por setor censitário. A Fundação SEADE divulgou a base de dados completa (por setor censitário), apenas com a população residente em domicílios particulares. Embora a grande maioria dos domicílios seja deste tipo, ainda faltariam mais dois tipos. Para fins de censo, o IBGE utilizou como classificação de domicílios a seguinte divisão:

4 - IPVS – versão 2010 – Metodologia, Pg. 9/10 – Fundação SEADE.

Por questões referentes a sigilo estatístico, a Fundação SEADE não utilizou dados de 6.323 dos 66.096 setores censitários existentes no Estado.

Domicílios Particulares: Domicílio onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

Permanente: quando construído para servir, exclusivamente, à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas;

Improvisado: quando localizado em edificação (loja, fábrica etc.) que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia, como, também, local inadequado para a habitação, que, na data de referência, estava ocupado por morador. O prédio em construção, a tenda, a barraca, o vagão, o trailer, a gruta, a cocheira, o paiol etc., que estava servindo de moradia na data de referência, também foi considerado como domicílio particular improvisado.

Domicílio coletivo: É uma instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradores ou não, era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, motéis, camping, pensões, penitenciárias, presídios, casas de detenção, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores ou de estudantes etc.

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE - ISSN:0104-3145; Elaboração: CTEO/CMSP

Assim sendo, quando, neste texto, falarmos em “população”, “moradores”, “habitantes” por grupo de classificação de vulnerabilidade, estaremos falando dos moradores de domicílios particulares permanentes que estão incluídos nesses grupos. Como a tabela 1.1 mostra, a consideração dos moradores de domicílios particulares permanentes como refletindo a situação de todo o universo populacional seria uma boa aproximação, dado que mais de 99% da população do estado e da região metropolitana de São Paulo estão dentro deste grupo considerado.

Tabela 1.1 - Distribuição por tipo de domicílios

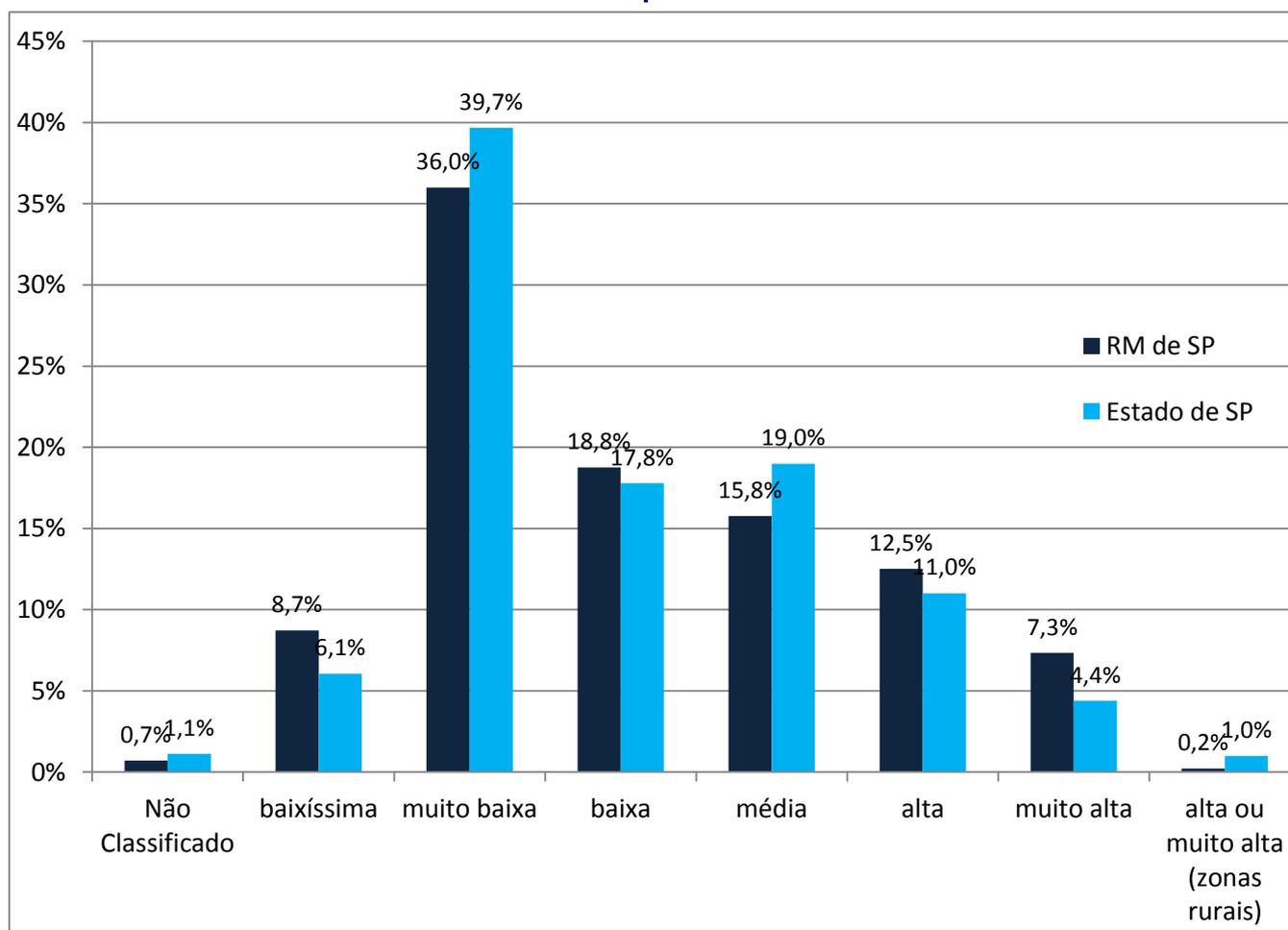
Região	Domicílios Coletivos	Domicílios Particulares Improvisados	Domicílios Particulares Permanentes
Estado de SP	0,55%	0,07%	99,38%
Região Metropolitana de SP	0,37%	0,05%	99,58%
Cidade de SP	0,33%	0,06%	99,61%

Fonte: Fundação SEADE / IBGE

Resultados

Comparando a região metropolitana de São Paulo com o estado (incluindo a própria região metropolitana), temos basicamente o mesmo padrão de distribuição de vulnerabilidade, como aponta o gráfico 1.1.

Gráfico 1.1 - Distribuição dos moradores por grupo do IPVS (%) – Estado de São Paulo e Região Metropolitana

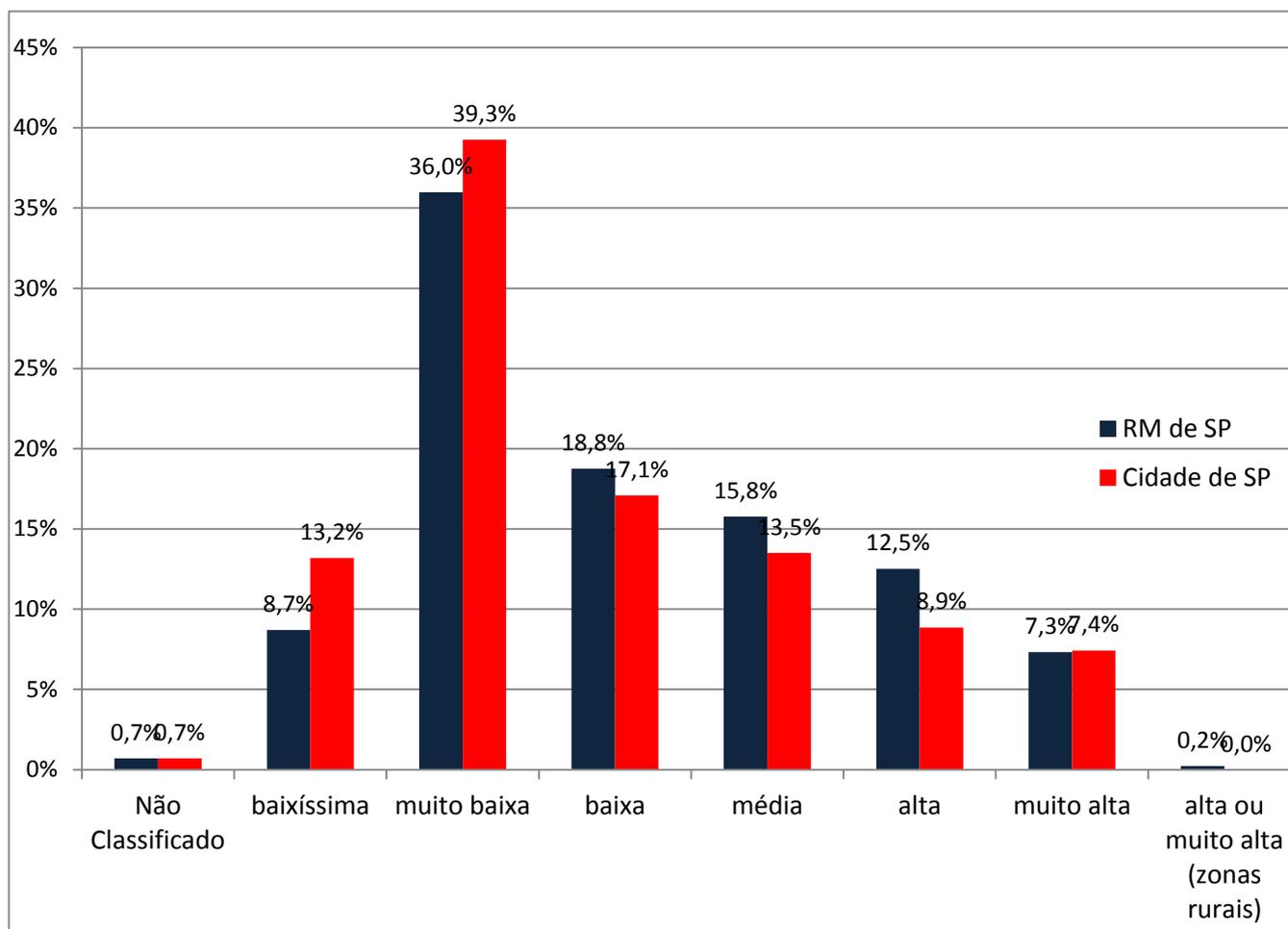


Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

A região metropolitana possui 8,7% dos seus moradores classificados no grupo de baixíssima vulnerabilidade, enquanto o estado apresenta aproximadamente 6,1% dos seus moradores nessa faixa. O grupo de “vulnerabilidade muito baixa” apresenta o maior percentual para as duas regiões, 36% para a região metropolitana e 39,7% para o estado. Nos grupos de alta e muito alta vulnerabilidade, o percentual da região metropolitana é maior que do estado (12,5% contra 11%, no grupo de alta vulnerabilidade, e 7,5% contra 4,4%, no de muito alta vulnerabilidade). Naturalmente, o estado possui um percentual maior de moradores no grupo de vulnerabilidade alta ou muito alta para zonas rurais (1% para o estado contra 0,2% para região metropolitana de São Paulo).

Comparando a região metropolitana com a cidade de São Paulo (gráfico 1.2), também podemos observar o mesmo padrão geral de distribuição de vulnerabilidade, com o comportamento adicional de que nos grupos de vulnerabilidade baixíssima e muito baixa, os percentuais de São Paulo são superiores aos da região metropolitana (13,2% para São Paulo contra 8,7% para região metropolitana, no grupo de baixíssima vulnerabilidade, e 39,3% contra 36%, no de vulnerabilidade muito baixa), padrão esse que se reverte nos grupos de vulnerabilidade intermediária (baixa, média e alta) – a região metropolitana apresenta percentuais maiores -, mas que volta a se apresentar no outro extremo - São Paulo, por apenas 0,1%, volta a ter a maior porcentagem no grupo de vulnerabilidade muito alta.

Gráfico 1.2 - Distribuição dos moradores por grupo do IPVS (%) – Região Metropolitana e cidade de São Paulo



Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

Para qualquer uma das três regiões, o grosso da população (aproximadamente 70% do universo de moradores de domicílios particulares permanentes) se encontra entre os grupos de vulnerabilidade muito baixa, baixa ou média.

Dentre as cidades da região metropolitana, Mauá é o município com o maior percentual de moradores de domicílios particulares permanentes no grupo de “vulnerabilidade muito alta” (16,19%), seguida de Guarulhos (com 13,60%), São Bernardo (11,34%), Embu (10,69%) e Diadema (10,54%).

No outro extremo, Santana do Parnaíba é o município com maior percentual de moradores no grupo de “baixíssima vulnerabilidade” – 25,94%, seguido de São Caetano (15,15%), São Paulo (13,18%), Barueri (7,49%) e Cotia (5,87%).

A tabela 1.2 apresenta a distribuição percentual dos moradores de domicílios particulares permanentes por grupo de IPVS (1 – baixíssima vulnerabilidade; 2 – muito baixa; 3 – baixa; 4 – média; 5 – alta; 6 – muito alta e 7 – alta ou muito alta (zona rural)). Como alguns setores censitários não foram usados pela Fundação SEADE, o grupo 0 representa a população não classificada pelo IPVS.

Tabela 1.2 - Distribuição dos moradores por grupo do IPVS (%)

Cidade	0	1	2	3	4	5	6	7
Arujá	0,67%	4,15%	23,98%	12,47%	30,82%	26,23%	0,00%	1,69%
Barueri	0,34%	7,49%	15,72%	37,90%	11,29%	26,50%	0,76%	0,00%
Biritiba Mirim	0,99%	0,00%	8,67%	6,65%	62,05%	17,55%	0,00%	4,09%
Caieiras	1,14%	0,63%	39,09%	24,84%	19,91%	11,01%	2,47%	0,91%
Cajamar	0,99%	3,46%	11,59%	49,29%	10,34%	19,84%	4,48%	0,00%
Carapicuíba	0,51%	0,98%	27,30%	27,73%	18,07%	19,61%	5,81%	0,00%
Cotia	0,21%	5,87%	23,53%	30,07%	16,73%	22,86%	0,72%	0,00%
Diadema	0,41%	0,13%	28,05%	31,30%	19,20%	10,38%	10,54%	0,00%
Embu	3,42%	0,00%	9,59%	31,01%	22,64%	22,65%	10,69%	0,00%
Embu-Guaçu	0,00%	0,00%	12,91%	19,77%	44,85%	21,59%	0,00%	0,87%
Ferraz de Vasconcelos	0,06%	0,00%	10,96%	17,82%	33,61%	31,64%	4,45%	1,45%
Francisco Morato	0,63%	0,00%	4,52%	12,50%	20,56%	57,87%	3,72%	0,20%
Franco da Rocha	0,86%	0,57%	15,79%	26,21%	19,07%	29,39%	7,21%	0,89%
Guararema	1,29%	0,00%	44,32%	12,97%	18,50%	22,07%	0,00%	0,84%
Guarulhos	0,53%	1,62%	28,31%	21,54%	19,42%	14,98%	13,60%	0,00%
ItapeERICA da Serra	1,57%	0,00%	11,40%	21,47%	27,59%	37,15%	0,82%	0,00%
Itapevi	0,01%	0,00%	10,36%	23,82%	15,05%	49,48%	1,28%	0,00%
Itaquaquecetuba	1,00%	0,45%	6,79%	9,95%	31,67%	42,40%	7,74%	0,00%
Jandira	0,00%	3,59%	13,61%	49,43%	6,18%	25,27%	1,91%	0,00%
Juquitiba	3,48%	0,00%	2,58%	3,14%	39,14%	31,08%	0,00%	20,58%
Mairiporã	4,58%	1,55%	37,32%	13,07%	27,33%	11,11%	0,00%	5,04%
Mauá	0,30%	0,19%	35,31%	26,80%	14,46%	6,74%	16,19%	0,00%
Mogi das Cruzes	0,54%	3,36%	37,95%	15,03%	24,21%	17,00%	0,00%	1,92%
Osasco	0,79%	2,78%	41,44%	20,54%	16,82%	9,53%	8,10%	0,00%
Pirapora do Bom Jesus	0,00%	0,00%	13,12%	9,98%	40,59%	36,31%	0,00%	0,00%
Poá	0,11%	0,00%	29,30%	18,70%	38,74%	13,15%	0,00%	0,00%
Ribeirão Pires	0,10%	0,55%	54,86%	16,03%	21,47%	4,69%	2,30%	0,00%
Rio Grande da Serra	0,00%	0,00%	21,00%	9,43%	39,80%	29,78%	0,00%	0,00%
Salesópolis	0,98%	0,00%	19,85%	21,49%	36,61%	5,31%	0,00%	15,76%
Santa Isabel	2,09%	0,00%	22,05%	18,30%	37,59%	12,15%	0,00%	7,83%
Santana de Parnaíba	0,37%	25,94%	6,88%	21,78%	9,06%	32,28%	3,69%	0,00%
Santo André	1,41%	5,59%	62,28%	10,24%	8,53%	4,09%	7,87%	0,00%
São Bernardo do Campo	0,33%	4,96%	47,54%	19,60%	10,99%	4,13%	11,34%	1,11%
São Caetano do Sul	0,28%	15,15%	82,59%	1,97%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
São Lourenço da Serra	1,13%	0,00%	13,44%	10,71%	48,51%	24,87%	0,00%	1,34%
São Paulo	0,70%	13,18%	39,25%	17,08%	13,50%	8,85%	7,42%	0,00%
Suzano	0,42%	0,46%	24,39%	9,23%	33,77%	29,24%	1,16%	1,33%
Taboão da Serra	0,06%	1,28%	34,34%	27,30%	13,38%	15,16%	8,47%	0,00%
Vargem Grande Paulista	0,00%	0,00%	32,00%	35,42%	10,41%	22,17%	0,00%	0,00%

Considerando que olhar apenas para as porcentagens nos dois grupos extremos (de baixíssima vulnerabilidade e de vulnerabilidade muito alta) pode não ser um bom indicativo da situação geral do município (por exemplo, Mauá tem a maior porcentagem de moradores no grupo 6, mas 76% da população está entre os grupos 1 e 4, que abrange os grupos de baixa e média vulnerabilidade, enquanto Juquitiba, tem apenas 44,86% na mesma faixa de vulnerabilidade, mesmo não tendo morador algum classificado no grupo 6), procuramos observar a distribuição acumulada dos moradores por grupo do IPVS. A distribuição acumulada é a porcentagem de moradores que “pelo menos” estão em um grupo X qualquer. Olhando para o caso de Mauá e desconsiderando os moradores do grupo 0 (não classificados), na tabela 1.3a temos a distribuição da população por grupo (como apresentada na tabela 1.2, mas desconsiderando os “não classificados” no cálculo dos percentuais):

Tabela 1.3a - Distribuição dos moradores por grupo do IPVS (%) - Mauá

Cidade	1	2	3	4	5	6
Mauá	0,19%	35,42%	26,88%	14,51%	6,76%	16,24%

Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

A “distribuição acumulada” de moradores que pelo menos estão no grupo 2, seria a soma da porcentagem dos moradores que estão no grupo 1 e no grupo 2. A “distribuição acumulada” de moradores que pelo menos estão no grupo 3, seria a soma dos moradores do grupo 1, 2 e 3 e assim sucessivamente (a distribuição acumulada de moradores que pelos menos estão no grupo X é a soma das porcentagens dos moradores do grupo 1 até o grupo X). Fazendo os cálculos para Mauá, teríamos a tabela 1.3b.

Tabela 1.3b - Distribuição acumulada dos moradores por grupo do IPVS (%) - Mauá

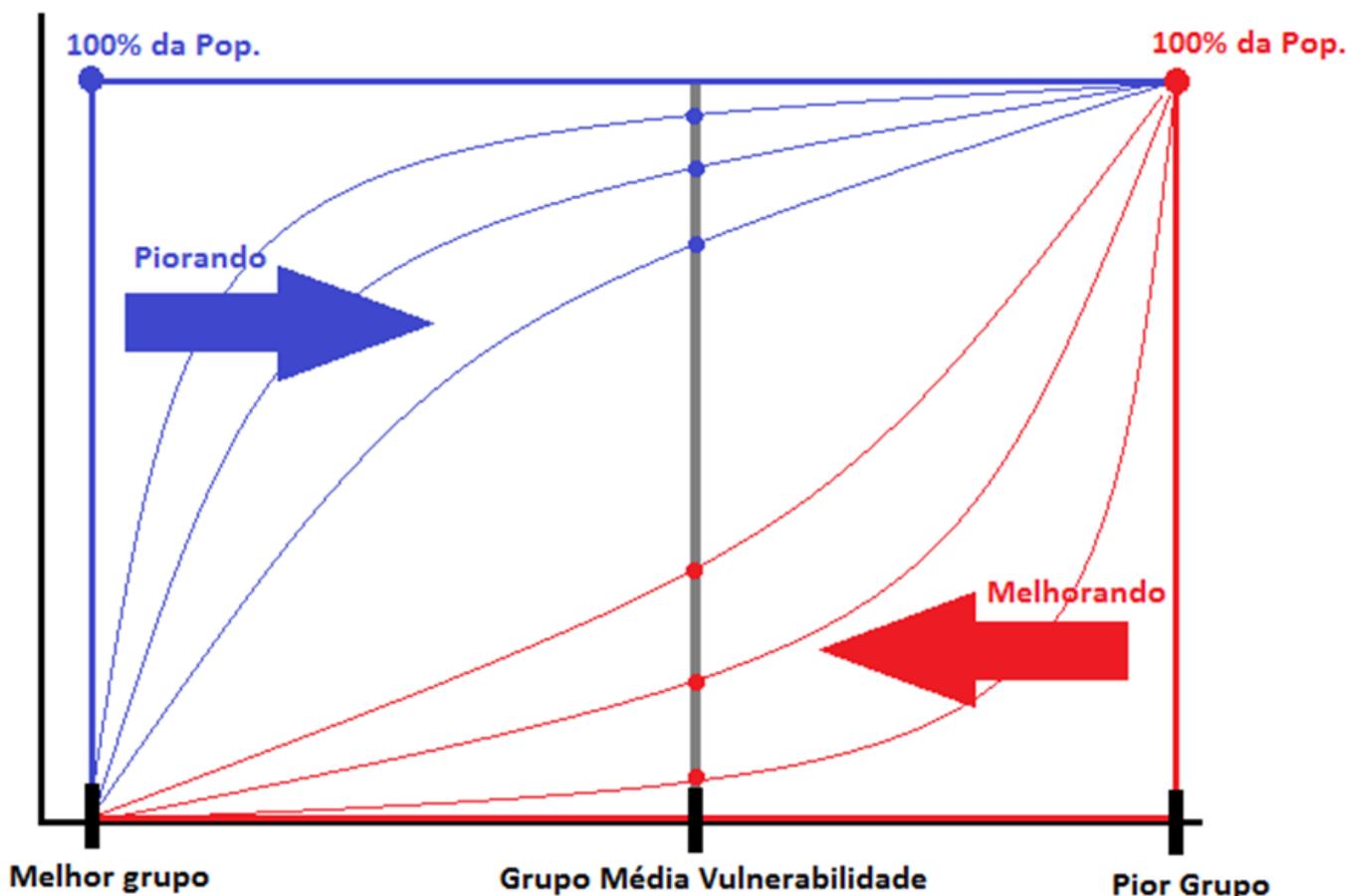
Cidade	1	2	3	4	5	6
Mauá	0,19%	35,61%	62,49%	77,00%	83,76%	100,00%

Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

Para classificar como “boa” ou “má” uma distribuição acumulada, usamos como critério o maior percentual de moradores que pelo menos estão no grupo 4 (média vulnerabilidade). Teoricamente, a melhor situação seria um município onde 100% da sua população estivesse no grupo 1, enquanto o pior dos mundos seria quando 100% da população da cidade pertencesse ao grupo 6 (o pior grupo para áreas urbanas). Em termos de gráficos de distribuição acumulada teríamos um L de cabeça para baixo para representar a melhor distribuição possível, e um L virado para a esquerda para representar a “pior” distribuição.

Conforme o gráfico das distribuições caminhasse ao longo da reta vertical do grupo de média vulnerabilidade (escolhido como critério de classificação das distribuições) ter-se-ia uma “piora” da distribuição se saíssemos do caso perfeito e fôssemos “descendo” a reta, e uma “melhora” se saíssemos do “pior” caso e fôssemos “subindo” a reta. O gráfico 1.3 ajuda a visualização deste efeito.

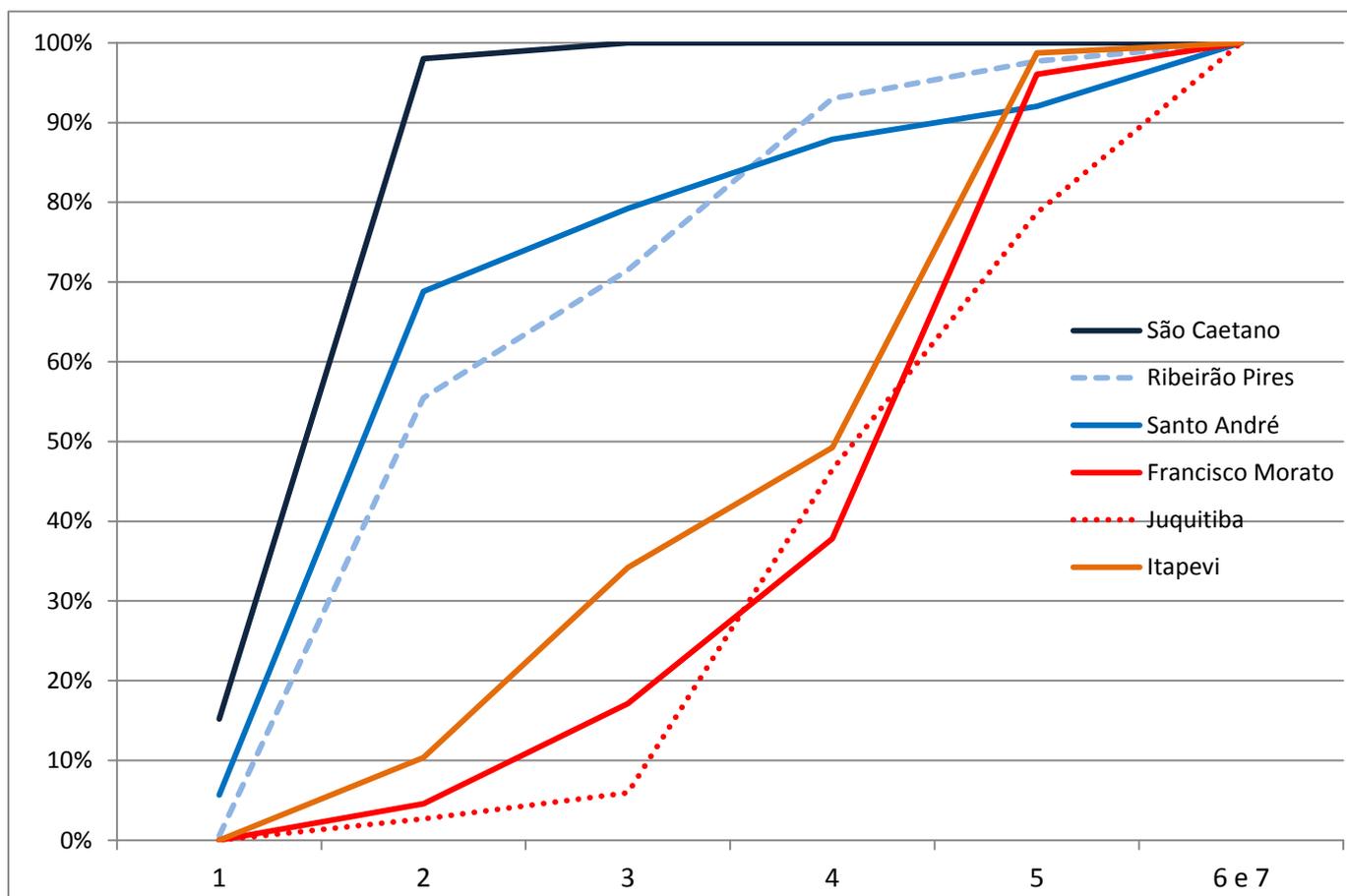
Gráfico 1.3 - Representação das distribuições acumuladas



Elaboração: CTEO/CMSP

O gráfico 1.4 traz a distribuição acumulada das três melhores cidades (pelo critério exposto acima) e das três piores. Para elaboração do gráfico 1.4, o grupo 6 e 7 foram fundidos em um só. É possível observar pelo gráfico que as melhores cidades (em tons de azul) possuem uma distribuição mais parecida com o formato de “L de ponta cabeça”, enquanto as piores (em tons de vermelho e laranja) se parecem com um “L virado para a esquerda”.

Gráfico 1.4 - Distribuições acumuladas de moradores por grupo do IPVS



Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

Tabela 1.4 - Distribuição acumulada dos moradores por grupo do IPVS

Cidade	1	2	3	4	5	6 e 7
São Caetano do Sul	15,20%	98,02%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ribeirão Pires	0,55%	55,47%	71,52%	93,01%	97,70%	100,00%
Santo André	5,67%	68,84%	79,22%	87,88%	92,02%	100,00%
Itapevi	0,00%	10,36%	34,18%	49,23%	98,72%	100,00%
Juquitiba	0,00%	2,67%	5,92%	46,48%	78,68%	100,00%
Francisco Morato	0,00%	4,55%	17,12%	37,81%	96,05%	100,00%

Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

Como pode ser observado pelo gráfico e pela tabela 1.4, São Caetano do Sul tem 100% dos seus moradores pelos menos no grupo 3 (baixa vulnerabilidade), isso torna o seu gráfico muito parecido com o “caso perfeito” ilustrado pela linha azul mais grossa no gráfico 1.3. Ribeirão Pires e Santo André possuem respectivamente 93,01% e 87,88% dos seus moradores no grupo 4, grupo de média vulnerabilidade, embora Santo André tenha um percentual maior acumulado dos seus habitantes nos grupos 2 e 3.

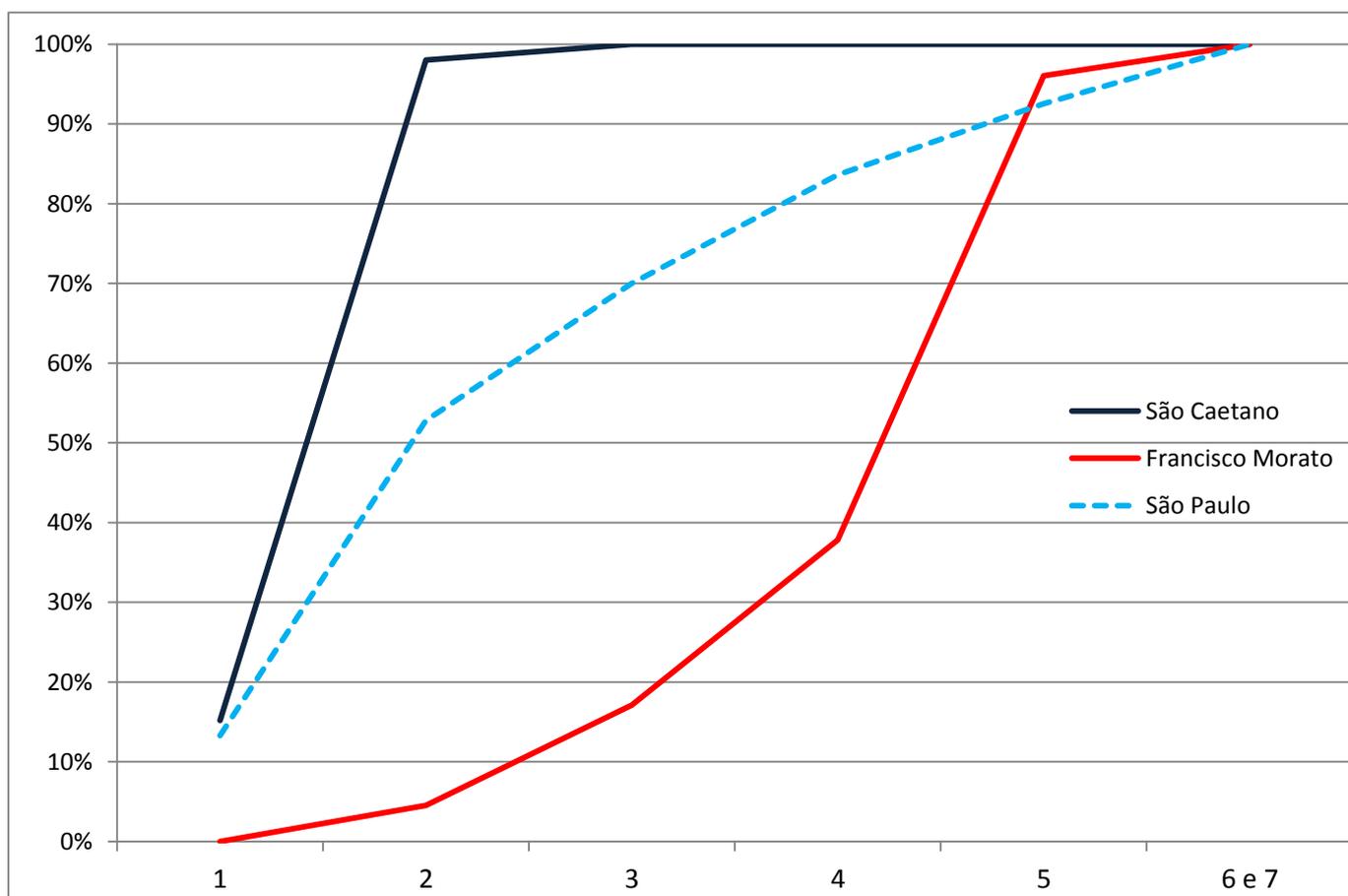
Como consequência, apenas aproximadamente 7% dos moradores de Ribeirão Pires e 12,1% dos moradores de Santo André estão classificados em situação de “alta ou altíssima vulnerabilidade”. Por outro lado, Francisco Morato tem apenas 37,81% dos seus habitantes classificados como “pelo menos pertencentes ao grupo 4”, isso significa que 62,59% da população deste município está nos grupos de alta e altíssima vulnerabilidade. Juquitiba possui 46,48% dos seus moradores classificados até o grupo 4, enquanto Itapevi tem um percentual de 49,23%. Ambos, portanto, têm mais de 50% dos seus moradores classificados em situação de “alta ou altíssima vulnerabilidade” (grupos 5, 6 e 7). A tabela 1.5 traz a distribuição acumulada para São Paulo, e o gráfico 1.5 traz a comparação dessa distribuição acumulada com São Caetano do Sul (a melhor distribuição pelo nosso critério) e Francisco Morato (a pior distribuição pelo mesmo critério).

Tabela 1.5 - Distribuição acumulada dos moradores por grupo do IPVS - Município de SP

Cidade	1	2	3	4	5	6 e 7
São Paulo	13,27%	52,81%	70,01%	83,61%	92,52%	100,00%

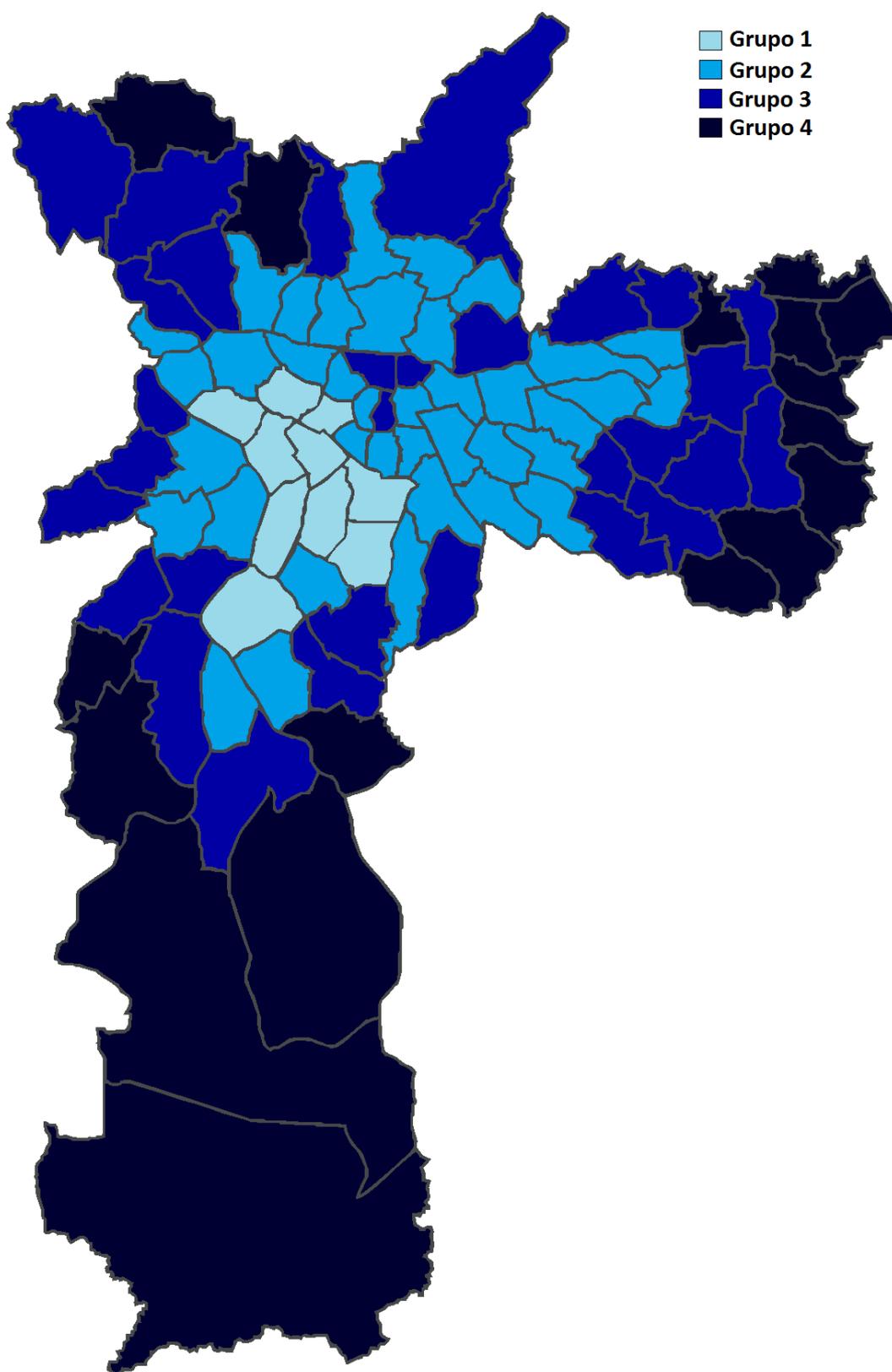
Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

Gráfico 1.5 - Distribuições acumuladas de moradores por grupo do IPVS



Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

Mapa 1.1 - Grupo de Classificação de Vulnerabilidade por Distrito Paulistano



O mapa 1.1 apresenta o grupo “médio” (ou representativo) do IPVS por distrito paulistano. Para obtermos esse número, ponderamos o grupo do IPVS de cada setor censitário divulgado pela Fundação SEADE pelos moradores de cada setor, obtendo uma espécie de “grupo médio” por distrito. Para enquadrar o número obtido através da média dos grupos ponderada pelos moradores dentro da classificação usada pela Fundação SEADE, arredondamos para cima médias com decimal acima de 5 e para baixo médias com decimal menor ou igual a 5.

Fonte: Fundação SEADE / Elaboração: CTEO/CMSP

O uso do mapa nos permite ver a usual distribuição geográfica dentro do município de São Paulo quando o assunto são índices relacionados à riqueza, bem estar e desenvolvimento humano. A região centro-sudoeste (distritos de Alto de Pinheiros, Pinheiros, Consolação, Itaim Bibi, Jardim Paulista, Moema, Perdizes, Santo Amaro, Saúde e Vila Mariana) apresentou um “grupo médio” nível 1 (baixíssima vulnerabilidade). Conforme nos afastamos dessa região, a tendência é uma piora na classificação da vulnerabilidade. Nos extremos da cidade (regiões com tom azul mais escuro), o grupo médio calculado com os dados da Fundação SEADE foi de 4 (média vulnerabilidade). Em termos de média, não houve nenhum distrito com média superior a 4,5 (o que lhe daria a classificação 5), embora, conforme já vimos na tabela 1.2, pelos critérios do IPVS formulados e divulgados pela Fundação SEADE, São Paulo tem setores censitários classificados como pertencentes aos grupos 5 e 6. Cabe destacar, fugindo um pouco do padrão geográfico tradicional (onde distritos de classificação iguais se “aglutinam”), a presença de distritos com “grupo médio” 3 na região central de São Paulo (Sé, Bom Retiro e Pari), onde predominam distritos principalmente do grupo 2 e alguns do 1. Principalmente na região da Sé e Bom Retiro, o grande número de cortiços, prédios abandonados que acabaram se transformando em moradia, pode ser um dos determinantes para o resultado obtido.

Bibliografia

IPVS – versão 2010 – Metodologia – Fundação SEADE (link: <http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>)

IPVS - versão 2010 - Principais Resultados - Fundação SEADE (link: http://www.iprsipvs.seade.gov.br/view/pdf/ipvs/principais_resultados.pdf)

Censo Demográfico 2010, IBGE - ISSN:0104-3145

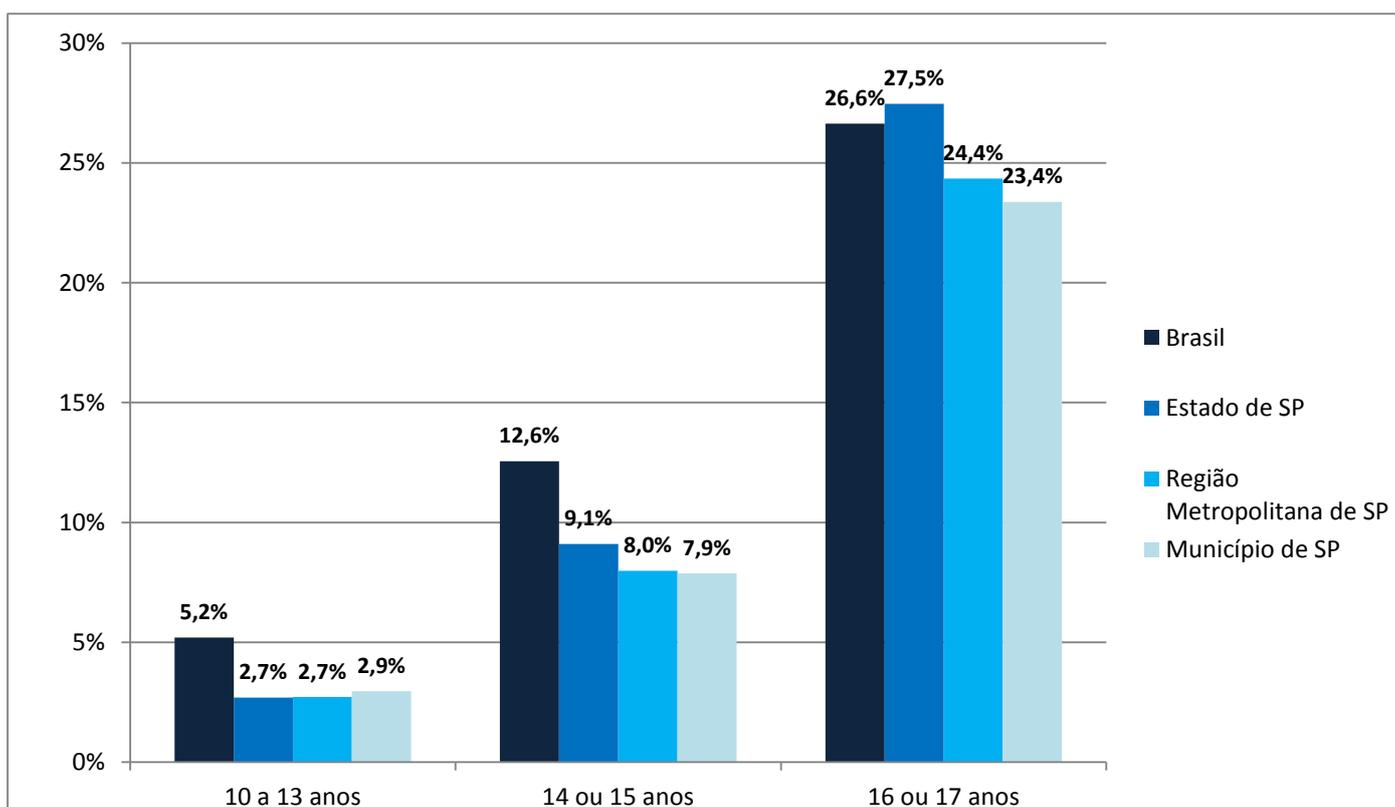
19. Trabalho Infantil na Região Metropolitana de São Paulo - Censo 2010¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O IBGE, em atendimento ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, ao Ministério Público do Trabalho - MPT, ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e à Organização Internacional do Trabalho – OIT, divulgou, no final do último mês de maio, dados do Censo 2010 sobre trabalho infantil no Brasil. Os dados informam sobre a situação de crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos de idade agrupados por municípios de todo território nacional. Neste artigo serão apresentados os principais indicadores para a região metropolitana de São Paulo.

O gráfico 1.1 apresenta a porcentagem das crianças e adolescentes por faixa etária que estavam ocupadas na semana de referência do IBGE para Brasil, estado, região metropolitana e cidade de São Paulo.

Gráfico 1.1 - Taxa de Ocupação de crianças e adolescentes por faixa etária



Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 25 - junho/2013.

Como pode ser observado, na faixa dos 10 a 13 anos, a porcentagem nacional de crianças ocupadas é maior do que as observadas em São Paulo. Enquanto no município de São Paulo temos 2,95% das crianças dessa faixa etária em alguma ocupação, o índice nacional é de 5,20%. No estado e região metropolitana, a taxa é de 2,69% e 2,71%, respectivamente. Entre crianças e adolescentes na faixa dos 14 ou 15 anos, o índice nacional continua sendo mais elevado: 12,56% contra 9,09% para o estado, 7,98% para região metropolitana e 7,87% para a cidade de São Paulo. Na última faixa etária (16 ou 17 anos), o estado de São Paulo passa a apresentar a maior porcentagem de ocupados (27,48%) contra 26,65% para o Brasil, 24,35% para região metropolitana e 23,37% para a cidade de São Paulo.

Tabela 1.1 - Taxa de Ocupação de crianças e adolescentes por faixa etária e zona de domicílio

Local	10 a 13 anos		14 ou 15 anos		16 ou 17 anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Brasil	3,28%	13,56%	10,12%	23,18%	25,16%	33,53%
Estado de SP	2,55%	5,44%	8,82%	14,70%	27,27%	31,84%
RMSP	2,68%	4,77%	7,96%	9,70%	24,35%	24,17%
Município de SP	2,94%	4,03%	7,87%	7,88%	23,38%	22,46%

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

A tabela 1.1 apresenta as porcentagens de crianças e adolescentes ocupados por faixa etária, mas subdivididas entre zona urbana e rural. Os dados mostram que, nas zonas rurais, a entrada no mercado de trabalho é mais precoce do que na zona urbana. Para o Brasil, na primeira faixa etária (dos 10 a 13 anos), a porcentagem de crianças moradoras de zonas urbanas ocupadas é de 3,28%, enquanto o mesmo número salta para 13,56% considerando zonas rurais. A mesma tendência de aumento é vista no estado, região metropolitana e cidade de São Paulo, embora não com a mesma intensidade que se observa para o cenário nacional.

O mesmo padrão continua na próxima faixa etária para o Brasil - 10,12% das crianças e adolescentes de 14 ou 15 anos com domicílios na zona urbana estão ocupadas, enquanto, para a zona rural, o mesmo índice é de 23,18%. Para o estado e região metropolitana constata-se o mesmo comportamento: adolescentes de zona urbana tendem a entrar mais tarde no mercado de trabalho, enquanto para o município de São Paulo a diferença é quase nula para esta faixa (7,87% de crianças ocupadas no urbano, contra 7,88% no rural). Para a última faixa (16 ou 17 anos), Brasil e estado de São Paulo continuam apresentando um índice de ocupação maior entre adolescentes com domicílios na zona rural (25,16% no urbano contra 33,53% no rural para o Brasil e 27,27% no urbano contra 31,84% no rural para o estado), enquanto a região metropolitana e São Paulo apresentam índices de ocupação muito próximos ou “invertidos” (urbano maior que o rural).

A tabela 1.2 traz a porcentagem de crianças e adolescentes alfabetizados e não alfabetizados ocupadas por faixa etária. Há uma clara diferença de “padrão” comparando estado, região metropolitana e cidade de São Paulo com o Brasil. Para o caso brasileiro, nas duas primeiras faixas etárias (10 a 13 anos e 14 ou 15 anos), a ocupação entre crianças não alfabetizadas é maior do que entre as alfabetizadas. Em São Paulo (tanto estado, região metropolitana, quanto cidade), a ocupação é maior entre crianças alfabetizadas (bem maior na segunda faixa etária). Apenas na última faixa etária (16 ou 17 anos), a ocupação entre alfabetizados se torna maior que entre não alfabetizados para o caso brasileiro. Em São Paulo, a diferença nas taxas de ocupação se torna maior ainda para a última faixa etária (na ordem dos 23%-27% para alfabetizados contra 8%-11% para não alfabetizados).

Tabela 1.2 - Taxa de Ocupação de crianças e adolescentes por faixa etária e alfabetização

Local	10 a 13 anos		14 ou 15 anos		16 ou 17 anos	
	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	Alfabetizadas	Não alfabetizadas	Alfabetizadas	Não alfabetizadas
Brasil	5,11%	7,36%	12,55%	13,12%	26,78%	19,76%
Estado de SP	2,70%	1,89%	9,15%	2,91%	27,62%	9,71%
RMSP	2,73%	1,96%	8,04%	2,07%	24,47%	8,54%
Município de SP	2,97%	1,98%	7,93%	2,10%	23,47%	11,09%

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

Uma possível explicação para esses padrões pode estar na combinação entre o tipo de emprego ofertado em regiões “mais industrializadas/desenvolvidas” e considerações sobre renda e pobreza. Na primeira faixa etária, para o tipo de trabalho ofertado (para crianças novas) não deve existir muita diferença, em termos de realização das tarefas, se o trabalhador é alfabetizado ou não. Nessa primeira faixa etária, a questão da renda, portanto, deve ter uma maior influência sobre a entrada no mercado de trabalho. Como os “não alfabetizados” provavelmente vêm de famílias mais pobres, há uma pressão para a entrada no mercado de trabalho mais cedo. Em São Paulo, essa pressão é menor devido a maior renda das famílias.

Quando avançamos para a segunda faixa etária (14 ou 15 anos), o fato de o trabalhador ser alfabetizado começa a fazer diferença, principalmente nos centros mais desenvolvidos (como São Paulo), com uma oferta de serviços e indústrias mais sofisticadas e, portanto, com empregos exigindo qualificações melhores. Essas características ajudariam a mostrar porque em São Paulo, a ocupação dos “não alfabetizados” é muito menor que a dos alfabetizados mesmo, em tese, os primeiros vindo de famílias mais pobres que os segundos. Mesmo para o Brasil, a diferença de ocupação entre os não alfabetizados (13,12%) e alfabetizados (12,55%), diminui bastante, provavelmente fruto da necessidade de uma maior qualificação para determinados trabalhos e a maior concorrência entre os trabalhadores (já que para famílias de baixa renda aumenta a pressão para os “filhos” entrarem no mercado de trabalho). A magnitude maior nas taxas de ocupação para o caso nacional pode ser explicada pela questão da renda familiar menor em relação a São Paulo. Na última faixa etária, quando a concorrência entre trabalhadores aumenta ainda mais (aumenta a taxa de entrada no mercado de trabalho nessa faixa etária), associada aos empregos exigindo uma qualificação maior, essa diferença nas taxas de ocupação de alfabetizados e não alfabetizados se torna mais elevada em São Paulo e, finalmente, para o cenário nacional, os alfabetizados passam a apresentar taxa de ocupação maior que os não alfabetizados.

Olhando mais detalhadamente para região metropolitana, a tabela 1.3 apresenta a taxa de ocupação de crianças e adolescentes por faixa etária para todos os municípios da referida região. Guararema (0,52%), Santa Isabel (0,96%), Embu-Guaçu (1,16%), Poá (1,17%) e Barueri (1,38%) apresentam as menores taxas de ocupação para crianças entre 10 a 13 anos. Salesópolis (7,29%), Itapeverica da Serra (4,60%), Juquitiba (4,26%), Suzano (3,57%) e Arujá (3,57%) apresentam as maiores. Em relação à segunda faixa etária (14 ou 15 anos), Poá (4,81%), Embu-Guaçu (5,27%), Mairiporã (5,51%), Barueri (5,52%) e Ferraz de Vasconcelos (5,57%), apresentam as menores taxas de ocupação, enquanto São Lourenço da Serra (14,80%), Salesópolis (12,03%), Arujá (10,11%), Itapeverica da Serra (9,83%) e Francisco Morato (9,82%) apresentam as maiores. Para a última faixa etária (16 ou 17 anos), Guararema (16,45%), Pirapora do Bom Jesus (19,31%), Rio Grande da Serra (19,83%), Franco da Rocha (20,43%) e Santana de Parnaíba (20,66%) apresentam as menores taxas de ocupação, enquanto Salesópolis (35,96%), Santa Isabel (32,89%), Jandira (31,37%), Itapeverica da Serra (30,27%) e Itapevi (29,18%) apresentam as maiores. Considerando que a taxa de ocupação da região metropolitana de São Paulo como um todo é de 2,71% para a faixa dos 10 a 13 anos, 25 cidades ficaram abaixo desta taxa, enquanto 12 “empataram” (como Caieiras) ou obtiveram taxa superior (inclusive a cidade de São Paulo, com 2,95%).

Para a faixa dos 14 ou 15 anos, 21 cidades ficaram abaixo da taxa de ocupação da região metropolitana (de 7,98%), incluindo a cidade de São Paulo com uma taxa de 7,87%. Na última faixa (16 ou 17 anos), apenas 15 cidades ficaram abaixo da taxa de ocupação da região metropolitana (de 24,35%), incluindo São Paulo com uma taxa de 23,37%. Mauá obteve a mesma taxa e as demais 21 cidades registraram taxas maiores.

Tabela 1.3 - Taxa de Ocupação de crianças e adolescentes por município da região metropolitana

Cidade	10 a 13 anos	14 ou 15 anos	16 ou 17 anos
Arujá	3,57%	10,11%	27,36%
Barueri	1,38%	5,52%	23,70%
Caieiras	2,71%	8,87%	26,08%
Cajamar	2,96%	7,67%	27,11%
Carapicuíba	2,70%	8,20%	24,59%
Cotia	3,38%	9,31%	28,89%
Diadema	2,43%	7,25%	26,91%
Embu-Guaçu	1,16%	5,27%	21,20%
Ferraz de Vasconcelos	2,14%	5,57%	23,76%
Francisco Morato	2,43%	9,82%	24,12%
Franco da Rocha	1,75%	7,39%	20,43%
Guararema	0,52%	7,36%	16,45%
Guarulhos	2,58%	8,93%	24,21%
ItapeERICA da Serra	4,60%	9,83%	30,27%
Itapevi	1,75%	7,07%	29,18%
Itaquaquecetuba	2,61%	8,94%	22,39%
Jandira	3,09%	7,14%	31,37%
Juquitiba	4,26%	9,42%	27,03%
Mairiporã	2,03%	5,51%	27,31%
Mauá	2,06%	8,85%	24,35%
Mogi das Cruzes	2,39%	7,18%	23,82%
Osasco	2,56%	8,67%	27,69%
Pirapora do Bom Jesus	3,53%	6,10%	19,31%
Poá	1,17%	4,81%	25,88%
Ribeirão Pires	2,34%	6,14%	22,74%
Rio Grande da Serra	1,59%	6,66%	19,83%
Salesópolis	7,29%	12,03%	35,96%
Santa Isabel	0,96%	8,50%	32,89%
Santana de Parnaíba	2,65%	5,98%	20,66%
Santo André	2,64%	9,19%	28,22%
São Bernardo do Campo	1,89%	7,70%	25,02%
São Caetano do Sul	2,30%	7,11%	24,56%
São Lourenço da Serra	3,55%	14,80%	25,38%
São Paulo	2,95%	7,87%	23,37%
Suzano	3,57%	8,00%	26,70%
Taboão da Serra	1,51%	6,27%	23,86%
Vargem Grande Paulista	2,02%	5,70%	25,86%

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

Os gráficos 1.2a, 1.2b, 1.2c trazem o setor de ocupação das crianças e adolescentes na região metropolitana (incluindo a cidade de São Paulo). Um padrão observável facilmente é a diminuição da porcentagem, dentre as crianças e adolescentes ocupadas, das ocupadas na agricultura/pecuária conforme a idade aumenta. Dos 10 aos 13 anos, 5,03% das crianças ocupadas estão ocupadas na agricultura/pecuária, enquanto para a faixa etária seguinte, este número cai para 1,86% chegando a 0,99% na última faixa etária (16 ou 17 anos). Como era de se esperar, dadas as características econômicas da região metropolitana (poucas regiões de agricultura e pecuária, muito comércio e indústria), a porcentagem de ocupação na agricultura/pecuária é muito menor do que a verificada no Brasil como um todo, que apresenta uma porcentagem de 56,67% das crianças ocupadas na agricultura para a faixa etária dos 10 a 13 anos. Assim como ocorre na região metropolitana, este número cai conforme a faixa etária aumenta, mas permanece muito acima em termos absolutos (37,29% e 22,57% para as faixas etárias subsequentes).

Gráfico 1.2a - Setores de ocupação de crianças e adolescentes (10 a 13 anos) - %

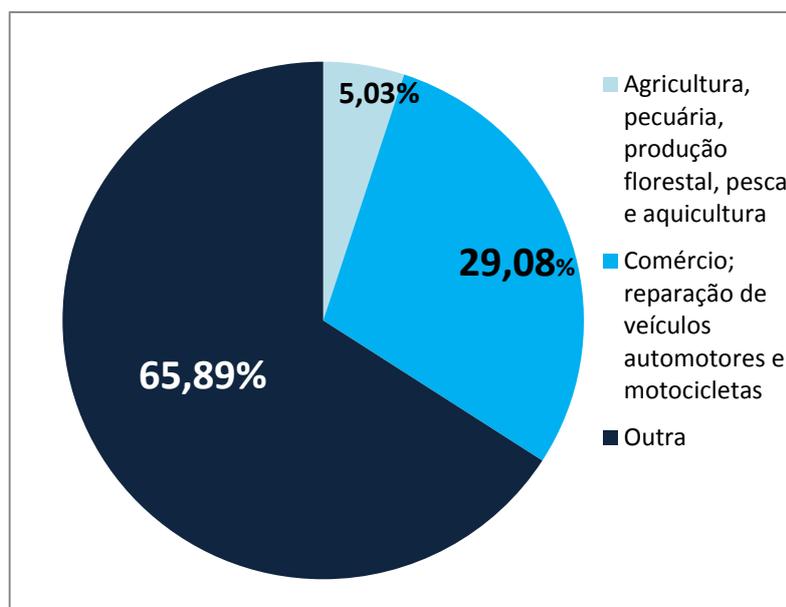


Gráfico 1.2b - Setores de ocupação de crianças e adolescentes (14 ou 15 anos) - %

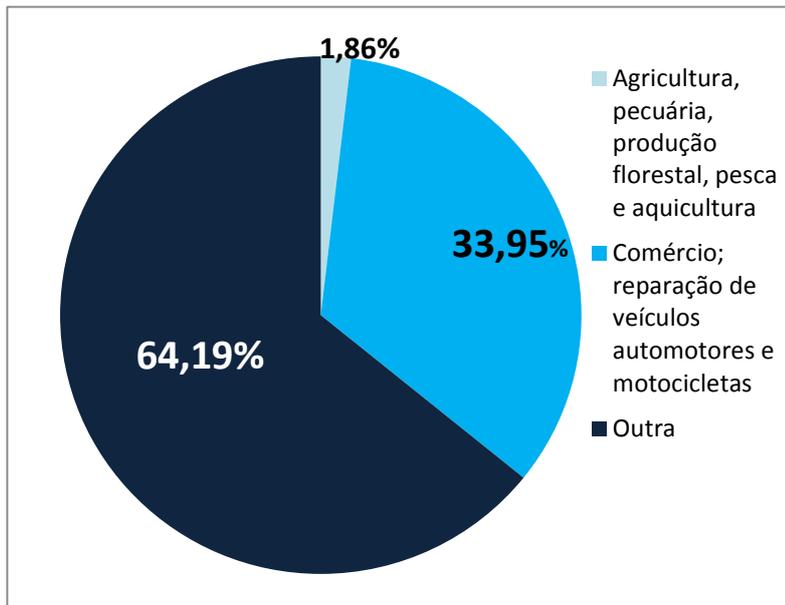
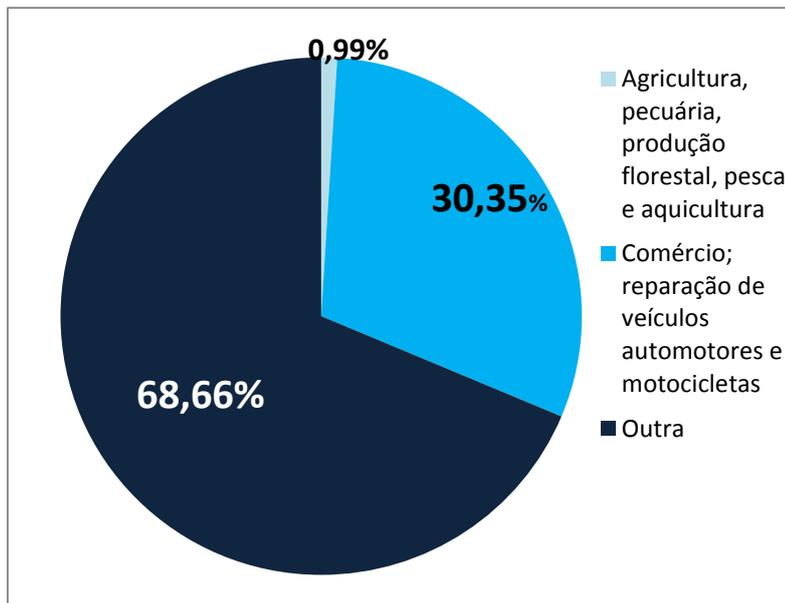


Gráfico 1.2c - Setores de ocupação de crianças e adolescentes (16 ou 17 anos) - %



Fonte: Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

O IBGE também divulgou dados sobre o tipo de emprego das crianças e adolescentes ocupados. A tabela 1.4 traz os dados para Brasil, estado, região metropolitana e cidade de São Paulo.

Tabela 1.4 - Tipo de emprego/remuneração das crianças e adolescentes ocupadas (%)

Local	10 a 13 anos			14 ou 15 anos			16 ou 17 anos		
	1	2	3	1	2	3	1	2	3
Brasil	42,51%	30,51%	26,99%	68,19%	16,71%	15,10%	85,43%	7,21%	7,36%
Estado de SP	58,56%	35,62%	5,83%	83,81%	13,86%	2,33%	95,18%	4,10%	0,72%
RMSP	59,96%	38,38%	1,67%	83,97%	15,41%	0,63%	95,43%	4,24%	0,33%
Município de SP	59,13%	39,93%	0,95%	81,80%	17,86%	0,34%	95,38%	4,43%	0,18%

Legenda:

1 - Empregados, Conta própria e empregadores

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

Conforme avançamos pelas faixas etárias tem-se um aumento da porcentagem de ocupações remuneradas, conta própria e empregadores para as 4 regiões listadas na tabela. Um detalhe interessante é que, principalmente para a primeira faixa etária, a porcentagem de crianças e adolescentes ocupadas e não remuneradas é maior em São Paulo do que no resto do Brasil (35,62% para o estado, que tem a menor porcentagem entre as localidades paulistas, contra 30,51% para o Brasil). Na cidade de São Paulo o número é de 39,93%. A porcentagem de crianças e adolescentes não remuneradas cai consideravelmente conforme sobem as faixas etárias em todas as regiões (em São Paulo a porcentagem sai de 39,93% na primeira faixa etária para 4,43% para adolescentes de 16 ou 17 anos), assim como trabalhadores na produção para consumo próprio. Em relação a esse último tipo de ocupação, observa-se uma porcentagem muito maior no resto do Brasil do que no estado e região metropolitana de São Paulo para todas as faixas etárias.

Através dos dados divulgados pelo IBGE podemos cruzar informações sobre analfabetismo, frequência à escola e renda per capita com as taxas de ocupação de crianças e adolescentes para tentarmos captar alguma relação entre essas variáveis.

Os gráficos 1.3a, 1.3b e 1.3c trazem a relação entre taxa de analfabetismo (eixo vertical dos gráficos) e taxa de ocupação (eixo horizontal) para cada uma das três faixas etárias utilizadas neste artigo (10 a 13 anos, 14 ou 15 anos e 16 ou 17 anos), para as cidades da região metropolitana de São Paulo. Cada ponto no gráfico representa uma cidade da região metropolitana e seu posicionamento, em relação ao eixo horizontal, depende da taxa de ocupação de crianças e adolescentes, enquanto seu posicionamento no eixo vertical depende da taxa de analfabetismo. A combinação dessas duas taxas determina o exato local de cada cidade (ponto) no gráfico.

Gráfico 1.3a - Taxa de Ocupação (X) X Taxa de Analfabetismo (Y) - 10 a 13 anos

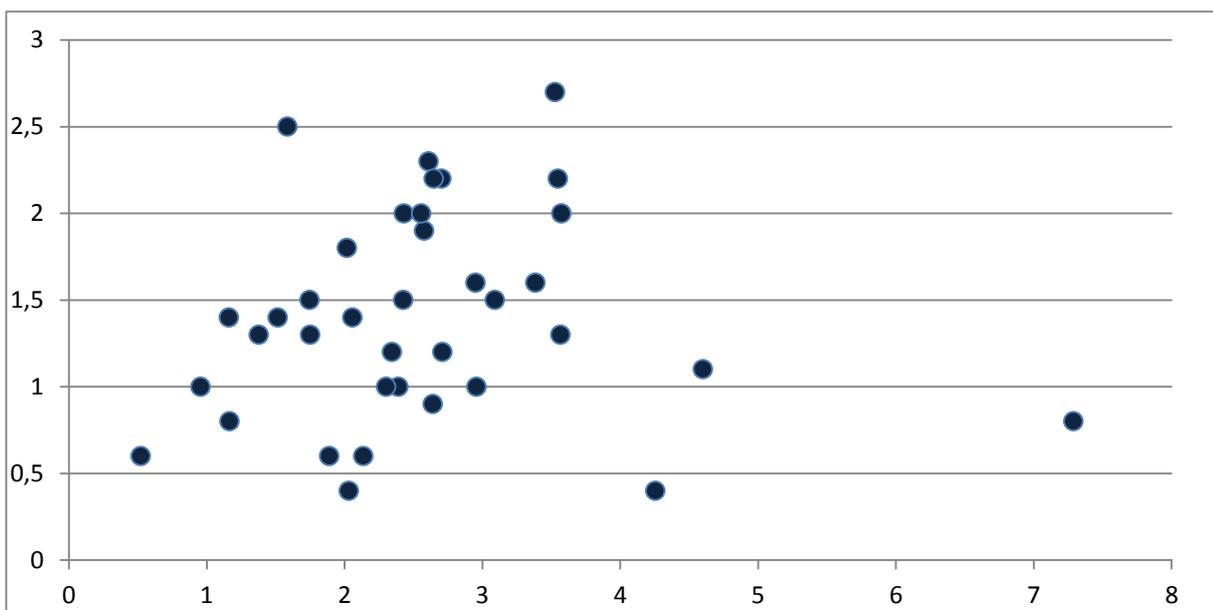


Gráfico 1.3b - Taxa de Ocupação (X) X Taxa de Analfabetismo (Y) - 14 ou 15 anos

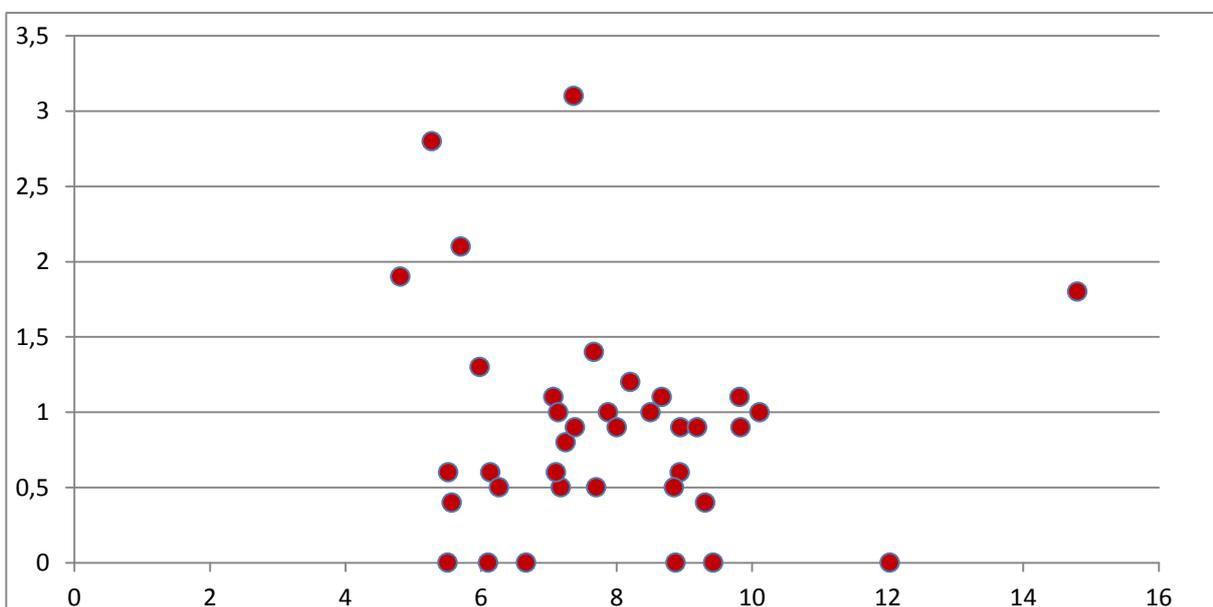
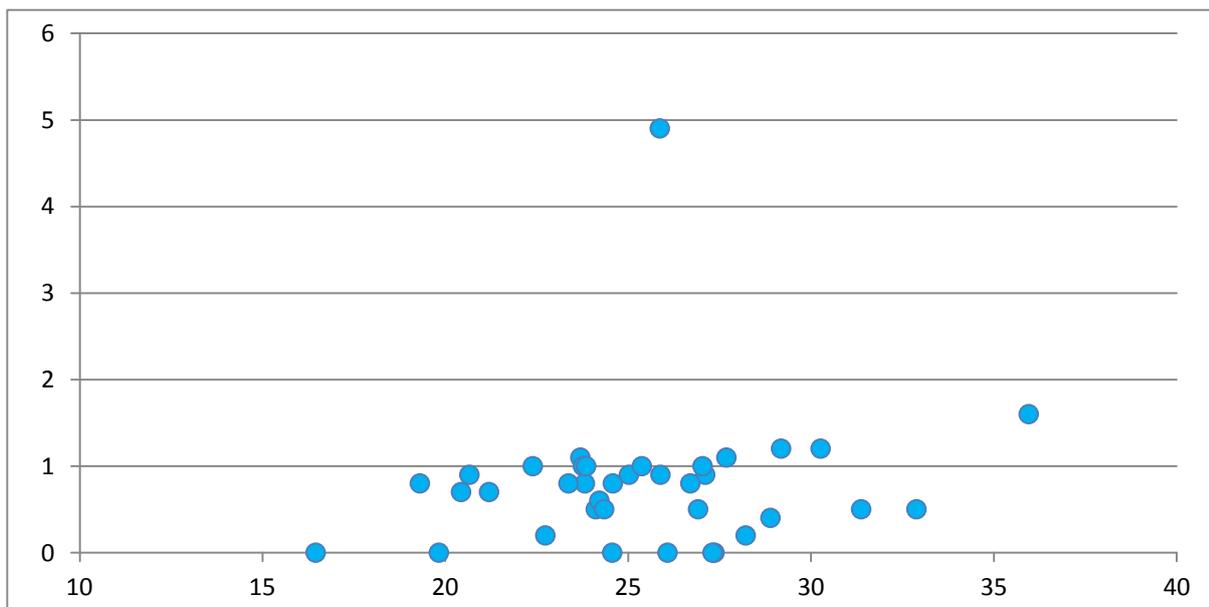


Gráfico 1.3c - Taxa de Ocupação (X) X Taxa de Analfabetismo (Y) - 16 ou 17 anos



Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

Como pode ser observado, não parece existir, pelos dados divulgados, uma relação muito clara entre taxa de analfabetismo e taxa de ocupação dentro de cada faixa etária. Para a faixa etária entre 10 a 13 anos (gráfico 1.3a), há aparentemente uma pequena correlação positiva entre as duas variáveis (quanto maior a taxa de analfabetismo, maior a taxa de ocupação), mas o grau de dispersão desses pontos mostra uma relação bastante fraca. Para a faixa etária intermediária (14 ou 15 anos), a correlação (aparentemente negativa – menor taxa de analfabetismo, maior taxa de ocupação) também é bastante fraca e para a última faixa etária não há padrão identificável.

Fazendo os mesmos gráficos (1.4a, 1.4b e 1.4c) para taxa de ocupação (eixo horizontal) e taxa de frequência escolar (eixo vertical) por faixa etária também não se encontra nenhum padrão claro entre as variáveis. Para a segunda faixa etária (gráfico 1.4b), há um esboço muito fraco de uma correlação positiva (quanto maior a taxa de frequência escolar, maior a taxa de ocupação), enquanto para a última faixa etária (16 ou 17 anos) há um sinal de correlação negativa (maior taxa de frequência escolar, menor taxa de ocupação).

Gráfico 1.4a - Taxa de Ocupação (X) X Porcentagem de frequência escolar (Y) - 10 a 13 anos

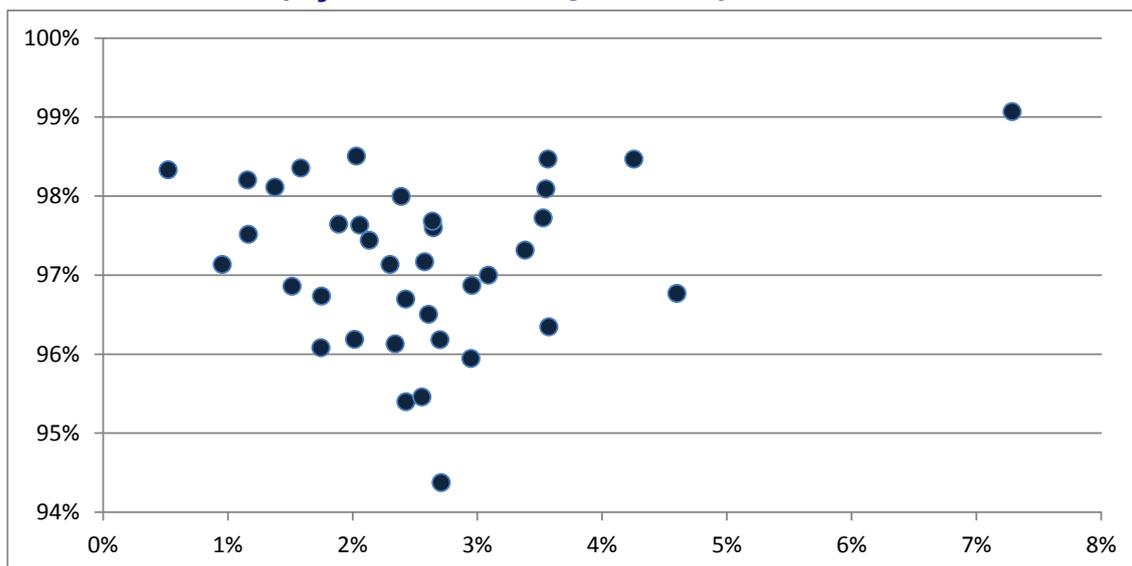


Gráfico 1.4b - Taxa de Ocupação (X) X Porcentagem de frequência escolar (Y) - 14 ou 15 anos

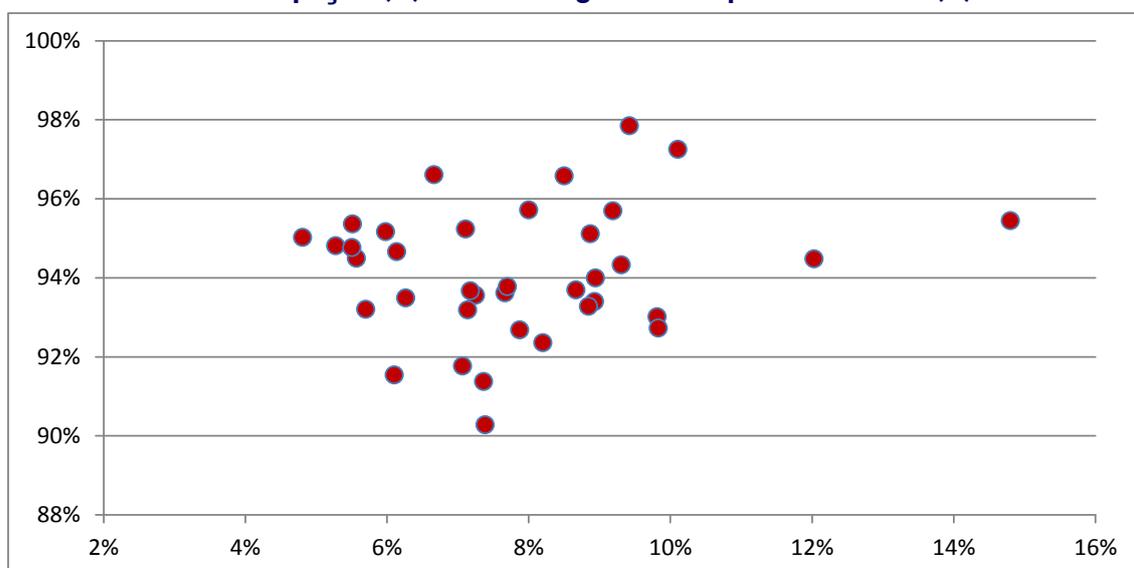
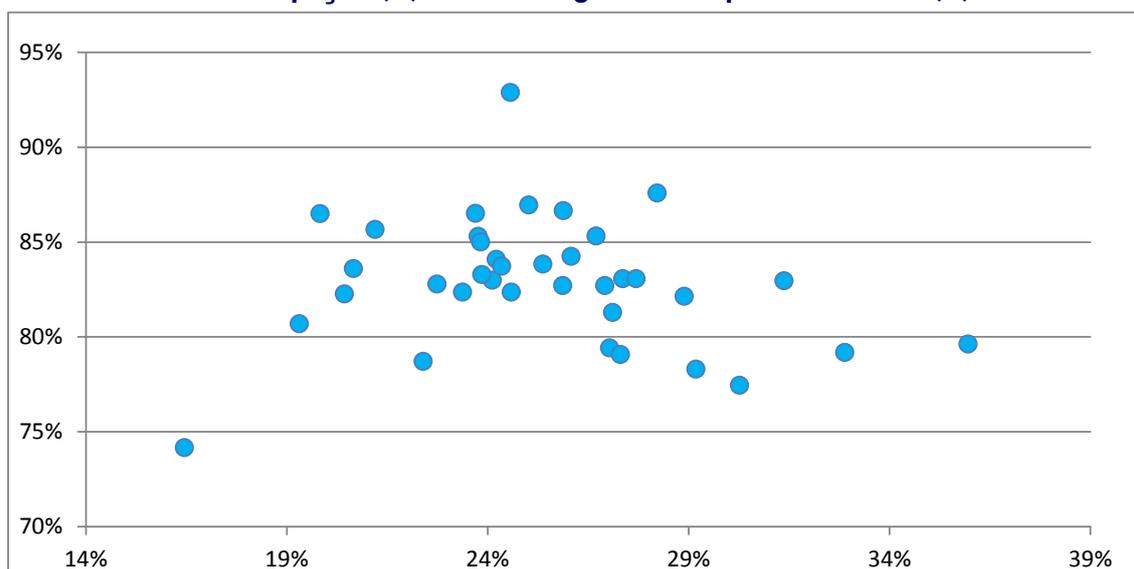


Gráfico 1.4c - Taxa de Ocupação (X) X Porcentagem de frequência escolar (Y) - 16 ou 17 anos



Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE

Por fim, apresentamos os gráficos de dispersão para taxa de ocupação, plotado no eixo horizontal e PIB per capita, no eixo vertical (PIB em valores nominais de 2010) – gráficos 1.5a, 1.5b e 1.5c. O PIB per capita é uma aproximação usual para renda da população e supostamente tem relação com trabalho infantil. Talvez por especificidades econômicas e de mobilidade da região metropolitana (uma cidade tem PIB per capita baixo, porém seus moradores podem se locomover facilmente para trabalhar na vizinha mais rica), os gráficos relacionando estas duas variáveis não apresentam absolutamente nenhum padrão identificável.

Gráfico 1.5a - Taxa de Ocupação (X) X PIB nominal municipal per capita - (R\$ mil) (Y) - 10 a 13 anos

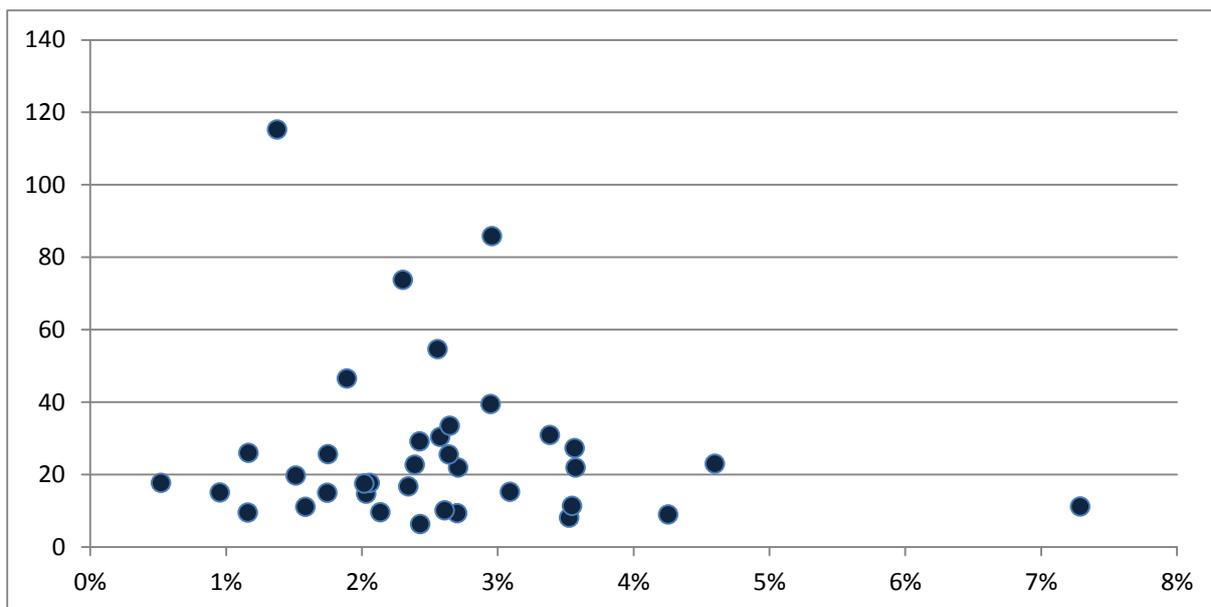


Gráfico 1.5b - Taxa de Ocupação (X) X PIB nominal municipal per capita - (R\$ mil) (Y) - 14 ou 15 anos

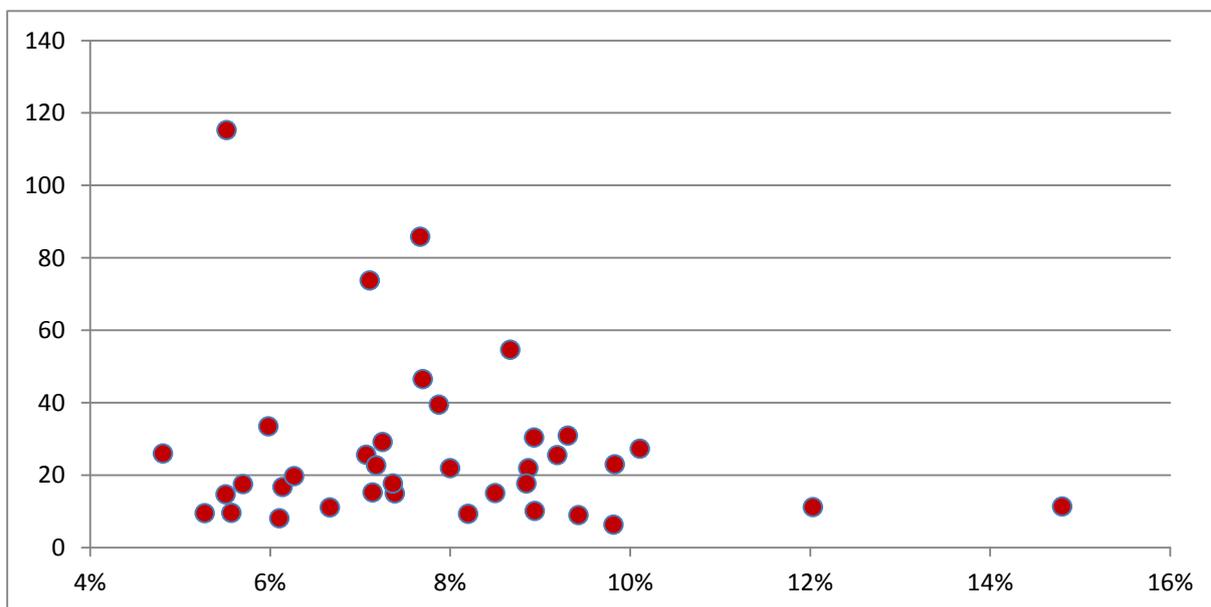
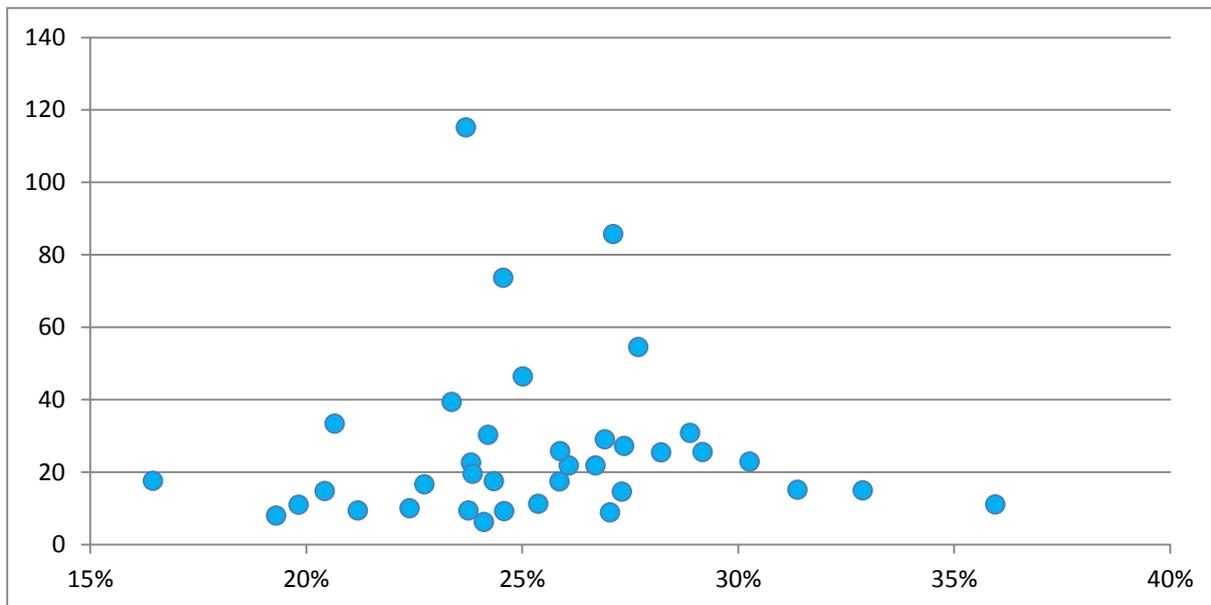


Gráfico 1.5c - Taxa de Ocupação (X) X PIB nominal municipal per capita - (R\$ mil) (Y) - 16 ou 17 anos



Uma possível justificativa para que essas variáveis (analfabetismo, frequência escolar e renda) não apresentem (pelo menos em um primeiro momento) uma forte relação com a questão do trabalho infantil na região metropolitana pode ser efeito tanto de políticas públicas voltadas para o problema quanto do dinamismo da região. Políticas públicas focadas na questão do trabalho infantil costumam amenizar a relação entre trabalhar e não frequentar a escola / analfabetismo, dando acesso a alguma renda extra, condicionada a manutenção das crianças nas escolas (e enfraquecendo possíveis relações clássicas entre essas variáveis, tais como quanto maior a taxa de ocupação, menor a frequência escolar). Já o dinamismo econômico da região, ao mesmo tempo que permite mesmo às famílias mais pobres sobreviver sem colocar crianças para trabalhar (enfraquecendo a relação pobreza x trabalho infantil), torna mais atrativo a entrada no mercado pelos salários pagos (também gerando ruído na relação renda x trabalho infantil), conforme avança a faixa etária das mesmas.

20. Programa Bolsa Família na Região Metropolitana de São Paulo¹

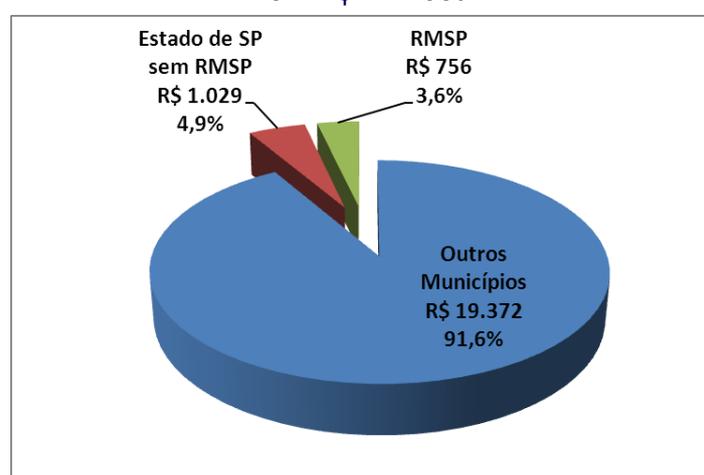
Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado por medida provisória em outubro de 2003, unificando os programas Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, com o objetivo de apoiar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza² e garantir o direito aos serviços sociais básicos.

Segundo dados do aplicativo DataSocial, disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2012 foram transferidos nacionalmente R\$ 21,1 bilhões pelo Programa Bolsa Família (PBF) a 13,8 milhões famílias beneficiárias. Na Região Metropolitana de São Paulo, foram transferidos R\$ 756 milhões às 550 mil famílias, representando 3,6% do total das transferências realizadas em todo território nacional (Gráfico 1.1).

Por meio do programa, o Governo Federal transfere renda direto para as famílias, sendo o saque feito mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social – NIS. As famílias beneficiárias devem cumprir condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social para permanecer no programa e continuar recebendo o benefício financeiro.

Gráfico 1.1 - Transferências do Programa Bolsa Família por localidade em 2012 em R\$ milhões



Fonte: DataSocial, MDS

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 26 - julho/2013.

² Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza são caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 140,00 e R\$ 70,00, respectivamente.

A concessão dos benefícios do PBF tem caráter temporário e não gera direito adquirido, devendo a elegibilidade das famílias, para recebimento de tais benefícios, ser obrigatoriamente revista a cada período de dois anos.

A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal³. Com base nesses dados, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no PBF.

Benefícios Financeiros do Programa Bolsa Família

Os valores dos benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família variam de acordo com as características da família, considerando a renda mensal da família por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos e a existência de gestantes e nutrízes.

O PBF tem cinco tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao jovem, o variável de caráter extraordinário e o benefício para superação da pobreza, que estão resumidos no Quadro 1.1.

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico, o variável e o variável para jovem, até o máximo de R\$ 306,00 por mês. Como também, podem acumular 1 (um) benefício da Superação da Extrema Pobreza.

O Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP) começou a ser pago no mês de julho de 2012 para famílias com crianças de até 6 anos. Em dezembro de 2012, o BSP passou a atender famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos. Em março de 2013, foi ampliada a cobertura para todas as famílias beneficiárias do PBF, que mesmo recebendo outros benefícios do programa permanecem em situação de extrema pobreza.

³ Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos). Ele é utilizado por mais de 15 programas sociais do Governo Federal, como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, Brasil Carinhoso, etc.

Quadro 1.1 - Modalidades de Benefícios Financeiros do Programa Bolsa Família

Tipo de benefício		Quantidade de parcelas	Valor do benefício
Benefício Básico	Para família com renda mensal per capita de até R\$ 70,00.	-	R\$ 70,00
Benefício Variável (BV) (no limite máximo de 5 benefícios)	Benefício variável concedido à criança e/ou adolescente com idade de até 15 anos de idade inserido na família com renda mensal per capita de até R\$ 140,00.	Até que a criança ou adolescente complete 16 anos	R\$ 32,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 160,00 por família
	Benefício variável nutriz concedido à criança com idade entre 0 e 6 meses inserida na família com renda mensal per capita de até R\$ 140,00.	6 parcelas	
	Benefício variável à gestante concedido à mulher gestante, com idade entre 14 e 44 anos, inserida na família com renda mensal per capita de até R\$ 140,00.	9 parcelas	
Benefício Variável vinculado ao Jovem (BVJ) (no limite máximo de 2 benefícios)	Benefício variável concedido por adolescente com idade entre 16 e 17 anos de idade inserido na família com renda mensal per capita de até R\$ 140,00.	Até que o adolescente complete 18 anos.	R\$ 38,00 por beneficiário, até o limite de R\$ 76,00 por família
Benefício variável de caráter extraordinário (BVCE)	Benefício pago às famílias nos casos em que a migração dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação para o Bolsa Família cause perdas financeiras.	Prazo final fixado no momento da concessão.	Valor calculado caso a caso
Benefício para superação da extrema pobreza (BSP) (limite de 1 por família)	Destinado às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que, mesmo recebendo outros benefícios do Programa (Básico, Variável, Benefício Variável Jovem, entre outros), permanecem em situação de extrema pobreza.		Valor total pago será o necessário para que cada pessoa da família tenha uma renda superior a R\$ 70,00.

A Tabela 1 informa o número de famílias beneficiadas, os valores totais repassados e o benefício médio por município da RMSP.

Tabela 1 - Famílias, Valores do Benefício e Benefício Médio - Julho 2013

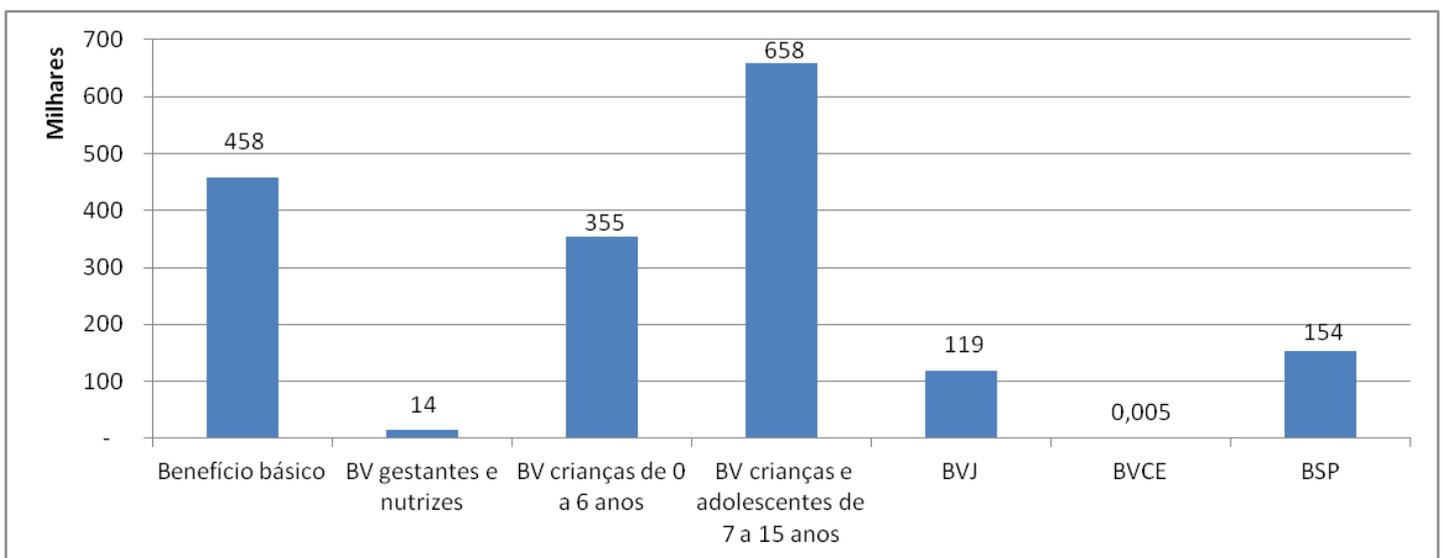
Localidade	Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	Valor total repassado do PBF (R\$)	Benefício médio mensal por família do Programa Bolsa Família (PBF)
Brasil	13.773.543	2.100.575.175	152,51
Estado de SP	1.295.500	177.940.188	137,35
Arujá	4.256	626.010	147,09
Barueri	9.225	1.187.570	128,73
Caieiras	2.043	263.762	129,11
Cajamar	5.190	923.152	177,87
Carapicuíba	11.347	1.503.274	132,48
Cotia	4.225	649.188	153,65
Diadema	17.944	2.484.610	138,46
Embu	7.869	1.102.726	140,14
Embu-Guaçu	3.635	600.916	165,31
Ferraz de Vasconcelos	5.200	719.786	138,42
Francisco Morato	8.954	1.363.620	152,29
Franco da Rocha	4.534	713.092	157,28
Guararema	1.462	249.716	170,80
Guarulhos	46.707	5.912.200	126,58
Itapeverica da Serra	7.343	981.918	133,72
Itapevi	12.057	1.747.296	144,92
Itaquaquecetuba	15.301	2.101.052	137,31
Jandira	4.078	529.273	129,79
Juquitiba	2.809	457.768	162,96
Mairiporã	3.694	522.442	141,43
Mauá	10.310	1.204.716	116,85
Mogi das Cruzes	19.818	3.219.194	162,44
Osasco	28.106	3.477.625	123,73
Pirapora do Bom Jesus	551	93.900	170,42
Poá	5.728	801.500	139,93
Ribeirão Pires	3.730	469.488	125,87
Rio Grande da Serra	2.578	414.042	160,61
Salesópolis	922	125.114	135,70
Santa Isabel	2.352	346.352	147,26
Santana de Parnaíba	3.352	475.392	141,82
Santo André	15.355	2.240.150	145,89
São Bernardo do Campo	22.181	2.901.074	130,79
São Caetano do Sul	1.115	146.430	131,33
São Lourenço da Serra	872	130.592	149,76
São Paulo	284.636	36.373.424	127,79
Suzano	13.441	1.809.070	134,59
Taboão da Serra	10.099	1.464.908	145,05
Vargem Grande Paulista	1.837	323.540	176,12
RMSP	604.856	80.655.882	133,35

Fonte: DataSocial, MDS, folha de pagamento de julho/2013.

Na folha de pagamento de julho de 2013, 604,9 mil famílias foram beneficiadas pelo PBF na RMSP, sendo que 458 mil famílias (75%) receberam o benefício básico. Mais de um terço das famílias que receberam o benefício básico receberam também o benefício para superação da extrema pobreza (BSP). Ainda foram pagos mais de 1 milhão de benefícios variáveis (BV) (gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos), que podem ser acumulados até o limite de 5 por família, e 118,6 mil benefícios variáveis vinculado ao jovem (BVJ), que tem o limite de 2 por família (Gráfico 1.2).

As famílias migradas dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás passam a receber exclusivamente o benefício do Bolsa Família. As que recebiam benefícios superiores ao limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família (R\$ 306,00 – neste valor não está computado o benefício da Superação da Extrema Pobreza) recebem, em caráter temporário, o Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE). Na folha de pagamento de julho de 2013, em toda RMSP, foram pagos 5 benefícios desta modalidade.

Gráfico 1.2 - Quantidade de Benefícios do Programa Bolsa Família por Modalidade - RMSP

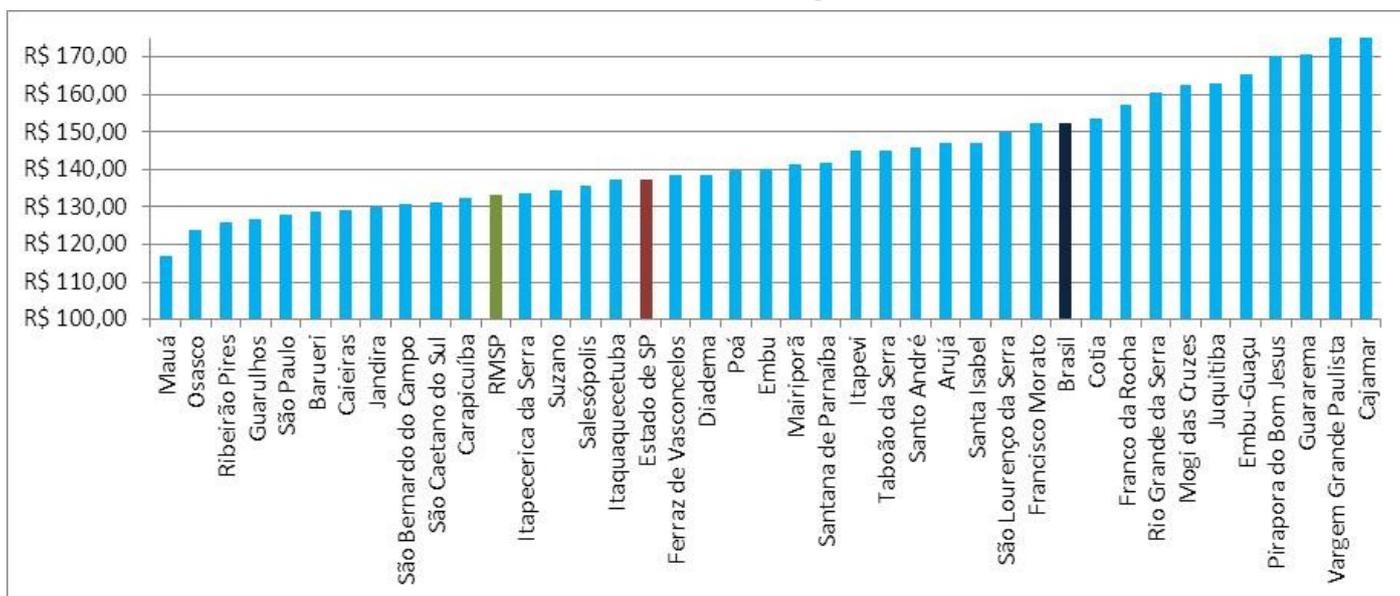


Fonte: DataSocial, MDS, folha de pagamento de julho/2013.

O valor total das transferências às famílias beneficiárias do PBF na RMSP somaram R\$ 80,7 milhões na folha de pagamento de julho, um benefício médio de R\$ 133,35 por família, abaixo da média do Estado de São Paulo (R\$ 137,35) e do país (R\$ 152,51). O município da RMSP com o maior benefício médio foi Cajamar, R\$ 177,87 por família, seguido dos municípios de Vargem Grande Paulista e de Guararema, com benefício médio de R\$ 176,12 e R\$ 170,80, respectivamente. O município de Mauá apresentou o menor valor médio, R\$ 116,85 por família.

O Gráfico 1.3 ordena as municípios da RMSP pelos valores dos benefícios médios repassados às famílias referentes ao pagamento do mês de julho de 2013.

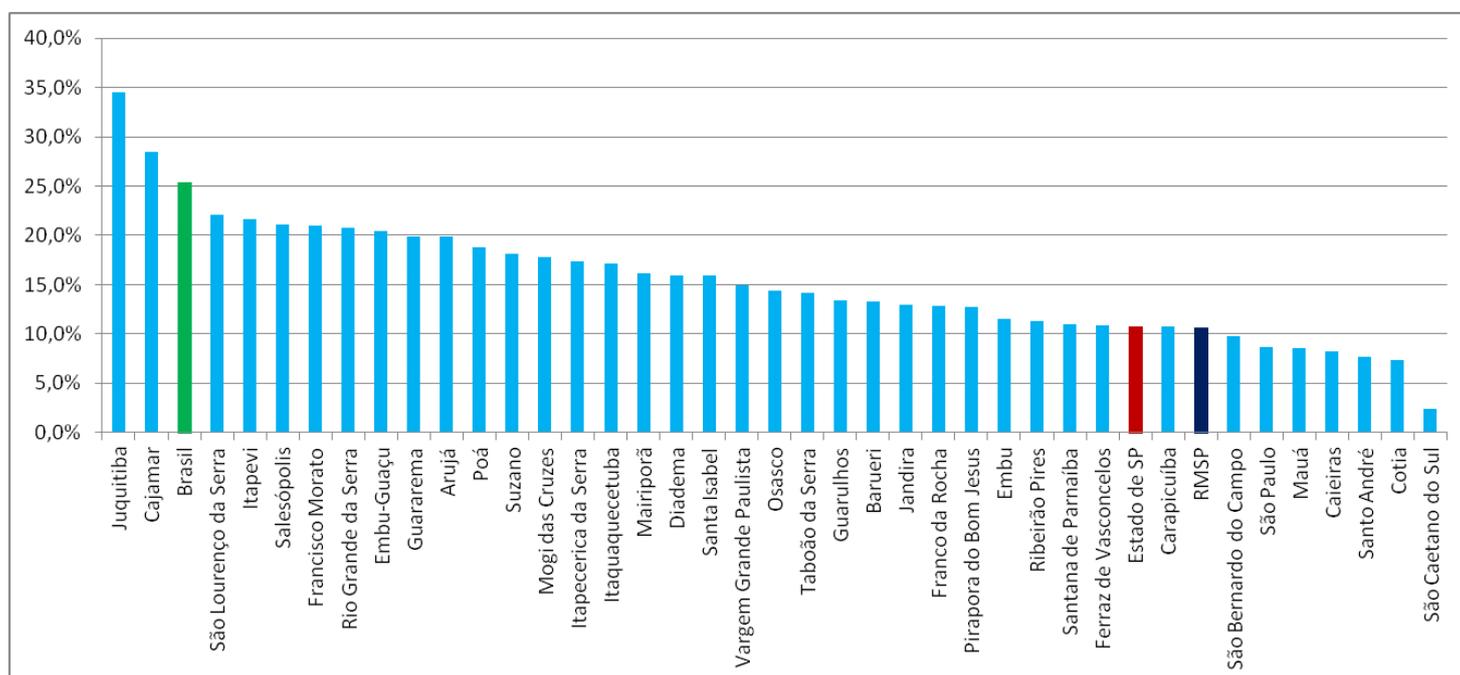
Gráfico 1.3 - Benefício médio mensal do Programa Bolsa Família - RMSP



Fonte: DataSocial, MDS, folha de pagamento de julho/2013.

O Gráfico 1.4 ilustra para cada município da RMSP a porcentagem das famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Juquitiba é com maior percentual de famílias que recebem algum benefício do programa, com 34,5%, seguido por Cajamar, com 28,5%, ambos com valores superiores a média nacional de 25,3%.

Gráfico 1.4 - Porcentagem das Famílias residentes que são Beneficiárias do PBF



Fonte: DataSocial, MDS, folha de pagamento de julho/2013 e Censo Demográfico 2010

Condicionalidades do Programa Bolsa Família

As condicionalidades do Programa Bolsa Família são compreendidas como compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias com a finalidade de ampliar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social.

Os objetivos do acompanhamento das condicionalidades são: monitorar o cumprimento dos compromissos pelas famílias beneficiárias; responsabilizar o poder público pela garantia de acesso aos serviços e pela busca ativa das famílias mais vulneráveis; e identificar, nos casos de não cumprimento, as famílias em situação de maior vulnerabilidade e orientar ações do poder público para o acompanhamento dessas famílias.

As condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias beneficiárias do PBF estão resumidas no Quadro 2.

Quadro 1.2 - Condicionalidades do Programa Bolsa Família

Área	Condicionalidades	Público
Saúde	Cumprimento do calendário de vacinação e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil.	Crianças menores de 7 anos
	Comparecimento às consultas de pré-natal e a participação nas atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação e saúde da criança.	Gestantes e nutrizes
Educação	Matrícula e frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal.	Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de idade
	Matrícula e frequência mínima de 75% da carga horária escolar mensal.	Adolescentes de 16 e 17 anos de idade, cujas famílias recebem o BVJ
Assistência Social	Frequência mínima de 85% da carga horária relativa às ações de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidas pelos municípios para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco de trabalho infantil no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).	Crianças e adolescentes até 15 anos, beneficiários do Peti/PBF

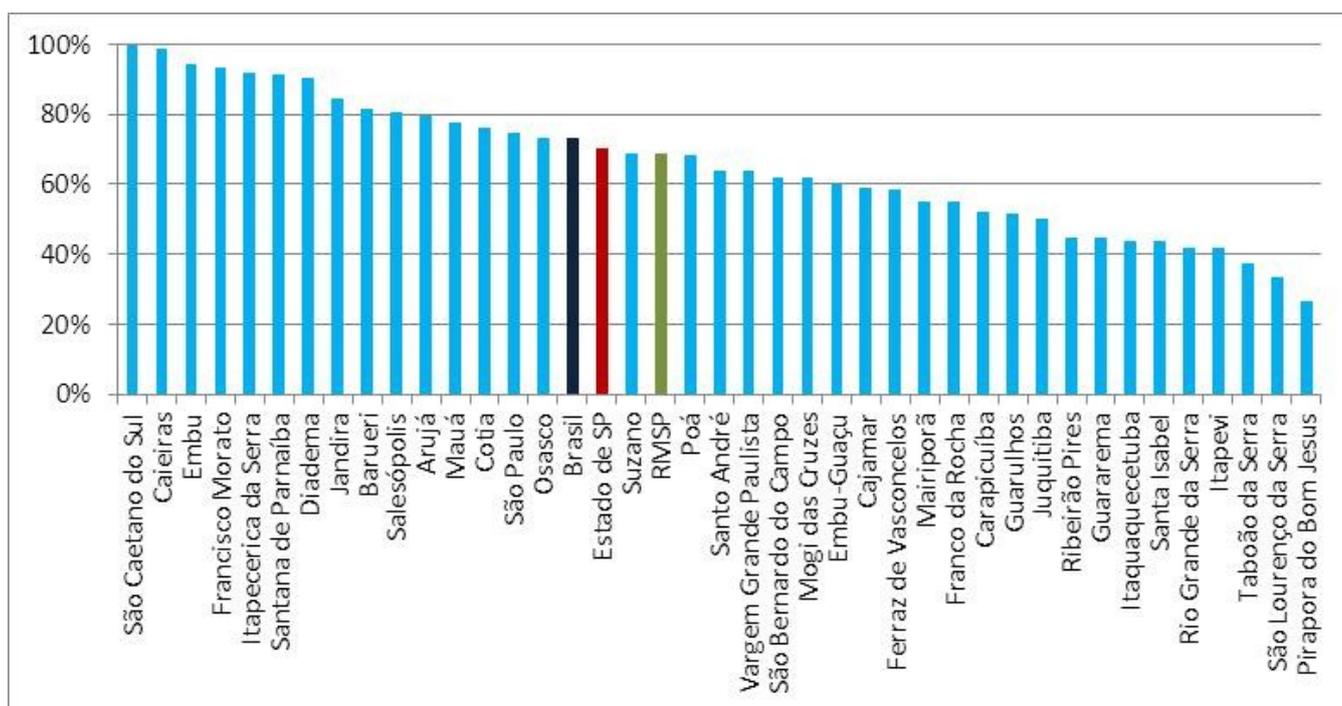
Fonte: Portaria GM/MDS nº 321, de 29 de Setembro de 2008

O descumprimento das condicionalidades sujeita as famílias beneficiárias do PBF à advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento do benefício.

O Gráfico 1.5 exibe o percentual das famílias totalmente acompanhadas nas condicionalidades de saúde no mês de dezembro de 2012. O município de São Caetano do Sul foi o único município da RMSP que

acompanhou 100% das famílias beneficiárias do PBF com perfil de saúde, seguido do município de Caieiras e de Embu, com acompanhamento de 99% e 94%, respectivamente. O município de Pirapora do Bom Jesus foi o que apresentou o menor percentual, 27%. O percentual médio de acompanhamento das condicionalidades de saúde da RMSP foi de 69%, abaixo da média do Estado de São Paulo (70%) e do Brasil (73%).

Gráfico 1.5 - Percentual de Famílias Totalmente Acompanhadas nas Condicionalidades de Saúde - RMSP



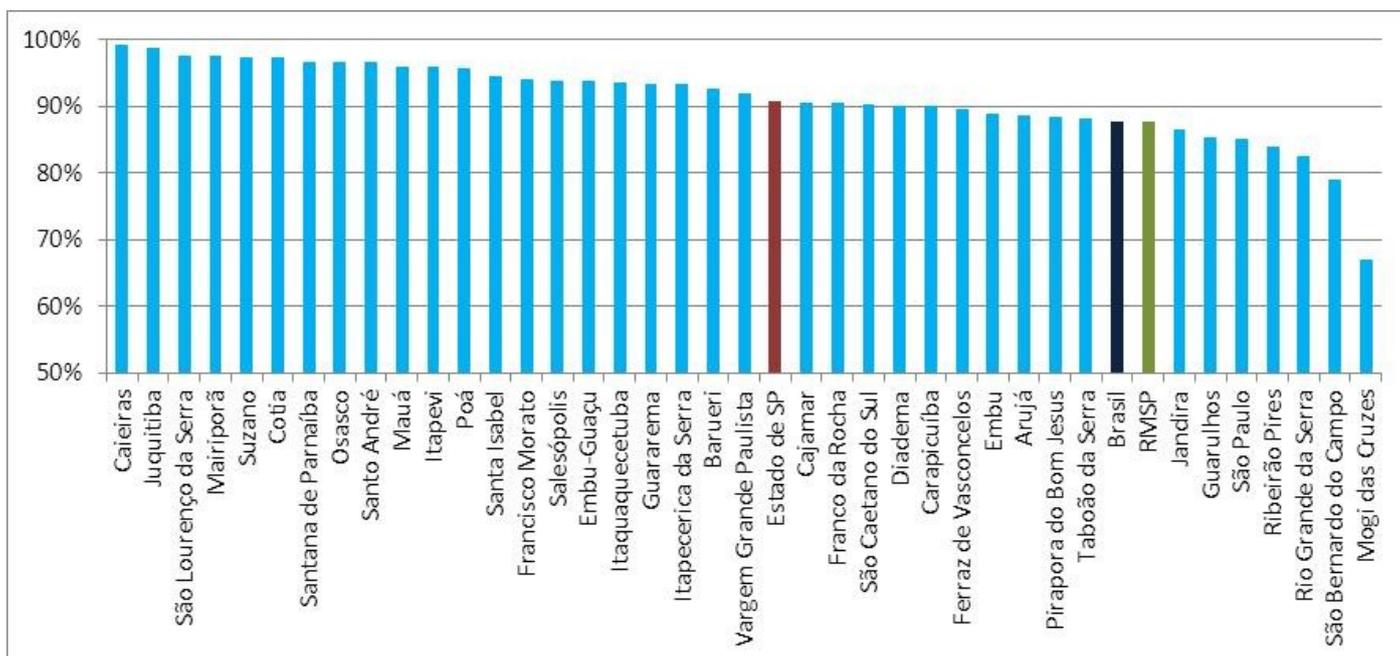
Fonte: DataSocial, MDS, dezembro/2012.

Em relação às condicionalidades de educação, 87,60% das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e 81,1% dos jovens de 16 e 17 anos beneficiários do PBF tiveram sua frequência escolar acompanhada na RMSP em março de 2013 (Gráficos 1.6 e 1.7).

Os municípios de Caieiras e Juquitiba acompanharam a frequência escolar de 99% das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. O pior acompanhamento da frequência escolar ocorreu no município de Mogi das Cruzes, 67% das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos tiveram sua frequência escolar acompanhada (Gráfico 1.6).

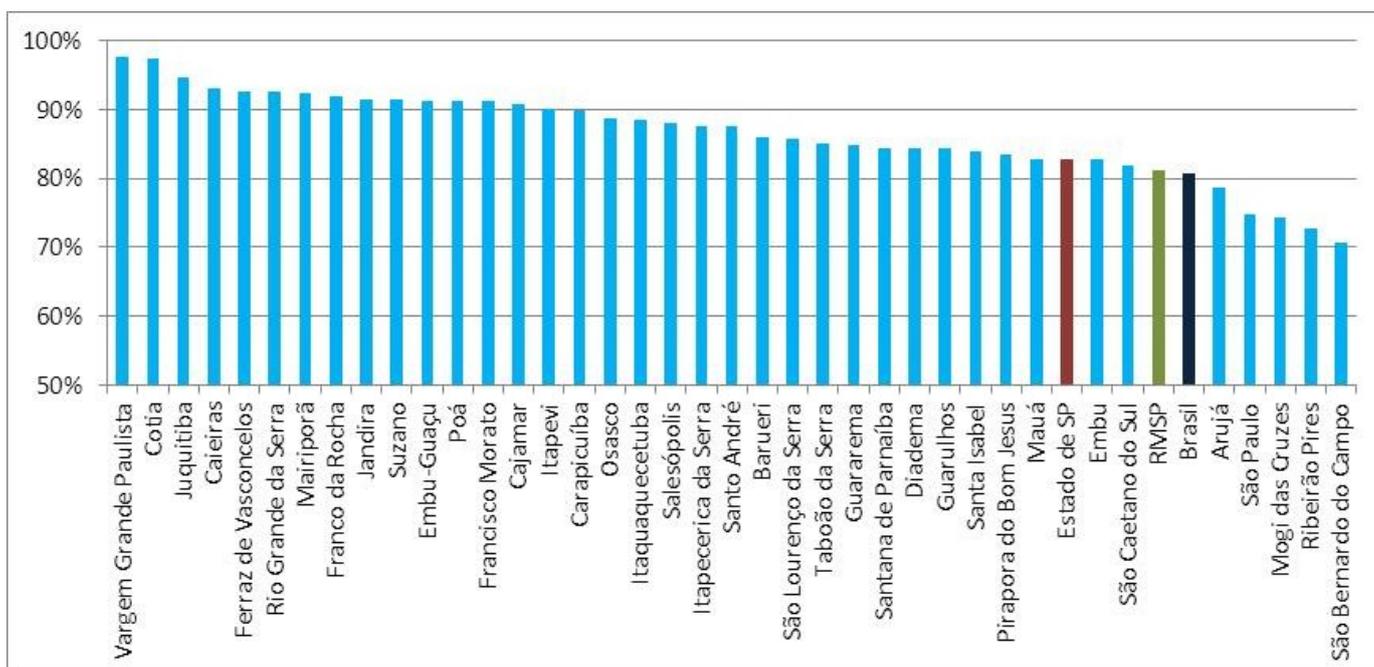
O maior percentual de acompanhamento da condicionalidade de educação dos jovens de 16 a 17 anos ocorreu nos municípios de Vargem Grande Paulista e Cotia, com 97%. O município de São Bernardo do Campo apresentou o menor percentual da RMSP, 71%.

Gráfico 1.6 - Percentual de acompanhamento das condicionalidades de educação de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos - RMSP



Fonte: DataSocial, MDS, março/2013.

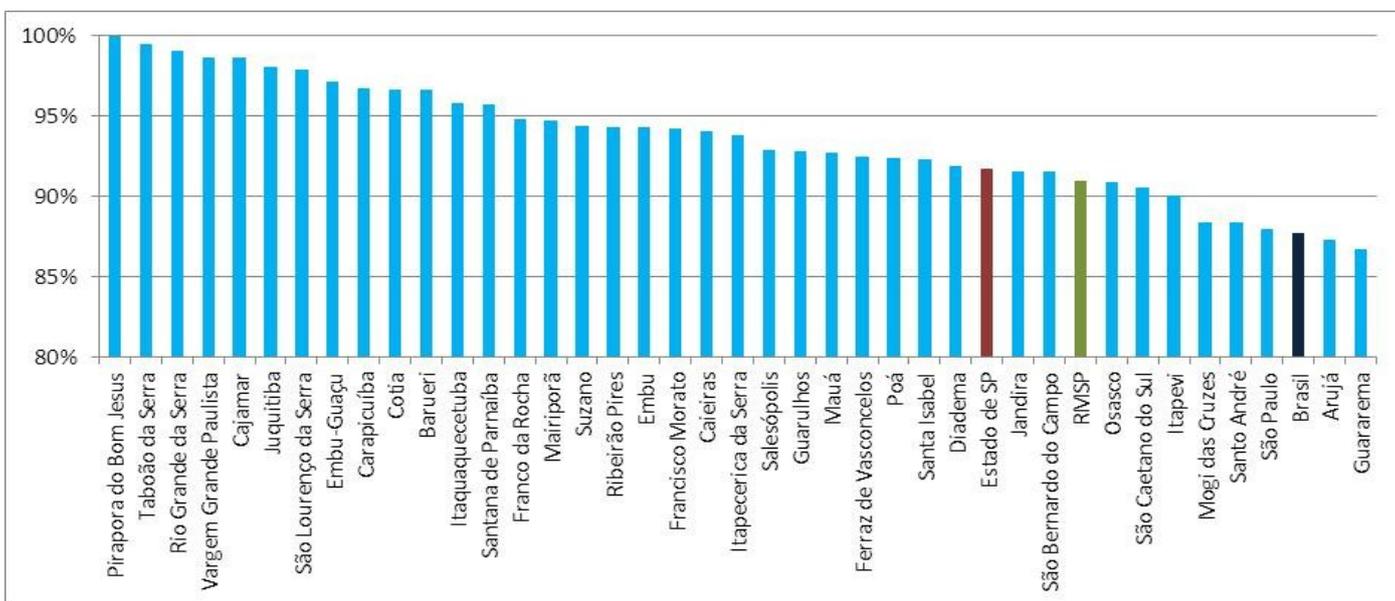
Gráfico 1.7 - Percentual de acompanhamento das condicionalidades de educação de jovens de 16 e 17 anos - RMSP



Fonte: DataSocial, MDS, março/2013.

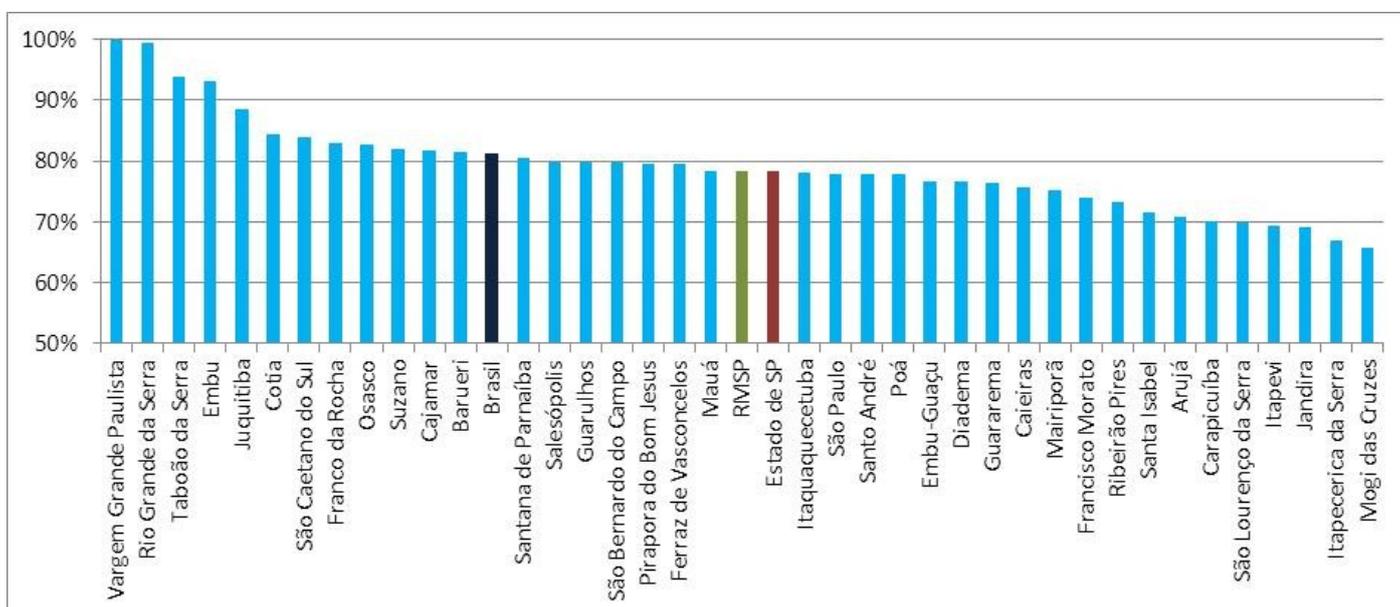
Do total de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos que foram acompanhados nas condicionalidades de educação na RMSP, 91% tiveram frequência escolar igual ou superior a 85%. Entre os adolescentes de 16 a 17 anos, o percentual de cumprimento da condicionalidade de frequência escolar de no mínimo 75% da carga horária foi de 78% (Gráficos 1.8 e 1.9).

Gráfico 1.8 - Percentual das crianças e adolescentes de 6 a 15 anos acompanhados nas condicionalidades de educação com frequência escolar superior a 85% da carga horária mensal - RMSP



Fonte: DataSocial, MDS, março/2013.

Gráfico 1.9 - Percentual de jovens de 16 e 17 anos acompanhados nas condicionalidades de educação com frequência escolar superior a 75% da carga horária mensal - RMSP



Fonte: DataSocial, MDS, março/2013.

21. IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Recentemente foi divulgado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013, uma plataforma desenvolvida pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é disponibilizar dados sobre o desenvolvimento humano dos municípios brasileiros com base em dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nesta edição do Indicador Metropolitano, apresentaremos dados sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) disponibilizado pelo Atlas, com destaque para a região metropolitana de São Paulo. Conforme já mencionado, os dados se referem aos anos de 1991, 2000 e 2010.

O que é o IDHM?

O IDHM é uma modificação do tradicional IDH da ONU, que busca aferir o grau de desenvolvimento humano com base em indicadores de longevidade, educação e renda. O IDH foi desenvolvido em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD como uma alternativa aos tradicionais indicadores de desenvolvimento de uma nação como o PIB (Produto Interno Bruto). O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo).

O IDHM, cujo objetivo é o mesmo do IDH, parte das mesmas premissas do índice da ONU (também variando entre 0 e 1), mas sofre algumas adaptações visando se adequar às especificidades brasileiras. Em relação ao componente “longevidade”, os dois índices são iguais, adotando como critério a esperança de vida ao nascer. No quesito educação ocorrem as maiores mudanças. No IDH tradicional, a variável utilizada para medir a educação da população adulta é a média dos anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais. Segundo os desenvolvedores do IDHM, como essa informação não pode ser obtida do Censo 2010, utilizou-se o percentual da população adulta de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental. Para mensurar a educação da população jovem, o IDH utiliza os anos esperados de estudos – uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência e que inclui o ensino superior. Para o IDHM foi desenvolvido um subíndice chamado de “fluxo escolar da população jovem”, que basicamente é a média aritmética do percentual de jovens nos respectivos ensinos adequados à sua idade (por exemplo, porcentagem de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, porcentagem de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo etc..). Por fim, no quesito “renda”, o IDH tradicional obtém seus números através da renda nacional

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 27 - agosto/2013.

bruta per capita em paridade do poder de compra. Já o IDHM utiliza a renda municipal per capita expressa em reais.

Segundo os desenvolvedores do IDHM, não é possível comparar diretamente este índice ao IDH tradicional, porque, embora sejam índices visando avaliar o desenvolvimento humano e usando as mesmas três dimensões (longevidade, educação e renda), os indicadores escolhidos para a composição dessas dimensões, bem como a fonte dos dados, são diferentes. De acordo com publicação do próprio PNUD sobre o IDHM: “(...) Os objetivos dos dois índices são diferentes: o IDH serve para medir o desenvolvimento humano de países em contexto global, ou seja, em relação a si mesmos, porém inseridos em uma dinâmica pontilhada por outros países. Já o IDHM serve para comparar municípios brasileiros entre si (...)”.²

Sobre a forma de cálculo do IDHM, cada dimensão produz um IDHM (um índice), assim temos o IDHM – longevidade, que é calculado a partir dos dados de expectativa de vida, o IDHM – educação, que é calculado através dos dados de escolaridade da população adulta e do fluxo escolar da população jovem, e o IDHM – renda, que tem como base os dados de renda per capita. E, finalmente, o IDHM é calculado obtendo-se a média geométrica desses três índices. É importante destacar que, devido a alterações metodológicas no IDHM 2010, os indicadores para os anos 2000 e 1991 foram recalculados e para os casos de municípios novos no Censo 2010, foram projetados retroativamente.

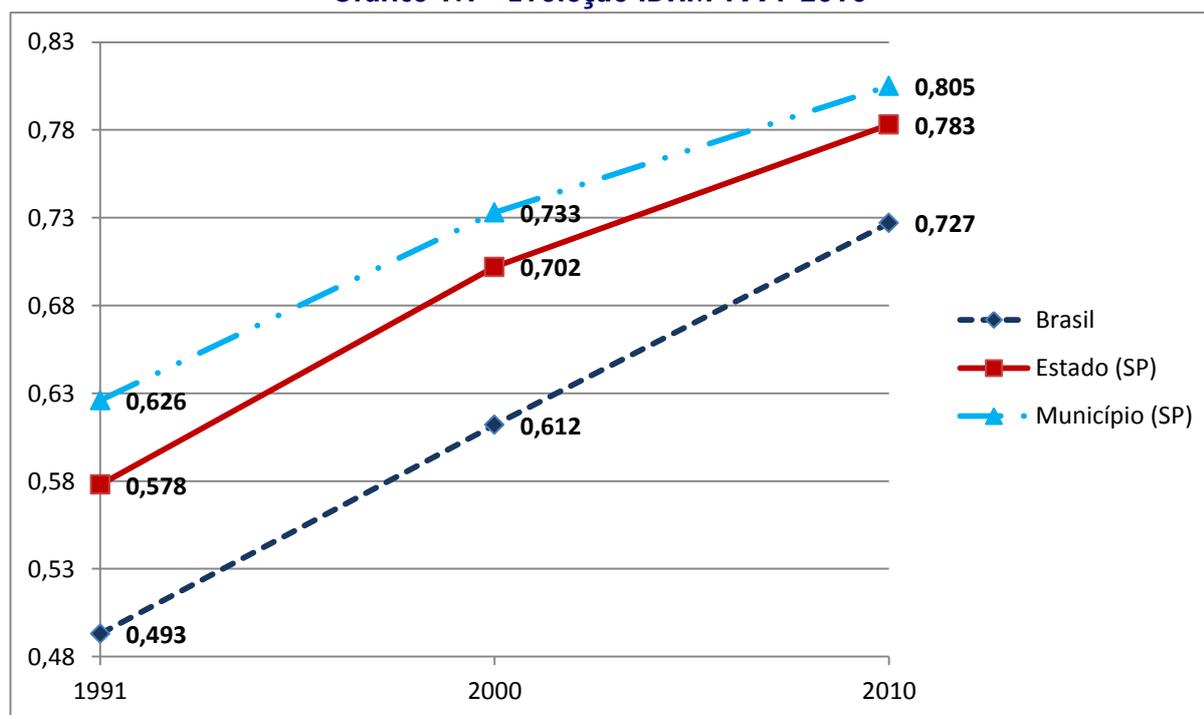
Os formuladores do IDHM consideram um índice entre 0 e 0,499 como refletindo uma situação de “muito baixo desenvolvimento humano”, entre 0,5 e 0,599 como sendo “baixo desenvolvimento humano”, entre 0,6 e 0,699 como “médio desenvolvimento humano”, entre 0,7 e 0,799 como “alto desenvolvimento humano” e entre 0,8 e 1 como indicativo de “muito alto desenvolvimento humano”.

Dados

Os dados apresentados nesta seção foram disponibilizados pelo PNUD no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013 e se referem aos anos de 1991, 2000 e 2010. Infelizmente, não há dados por região metropolitana, apenas por município, estado e Brasil, o que não permite a verificação de um “índice geral” para a região metropolitana como um todo. O Gráfico 1.1 traz a trajetória do IDHM para o período 1991-2010 para Brasil, estado de São Paulo e município de São Paulo.

² Material de Apoio – FAQ – Perguntas Frequentes – PNUD – Pag. 3

Gráfico 1.1 - Evolução IDHM 1991-2010



Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Entre 1991 e 2010, o IDHM brasileiro cresceu 47,46%, saindo de 0,493 (considerado “muito baixo”) em 1991 para 0,727 (alto) em 2010. O mesmo comportamento foi observado no estado de São Paulo, que cresceu 35,47% no mesmo período (de 0,578 em 1991 para 0,783 em 2010) e no município, que de um IDHM de 0,626 em 1991 foi para 0,805 em 2010 (crescimento de 28,59%).

A Tabela 1.1 traz os IDHMs educação, longevidade e renda para Brasil, estado e município de São Paulo para o período 1991 – 2010.

Tabela 1.1 - IDHM Educação, Longevidade e Renda (1991-2010)

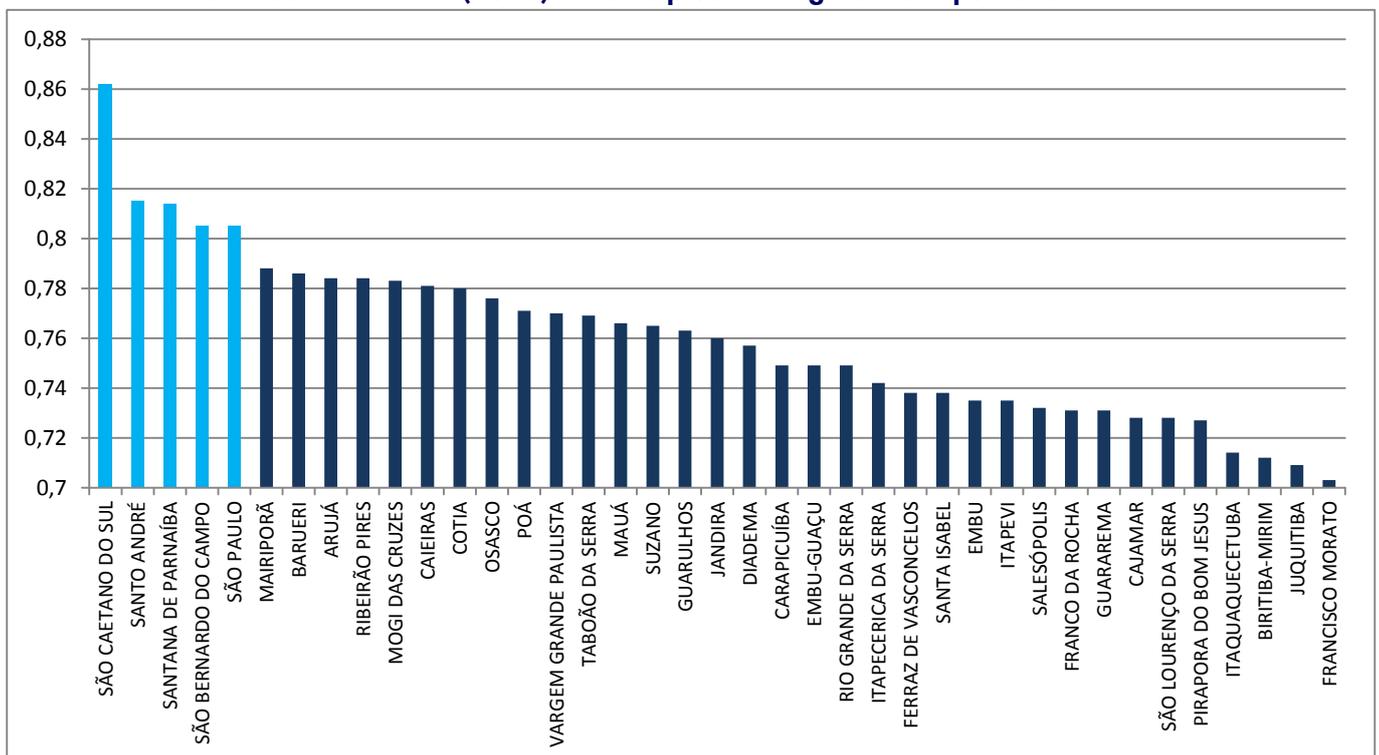
IDHM - Educação				
Local	1991	2000	2010	Var (%)
Brasil	0,279	0,456	0,637	128,32%
Estado (SP)	0,363	0,581	0,719	98,07%
Município (SP)	0,421	0,614	0,725	72,21%
IDHM - Longevidade				
Local	1991	2000	2010	Var (%)
Brasil	0,662	0,727	0,816	23,26%
Estado (SP)	0,73	0,786	0,845	15,75%
Município (SP)	0,742	0,796	0,855	15,23%
IDHM - Renda				
Local	1991	2000	2010	Var (%)
Brasil	0,647	0,692	0,739	14,22%
Estado (SP)	0,729	0,756	0,789	8,23%
Município (SP)	0,784	0,807	0,843	7,53%

Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Como pode ser observado, embora as três dimensões tenham apresentado crescimento para o período em todas as localidades destacadas na tabela, o item “educação” obteve um crescimento sensivelmente maior que as demais, chegando a mais de 100% no caso brasileiro e atingindo mais de 70% para o município de São Paulo. Mesmo com esse crescimento expressivo, em nenhum caso o IDHM – educação foi superior a 0,8, o que ocorreu na dimensão “longevidade” tanto para Brasil, estado e município de São Paulo e na dimensão “renda” para o município de São Paulo. Esta dimensão (renda) foi a que apresentou o menor crescimento para o período, atingindo um máximo de 14,22% para o Brasil e ficando abaixo dos 10% tanto para o estado, quanto para o município de São Paulo. No quesito longevidade, assim como nos demais, o maior crescimento ocorreu em âmbito nacional (23,26%), enquanto município e estado de São Paulo ficaram na casa dos 15%. Cabe salientar que embora São Paulo (estado e município) apresente um menor crescimento em todos os índices, em termos absolutos, seus números apontam uma situação de maior desenvolvimento humano do que a média nacional, embora, dado o crescimento maior dos índices nacionais, essa diferença tenha caído durante o período de disponibilidade dos dados.

Destacando os municípios da região metropolitana, o Gráfico 1.2 traz o IDHM de 2010 para todos os municípios da região, ordenados do maior IDHM (São Caetano do Sul com 0,862) para o menor (Francisco Morato com 0,703). Pela classificação dos desenvolvedores do IDHM, todos os municípios apresentam “alto desenvolvimento humano”, já que seus índices são superiores a 0,7, sendo que São Caetano do Sul (0,862), Santo André (0,815), Santana do Parnaíba (0,814), São Bernardo do Campo (0,805) e São Paulo (0,805), e apresentam índices “muito alto de desenvolvimento humano”. Esses cinco municípios estão destacados no gráfico pela cor mais clara das suas barras.

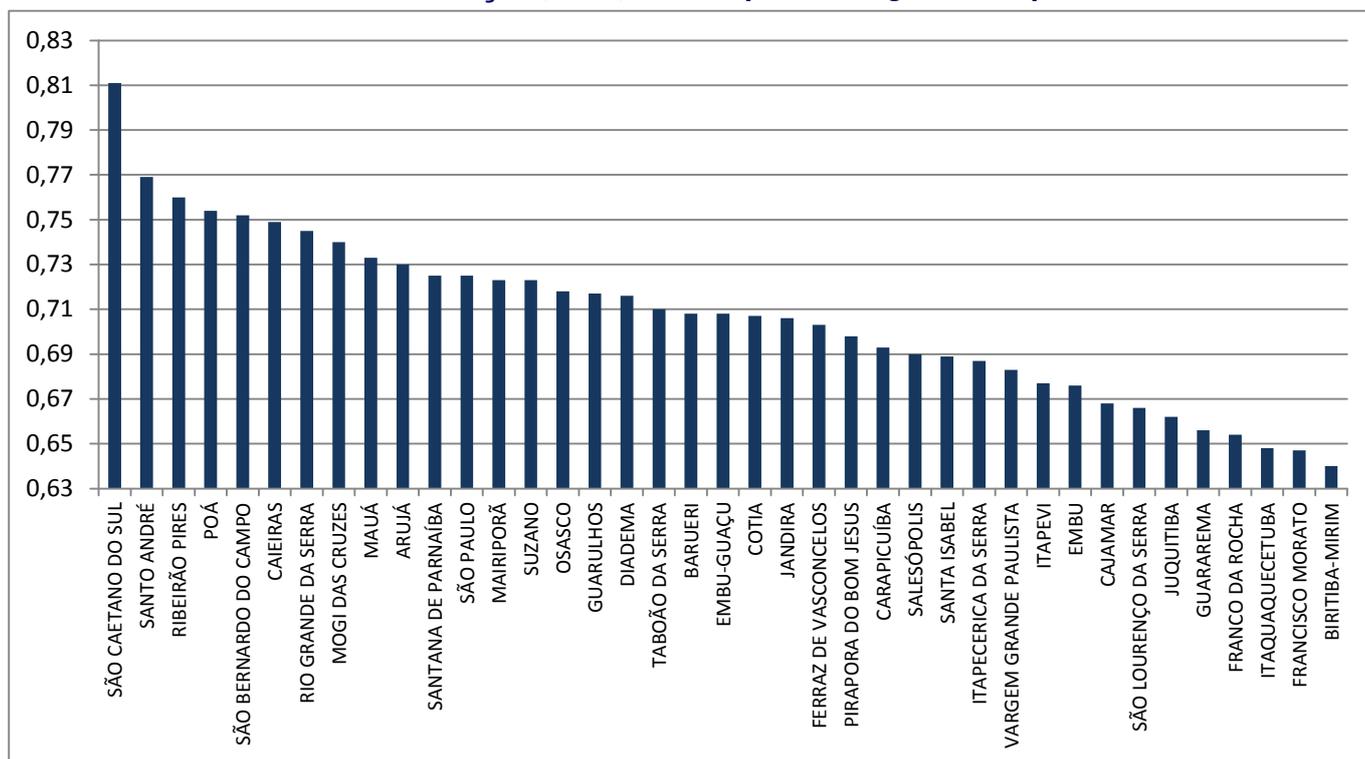
Gráfico 1.2 - IDHM (2010) - Municípios da Região Metropolitana de SP



Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

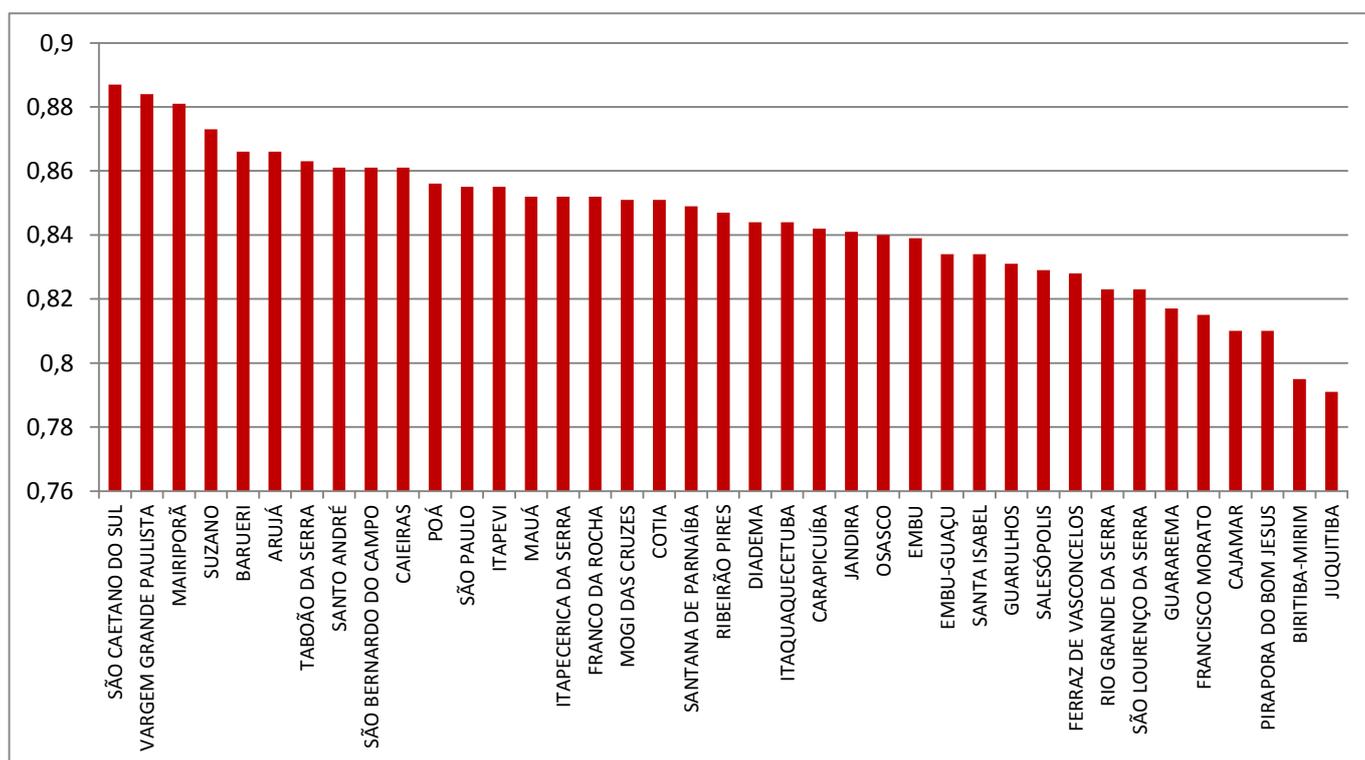
Os Gráficos 1.3, 1.4 e 1.5 trazem os IDHMs de 2010 separados por dimensão (educação, longevidade e renda) e ordenados do maior índice para o menor.

Gráfico 1.3 - IDHM Educação (2010) - Municípios da Região Metropolitana de SP



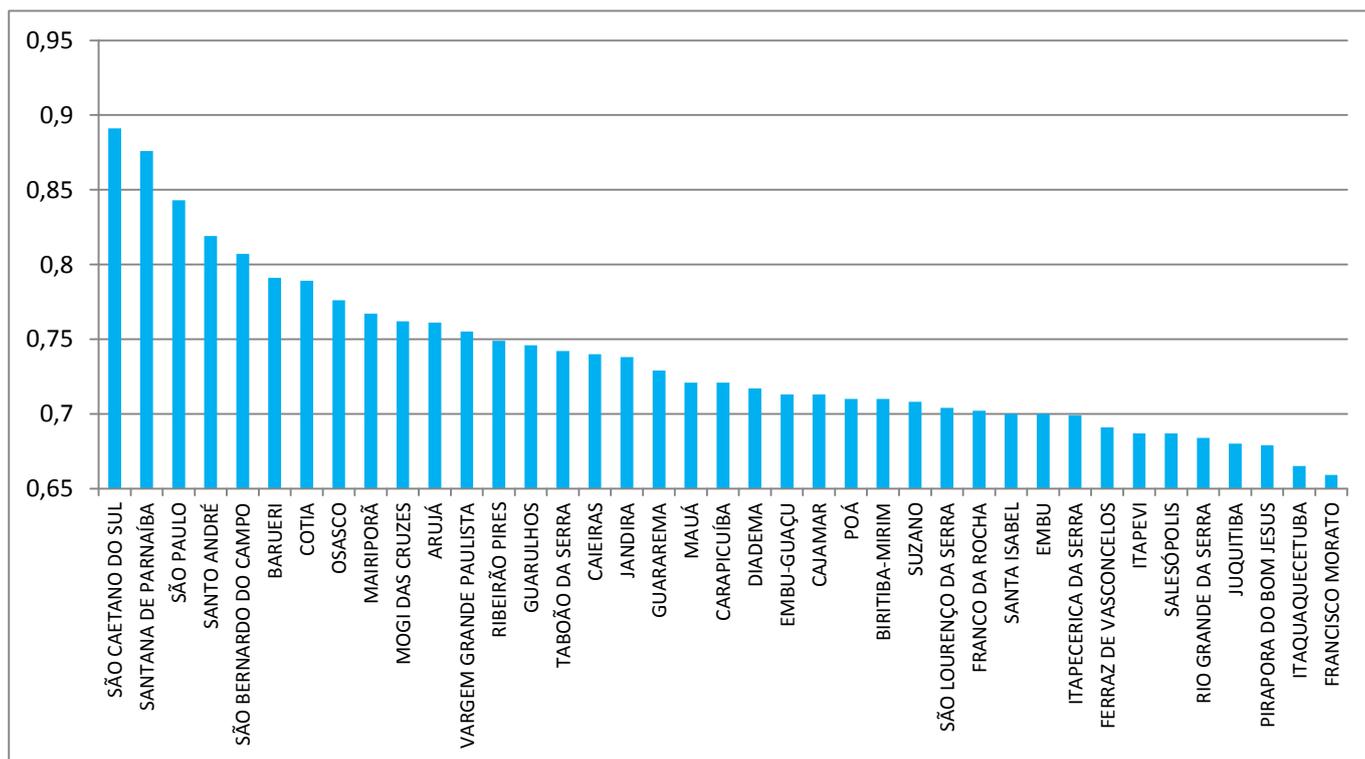
Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Gráfico 1.4 - IDHM Longevidade (2010) - Municípios da Região Metropolitana de SP



Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Gráfico 1.5 - IDHM Renda (2010) - Municípios da Região Metropolitana de SP

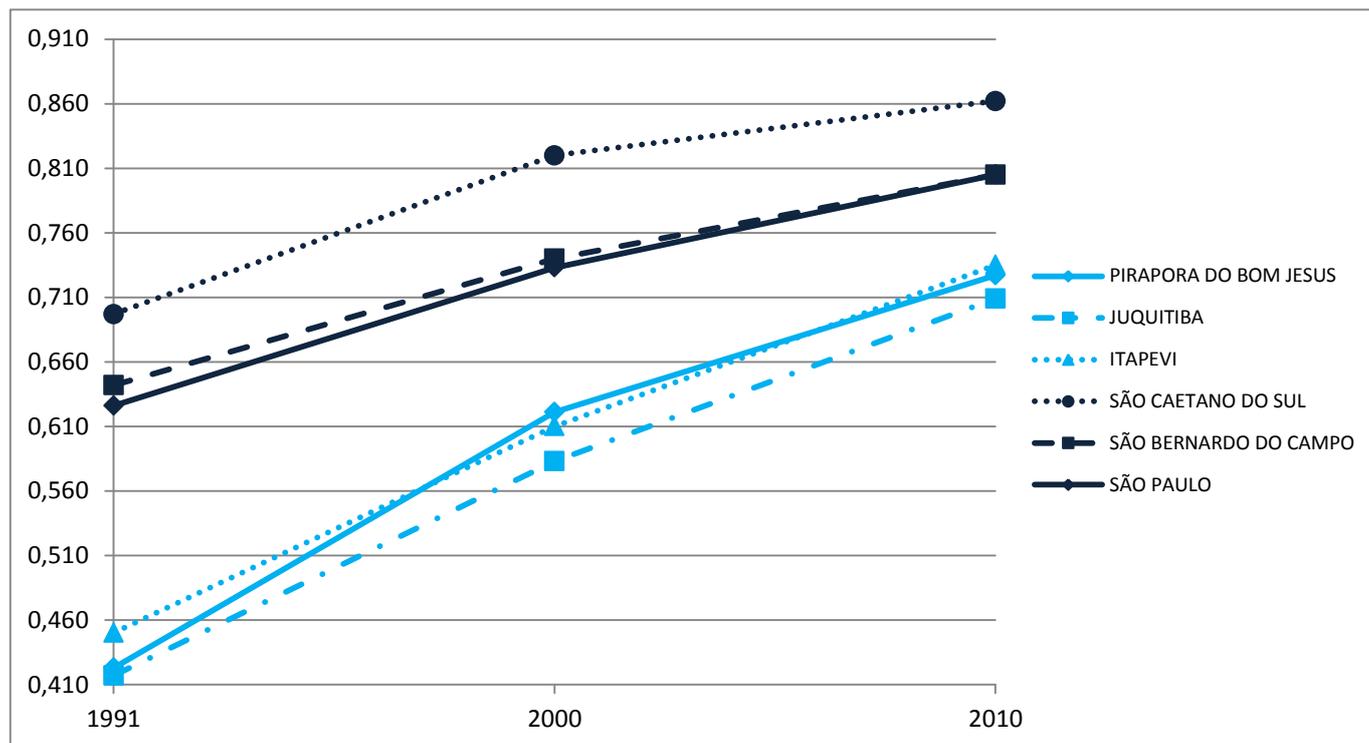


Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Em todos os quesitos, São Caetano do Sul apresenta os melhores índices. Biritiba-Mirim com 0,64 apresentou o pior IDHM-Educação da região metropolitana em 2010. Na dimensão longevidade, Juquitiba com 0,791 é o menor índice, enquanto no quesito renda, Francisco Morato, com 0,659 é o município pior colocado. O índice de São Caetano do Sul, na dimensão riqueza, é aproximadamente 35% superior ao de Francisco Morato (pior colocada), enquanto na dimensão educação essa diferença (do melhor para o pior índice) cai para cerca de 27%, sendo menor ainda no quesito longevidade – diferença de 12,1%. O município de São Paulo, nos quesitos educação e longevidade, aparece em 12º lugar com índices de 0,725 e 0,855 respectivamente. Já em termos de renda, o município obteve o 3º maior IDHM (0,843), atrás apenas de São Caetano do Sul e Santana de Parnaíba.

O Gráfico 1.6 traz a evolução do IDHM entre 1991 e 2010 para os municípios com as três melhores e três piores variações dos seus respectivos índices nesse período (as linhas em azul claro são as melhores e as em azul escuro são as piores variações).

Gráfico 1.6 - Evolução IDHM (1991-2010) - Municípios Região Metropolitana de SP

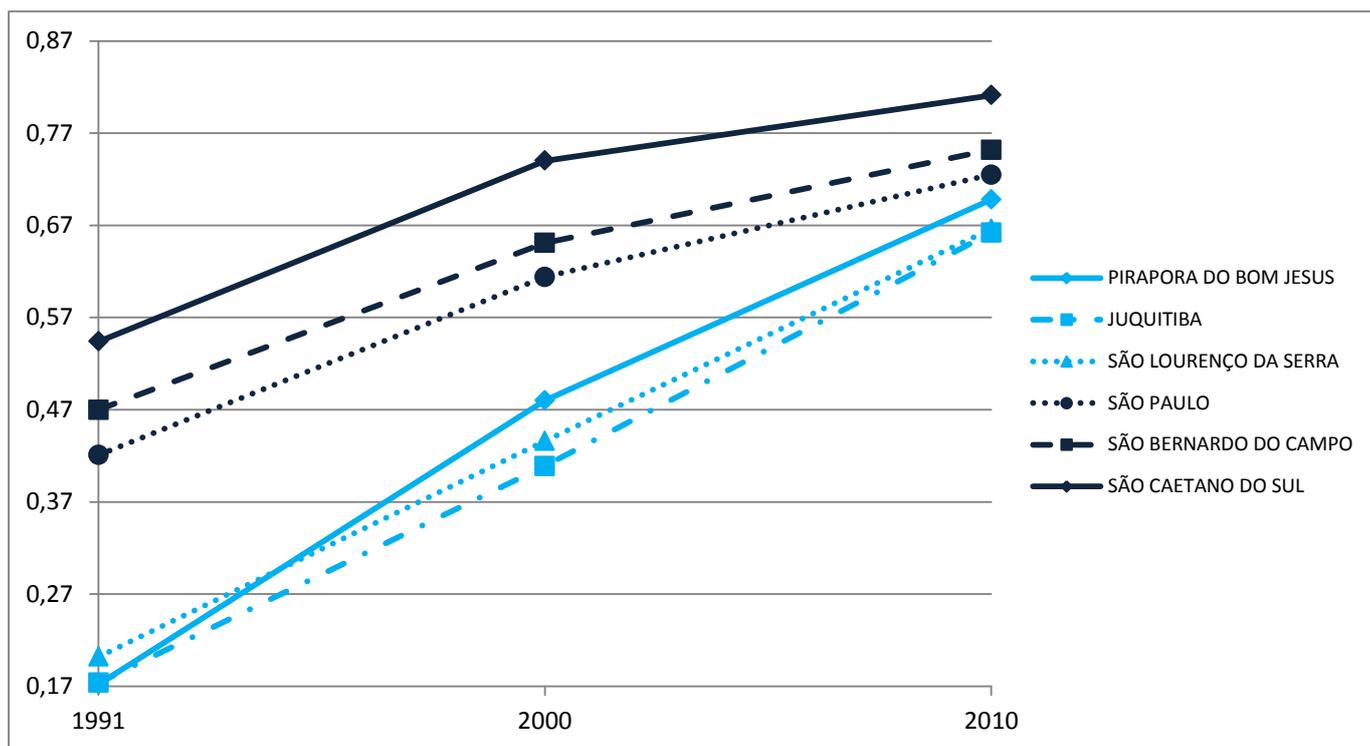


Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Pirapora do Bom Jesus, com uma variação de 71,9%, foi o município que obteve a maior taxa de crescimento do seu IDHM – saiu de 0,423 (muito baixo desenvolvimento humano) em 1991 para 0,727 (alto desenvolvimento humano) em 2010. Logo em seguida vem Juquitiba com 70% de variação no período (saiu de um IDHM de 0,417 – muito baixo – para 0,709 – alto desenvolvimento humano). Por fim, Itapevi apresentou a terceira melhor variação; 63,3% saindo de 0,45 em 1991 para 0,735 em 2010. Entre as três menores variações estão São Paulo, que obteve um resultado de 28,6% (saindo de 0,626 – médio desenvolvimento humano – em 1991 para 0,805 – muito alto desenvolvimento humano – em 2010), São Bernardo do Campo, que obteve 25,4% de variação entre 1991-2010 (saindo de 0,642 para 0,805) e São Caetano do Sul que variou 23,7% - 0,697 em 1991 para 0,862 em 2010.

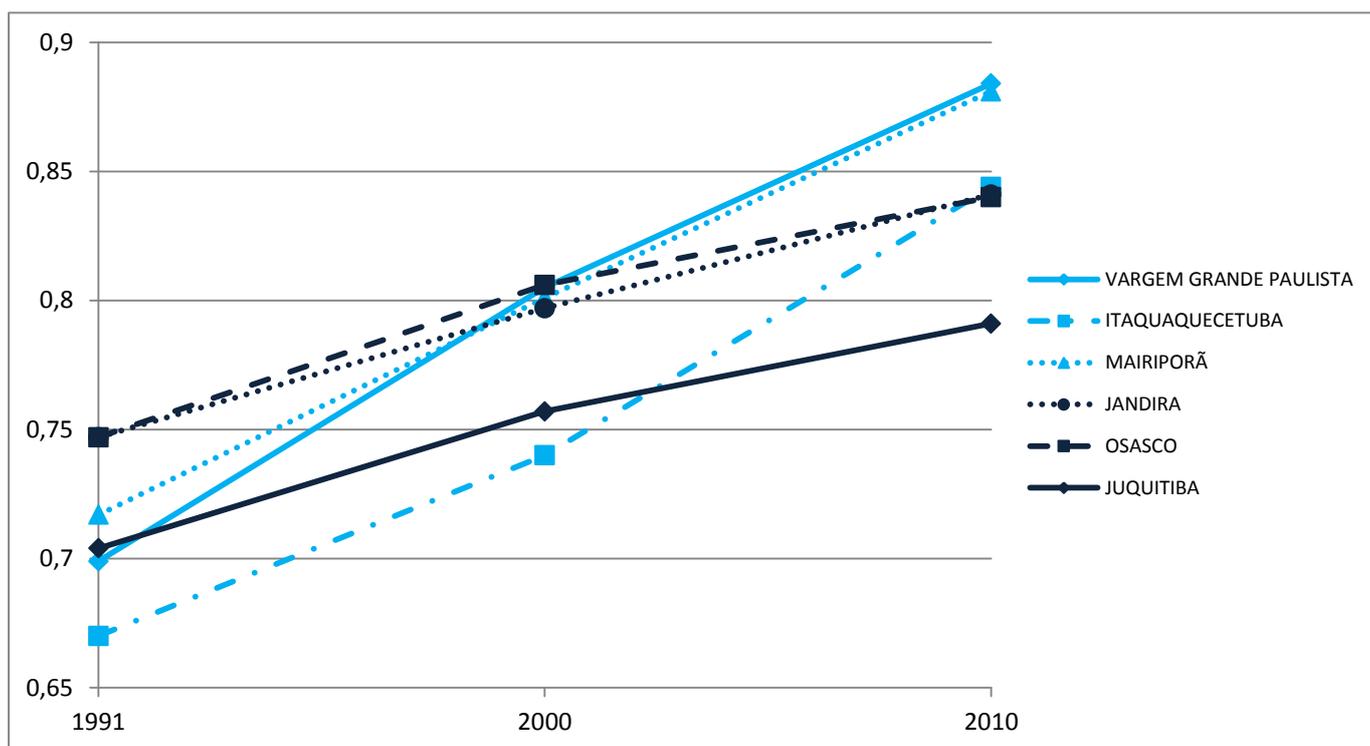
Abrindo o IDHM nas suas três dimensões, temos os Gráficos 1.7, 1.8 e 1.9 que trazem as três melhores e três piores variações para cada um dos índices (IDHM – Educação, IDHM – Longevidade e IDHM – Renda).

Gráfico 1.7 - Evolução IDHM Educação (1991-2010) - Municípios Região Metropolitana de SP



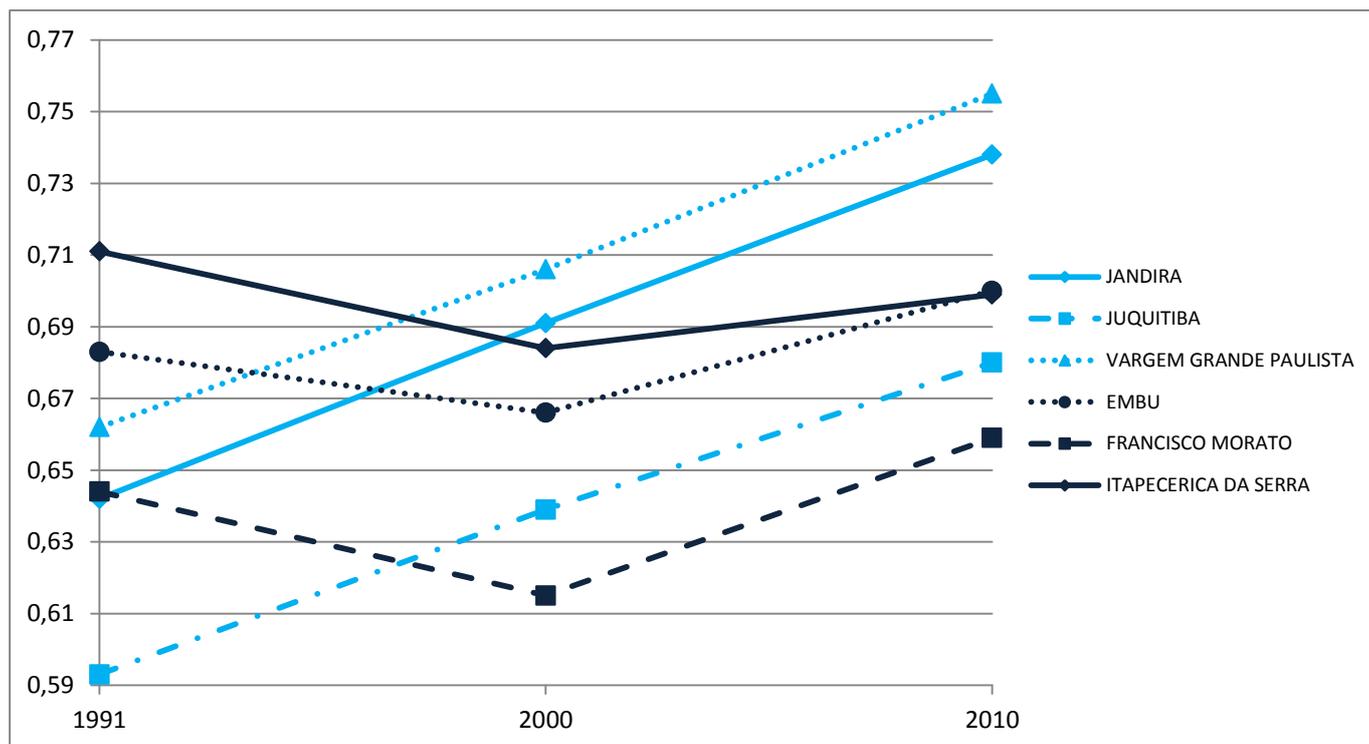
Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Gráfico 1.8 - Evolução IDHM Longevidade (1991-2010) - Municípios Região Metropolitana de SP



Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Gráfico 1.9 - Evolução IDHM Renda (1991-2010) - Municípios Região Metropolitana de SP



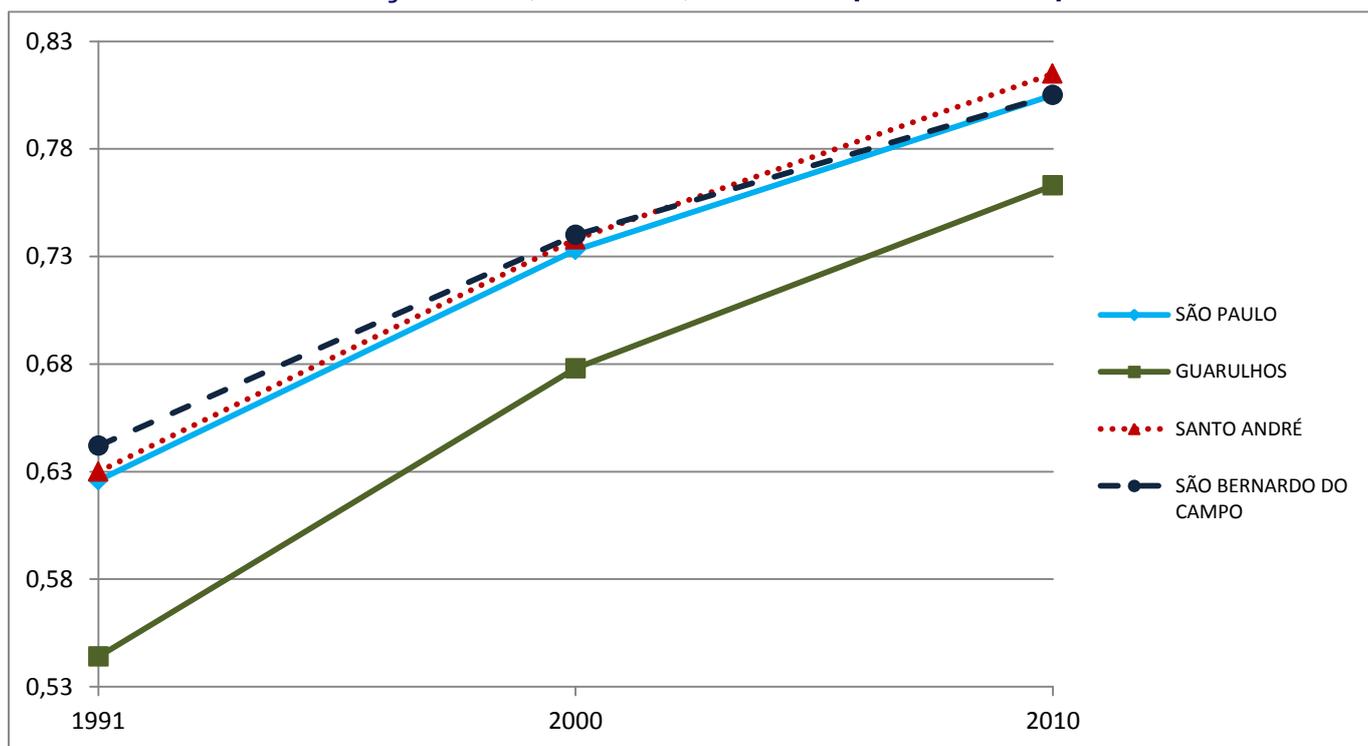
Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Como já mencionado, quando tratamos dos índices para o Brasil e estado de São Paulo, as variações observadas no quesito educação foram bem maiores do que o verificado nas outras duas dimensões (longevidade e renda). Pirapora do Bom Jesus, por exemplo, teve um crescimento de 305,81% no seu IDHM – Educação no período 1991-2010, saltando de 0,172 para 0,698. Juquitiba e São Lourenço, registraram crescimento de 280,46% e 229,70% em seus índices. A cidade com a menor variação no quesito educação, São Caetano do Sul, registrou crescimento de 49,08% (saiu de 0,544 em 1991 para 0,811 em 2010), variação essa que é muito superior a maior variação encontrada na dimensão “longevidade” (onde Vargem Grande Paulista, com 26,47% foi o município com a maior taxa).

Na dimensão renda houve o menor avanço na região metropolitana. Jandira, cujo índice era 0,642 em 1991 e foi para 0,738 em 2010, obteve o maior crescimento para o período (14,95%), seguida de Juquitiba com 14,67% (IDHM – Renda de 0,593 em 1991 subiu para 0,68 em 2010) e Vargem Grande Paulista com 14,05% (saiu de 0,662 em 1991 para 0,755 em 2010). Itapecerica da Serra apresentou variação negativa nesse quesito. Seu IDHM – Renda que era de 0,711 em 1991, caiu para 0,699 em 2010 (decréscimo de 1,69%).

O Gráfico 1.10 traz a evolução do IDHM para os quatro maiores municípios da região metropolitana em termos de população, segundo o censo 2010.

Gráfico 1.10 - Evolução IDHM (1991-2010) - 4 Mais Populosos Municípios da RMSP



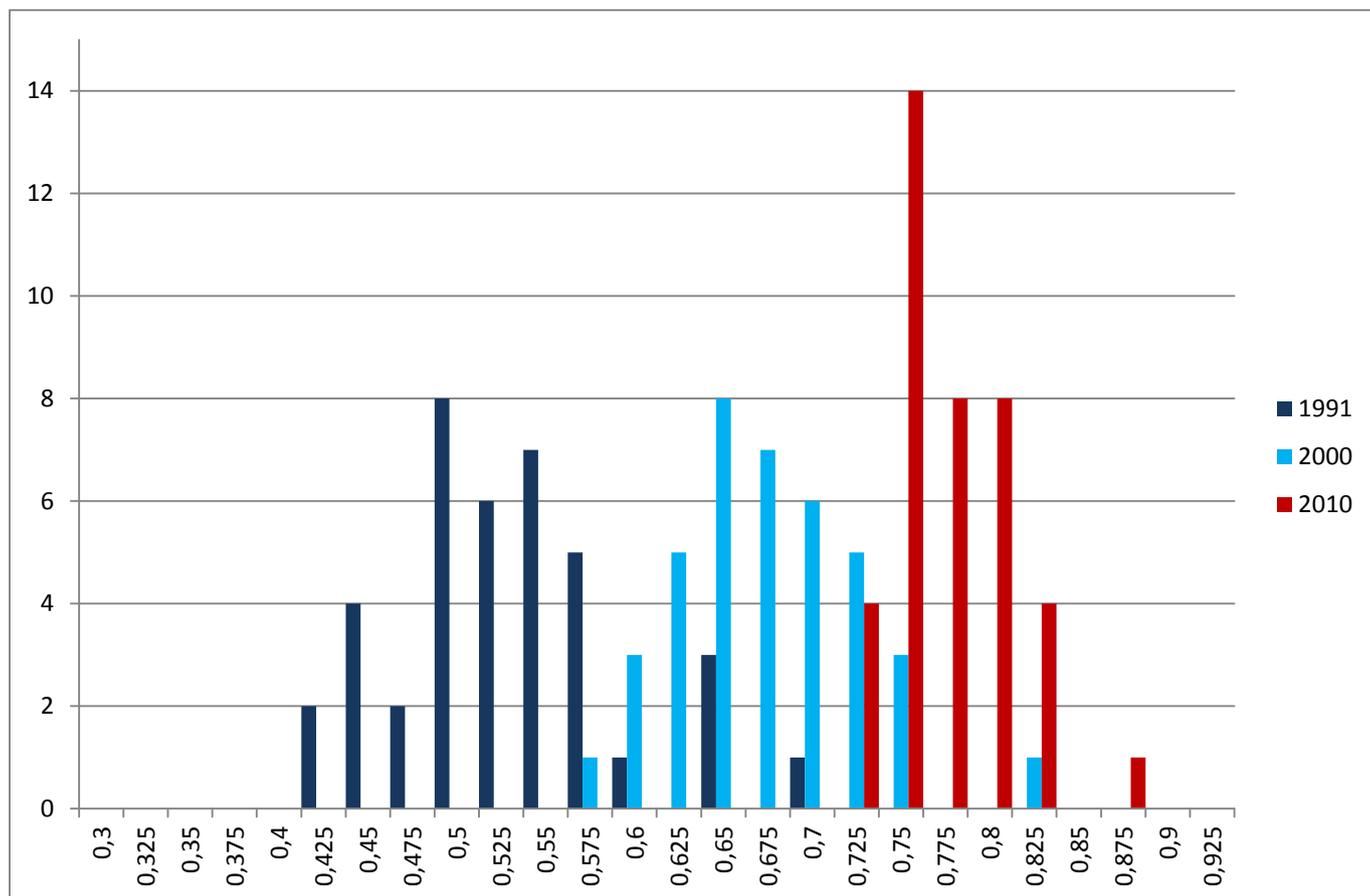
Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Os quatro mais populosos municípios da região, em 1991 (São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo) apresentavam IDHMs na faixa dos 0,6 a 0,699, o que, segundo os desenvolvedores do índice, os caracterizaria como municípios de “médio desenvolvimento humano”. Apenas Guarulhos, com um IDHM de 0,544 (abaixo de 0,6) estava na situação de “baixo desenvolvimento humano”. Já em 2010, todos estão dentro da classificação de, pelo menos, “alto desenvolvimento humano”. São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo, com índices superiores a 0,8 são classificados como municípios de “muito alto desenvolvimento humano”. Guarulhos, com um IDHM de 0,763 em 2010 foi, entre os 4 grandes municípios, o que obteve o maior crescimento do seu índice (40,26%). Os outros três obtiveram crescimento entre 25% e 29,5%.

Um dado interessante é a distribuição dos IDHMs ao longo do tempo. O Gráfico 1.11 traz um histograma utilizando os intervalos de IDHMs (começando de 0,3 e acrescentando 0,25 até 0,95) e o número de municípios da região metropolitana dentro de cada intervalo.

Como pode ser observado no referido Gráfico (1.11), o histograma vai “caminhando para a direita” conforme avançamos nos anos. Isso reflete a melhora dos índices dos municípios da região (a cada ano mais municípios estão em intervalos mais altos de IDHM). Outra característica passível de ser notada é a dispersão dos histogramas. Embora em 1991 e 2000 seja um pouco mais difícil notar qual deles “se espalha” mais pelo eixo horizontal do gráfico, claramente o histograma de 2010 é mais “concentrado”, o que pode indicar uma diminuição das desigualdades em termos de desenvolvimento humano na região.

Gráfico 1.11 - Distribuição dos Municípios por intervalo de IDHM - 1991, 2000 e 2010
n° de municípios (eixo vertical) x IDHM (eixo horizontal)



Fonte: PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2013

Se olharmos estritamente para os maiores e menores IDHMs ao longo do tempo, em 1991 a diferença entre o pior e o melhor IDHM era de 67,15% (Juquitiba apresentou o menor índice – 0,417 e São Caetano do Sul o maior – 0,697). Em 2000 essa diferença (do maior para o menor) caiu para 43,61% (São Caetano do Sul, o maior com 0,82 e Francisco Morato, o menor com 0,571). No ano de 2011, novamente houve uma redução neste número, que caiu para 22,62% (São Caetano do Sul, o maior índice, obteve 0,862 e Francisco Morato, o menor, obteve 0,703).

Uma medida bastante usada para dispersão de um conjunto de dados é o desvio padrão. No caso do universo dos 39 municípios da região metropolitana, o desvio padrão também vem caindo ao longo do tempo. De 1991 para 2000 a queda foi em torno de 17,4% (em 1991 o desvio padrão calculado foi de aproximadamente 0,06, enquanto em 2000 o valor obtido foi de cerca de 0,05). Em 2010, refletindo a observação de um histograma mais “concentrado” para este ano (Gráfico 1.11), o desvio padrão encontrado foi de 0,03, uma queda de aproximadamente 33% em relação a 2000 e de 44% para o período 1991-2010.

Conclusão

Este artigo trouxe alguns dados sobre o IDHM, índice desenvolvido pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, destacando a região metropolitana de São Paulo. Como pode ser observado, houve uma melhora em termos de desenvolvimento humano em toda região. Em 1991 eram 16 municípios classificados como sendo de “muito baixo desenvolvimento humano”, 19 municípios como tendo “baixo desenvolvimento humano” e apenas 4 apresentando “médio desenvolvimento humano”. A região não possuía nenhum município com classificação de alto ou muito alto desenvolvimento humano. Em 2010, o menor IDHM foi de 0,703, maior que o maior índice de 1991 (0,697). A região passou ter todos os municípios classificados como, pelo menos, tendo “alto desenvolvimento humano” (34 com “alto desenvolvimento” e 5 com “muito alto desenvolvimento humano”).

Separando os IDHM em suas 3 dimensões (educação, longevidade e renda), observou-se uma melhoria substancial nos índices relacionados à educação – uma variação média no período de aproximadamente 155%. No quesito longevidade e renda, também houve melhoras, porém mais modestas (para o índice de longevidade a variação média no período foi de 17,62%, enquanto na dimensão renda o mesmo número foi de cerca de 8,2%). Adicionalmente, os dados também parecem indicar uma diminuição das desigualdades entre os municípios da região em termos de desenvolvimento humano. A diferença entre o pior e o melhor índice caiu ao longo do tempo, bem como o desvio padrão dos índices dos 39 municípios da região.

22. Pesquisa Mensal de Serviços - PMS¹

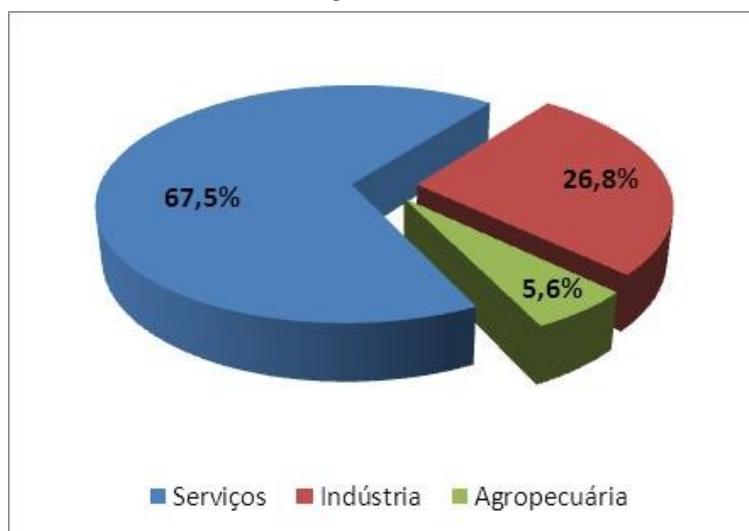
Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de 21 de agosto de 2013, passou a divulgar a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), que tem por objetivo produzir indicadores que permitam o acompanhamento da evolução conjuntural do setor de serviços.

Atualmente, esse setor possui participação de 67,5% do valor adicionado bruto² (Gráfico 1.1) e 62,1% dos postos de trabalho. Apesar de sua relevância, até então, não havia informações de curto prazo disponíveis no país. A PMS procura suprir essa lacuna, produzindo indicadores a partir dos dados sobre a receita bruta de serviços de cerca de 9.300 empresas, selecionadas com base na Pesquisa Anual de Serviços - PAS 2008, abrangendo 36,5% do valor adicionado bruto (mais do que a participação da indústria e da agropecuária) e 34,6% dos postos de trabalho.

O âmbito da PMS são as empresas de serviços que possuem 20 ou mais pessoas ocupadas, cuja receita provenha, predominantemente, da atividade de prestação de serviços, e que estão sediadas no território nacional. Para os estados da região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins), são incluídas apenas as empresas que estão sediadas nos municípios das capitais, exceto o Pará, onde são consideradas também aquelas que estão nos municípios da região metropolitana de Belém.

Gráfico 1.1 - Participação no valor adicionado bruto.



Fonte: IBGE - Contas Nacionais 2009

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 28 - setembro/2013.

As atividades abrangidas pela pesquisa são as que constituem o segmento empresarial não financeiro, excluindo-se os setores da saúde, educação, administração pública e aluguel imputado (valor que os proprietários teriam direito de receber se alugassem os imóveis onde moram).

A pesquisa foi iniciada em 2011, ano-base de referência para o cálculo dos indicadores. A divulgação inclui dados sobre a série histórica iniciada em janeiro de 2012, apresentando quatro tipos de índices: Índice de Base Fixa, que compara a receita bruta de serviços do mês com a média mensal do ano de 2011; Índice Mês/Igual Mês do Ano Anterior, que compara a receita bruta de serviços do mês com igual mês do ano anterior; Índice Acumulado no Ano, que compara a receita bruta de serviços acumulada de janeiro até o mês com igual período do ano anterior; e Índice Acumulado de 12 meses, que compara a receita bruta de serviços acumulada dos últimos 12 meses com igual período imediatamente anterior. Como o levantamento é recente, ainda não há dados com ajuste sazonal (mês contra mês imediatamente anterior), uma vez que é necessária a existência de uma série histórica de aproximadamente quatro anos.

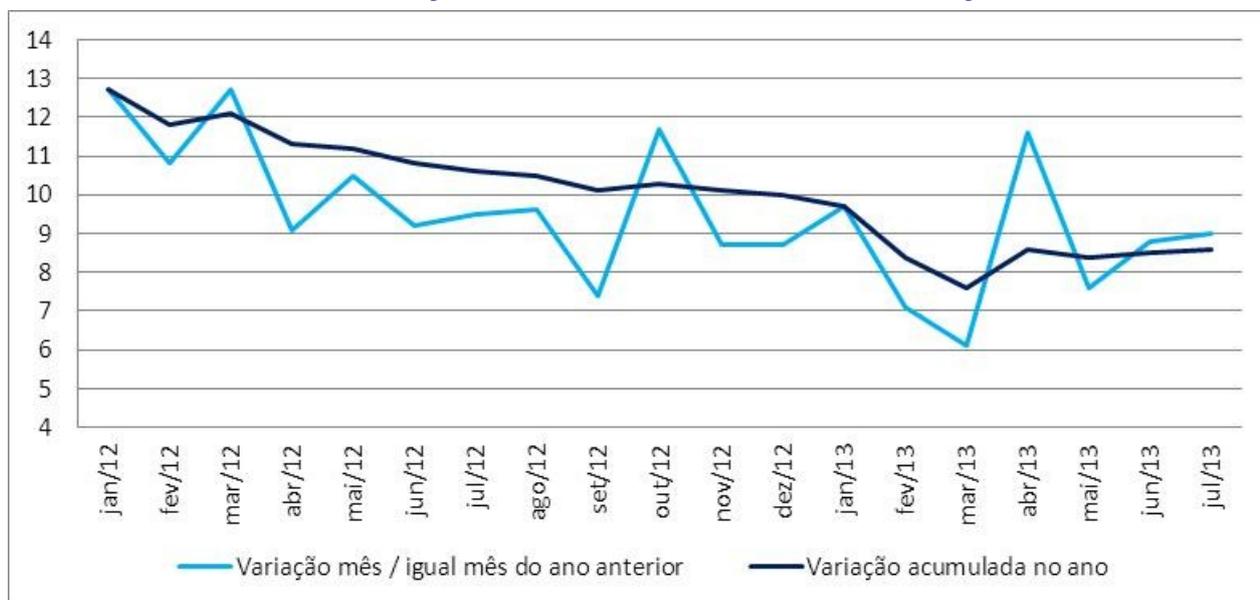
Os indicadores gerais são divulgados para o Brasil e para as 27 Unidades da Federação. Os indicadores por atividade são divulgados com maior detalhamento (cinco grupos, desagregados em dez atividades) para o Brasil e um menor nível de desagregação (apenas os cinco grupos) para 12 estados selecionados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal.

¹ O valor adicionado bruto se obtém descontando-se do valor bruto da produção o valor dos insumos utilizados no processo produtivo. É calculado a preços básicos, exclui imposto e custo de transporte faturado separadamente e inclui subsídio sobre o produto.

Principais Resultados

A receita de serviços registrou, para o país, crescimento nominal de 9% em julho de 2013 em relação a julho de 2012. Desde o início da série, em janeiro de 2012, os meses com as maiores taxas de crescimento em comparação com o mesmo mês do ano anterior ocorreram em janeiro e março de 2012 (12,7%), outubro de 2012 (11,7%) e abril de 2013 (11,6%), enquanto que as menores taxas ocorreram em fevereiro de 2013 (7,1%) e março de 2013 (6,1%). No acumulado entre janeiro e julho de 2013, a receita bruta do setor de serviços cresceu 8,6% ante o mesmo período de 2012 (Gráfico 1.2). No acumulado de 12 meses encerrados em julho de 2013, a receita nominal de serviços cresceu 8,8% em relação aos 12 meses imediatamente anteriores (Gráfico 1.3).

Gráfico 1.2 - Variação da receita nominal do setor de serviços (em %)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

Gráfico 1.3 - Variação acumulada em 12 meses (em%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

A Tabela 1.1 exibe a composição da variação da receita nominal de serviços registrada em julho de 2013 em comparação com julho de 2012, segundo grupos de atividades.

Tabela 1.1 - Composição da variação da receita nominal de serviços, segundo grupos de atividades

	Var. % Julho 2013 / Julho 2012	Composição	
		Absoluta	Relativa
Brasil	9,0	9,0	100,0
1. Serviços prestados às famílias	12,8	0,8	8,9
2. Serviços de informação e comunicação	6,9	2,3	25,6
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares	8,5	1,9	21,1
4. Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	12,4	3,9	43,3
5. Outros serviços	2,0	0,1	1,1

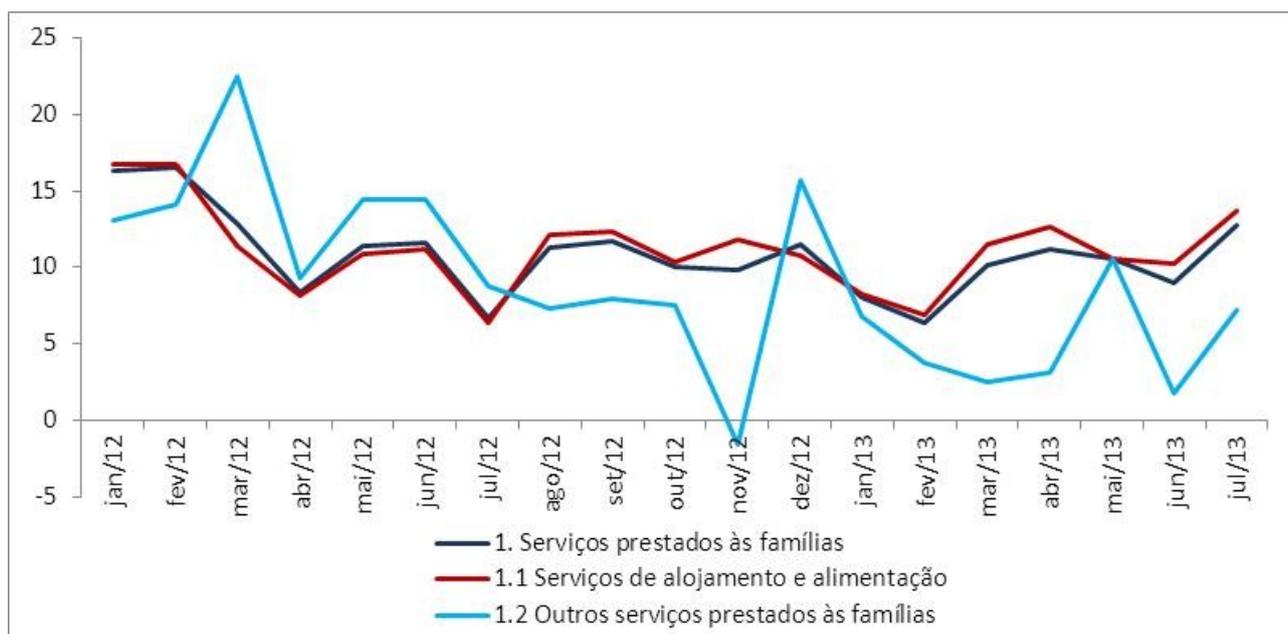
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

O grupo “serviços prestados às famílias” (alojamento e alimentação; outros serviços prestados às famílias) destacou-se como o segmento que apresentou o maior crescimento da receita bruta em julho de 2013, em relação ao mesmo mês de 2012, 12,8%. Essa atividade representou, em termos relativos, 8,9% do índice geral, contribuindo com 0,8 ponto percentual (Tabela 1.1). Dentro deste grupo, destacou-se o grupo “serviços de alojamento e alimentação”, com crescimento de 13,7%, e “outros serviços prestados às famílias”² com variação de 7,2% (Gráfico 1.4).

No ano de 2013, até o mês de julho, a receita de “serviços prestados às famílias” registrou crescimento de 9,8% em relação aos sete primeiros meses de 2012. A variação acumulada em 12 meses foi de 10,2%.

² Inclui os seguintes serviços: atividades artísticas, criativas e de espetáculos; atividades esportivas, de recreação e lazer (exceto clubes); lavanderias, tinturarias e toalheiros; cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza; atividades funerárias e serviços relacionados; outros serviços pessoais (clínicas de estética, serviços de alojamento, higiene e adestramento de animais domésticos, serviços de engraxates e carregadores de malas, etc.); atividades de apoio à educação e serviços de educação continuada (cursos de idiomas, de ensino de esportes, arte e cultura, cursos preparatórios para concursos, etc.).

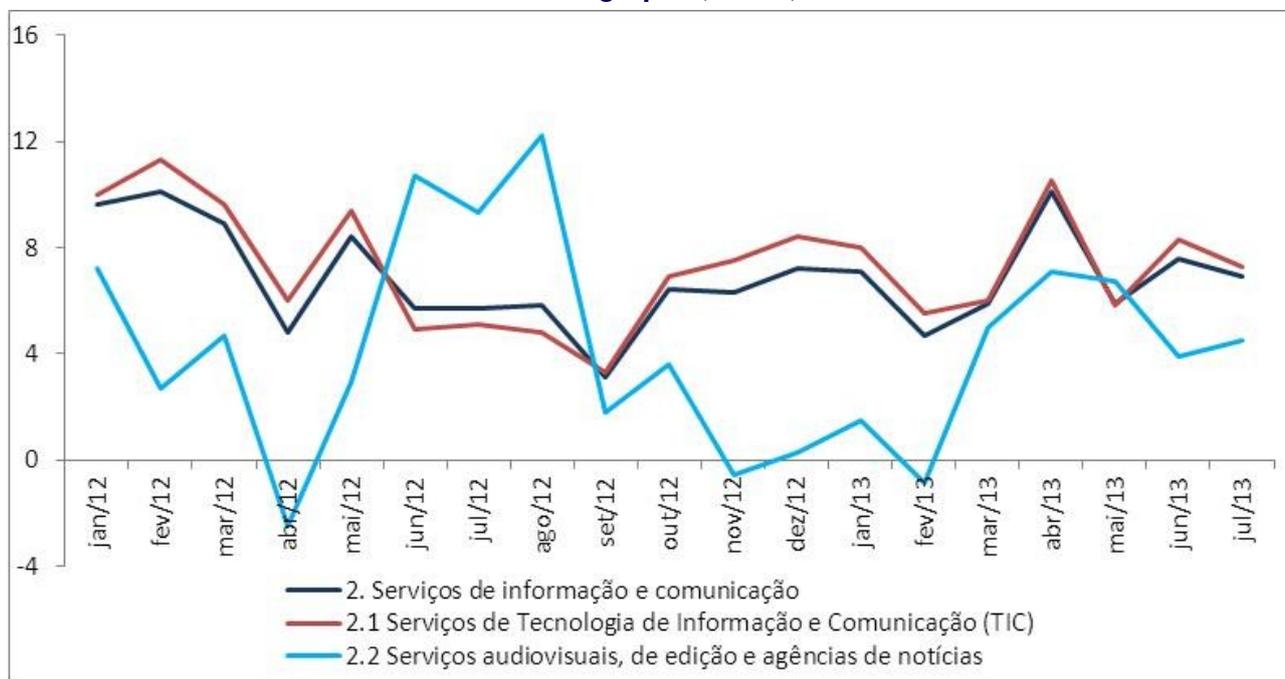
Gráfico 1.4 - Variação mensal da receita nominal do grupo serviços prestados às famílias e subgrupos (em %)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

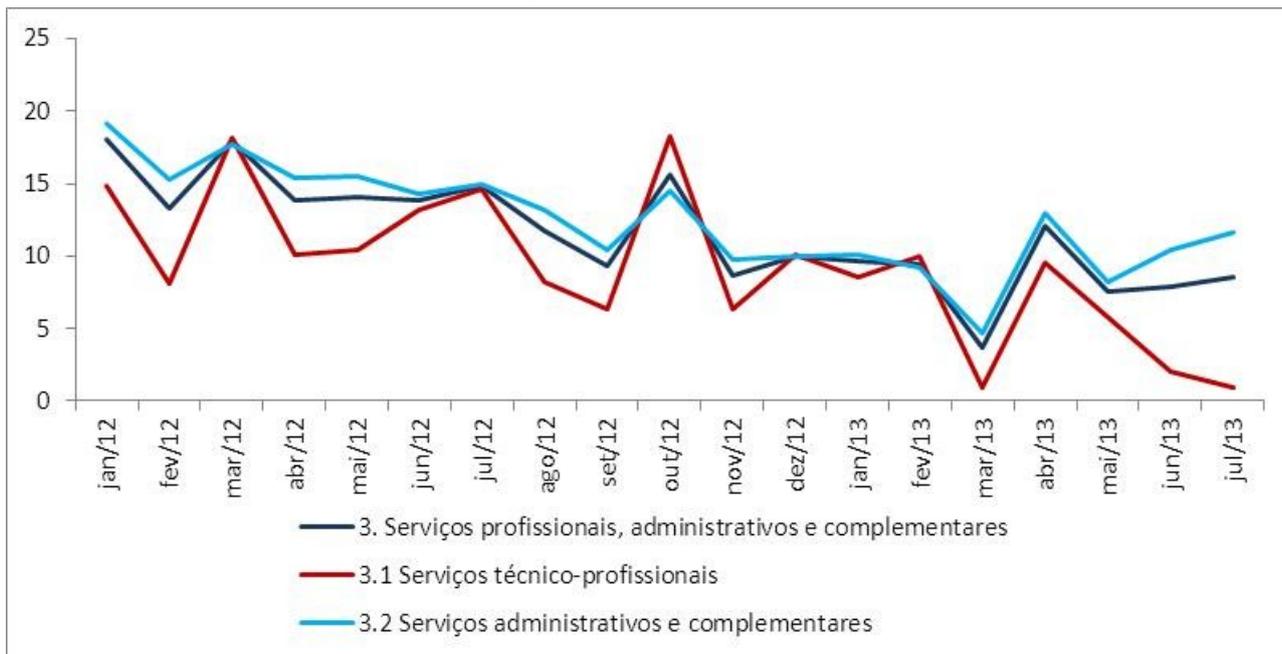
O segmento “serviços de informação e comunicação” (serviços TIC; serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias) é muito sensível à demanda das empresas. No mês de julho deste ano, a receita nominal cresceu 6,9% em relação a julho de 2012, contribuindo com 2,3 pontos percentuais, ou 26,5%, para a composição do índice geral (Tabela 1.1). O índice dos “serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC)” variou 7,3% e dos “serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias”, 4,5% (Gráfico 1.5).

Gráfico 1.5 - Variação mensal da receita nominal do grupo serviços de informação e comunicação e Subgrupos (em %)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

Gráfico 1.6 - Variação mensal da receita nominal do grupo serviços profissionais, administrativos e complementares (em%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

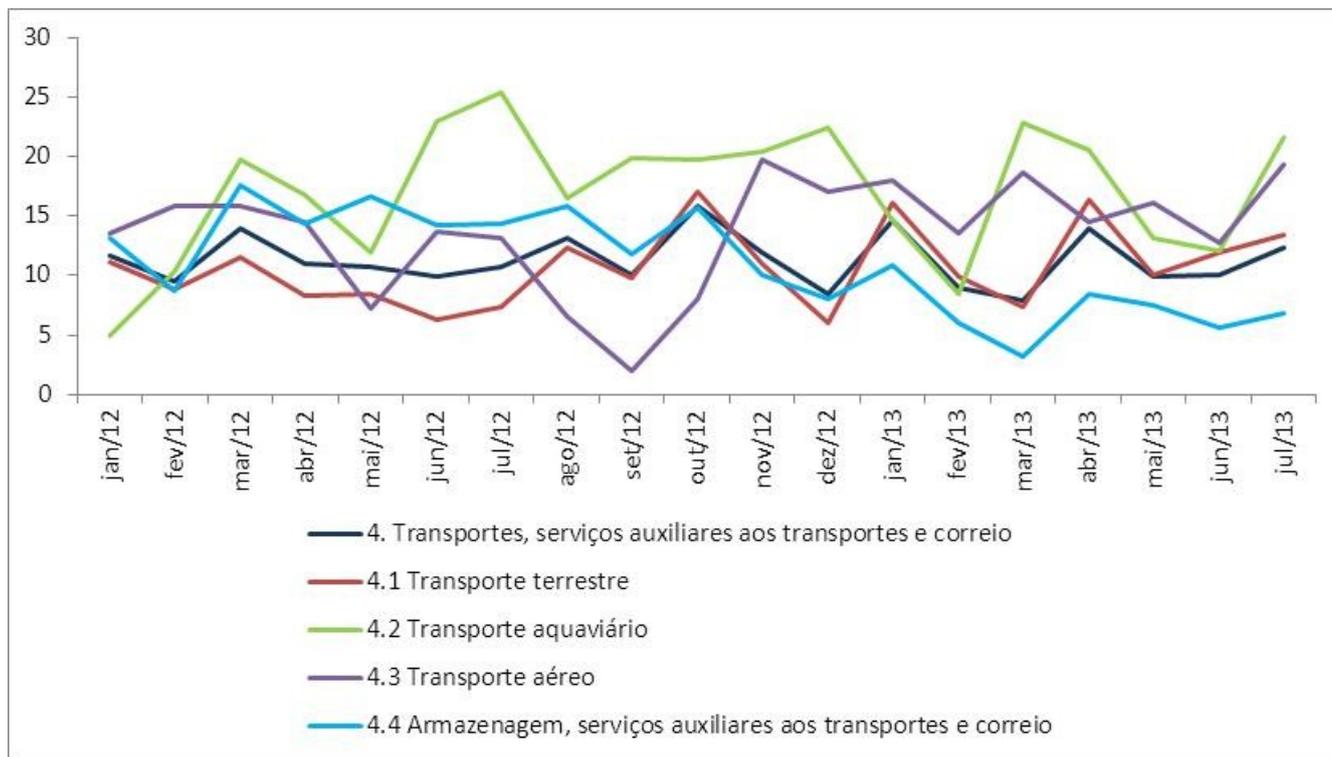
A receita nominal do grupo “serviços profissionais, administrativos e complementares” (serviços técnico-profissionais; serviços administrativos e complementares) cresceu 8,5% em julho de 2013, representando 21,1% do índice geral (Tabela 1.1). O subgrupo “serviços técnico-profissionais”³ cresceu 0,9% e o subgrupo “serviços administrativos e complementares”⁴, 11,6% (Gráfico 1.6).

O segmento de “transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio” (transporte terrestre; transporte aquaviário, transporte aéreo; armazenagem, serviços auxiliares dos transportes e correio), com aumento de 12,4% da receita de julho de 2013 frente a julho de 2012, foi o grupo que mais contribuiu para o índice geral, com participação relativa de 43,3% (Tabela 1.1). A modalidade “transporte terrestre”, com crescimento de 13,4%, foi responsável por 25,6% do índice geral, contribuindo com 2,3 pontos percentuais.

³ Inclui os seguintes serviços: Atividades jurídicas, exceto cartórios, de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária, de consultoria em gestão empresarial, de publicidade, pesquisas de mercado e de opinião pública, serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas, testes e análises técnicas, design e decoração de interiores, atividades fotográficas e similares.

⁴ Inclui os seguintes serviços: locação de meios de transporte sem condutor, aluguel de objetos pessoais e domésticos, aluguel de máquinas e equipamentos sem operador, gestão de ativos intangíveis não-financeiros, seleção e agenciamento de mão-de-obra, locação de mão-de-obra temporária, fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, agências de viagens e operadores turísticos, serviços de reservas e outros, atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores, atividades de monitoramento de sistemas de segurança, atividades de investigação particular, serviços combinados.

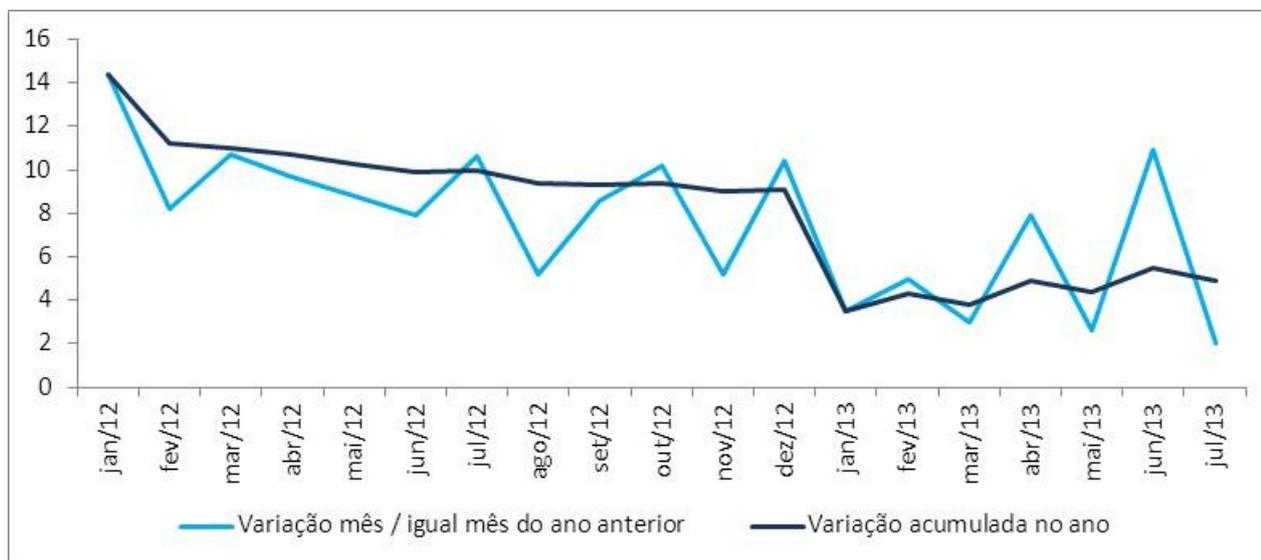
Gráfico 1.7 - Variação mensal da receita nominal do grupo transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (em%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

O “transporte aquaviário” foi a modalidade que mais cresceu em julho deste ano, 21,6%, seguido do “transporte aéreo”, 19,4%. A atividade de “armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio” cresceu 6,8% (gráfico 1.7).

Gráfico 1.8 - Variação % da receita nominal do grupo outros serviços (em%)



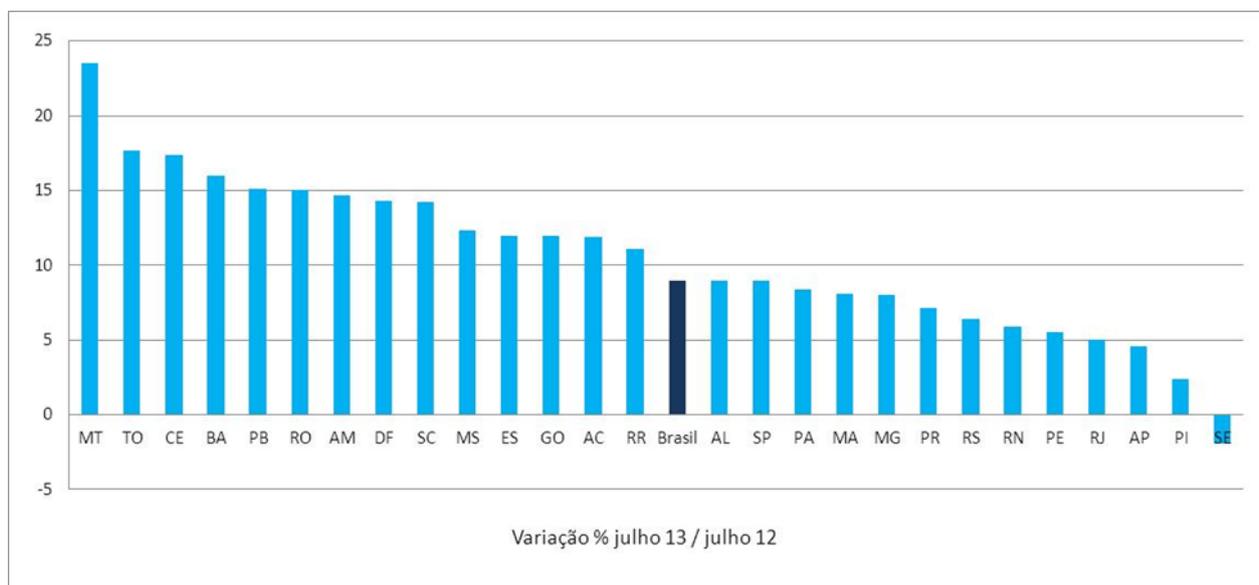
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

O grupo “outros serviços” apresentou crescimento nominal de 2% em julho de 2013. Entre janeiro e julho de 2013, o segmento cresceu 4,9% em relação ao mesmo período de 2012 (gráfico 1.8).

Resultados Regionais

Os dados por Unidade da Federação indicam que o estado de Sergipe foi o único a apresentar queda (-1,9%) na receita do setor de serviços em julho de 2013 em comparação com julho de 2012. As maiores variações positivas ocorreram nos estados de Mato Grosso (23,5%), Tocantins (17,7%) e Ceará (17,4%), e as menores variações positivas, nos estados de Piauí (2,4%), Amapá (4,6%) e Rio de Janeiro (5%) (gráfico 1.9).

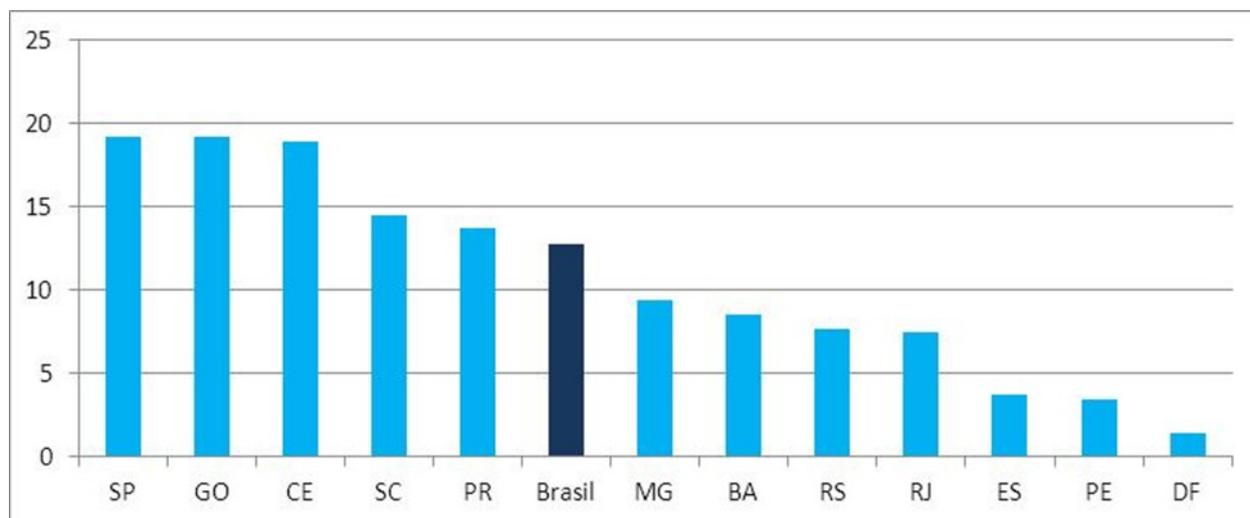
Gráfico 1.9 - Variação mensal da receita nominal de serviços, segundo Unidades da Federação (em %) - Julho 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

Os gráficos a seguir apresentam a variação da receita bruta nominal do mês de julho de 2013 em relação a julho de 2012 desagregados por grupo de atividade somente para os doze estados que tiveram os dados mais detalhados divulgados, como mencionado anteriormente.

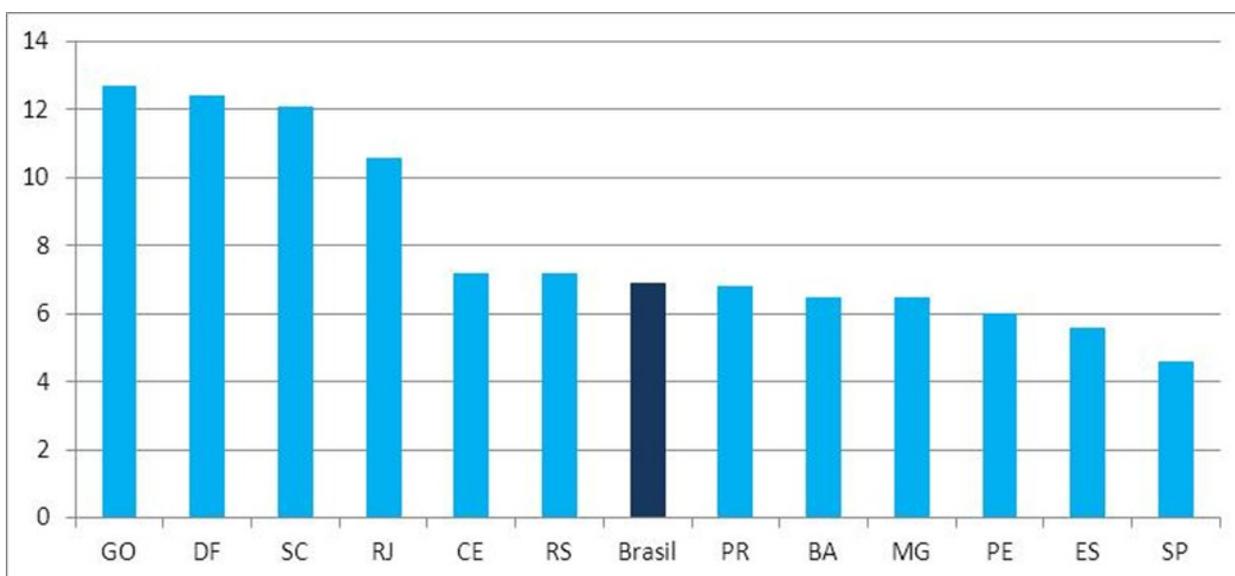
Gráfico 1.10 - Variação mensal da receita nominal do grupo serviços prestados às famílias, segundo Unidades da Federação (em %) - Julho 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

No segmento “serviços prestados às famílias”, as maiores taxas foram registradas nos estados de São Paulo e de Goiás, com variação de 19,2%, e no estado de Ceará, com 18,9%. As menores variações ocorreram no Distrito Federal (1,4%), Pernambuco (3,4%) e Espírito Santo (3,7%) (Gráfico 1.10).

Gráfico 1.11 - Variação mensal da receita nominal do grupo serviços de informação e comunicação, segundo Unidades da Federação (em %) - Julho 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

No segmento de “serviços de informação e comunicação”, as Unidades da Federação com as maiores variações foram Goiás (12,7%), Distrito Federal (12,4%) e Santa Catarina (12,1%) e as menores variações foram São Paulo (4,6%), Espírito Santo (5,6%) e Pernambuco (6%) (Gráfico 1.11).

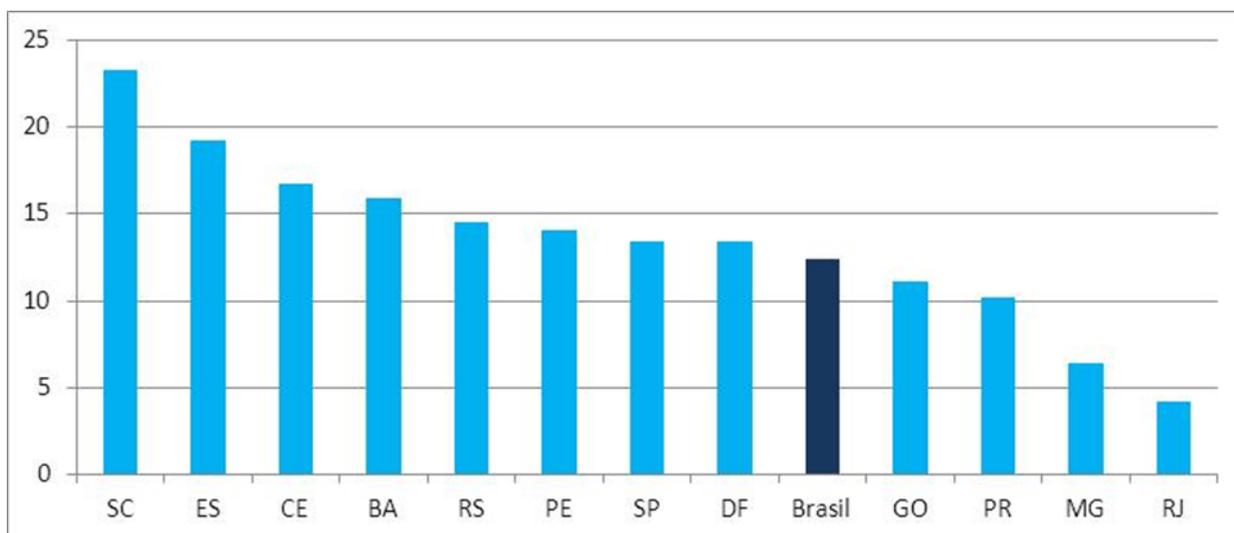
Gráfico 1.12 - Variação mensal da receita nominal do grupo serviços profissionais, administrativos e complementares, segundo Unidades da Federação (em %) - Julho 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

No segmento de “serviços profissionais, administrativos e complementares”, dos doze estados selecionados, quatro apresentaram queda nas receitas de julho deste ano em relação ao mesmo mês de 2012. São eles: Rio Grande do Sul (-9,1%), Paraná (-4,9%), Santa Catarina (-3,7) e Pernambuco (-0,8%). Bahia e Ceará registraram crescimento de 37,6% e 26,4%, respectivamente (Gráfico 1.12).

Gráfico 1.13 - Variação mensal da receita nominal do grupo transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, segundo Unidades da Federação (em %) - Julho 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

O maior crescimento das receitas no segmento “transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio”, ocorreu em Santa Catarina, 23,3%, seguido do Espírito Santo, com 19,2%. Os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais apresentaram as menores variações, 4,2% e 6,4%, respectivamente (Gráfico 1.13).

Gráfico 1.14 - Variação mensal da receita nominal do grupo outros serviços, segundo Unidades da Federação (em %) - Julho 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Serviços - PMS

No segmento “outros serviços”, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pernambuco registraram queda nas receitas, com variações negativas de 13%, 8,3% e 2,9%. Distrito Federal destacou-se com o maior crescimento, 34,1% (Gráfico 1.14).

23. PNAD 2012 - Região Metropolitana de São Paulo¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

Em setembro passado, o IBGE divulgou a edição 2012 da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), que investiga anualmente características gerais da população, como educação, trabalho, rendimento e habitação, além de outras, como migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar etc., com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação do país. A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre (exceto em 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para realização do censo e em 1974, 1975 e 1994 por razões excepcionais).

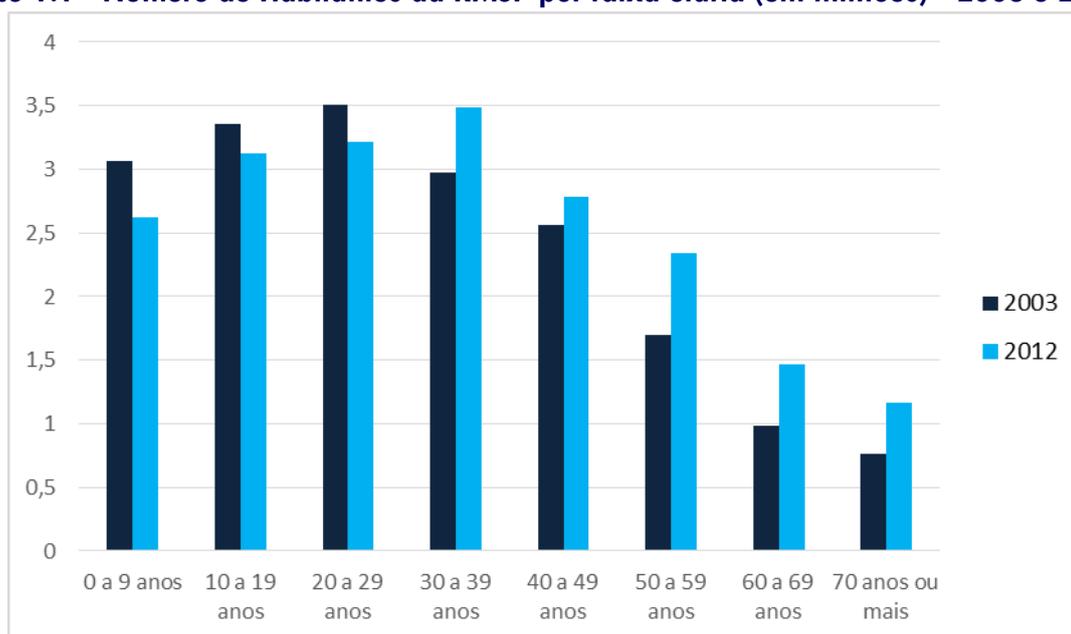
O objetivo deste artigo é trazer alguns desses dados disponibilizados pelo IBGE para a região metropolitana de São Paulo (RMSP). Os dados da PNAD são desagregados no máximo por região metropolitana, impedindo assim a obtenção de dados por município. Os dados serão apresentados por temas, seguindo a divisão do próprio IBGE. Em alguns casos, para efeitos de comparação, serão utilizadas também informações da PNAD - 2003, primeiro ano com dados compatíveis com o atual padrão (2012).

População

De acordo com a PNAD, a população total da região metropolitana de São Paulo em 2012 era de 20,2 milhões. Em 2003, esse número era de 18,9 milhões (PNAD 2003), um crescimento aproximado de 6,8%, abaixo do crescimento populacional registrado para o Brasil, de 11,8% (a população brasileira era de 175,9 milhões em 2003 e foi para 196,8 milhões em 2012). O gráfico 1.1 traz a evolução do número de habitantes da RMSP por faixa etária e o gráfico 1.2 a variação populacional dentro das mesmas faixas:

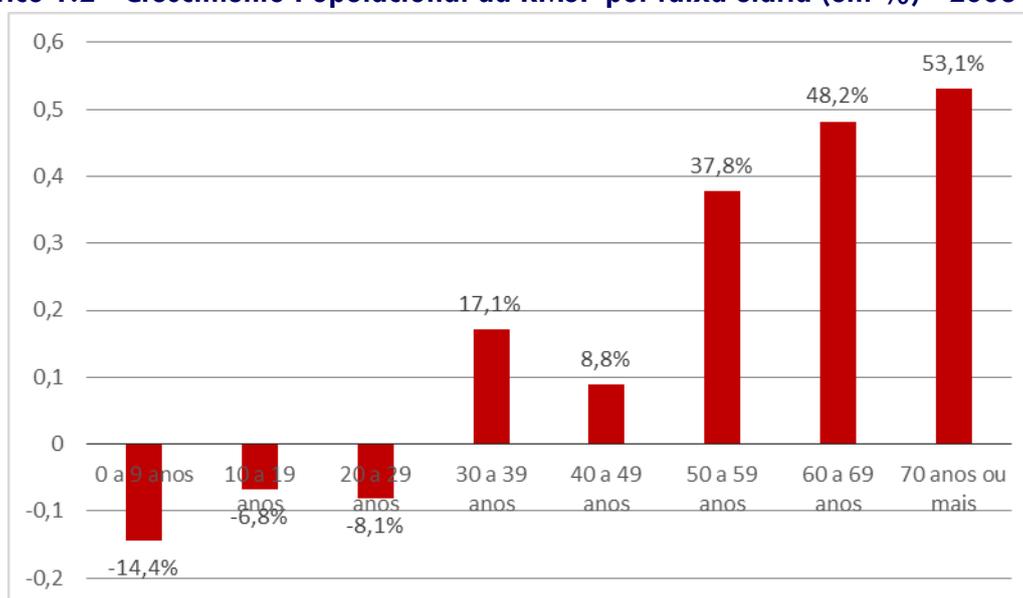
¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 29 - outubro/2013.

Gráfico 1.1 - Número de Habitantes da RMSP por faixa etária (em milhões) - 2003 e 2012



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

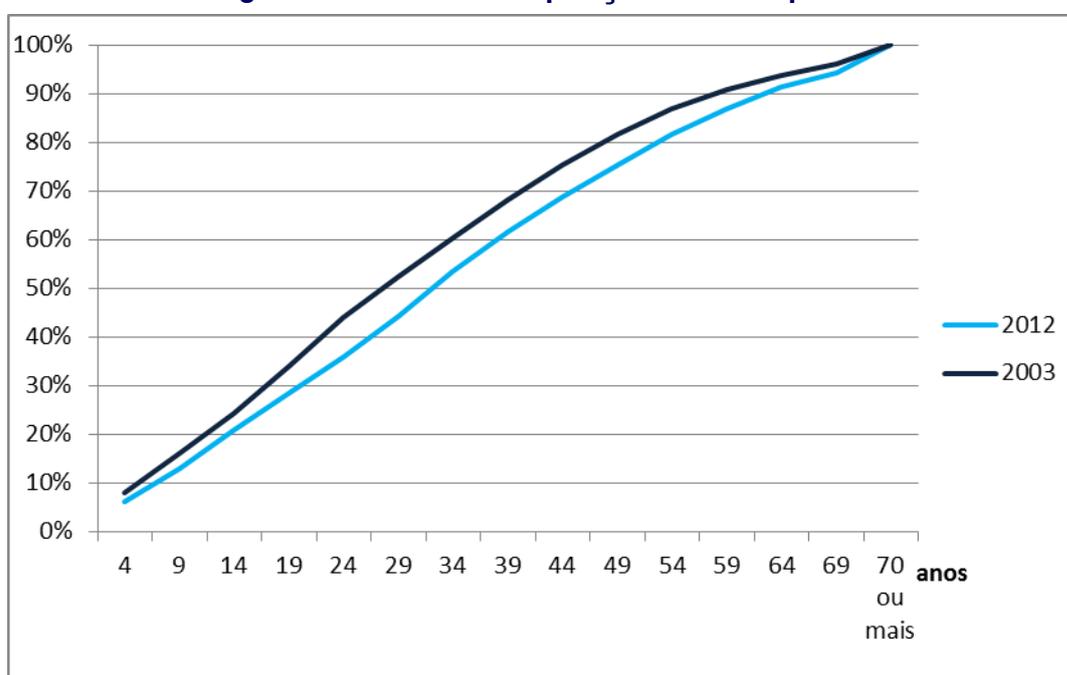
Gráfico 1.2 - Crescimento Populacional da RMSP por faixa etária (em %) - 2003-2012



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Como pode ser observado, dentro das faixas mais jovens (0 a 9, 10 a 19 e 20 a 29) houve queda no número de pessoas durante a última década, enquanto nas faixas de idade mais elevada houve um substancial aumento, indicando um envelhecimento da população. O gráfico 1.3 apresenta a porcentagem acumulada da população conforme a idade (por exemplo, o ponto 59 anos no eixo horizontal indica a porcentagem da população que possui idade de 59 anos ou menos, o ponto 69 anos, indica a porcentagem da população com 69 anos ou menos e assim por diante até completarmos 100% da população). A linha da porcentagem acumulada de 2003 é um pouco “mais côncava” que a linha representando 2012, indicando esse envelhecimento populacional (essa concavidade mais acentuada indica que, mesmo nas faixas mais baixas de idade, já temos um percentual grande da população dentro dessas faixas, enquanto uma concavidade menos acentuada - ou em uma situação extrema, uma “convexidade” - indicaria que apenas quando atingimos faixas mais altas, obtemos altas porcentagens da população dentro dessas faixas).

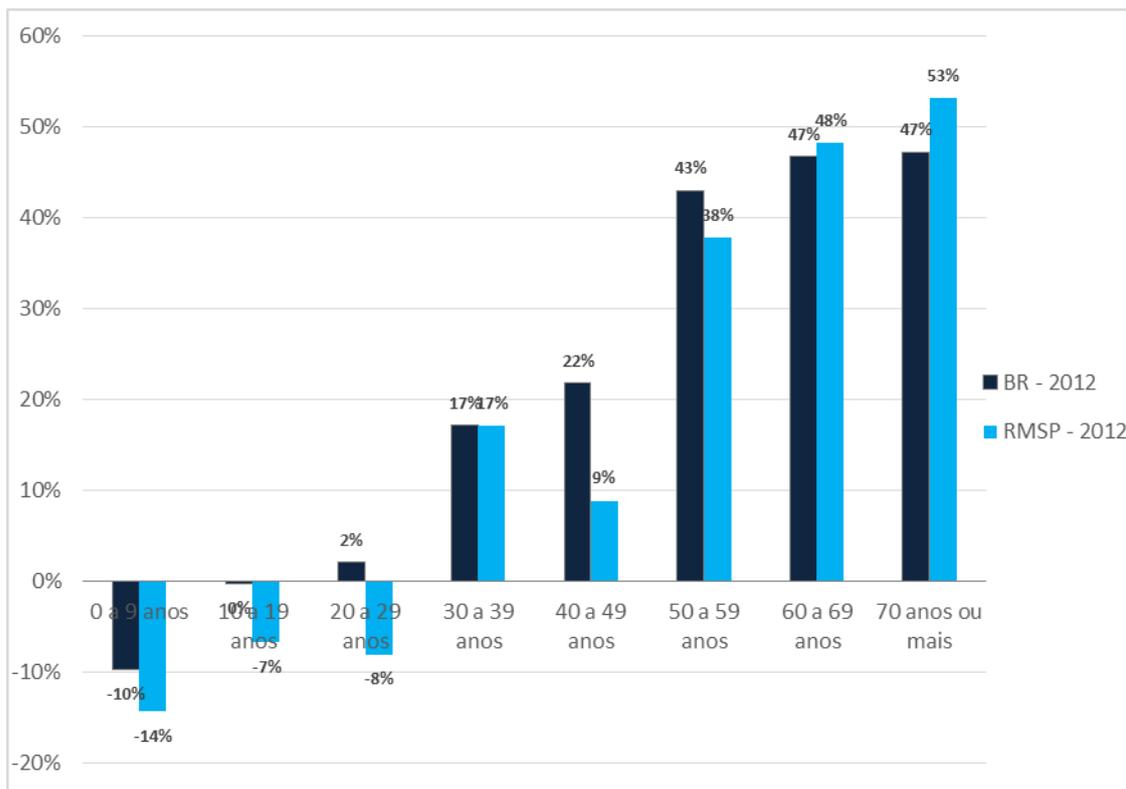
Gráfico 1.3 - Porcentagem Acumulada da População da RMSP por faixa etária - 2003 e 2012



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

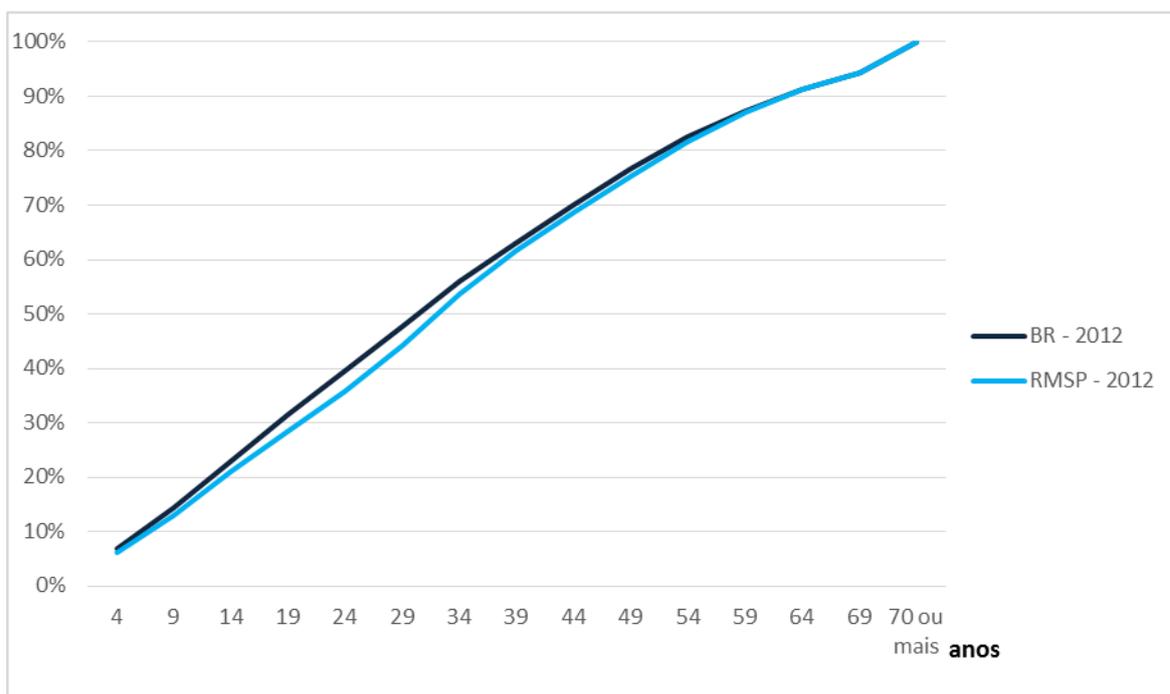
Comparando com a situação brasileira, vemos pelo gráfico 1.4 que tanto nacionalmente quanto na região metropolitana verifica-se a presença de envelhecimento populacional; no entanto, pelo gráfico 1.5, que traz a porcentagem acumulada da população por faixa etária em 2012 para o Brasil e para a RMSP, observa-se que a população desta tem um perfil levemente mais envelhecido.

Gráfico 1.4 - Crescimento Populacional por faixa etária (em %) - Brasil e RMSP - 2003 a 2012



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

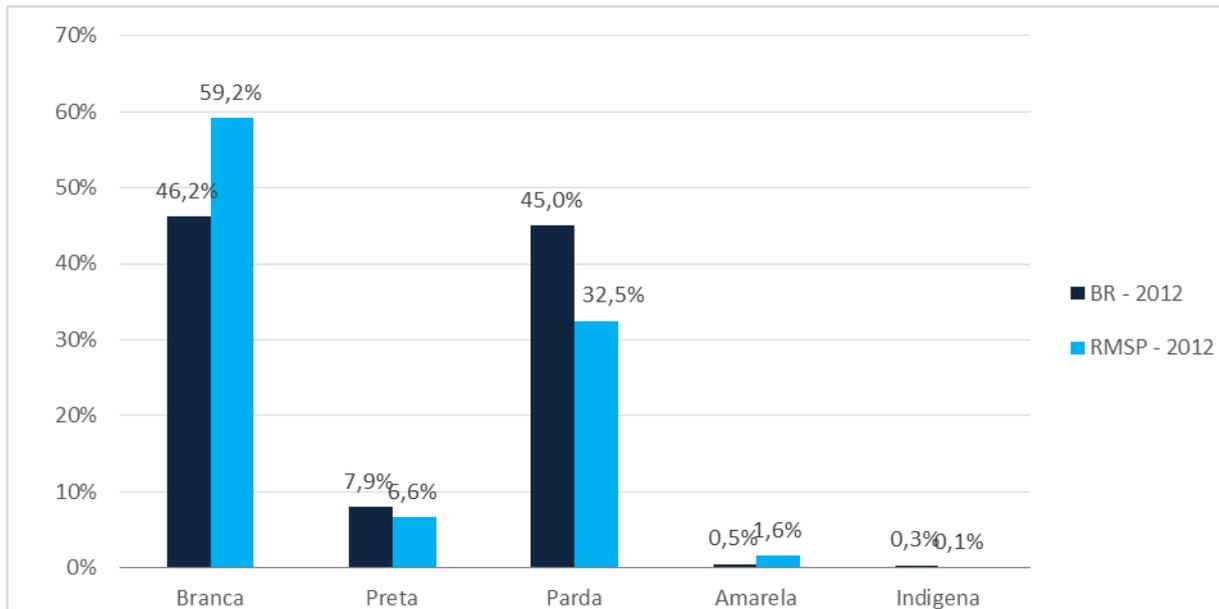
Gráfico 1.5 - Porcentagem Acumulada da População da RMSP e Brasil por faixa etária - 2012



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

A PNAD também trouxe dados sobre a cor da população. O gráfico 1.6 traz a divisão percentual da população da região metropolitana e do Brasil por cor em 2012.

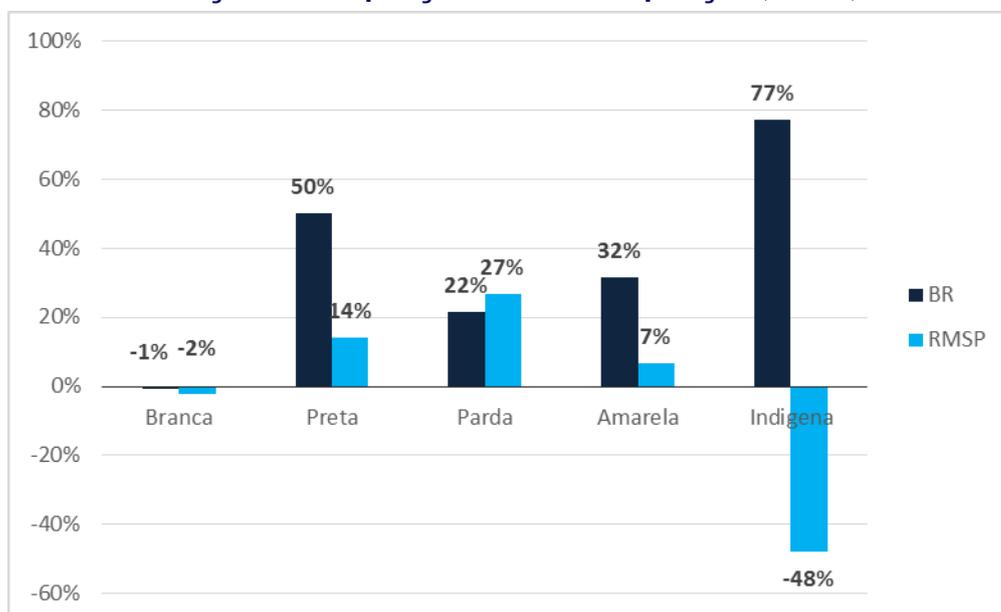
Gráfico 1.6 - Composição Racial da População (em %) - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

A porcentagem de brancos na RMSP é superior à brasileira (59% contra 46%), enquanto a de pardos é maior em âmbito nacional (45% para o Brasil contra 32,5% para a RMSP). Em termos de variação populacional por grupo racial, tanto no Brasil quanto na RMSP os brancos registraram crescimento negativo para o período 2003-2012 (2% na RMSP e por volta de 1% no Brasil). A população indígena foi a que mais cresceu no mesmo período em termos nacionais (77%) enquanto o mesmo grupo apresentou o elevado declínio na RMSP (-48%). Já os pardos registraram maior variação positiva na RMSP (27%). O gráfico 1.7 apresenta esses números.

Gráfico 1.7 - Variação da composição Racial da População (em %) - Brasil e RMSP

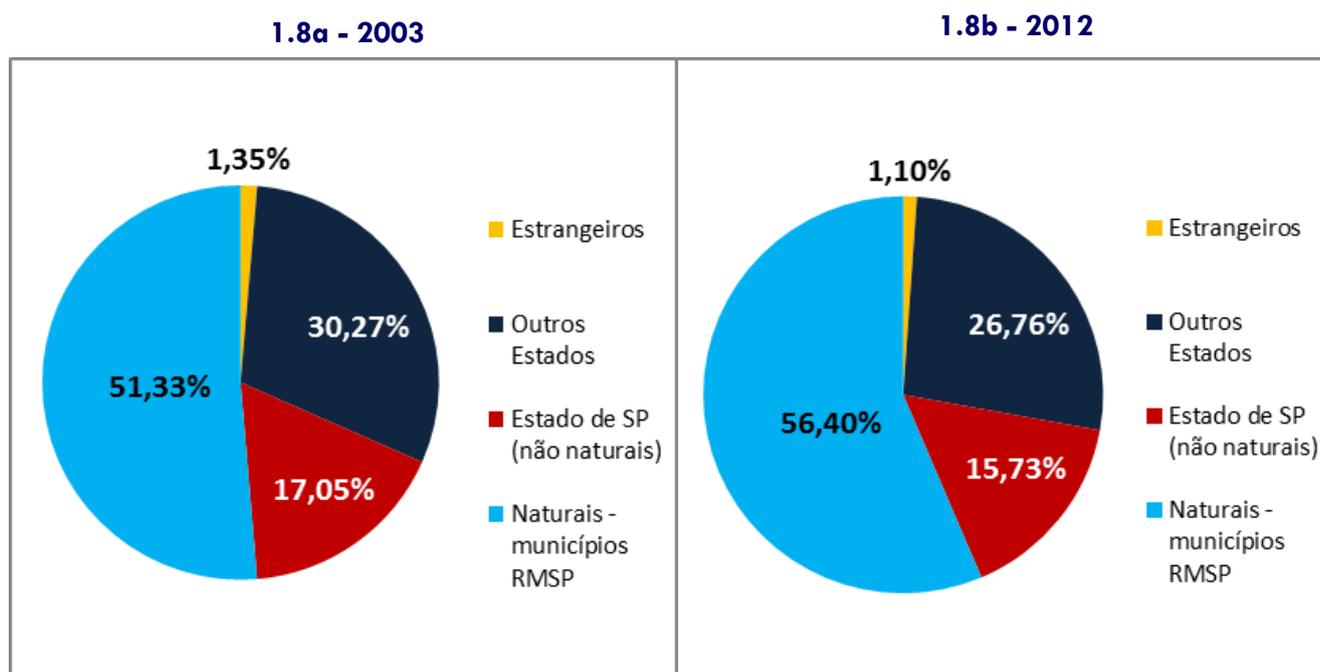


Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Migração

O estado de São Paulo sempre foi conhecido por atrair imigrantes tanto de outras partes do Brasil quanto estrangeiros. Segundo a PNAD, em 2012, havia cerca de 5,4 milhões de habitantes da região metropolitana que tinham nascido em outro estado (aproximadamente 26,7% dos 20 milhões de população total da região). Considerando todos os “não naturais” dos respectivos municípios onde a pesquisa foi realizada, o número de imigrantes chegaria a 8,8 milhões de pessoas (43,5% do total da população da RMSP). Além dos imigrantes nacionais, foram calculados cerca de 223 mil estrangeiros (cerca de 1,1% da população total). O gráfico 1.8a e 1.8b traz a composição da população em termos de origem de nascimento em 2003 e 2012.

Gráfico 1.8a e b - Composição da População por origem (em %) - RMSP (2003-2012)



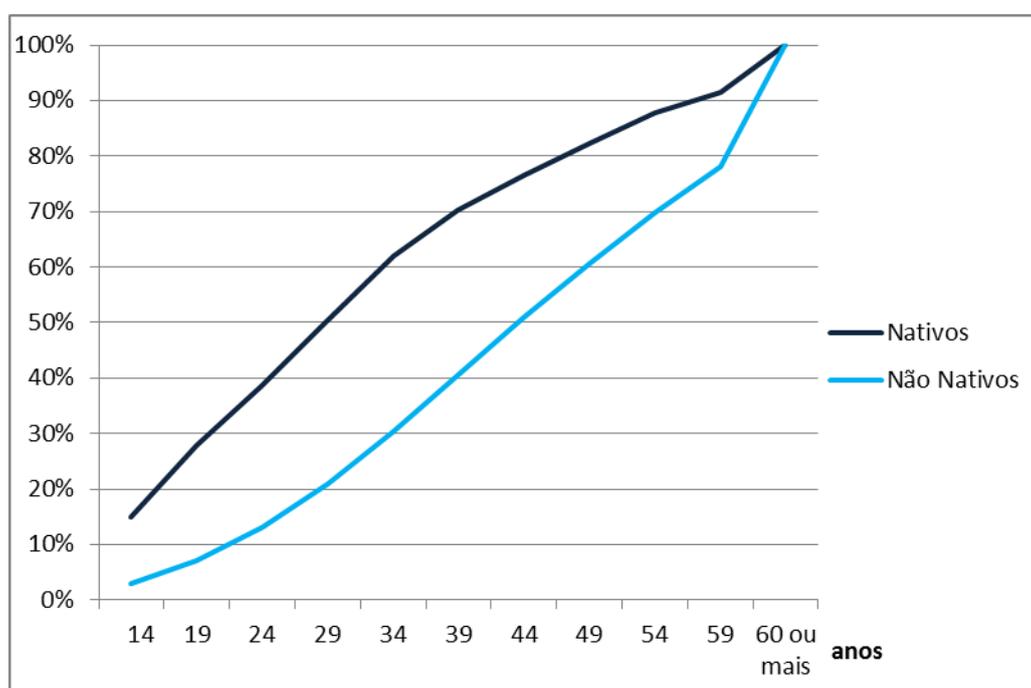
Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Como pode ser observado, a porcentagem de “naturais” aumentou de 51,33% em 2003 para 56,04% em 2012. Esse pode ser um indício de que grandes metrópoles e regiões metropolitanas “consolidadas” como São Paulo (ou Rio de Janeiro) que, no passado, atraíam muitos imigrantes estão perdendo esta capacidade dado o crescimento econômico mais acelerado em centros menores, que antigamente serviam de fonte de mão de obra para as regiões mencionadas. Essas regiões, agora, se tornaram mais atrativas e melhoraram a capacidade de retenção dessa mão de obra. Tanto em 2003 quanto em 2012, os cinco estados (excluindo o próprio estado de São Paulo) que mais forneceram imigrantes para a RMSP foram (em ordem) Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará e Paraná.

Em relação à estrutura etária da população “natural” dos municípios da RMSP e os imigrantes, pode-se observar, pelo gráfico 1.9, que traz a porcentagem acumulada das duas populações (para os maiores de 10 anos de idade), que a população “não nativa” tem um perfil mais envelhecido

que a nativa (a linha que representa a população de imigrantes é “levemente convexa”, enquanto a linha da população local é côncava). Essa diferença pode ser resultado de diversos fatores, como imigração predominante de “adultos” em busca de melhores condições econômicas (enquanto os filhos e a esposa ficam na região de origem), a consolidação de antigos imigrantes na região (a população de imigrantes da região é formada por pessoas que vieram no passado e constituíram família, tiveram filhos e netos na região, aumentando assim o número de imigrantes com idade mais avançada e o número de “nativos” novos) ou mesmo uma baixa atratividade para “imigrantes jovens”, que acabam ficando nas suas regiões de origem dado o crescimento econômico mais disperso observado no país nas últimas duas décadas.

Gráfico 1.9 - Porcentagem Acumulada da População Nativa e “Não Nativa” da RMSP por faixa etária - 2012



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

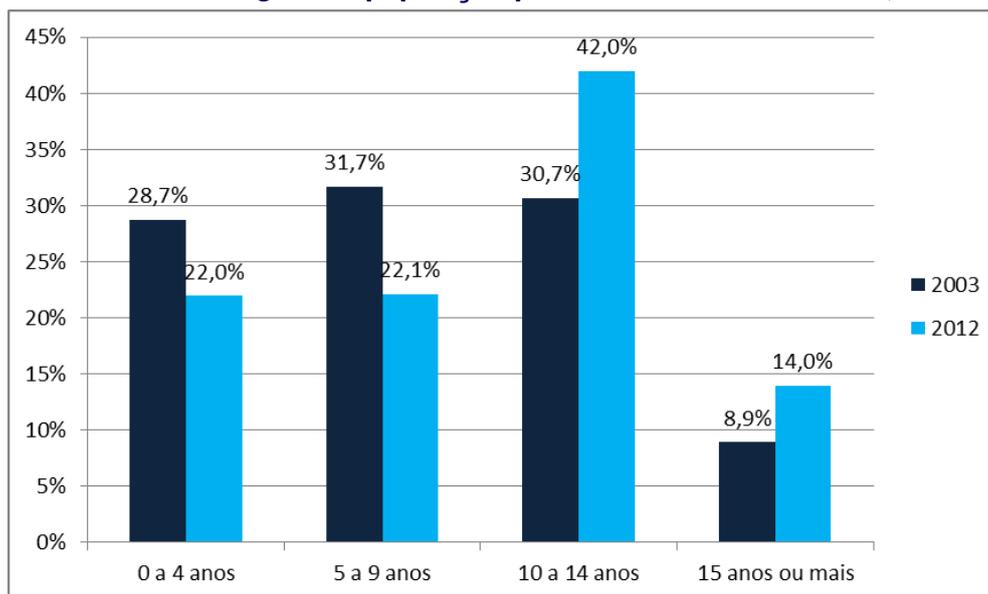
Educação

Segundo a PNAD, em 2012, 4,48% da população da RMSP com 5 anos ou mais não era alfabetizada, um declínio de 67% em relação à taxa de 2003 (de aproximadamente 6,6%). Tanto a taxa de 2003 quanto a de 2012 estão bem abaixo da correspondente nacional, que estava em cerca de 13,6% em 2003, recuando para 9,92% em 2012.

Os dados apontam que uma porcentagem maior da população da RMSP possui mais anos de estudos do que em 2003. O gráfico 1.10 traz a porcentagem da população com 10 anos ou mais por faixa de anos de estudo².

² Não foi considerado no cálculo das porcentagens o item “não determinado” da tabela original da PNAD. Em 2012 esse item era menor que 0,05% da população pesquisada.

Gráfico 1.10 - Porcentagem da população por anos de estudo - RMSP (2003 e 2012)

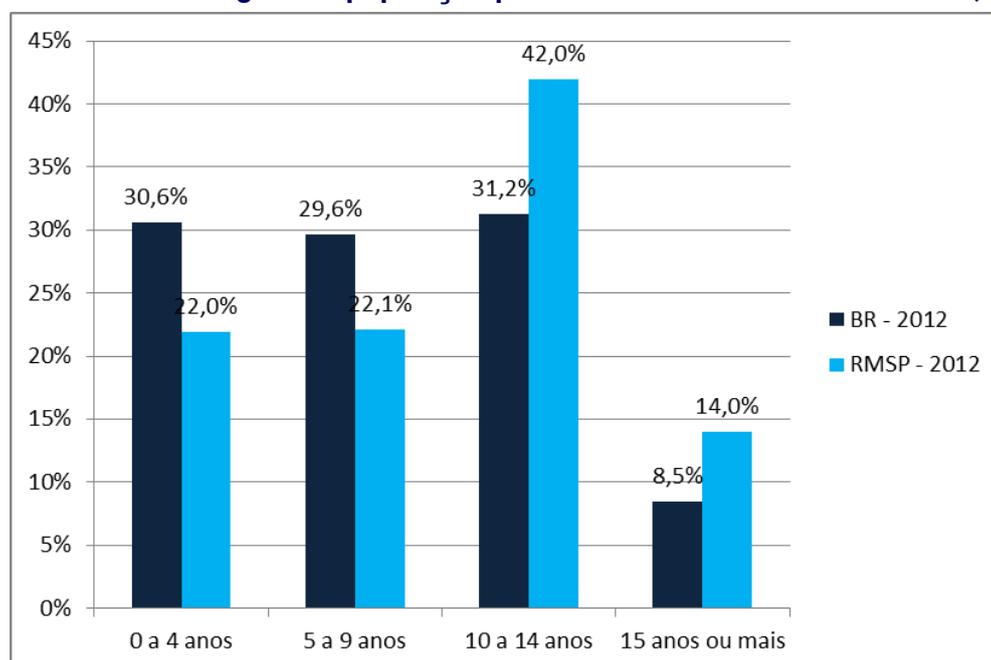


Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Como pode ser observado, em 2012, 14% da população com 10 anos ou mais da RMSP possuía ao menos 15 anos de estudo enquanto esse número era de 8,9% em 2003. Aproximadamente 42% possuíam 10 a 14 anos de estudo, contra 30,7% em 2003. Naturalmente, diminuíram os percentuais da população com 0 a 9 anos de estudo.

O gráfico 1.11 traz a comparação, em relação aos anos de estudo, entre Brasil e RMSP para 2012. Nas faixas mais altas (mais anos de estudo), a RMSP apresenta maiores porcentagens (14% contra 8,5% para 15 anos ou mais e 42% contra 31,2% para 10 a 14 anos), consequentemente nas faixas mais baixas, a porcentagem brasileira é maior (29,6% contra 22,1% para 5 a 9 anos e 30,6% contra 21,9% para 0 a 4 anos).

Gráfico 1.11 - Porcentagem da população por anos de estudo - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Possivelmente devido ao envelhecimento da população tanto do Brasil quanto da RMSP, o número de estudantes dos ensinos infantil, fundamental e médio registrou queda na última década de acordo com a PNAD. A tabela 1.2 traz o número de estudantes em 2003 e 2012:

Tabela 1.2 - Número de Estudantes - Brasil e RMSP (2003 e 2012) - em mil

Tipo de Ensino	RMSP			Brasil		
	2003	2012	Var (%)	2003	2012	Var (%)
Ensino Infantil	802,79	722,66	-10,0%	7.829,30	7.470,73	-4,58%
Ensino Fundamental	3.003,76	2.769,91	-7,8%	33.578,84	31.513,94	-6,15%
Ensino Médio	1.212,33	936,15	-22,8%	9.951,64	9.410,59	-5,44%
Ensino Superior	653,08	802,88	22,9%	4.713,89	6.775,81	43,74%

Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

As quedas no ensino infantil, fundamental e médio para o caso brasileiro foram menores do que as registradas na RMSP, talvez pela maior deficiência da oferta de vagas em relação à região metropolitana. A mesma causa pode explicar o maior crescimento de estudantes no ensino superior (aumento de 43,74% contra 22,94% da RMSP) – houve uma maior disseminação desse tipo de ensino pelo Brasil, enquanto na RMSP as pessoas já tinham um acesso maior e uma rede mais estabelecida.

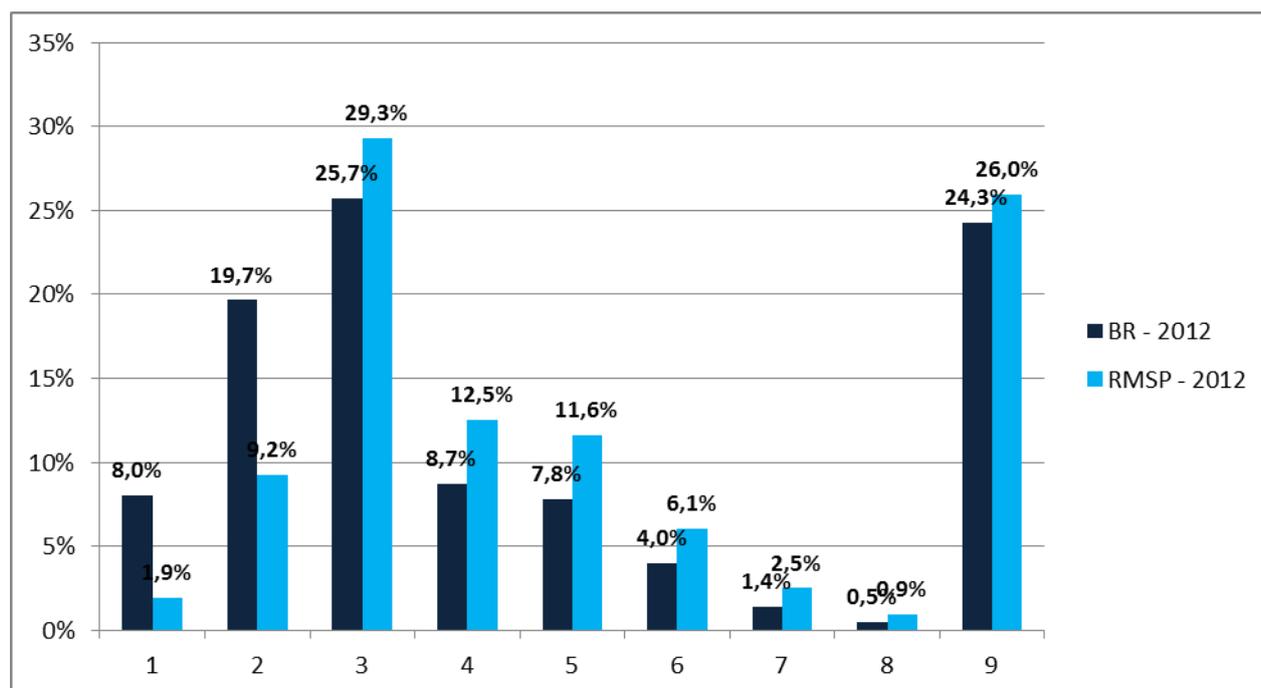
Trabalho e Rendimento

Em 2012 o rendimento médio nominal mensal da população com 15 anos ou mais da região metropolitana foi de R\$ 1.556. Os homens apresentaram rendimento médio 71,8% maior do que o das mulheres (R\$ 2.005 contra R\$ 1.167). Comparando com o Brasil, a RMSP possui um rendimento médio cerca de 40% maior (R\$ 1.556 contra R\$ 1.113). A diferença de rendimentos entre homens (R\$ 1.430) e mulheres (R\$ 824) é um pouco mais elevada no âmbito nacional (73,5%). O gráfico 1.12 traz a divisão (em porcentagem) da população da RMSP e do Brasil por faixa salarial em 2012 (em salários mínimos, que em setembro de 2012 – data base da PNAD – era de R\$ 622,00).

Gráfico 1.12 - Porcentagem da População (com 15 anos ou mais) por faixa de renda - RMSP (2012)

Legenda - Intervalos de Renda

1	Até 1/2 salário mínimo
2	Mais de 1/2 a 1 salário mínimo
3	Mais de 1 a 2 salários mínimos
4	Mais de 2 a 3 salários mínimos
5	Mais de 3 a 5 salários mínimos
6	Mais de 5 a 10 salários mínimos
7	Mais de 10 a 20 salários mínimos
8	Mais de 20 salários mínimos
9	Sem rendimento ou sem declaração



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

O item “sem rendimentos ou sem declaração” (cujas porcentagens são significativas tanto para a RMSP quanto para o Brasil – 26% e 24,3% respectivamente), inclui, além das pessoas que não declararam renda, aqueles que recebem somente “em benefícios”, o que, pela definição do IBGE, contempla pagamentos “não monetários”, mais especificamente, em bens como moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte. Considerando as duas faixas mais baixas (até 1/2 salário mínimo e mais de 1/2 a 1), a porcentagem brasileira é substancialmente mais alta que a apresentada na RMSP: para a primeira faixa, 8,02% contra 1,93%, e 19,66% contra 9,22% para a segunda faixa). A faixa de renda que contém a maior porcentagem da população, tanto no caso brasileiro quanto na região metropolitana é a de “mais de 1 a 2 salários mínimos” (na região metropolitana esta faixa corresponde a 29,29% da população com 15 anos ou mais, enquanto para o Brasil o número é de 25,72%). Segundo o IBGE, para a primeira faixa (até 1/2 salário mínimo) o rendimento médio é de R\$ 177,00 mensais enquanto para a última faixa (mais de 20 salários), a média salta para R\$ 22.489,00 no caso da RMSP. Para o Brasil, os números são bem próximos (R\$ 172,00 na primeira faixa e R\$ 22.684 na última).

A tabela 1.3 traz a população (com 15 anos ou mais) total, economicamente ativa, as pessoas ocupadas e a taxa de desocupação entre a população economicamente ativa (taxa de desemprego)³. O IBGE define a população economicamente ativa como a soma da população ocupada e desocupada, sendo que “pessoas desocupadas” se referem às pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

³ Dados referentes à “semana de referência” da PNAD (23 a 29 de setembro de 2012), que é o período de coleta dos dados. Há também divulgação de dados utilizando-se o período de referência de 365 dias (28 de setembro de 2011 a 29 de setembro de 2012). Para o presente artigo optou-se pelos dados associados à “semana de referência” pela maior disponibilidade de informações.

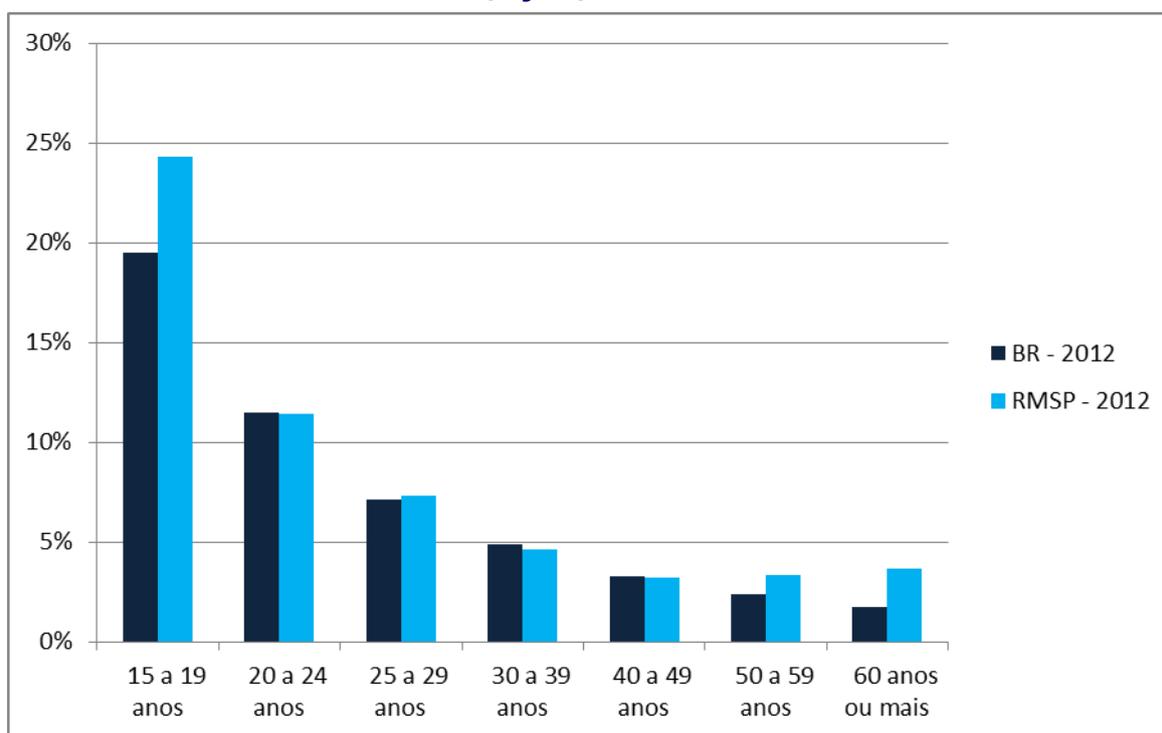
Tabela 1.3 - População Economicamente Ativa e Taxa de Desocupação - RMSP (2012) - em mil

Faixa Etária	Pop. Total (15 anos ou mais)	Economicamente Ativa	Pessoas Ocupadas	Taxa de Desocupação
15 a 19 anos	1.530	699	529	24,29%
20 a 24 anos	1.488	1.195	1.059	11,41%
25 a 29 anos	1.730	1.478	1.369	7,33%
30 a 39 anos	3.486	2.992	2.853	4,63%
40 a 49 anos	2.786	2.247	2.175	3,20%
50 a 59 anos	2.343	1.508	1.458	3,32%
60 anos ou mais	2.634	572	551	3,64%
TOTAL	15.996	10.690	9.995	6,51%

Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

A taxa de desocupação entre os mais jovens (15 a 19 anos), de 24,29%, foi mais elevada que a encontrada nas demais faixas etárias. O gráfico 1.13 traz um comparativo das taxas de desocupação no âmbito nacional e da RMSP. Observa-se que em ambas as localidades o padrão é basicamente o mesmo: taxas maiores entre os mais jovens, taxas menores entre adultos e idosos. Na região metropolitana a taxa de desocupação entre os mais jovens é maior (24,29% contra 19,52%), talvez resultado do tipo de trabalho médio disponibilizado (que exige uma qualificação maior).

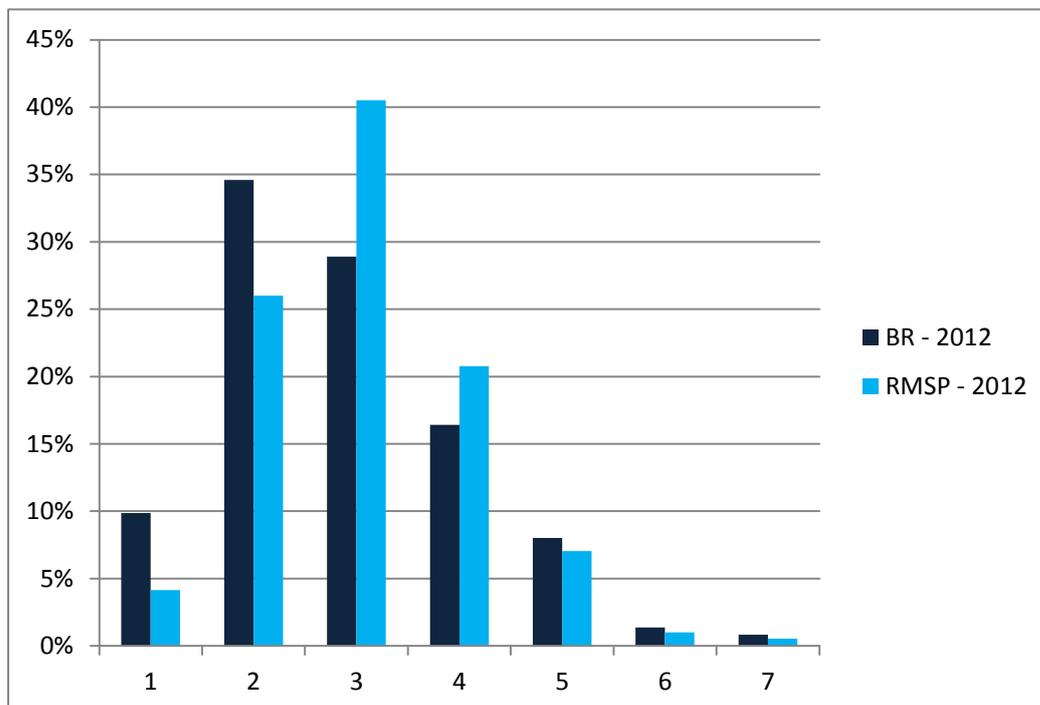
Gráfico 1.13 - Taxa de Desocupação por faixa etária - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

O gráfico 1.14 mostra o intervalo de idade com que a população ocupada (porcentagem) de 15 anos ou mais começou a trabalhar para o Brasil e RMSP.

Gráfico 1.14 - Idade de entrada no mercado de trabalho - % da Pop. - Brasil e RMSP (2012)

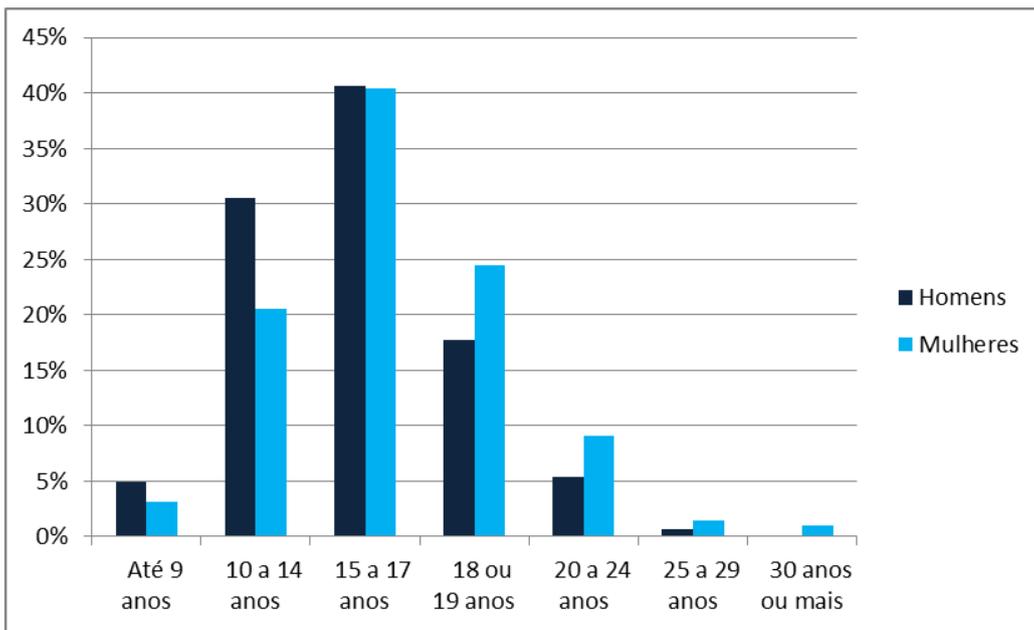


Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

1	Até 9 anos
2	10 a 14 anos
3	15 a 17 anos
4	18 ou 19 anos
5	20 a 24 anos
6	25 a 29 anos
7	30 anos ou mais

Embora tanto no Brasil quanto na RMSP a maioria da população ocupada tenha começado a trabalhar entre os 10 e os 17 anos, no caso brasileiro a maior porcentagem encontra-se na faixa dos 10 a 14 anos (34,6% da população ocupada maior de 15 anos começou a trabalhar nessa faixa etária), enquanto na RMSP a entrada no mercado de trabalho é “adiada” para a faixa seguinte (15 a 17 anos) – 40,51% dos ocupados da região começaram com esse intervalo de idade. Comparando homens e mulheres (ocupados com 15 anos ou mais), na RMSP, as mulheres tendem a entrar um pouco mais tarde no mercado de trabalho (como pode ser observado no gráfico 1.15). Embora a maior porcentagem de entrada feminina no mercado de trabalho esteja na mesma faixa da maioria dos homens (15 a 17 anos), a porcentagem das duas faixas seguintes (18 ou 19 e 20 a 24) é superior no caso das mulheres (24,4% contra 17,71% no primeiro caso e 9% contra 5,3% no segundo caso) e menor no grupo de 10 a 14 anos (30,6% para os homens contra 20,5% para mulheres), evidenciando essa tendência.

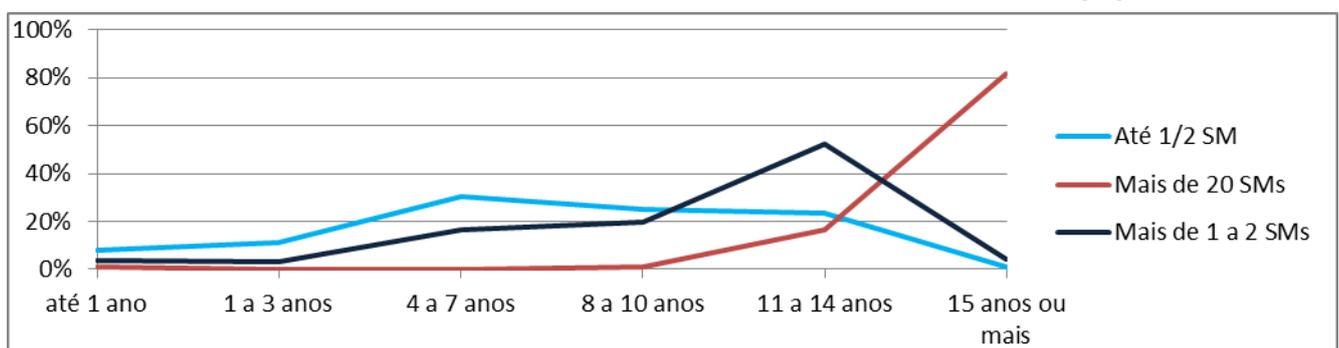
Gráfico 1.15 - Idade de entrada no mercado de trabalho - % Homens e Mulheres - RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

O gráfico 1.16 traz algumas informações sobre anos de estudo das pessoas ocupadas por faixa de renda média mensal na RMSP. São três faixas (a mais baixa – até 1/2 salário mínimo, a que contém a maioria das pessoas – mais de 1 a 2 salários mínimos e a mais alta, 20 ou mais salários mínimos). Na faixa mais baixa, há um grande contingente de pessoas entre 4 a 14 anos de estudos (30,59% das pessoas nessa faixa de rendimento estudaram de 4 a 7 anos, 25,29% de 6 a 10 anos e 23,53% de 11 a 14 anos). Nas faixas intermediárias, inclusive a escolhida para o gráfico (por ser a com maior porcentagem da população), a maioria estudou de 11 a 14 anos (na faixa escolhida essa porcentagem é de 52,20%, o mesmo se repete em faixas intermediárias não presentes no gráfico). Já nas faixas mais altas de renda, inclusive na escolhida para ser apresentada no gráfico (mais de 20 salários mínimos) a grande maioria possui 15 anos ou mais. O grupo de 15 anos ou mais provavelmente engloba aqueles que cursaram ensino superior (a grande maioria das pessoas que ganham mais de 5 salários mínimos chegou até o ensino superior – na faixa de 5 a 10 salários mínimos, 56,65% possuem 15 anos ou mais de estudo, na faixa seguinte, de 10 a 20, 77,26% estão neste grupo, e na faixa mais alta, o número é de 81,67%). Já o grupo de 11 a 14 anos de estudo capta aqueles que foram até o ensino médio ou fundamental.

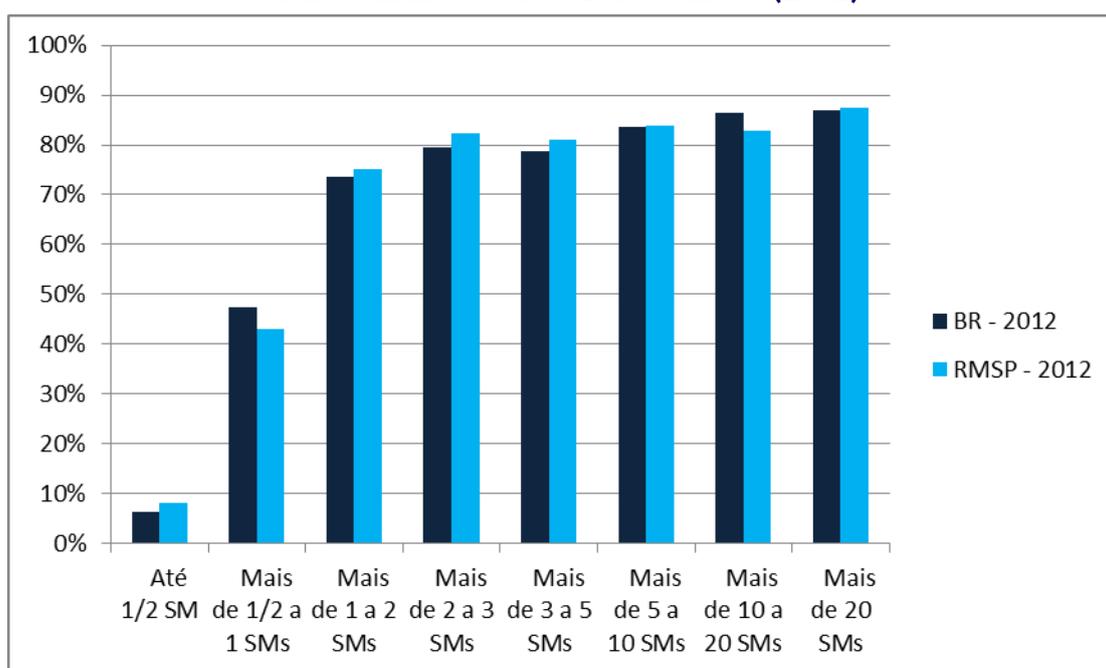
Gráfico 1.16 - Anos de estudo e faixa de renda em Salário Mínimo - SM (% da pop.) - RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Entre as pessoas ocupadas na RMSP, 26,35% declararam não contribuir para algum instituto de previdência (federal como o INSS, estadual ou municipal como o IPREM) em 2012 (73,65% contribuíram). No Brasil, essa porcentagem foi de 39,78% (60,22% contribuíram), um resultado esperado dada a renda maior na região metropolitana além de, supostamente, mais empregos “formais”. O gráfico 1.17 traz a porcentagem dentro de cada faixa de renda das pessoas ocupadas que declararam contribuir para previdência no Brasil e RMSP.

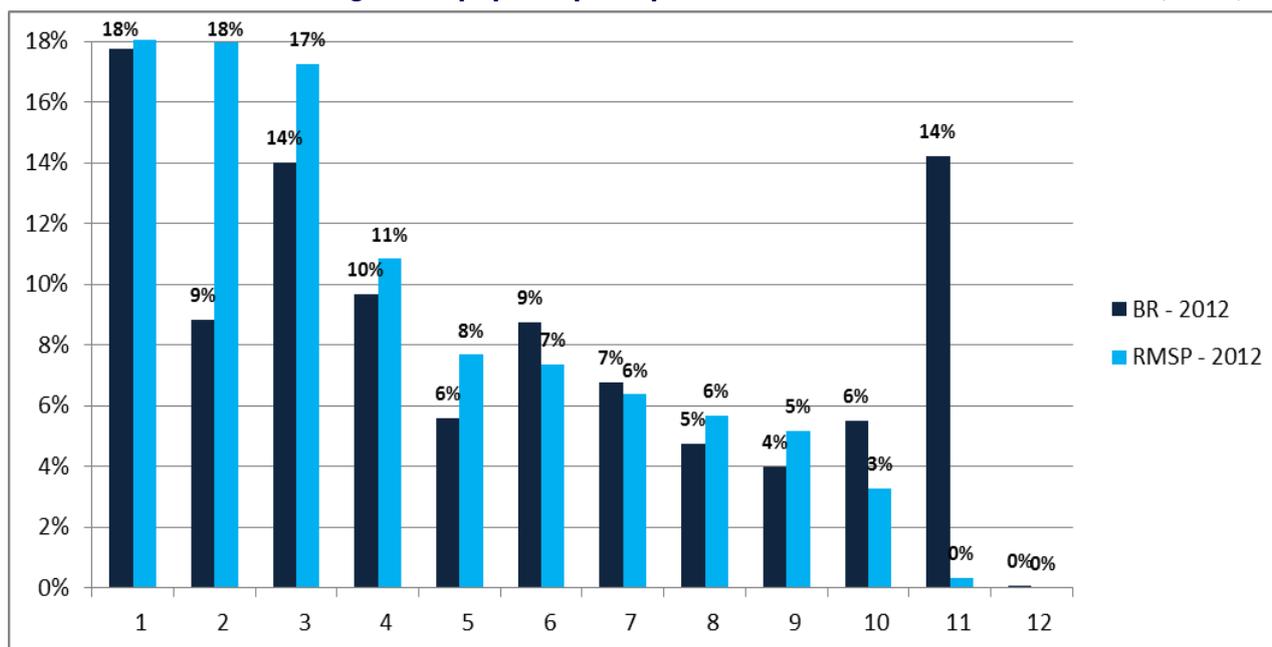
Gráfico 1.17 - Porcentagem da População contribuinte da previdência por faixa de renda em Salário Mínimo - SM - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

O gráfico 1.18 traz a porcentagem da população ocupada (de 15 anos ou mais) por atividade de trabalho principal para o Brasil e a RMSP. Como era de se esperar, o percentual de ocupados que trabalham na agricultura é muito superior no Brasil, se comparado à RMSP (14,23% no primeiro contra apenas 0,35% no segundo). O comércio é a principal atividade nos dois casos. Para a RMSP, o grupo “outras atividades” é o segundo grupo com mais ocupados – 17,97% (a frente inclusive da indústria com 17,24%). Na elaboração da PNAD, o IBGE classifica como “outras atividades” intermediação financeira, seguros e previdência privada, atividades auxiliares da intermediação financeira, atividades imobiliárias, atividades de informática e conexas, pesquisa e desenvolvimento, organizações internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Gráfico 1.18 - Porcentagem da pop. ocupada por área de atividade - Brasil e RMSP (2012)

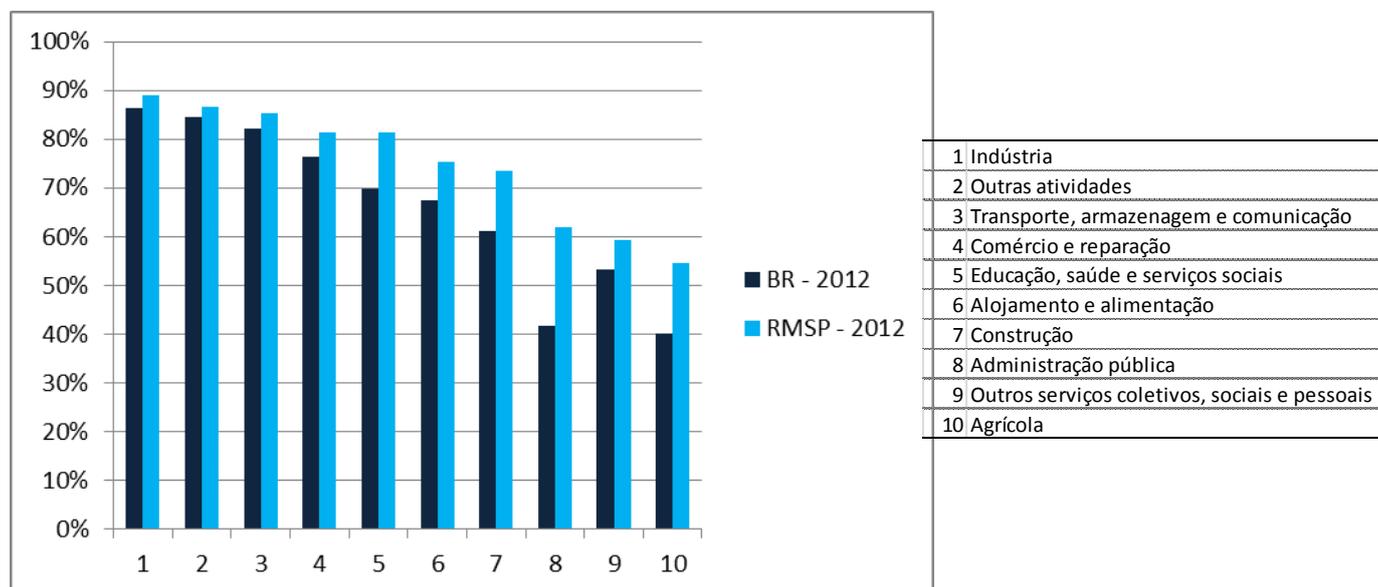


Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

1	Comércio e reparação
2	Outras atividades
3	Indústria
4	Educação, saúde e serviços sociais
5	Transporte, armazenagem e comunicação
6	Construção
7	Serviços domésticos
8	Alojamento e alimentação
9	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
10	Administração pública
11	Agrícola
12	Atividades maldefinidas

Ainda considerando os grupos de atividade, o gráfico 1.19 traz a porcentagem de ocupados com carteira assinada em cada setor, para RMSP e Brasil (2012).

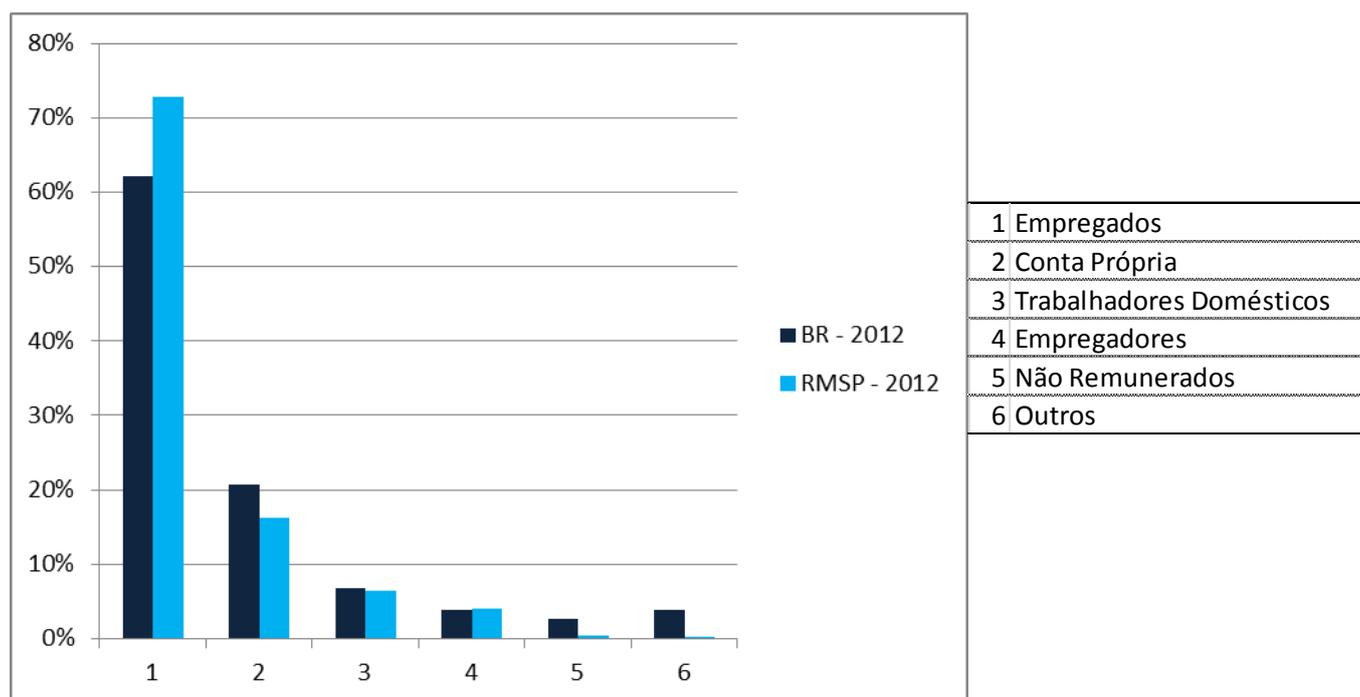
Gráfico 1.19 - % da Pop. ocupada por área de atividade com cart. assinada - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

O gráfico 1.20 mostra a porcentagem de ocupados (com 15 anos ou mais) por “cargo” no trabalho principal, para Brasil e RMSP. Tanto para o Brasil quanto para a RMSP, a maior porcentagem dos ocupados são empregados (72,82% na RMSP e 62,11% no Brasil). Bem abaixo, em segundo lugar, vem a categoria “Conta Própria”⁴, com 20,78% para o Brasil e 16,25% na RMSP. Tanto as categorias “não remunerados” quanto “outros”, que é a soma dos trabalhadores na produção/construção para o próprio consumo/uso, aparecem com um percentual maior no Brasil em relação à RMSP (2,71% contra 0,46% para a primeira categoria, e 3,84% contra 0,09% na segunda). Os empregadores são 4% dos ocupados na RMSP e 3,79% no Brasil.

Gráfico 1.20 - % da pop. ocupada por cargo no trabalho principal - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

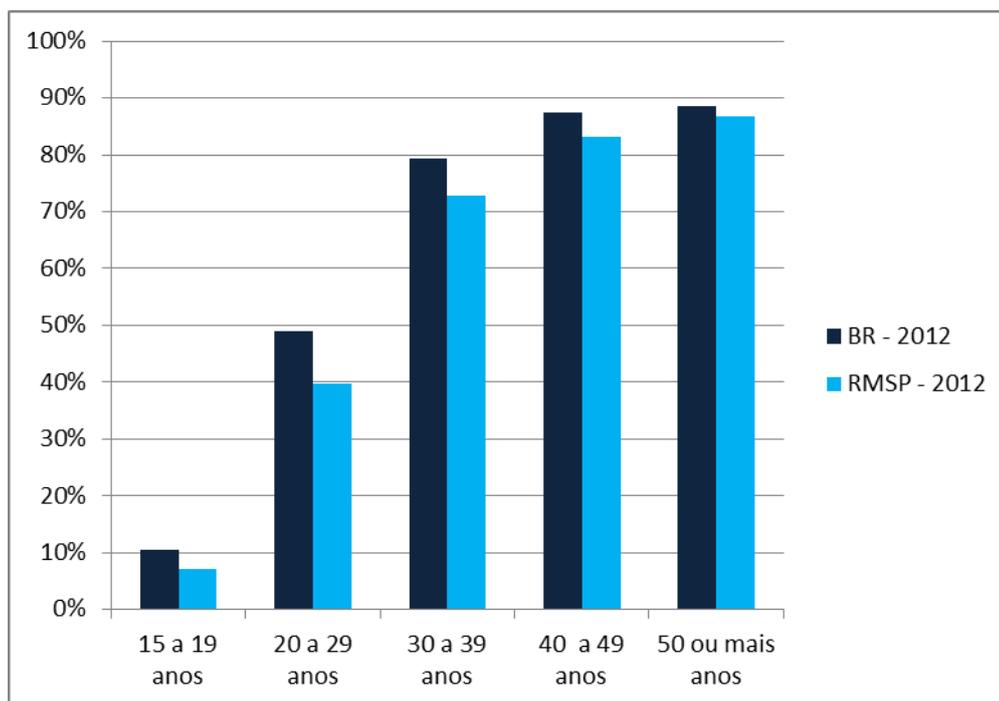
Fecundidade

Segundo a PNAD, 66,8% das mulheres da região metropolitana com 15 anos ou mais tiveram algum filho nascido vivo. A porcentagem é um pouco menor que a registrada em âmbito nacional (69,98%). Para o IBGE, filho nascido vivo é “aquele que, após a expulsão ou extração do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, etc.), ainda que tenha falecido em seguida”. Considerando apenas os filhos nascidos vivos, a média de filhos por mulher com 15 anos ou mais foi de aproximadamente 1,72 filho na RMSP contra 2,16 filhos em âmbito nacional. Em 2003, esse número era de aproximadamente 1,86 filho nascido vivo para RMSP e 2,3 filhos para o caso brasileiro.

⁴ Conta Própria para o IBGE se refere a pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

O gráfico 1.21 traz a porcentagem das mulheres de 15 anos ou mais que tiveram filhos nascidos vivos por faixa etária para o Brasil e RMSP.

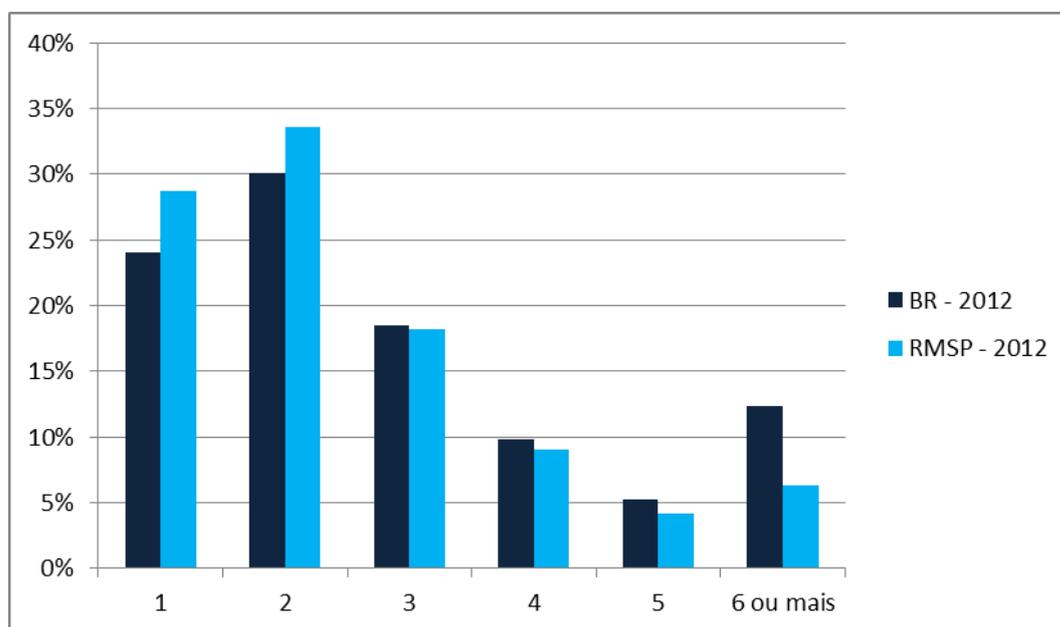
Gráfico 1.21 - % de Mulheres que tiveram filhos nascidos vivos por faixa etária - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

As porcentagens em âmbito nacional são mais altas que as da RMSP para todas as faixas etárias. Destaca-se a porcentagem de jovens (15 a 19 anos) que tiveram filhos – 10,43% para o Brasil e 7,10% para RMSP. O gráfico 1.22 mostra a porcentagem de mulheres que tiveram filhos nascidos vivos por número de filhos nascidos vivos.

Gráfico 1.22 - % de Mulheres que tiveram filhos nascidos vivos por número de filhos nascidos vivos - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

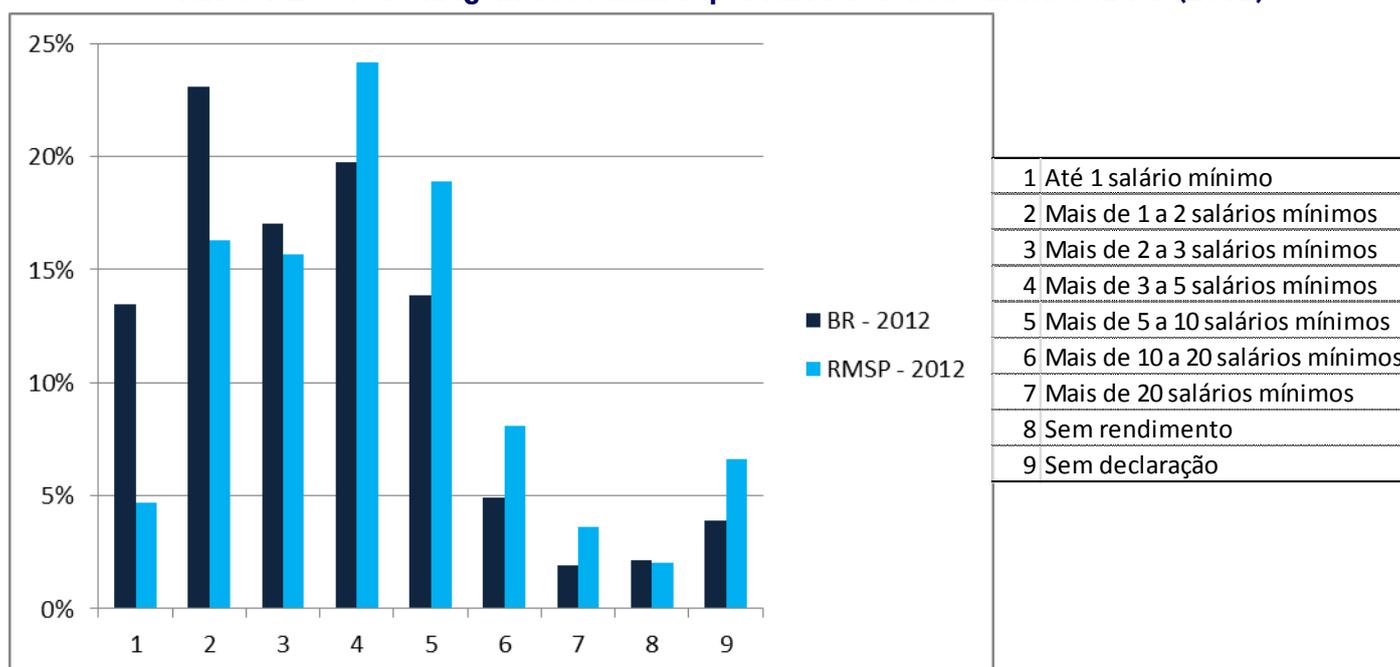
Observa-se pelos dados que o número mais comum de filhos é 2 (33,59% das mulheres da RMSP que tiveram filhos nascidos vivos tiveram 2 filhos; no âmbito nacional essa porcentagem é de 30,56%). Outro número que chama a atenção é a porcentagem substancialmente maior de mulheres que tiveram 6 filhos ou mais no caso brasileiro (12,39% contra apenas 6,27% na RMSP).

Famílias e Domicílios

Segundo a PNAD, a RMSP possuía 6,966 milhões de famílias residentes em domicílios particulares⁵ na RMSP, um crescimento de aproximadamente 18,3% em relação a 2003, quando esse número era de 5,887 milhões de famílias. Considerando que os domicílios particulares compõem quase a totalidade dos domicílios⁶, dividindo o número de habitantes pelo de famílias, obtemos o tamanho médio de uma família da RMSP (cerca de 2,9 pessoas). Em 2003, o tamanho médio das famílias era de aproximadamente 3,2 pessoas. A renda média mensal das famílias residentes em domicílios particulares da RMSP cresceu nominalmente 109,57% (de R\$1.699 em 2003 para R\$ 3.561 em 2012), acima da inflação para o período, que foi de 60,25%⁷. Comparando com o crescimento da renda em âmbito nacional, a RMSP ficou um pouco abaixo – no Brasil o crescimento nominal foi de 117,48% (saiu de R\$ 1.176 em 2003 para R\$ 2.567 em 2012).

O gráfico 1.23 traz a porcentagem das famílias (2012) por faixa de renda para o Brasil e RMSP.

Gráfico 1.23 - Porcentagem das Famílias por faixa de renda - Brasil e RMSP (2012)



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

⁵ Segundo o IBGE: “Classificaram-se os domicílios como particulares quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência.”.

⁶ Indicador Metropolitano de Maio de 2013 traz dados da Fundação SEADE/IBGE sobre a composição dos domicílios na RMSP em 2010 (pg. 3) – 99,63% dos domicílios na RMSP são do tipo “particular”, segundo a definição do IBGE.

⁷ IPCA acumulado de setembro de 2003 a setembro de 2012, data de referência da PNAD

Como era de se esperar, dentro das faixas de renda mais baixa, as porcentagens são maiores no caso brasileiro, enquanto para as faixas mais altas, as porcentagens da RMSP são maiores. No caso da RMSP, a faixa com a maior porcentagem de famílias (24,16%) é a de “mais de 3 a 5 salários mínimos”, enquanto no caso brasileiro (23,07%) é a “mais de 1 a 2 salários mínimos”. A renda familiar média das famílias com maior rendimento (mais de 20 salários mínimos) foi de R\$ 21.754 na RMSP, enquanto das famílias mais pobres (até 1 salário mínimo) foi de R\$ 537,00, uma diferença de 3.951%. Em 2003, essas rendas médias eram de R\$ 8.265 e R\$ 197, uma diferença de 4.089%. Em termos de crescimento nominal no período 2003-2012, a renda das famílias mais pobres subiu cerca de 17-2%, enquanto a renda das famílias mais ricas cresceu 163%. Comparando com o Brasil, a renda média mensal das famílias mais pobres (até um salário mínimo) foi de R\$471,00, enquanto a das famílias mais ricas (mais de 20 salários mínimos) foi de R\$21.911 (diferença de 4552%). Em termos de crescimento, a renda das famílias mais pobres cresceu 161,75% no período 2003-2012, praticamente o mesmo crescimento da renda das famílias mais ricas (162%).

Olhando para os domicílios, em 2012 eram 6,757 milhões de domicílios particulares permanentes na região metropolitana, sendo 73,47% próprios e 20,2% alugados. Para fins de comparação, em 2003 os domicílios particulares permanentes eram 5,486 milhões, uma variação de aproximadamente 23%, sendo 71% próprios e 18,31% alugados. A categoria “Outra” que inclui imóveis invadidos, era de 1,14% em 2003, passando a 0,63% em 2012⁸. A tabela 1.4 traz uma lista com a porcentagem de domicílios particulares permanentes da RMSP que contém alguns bens duráveis pesquisados pela PNAD. Com exceção de freezer e rádio, todos os bens pesquisados apresentaram um crescimento do seu acesso entre 2003 e 2012, sendo que geladeira, televisão (a cores ou preta e branco) e fogão estão em mais de 99% dos domicílios. A queda da porcentagem para os bens rádio e freezer, provavelmente tem uma relação mais tecnológica do que com questões ligadas à renda (no caso do freezer, por exemplo, as maioria das geladeiras modernas possui um compartimento tipo “freezer” interno ou conjugado).

Tabela 1.4 - Porcentagem de domicílios X Bens duráveis - RMSP (2012)

ITEM	2003	2010
	Tinham	Tinham
Fogão	99,50%	99,54%
Filtro de água	56,08%	65,88%
Rádio	93,59%	85,65%
Televisão	97,16%	99,11%
Geladeira	97,77%	99,46%
Freezer	18,77%	15,86%
Máquina de Lavar Roupas	62,84%	84,02%

Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

⁸ Adicionalmente aos 3 tipos mencionados, a PNAD ainda trabalha com a categoria “cedido”, que correspondeu a 5,7% dos domicílios particulares permanentes em 2012.

A tabela 1.5 traz a porcentagem de domicílios particulares permanentes da RMSP que possuem alguns serviços (características) pesquisados para o período 2003 e 2012.

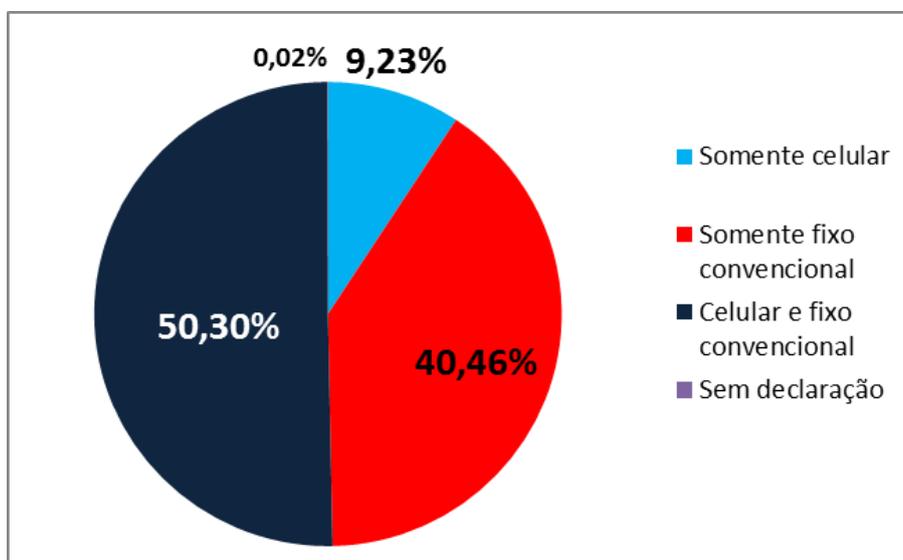
Tabela 1.5 - Porcentagem de domicílios segundo algumas características - RMSP (2012)

Característica	2003	2012
	Tinham	Tinham
Esgotamento Sanitário	99,72%	99,78%
Telefone	82,42%	96,98%
Banheiro ou Sanitário	99,72%	99,78%
Abastecimento de água com canalização interna	99,20%	99,15%
Coleta de lixo (direta)	92,61%	95,19%

Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

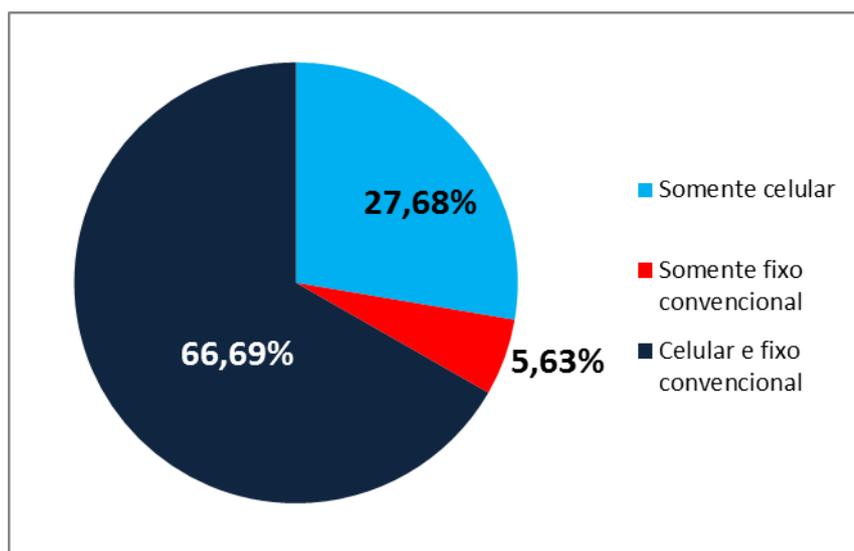
Assim como no caso dos bens duráveis, a maioria dos domicílios possuem “serviços essenciais” como abastecimento de água com canalização interna, banheiro e esgotamento sanitário (mais de 99%). O destaque vai para o telefone (fixo ou celular), que estava presente em 82,42% dos domicílios em 2003 e saltou para 96,98% em 2010. O gráfico 1.24a e 1.24b traz a porcentagem dos domicílios (dentre os que tem telefone) por tipo de telefone para 2003 e 2012. A presença de coleta de lixo feita diretamente (empresas / serviço público de coleta atendendo o logradouro do domicílio) também cresceu (de 92,61% dos domicílios em 2003 para 95,19% em 2012).

Gráfico 1.24a - Porcentagem de domicílios com telefone por tipo de telefone (2003) - RMSP



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Gráfico 1.24b - Porcentagem de domicílios com telefone por tipo de telefone (2012) - RMSP



Fonte: IBGE - PNAD 2003/2012

Como pode ser observado, a mudança no perfil do consumo de serviços de telefone foi considerável. A porcentagem de domicílios que usavam telefones, mas somente com telefone fixo despencou de 40% em 2003 para apenas 5,6% em 2012, enquanto domicílios que usavam exclusivamente o celular subiram de apenas 9,23% para 27,68% em 2012. A porcentagem de domicílios que tinham telefones e usavam ambos os tipos subiu de 50% em 2003 para cerca de 66% em 2012. Por fim, outra grande mudança ocorreu em relação aos domicílios particulares permanentes que possuíam microcomputadores. Em 2003, apenas 28% tinham essa característica. Em 2012 a porcentagem saltou para 65%, sendo que, em 2012, 60% dos domicílios tinham computador com acesso à internet, enquanto em 2003 eram apenas 22%.

24. IFGF - Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - Edição 2013¹

Autores: Adriano Nunes Borges, Alexandre Henrique Cardoso, Bruno Nunes Medeiro, Emerson Rildo Araújo de Carvalho, Fernanda Graziella Cardoso, Gilberto Rodrigues Hashimoto, Márcia Akemi Endo, Regina Eiko Kimachi, Rodrigo Mantovani Policano, Sidney Richard Sylvestre e Thiago de Carvalho Alves.

O Indicador Metropolitano n° 11, publicado em abril de 2012, trouxe o IFGF – Índice Firjan de Gestão Fiscal, que tem por finalidade avaliar a qualidade fiscal dos municípios brasileiros. Naque-la oportunidade, foram apresentados dados referentes a 2006 e 2010. Recentemente, a FIRJAN divulgou o índice referente a 2011 (IFGF - Edição 2013 - Ano Base 2011, em <<http://www.firjan.org.br/ifgf/downloads/>>), cuja apresentação é o objetivo do presente artigo. Como de hábito, será dada maior atenção aos municípios da região metropolitana de São Paulo.

Metodologia

Para o cálculo do IFGF são utilizados os dados fornecidos pelos próprios municípios à Secretaria de Tesouro Nacional, seguindo o determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC n° 101/2000)². Segundo os elaboradores do IFGF, dadas as informações disponíveis, nacionalmente, não foi possível calcular o índice de 376 municípios, além de 23 municípios apresentarem dados inconsistentes, o que levou à sua exclusão no cálculo do índice. Assim, o estudo abrange 5.164 municípios, onde vivem 96% da população brasileira.

O IFGF é baseado em cinco indicadores, cujo objetivo é mensurar a situação fiscal de cada município. Todos os indicadores variam entre 0 e 1, sendo que quando mais próximo de 1, mais bem avaliado é o município. Resumidamente, os indicadores citados são os seguintes:

- **IFGF - Receita Própria:** visa avaliar o grau de dependência dos municípios com relação às transferências estaduais e federais. É dada atenção a este item porque supostamente a dependência de transferências intergovernamentais dificulta o planejamento municipal, uma vez que parte significativa das receitas da prefeitura estará sujeita às decisões tomadas na esfera estadual ou federal, elevando o nível de incerteza associado à previsão da receita e à realização da despesa. Quanto mais próximo o IFGF – Receita Própria estiver de 1,00, menos a prefeitura é dependente das transferências intergovernamentais.

¹ Publicado no Indicador Metropolitano n° 30 - novembro/2013.

² Conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os municípios devem encaminhar suas contas referentes ao exercício fiscal até abril do ano seguinte para a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que, por sua vez, deve divulgar, por meio eletrônico de acesso público, a Consolidação, nacional e por esfera de governo, das Contas Públicas, até junho. Esse processo resulta na divulgação anual do banco de dados “Finanças do Brasil”, conhecido como FINBRA e consolidado pela STN com informações orçamentárias declaradas pelos próprios municípios.

-
- **IFGF - Gasto com Pessoal:** este item pretende medir o grau de rigidez do orçamento. A despesa com pessoal tende a ser o principal item da despesa pública; o comprometimento excessivo com essa despesa significa menos recursos para outros fins, afetando investimentos e políticas públicas. Com este objetivo, a Lei de Responsabilidade Fiscal limitou as despesas com pessoal em até 60% da Receita Corrente Líquida – RCL. Quanto mais próximo de 1,00 este índice estiver, menor o comprometimento do orçamento com a folha de salários do funcionalismo municipal e, conseqüentemente, maior o espaço de manobra para a prefeitura executar políticas públicas.
 - **IFGF - Investimentos:** quantifica o percentual da RCL que os municípios destinam aos investimentos públicos, considerados uma variável importante para garantir o crescimento econômico sustentado. Na leitura dos resultados, quanto mais próximo de 1,00 o IFGF – Investimento estiver, mais investimentos foram realizados pelas prefeituras.
 - **IFGF - Liquidez:** mensura o percentual do ativo financeiro, apurado no balanço patrimonial da prefeitura, que não está comprometido com o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar³. A atenção a este índice, segundo a FIRJAN, é justificada, pois a utilização dos restos a pagar passou, ao longo do tempo, a ser um mecanismo de financiamento dos municípios, através da postergação das despesas contratadas do ano anterior sem que houvesse recursos financeiros disponíveis. Quanto mais próximo de 1,00 o IFGF – Liquidez estiver, menos o município está postergando pagamentos para o exercício seguinte sem a devida cobertura.
 - **IFGF - Custo da Dívida:** assim como os gastos com pessoal, os encargos resultantes da dívida pública, juros e amortizações, representam uma despesa obrigatória, que engessa o orçamento. O IFGF Custo da Dívida avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. Quanto mais próximo de 1,00 o índice estiver, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com esses itens.

³ Restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até a data de encerramento do exercício financeiro.

O IFGF geral é calculado por uma média ponderada, na qual o IFGF - Custo da Dívida tem peso de 10% e os demais indicadores têm de peso 22,5% (cada um). Assim como os índices auxiliares, os valores para o indicador geral vão de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a gestão fiscal do município. Para facilitar a leitura dos resultados, os pesquisadores criaram 4 conceitos, baseados em intervalos do IFGF. A Tabela 1.1 traz esses conceitos:

Tabela 1.1 - Conceitos do IFGF

Conceito	Intervalo IFGF
Conceito A – Gestão de Excelência	superior a 0,8
Conceito B – Boa Gestão	entre 0,6 e 0,8
Conceito C – Gestão em Dificuldade	entre 0,4 e 0,6
Conceito D – Gestão Crítica	inferior a 0,4

Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Resultados

IFGF Geral

O IFGF Brasil 2011 registrou 0,5295 pontos, valor muito próximo do registrado na avaliação anterior, feita com base em dados de 2010 (0,5279 pontos) – crescimento de 0,3%. Para a região metropolitana de São Paulo (RMSP), o IFGF de 2011 ficou em 0,6606 contra 0,6644 (queda de 0,58%)⁴. Dos 5.164 municípios que entraram no cálculo do IFGF, a maioria (66,2%) obteve índices abaixo de 0,6, o que significa que estão em situação fiscal difícil ou crítica. 2.328 (45,1%) foram avaliados com conceito C e 1.090 (21,1%) com conceito D. 1.662 municípios (32,2%) obtiveram conceito B (IFGF entre 0,6 e 0,8) e apenas 84 (1,6%) o conceito A. Na RMSP, dos 39 municípios, 8 (20,5%) obtiveram índice superior a 0,8 (conceito A), enquanto 18 (46,2%) conseguiram conceito B (índice entre 0,6 e 0,8). 10 municípios obtiveram conceito C e 3 registraram IFGF inferior a 0,4 (conceito D). Os gráficos 1.1a e 1.1b trazem essas porcentagens para RMSP e Brasil.

Gráfico 1.1a - % de Municípios por Conceito - RMSP

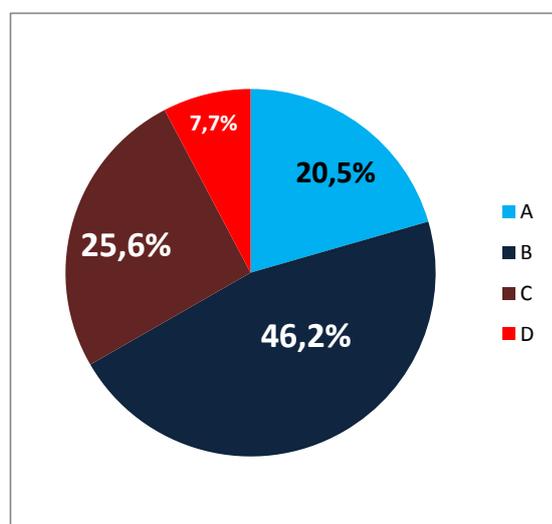
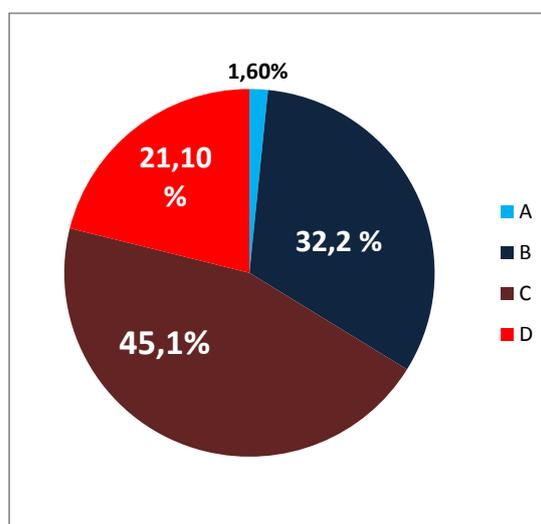


Gráfico 1.1b - % de Municípios por Conceito - Brasil



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

⁴ Para 2010 não foi incluído o município de Biritiba-Mirim por indisponibilidade de dados. Se calcularmos o IFGF de 2011 para RMSP sem Biritiba-Mirim, obtemos 0,6645, valor praticamente idêntico ao de 2010.

O gráfico 1.2 traz a distribuição por intervalo de IFGF dos municípios brasileiros, já o gráfico 1.3 mostra os municípios da RMSP ordenados por IFGF. As cores diferentes nas barras do gráfico 1.3 indicam o conceito em que se enquadra cada município seguindo o exposto na tabela 1.1, assim os municípios em azul claro receberam conceito A, azul escuro B, vinho C e vermelho o conceito D. Por fim, o gráfico 1.4 apresenta as variações do IFGF para RMSP entre 2010 e 2011.

Gráfico 1.2 - Distribuição dos Municípios Brasileiros por intervalo de IFGF

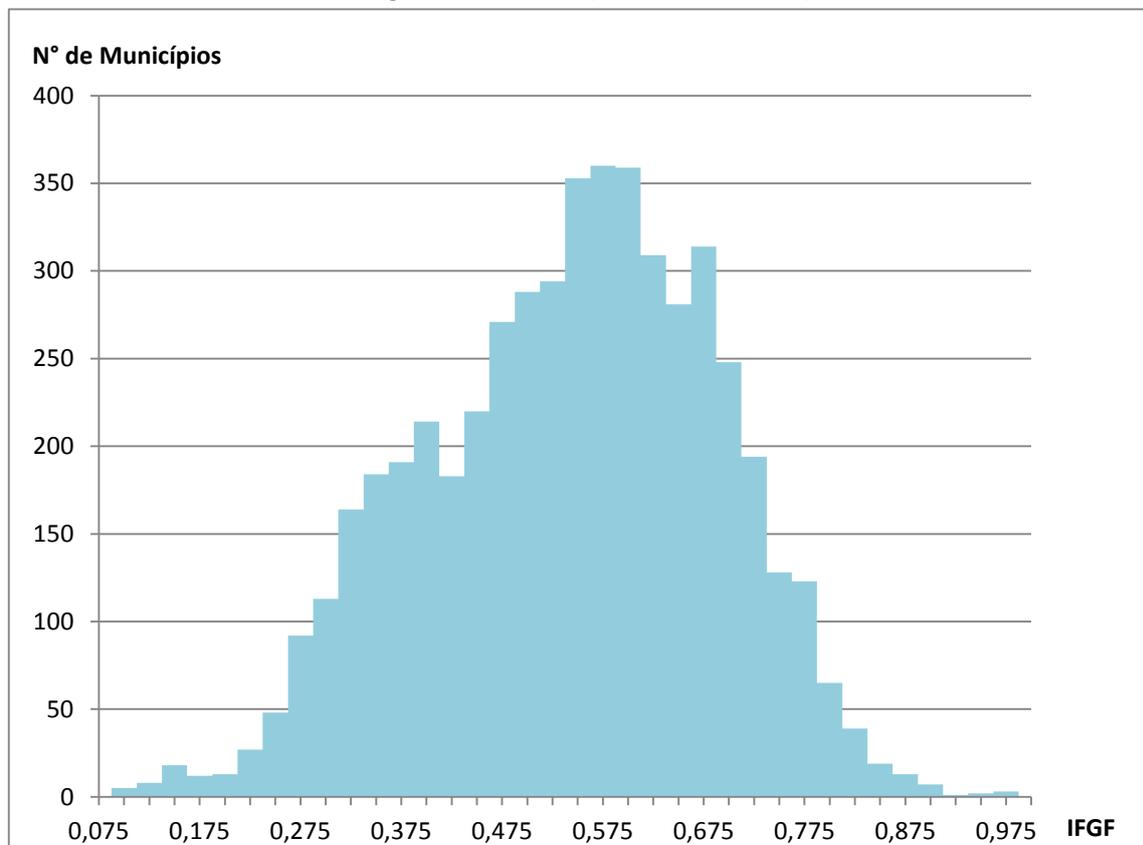
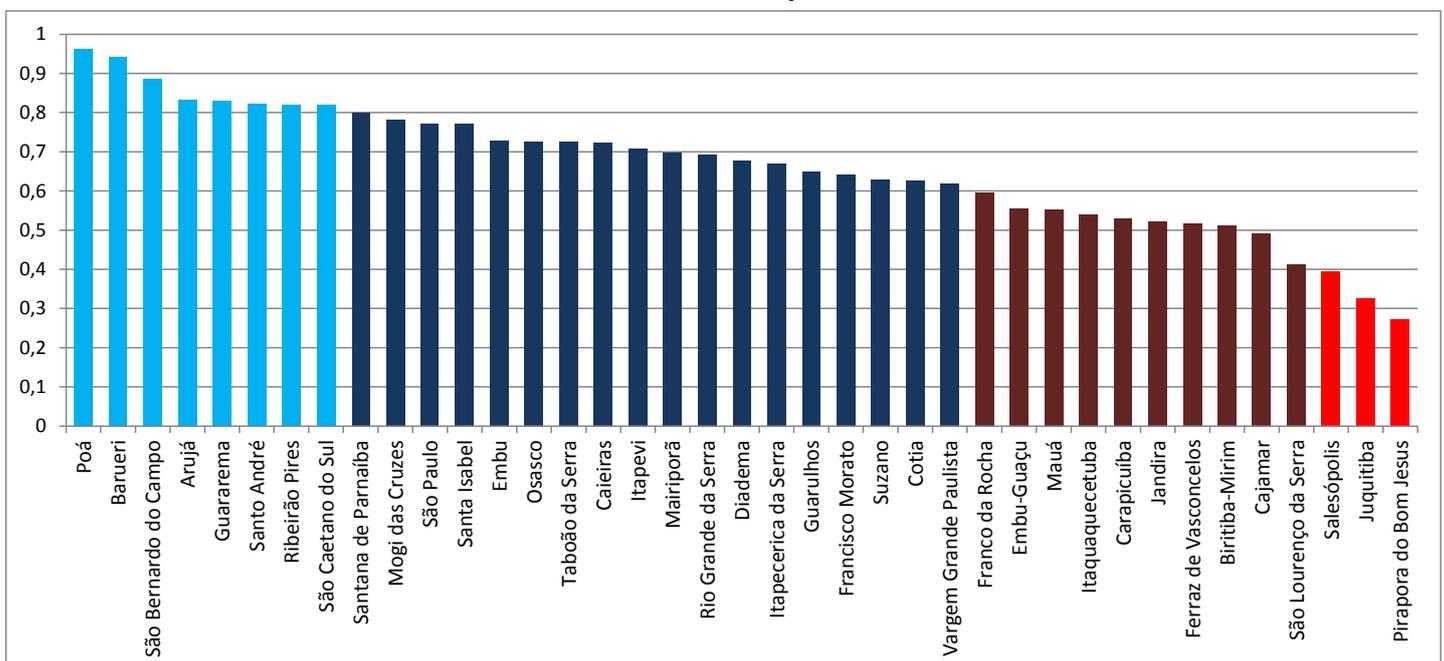
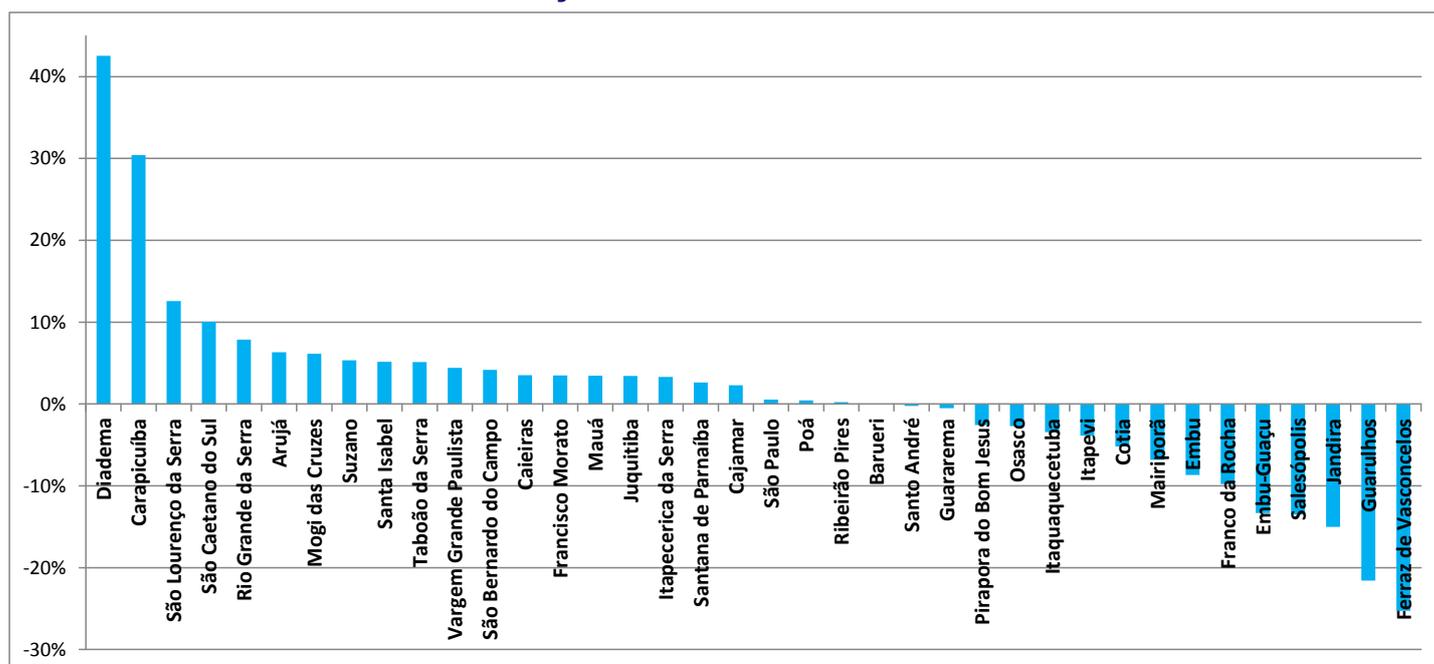


Gráfico 1.3 - IFGF - Municípios da RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Gráfico 1.4 - Variação do IFGF (2010-2011) - RMSP (em %)



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Considerando as variações entre 2010 e 2011, como pode ser observado pelo gráfico 1.4, Diadema (42,5%), Carapicuíba (30,4%), São Lourenço da Serra (12,6%), São Caetano do Sul (10%) e Rio Grande da Serra (7,8%) obtiveram as maiores variações positivas, enquanto Ferraz de Vasconcelos (-25,2%), Guarulhos (-21,6%) e Jandira (-15%) apresentaram as maiores variações negativas. Alguns municípios como São Paulo, Poá, Ribeirão Pires, Barueri e Santo André quase não apresentaram variação no seu IFGF para o período.

Para o âmbito nacional, a tabela 1.2a traz os 5 maiores IFGF do Brasil e a 1.2b apresenta as 5 maiores variações positivas e negativas para 2010 - 2011.

Tabela 1.2a - 5 Maiores IFGF - Brasil

Ranking	UF	Município	IFGF
1°	SP	Poá	0,961839
2°	MG	Jeceaba	0,961210
3°	SC	Balneário Camboriú	0,956049
4°	SP	Barueri	0,941489
5°	SP	Piracicaba	0,925448

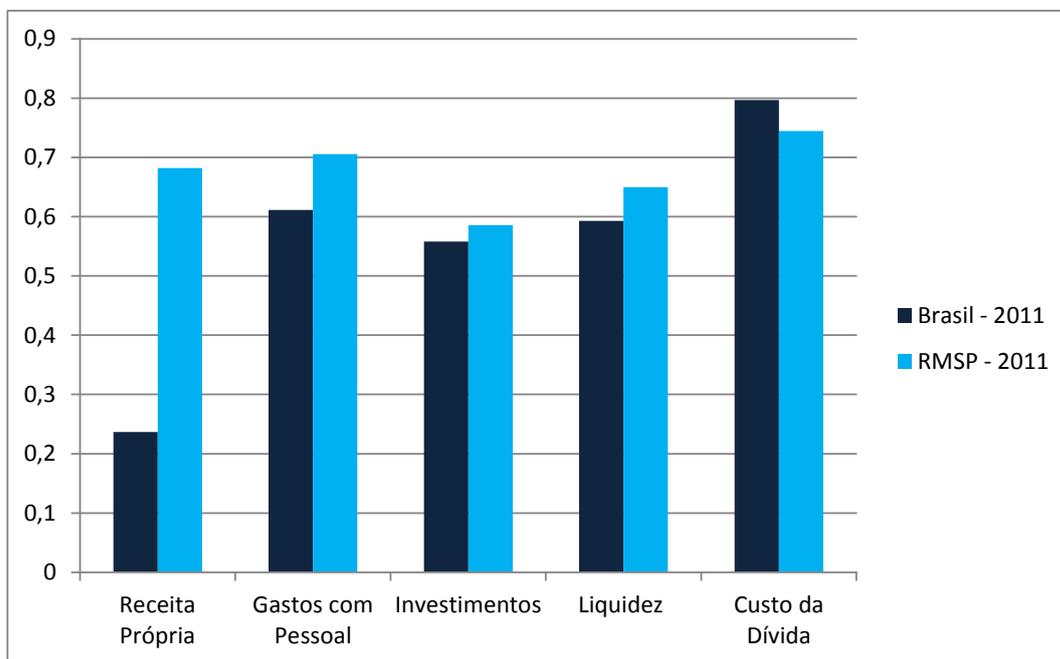
Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Tabela 1.2b - Var (%) - IFGF - Brasil

UF	Município	IFGF		Var (%)
		2010	2011	
BA	Jitaúna	0,130	0,512	292,8%
BA	Iuiú	0,123	0,468	278,8%
AL	Piaçabuçu	0,086	0,319	269,0%
PR	Conselheiro Mairinck	0,097	0,312	220,6%
PB	Santana dos Garrotes	0,126	0,372	195,7%
GO	Campos Verdes	0,379	0,121	-68,1%
SE	Salgado	0,496	0,134	-73,0%
SE	Aquidabã	0,359	0,097	-73,1%
MA	Senador La Rocque	0,395	0,090	-77,2%
PE	Belém de São Francisco	0,353	0,061	-82,8%

Comparando o desempenho dos indicadores auxiliares (que formam o IFGF) entre RMSP e Brasil, a maior diferença entre as regiões ocorre no IFGF - Receita Própria. Para a RMSP, este indicador (médio) é de 0,682, enquanto para o Brasil é de 0,2369 (65% menor), algo esperado dado que muitos municípios, principalmente no interior, dependem fortemente de transferências federais. Todos os IFGFs apresentam valores médios maiores para a RMSP quando comparados com o país todo, exceto o “Custo da Dívida”, um pouco melhor para o Brasil (0,799 contra 0,744). O gráfico 1.5 traz estes números:

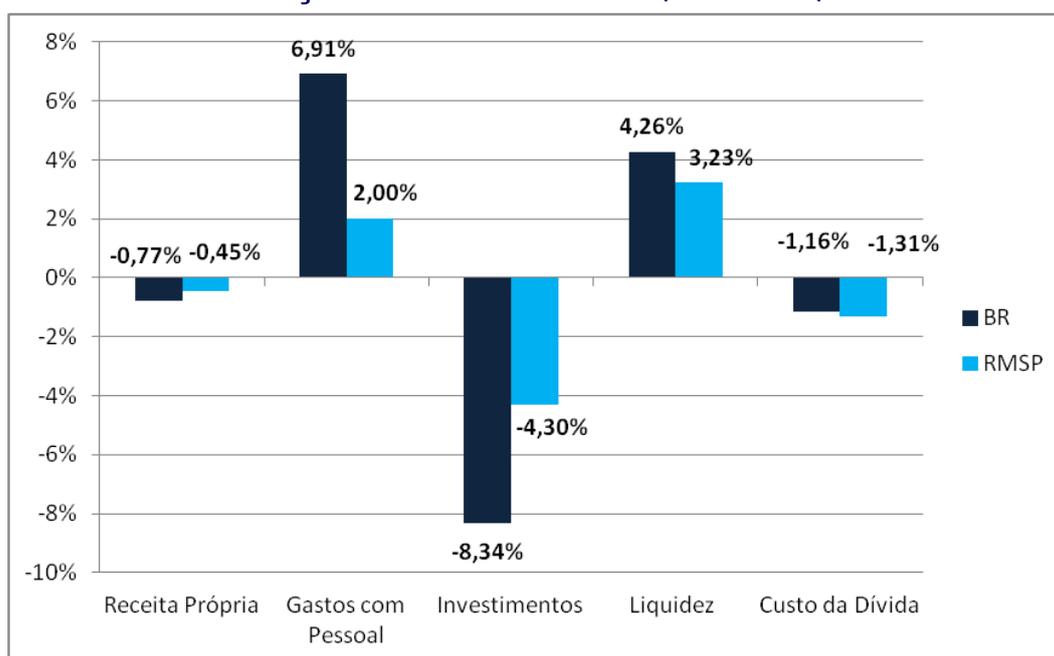
Gráfico 1.5 - Índices Auxiliares (2011) - Brasil e RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

O Gráfico 1.6 traz a variação entre 2010 e 2011 para cada indicador na região metropolitana e Brasil.

Gráfico 1.6 - Variação dos Índices Auxiliares (2010-2011) - Brasil e RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

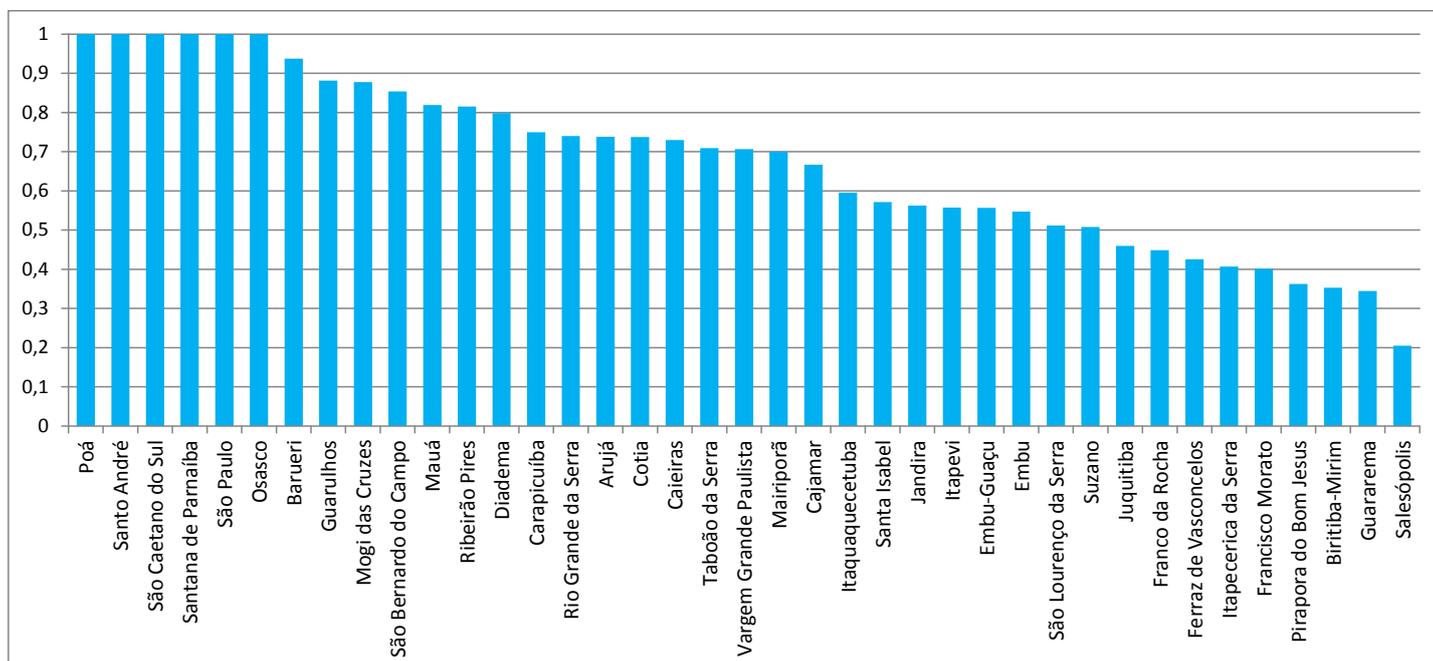
Como pode ser observado, há uma “convergência” entre as variações das duas regiões (quando uma piora, a outra também piora). Em 3 indicadores houve pioras – Receita Própria, Investimentos e Custo da Dívida – sendo que o IFGF - Investimento registrou a pior variação tanto para Brasil, quanto para RMSP (-8,34% e -4,30% respectivamente). Por outro lado, houve melhora no IFGF – Gastos com Pessoal e IFGF – Liquidez.

Apresentados os resultados mais gerais, passaremos a um detalhamento maior dos cinco indicadores auxiliares por municípios da RMSP.

IFGF - Receita Própria

O Gráfico 1.7 traz o IFGF-Receita Própria 2011 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

Gráfico 1.7 - IFGF - Receita Própria (2011) por Município da RMSP

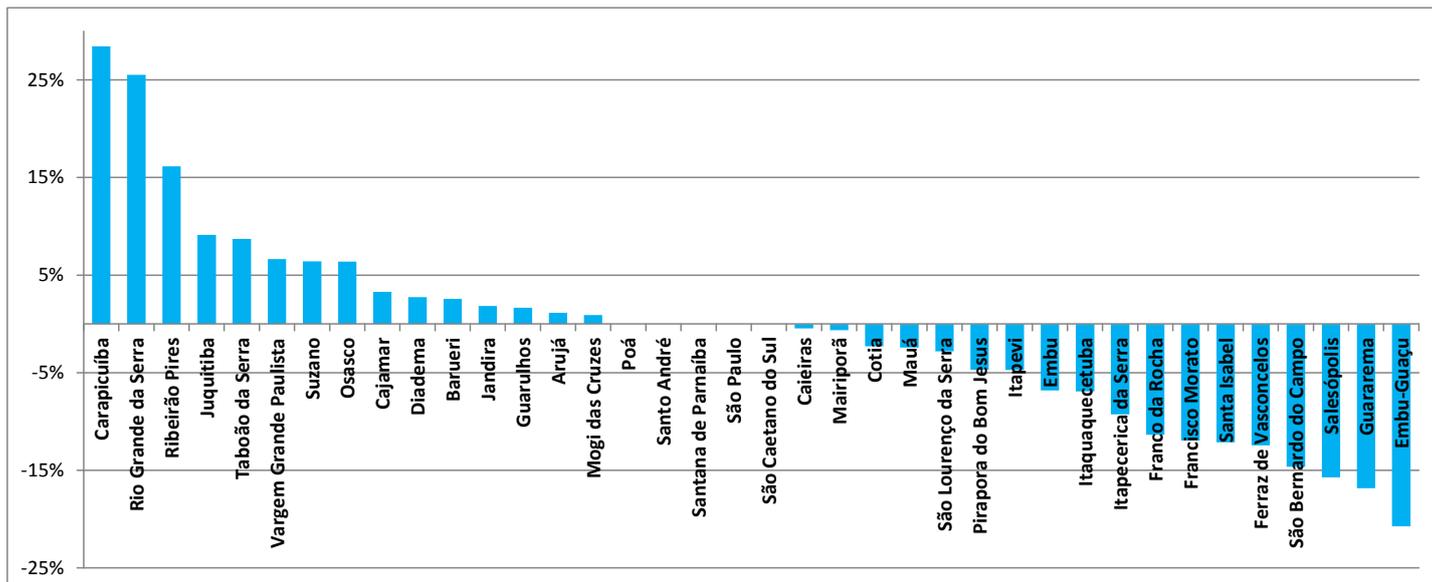


Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Poá, Santo André, São Caetano do Sul, Santana do Parnaíba, São Paulo e Osasco obtiveram em 2011 o índice máximo para este item (valor de 1), que, segundo a metodologia adotada, significa ter mais de 50% da Receita Corrente Líquida composta por receitas próprias. Os piores IFGF – Receita Própria foram computados em Salesópolis, Guararema e Biritiba-Mirim, sendo que o primeiro foi o único município da RMSP a apresentar um índice menor que a média nacional (0,20 enquanto a média nacional é de 0,23).

O Gráfico 1.8 traz as variações deste indicador entre 2010 e 2011 para todos os municípios da RMSP, ordenados do maior para o menor.

Gráfico 1.8 - Variação IFGF - Receita Própria (2010-2011) - Municípios da RMSP



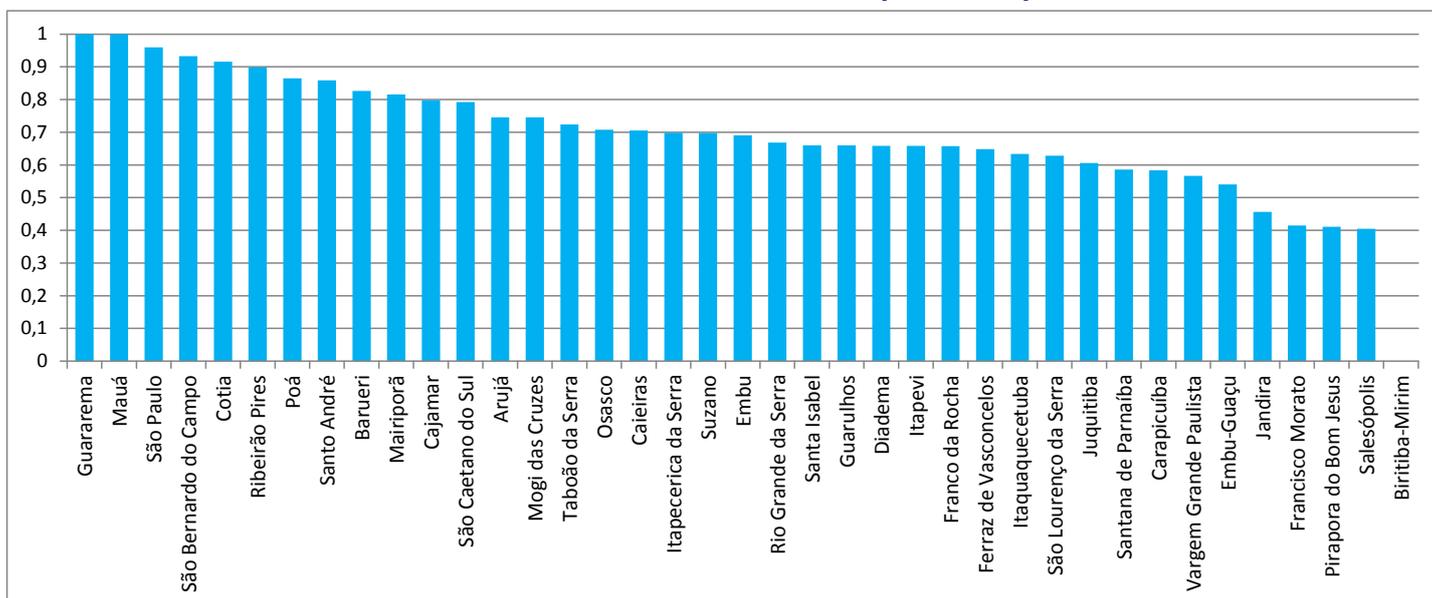
Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Poá, Santo André, Santana do Parnaíba, São Paulo e São Caetano do Sul obtiveram IFGF – Receita Própria 1 em 2010 e 2011, portanto não apresentaram variação de um ano para outro. São Bernardo do Campo também tinha índice 1 em 2010, mas caiu para 0,8536 em 2011, registrando a quarta pior variação (Salesópolis, Guararema e Embu-Guaçu são os 3 municípios com piores variações). Por outro lado, Carapicuíba, Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires apresentam as maiores variações (28,43%; 25,52%; 16,15% respectivamente). Não há dados para Biritiba-Mirim, pois em 2010 o IFGF não foi calculado para este município.

IFGF - Gasto com Pessoal

O gráfico 1.9 traz o IFGF – Gasto com Pessoal 2011 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

Gráfico 1.9 - IFGF - Gasto com Pessoal (2011) por Município da RMSP

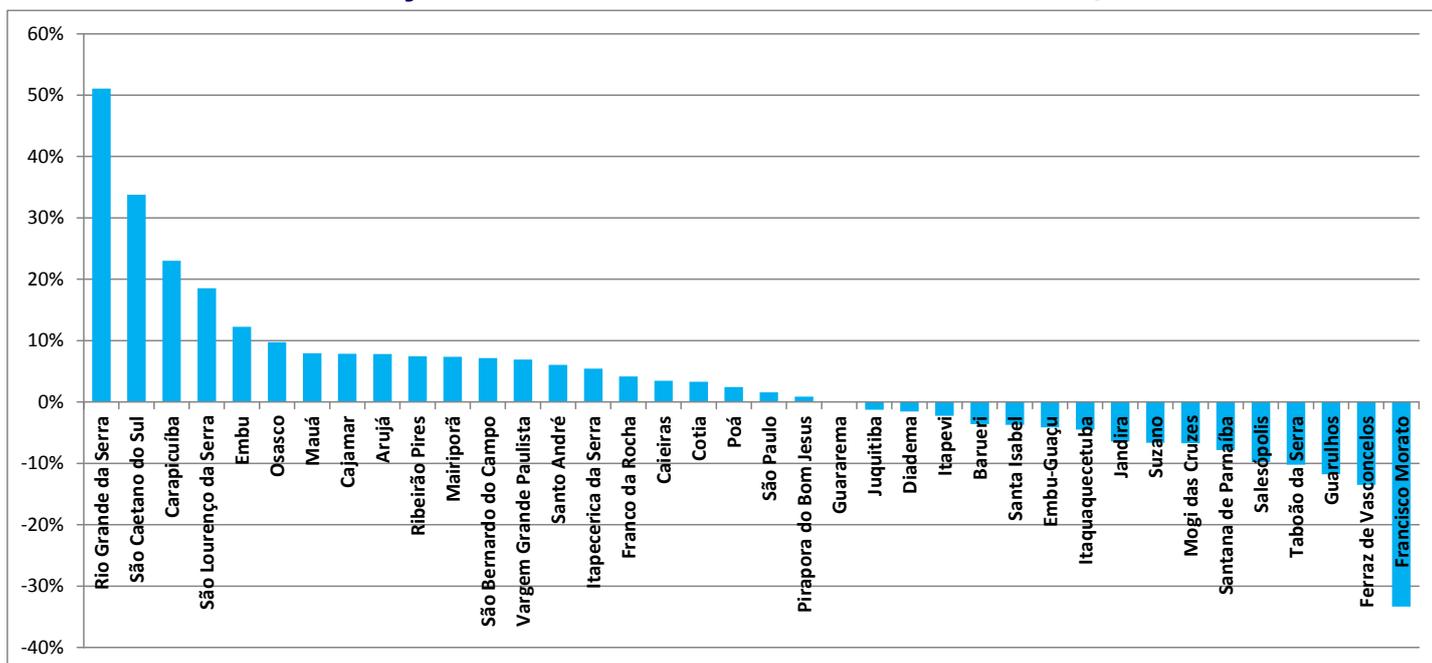


Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Dois municípios, Guararema e Mauá, atingiram o valor máximo deste indicador (1), significando, conforme a metodologia adotada, que menos de 30% da receita corrente líquida está comprometida com despesas de pessoal. São Paulo aparece com o terceiro melhor índice (0,959) e, segundo a FIRJAN, foi a capital brasileira com a maior nota neste item⁵. Dez municípios da RMSP ficaram com índices abaixo da média nacional (0,6114), sendo que Biritiba Mirim obteve IFGF igual a zero, o que significa que mais de 60% da sua receita corrente líquida é destinada a gasto com pessoal.

Em termos de variação (Gráfico 1.10), Rio Grande da Serra, São Caetano do Sul e Carapicuíba obtiveram as maiores variações para este índice (51,06%; 33,77%; 23% respectivamente). Francisco Morato, Ferraz de Vasconcelos e Guarulhos registraram as maiores pioras dos seus respectivos índices. Guararema não apresentou variação (obteve o índice máximo em 2010 e 2011). Não há dados para Biritiba Mirim, pois em 2010 o IFGF não foi calculado para esse município.

Gráfico 1.10 - Variação IFGF - Gasto com Pessoal (2010-2011) - Municípios da RMSP



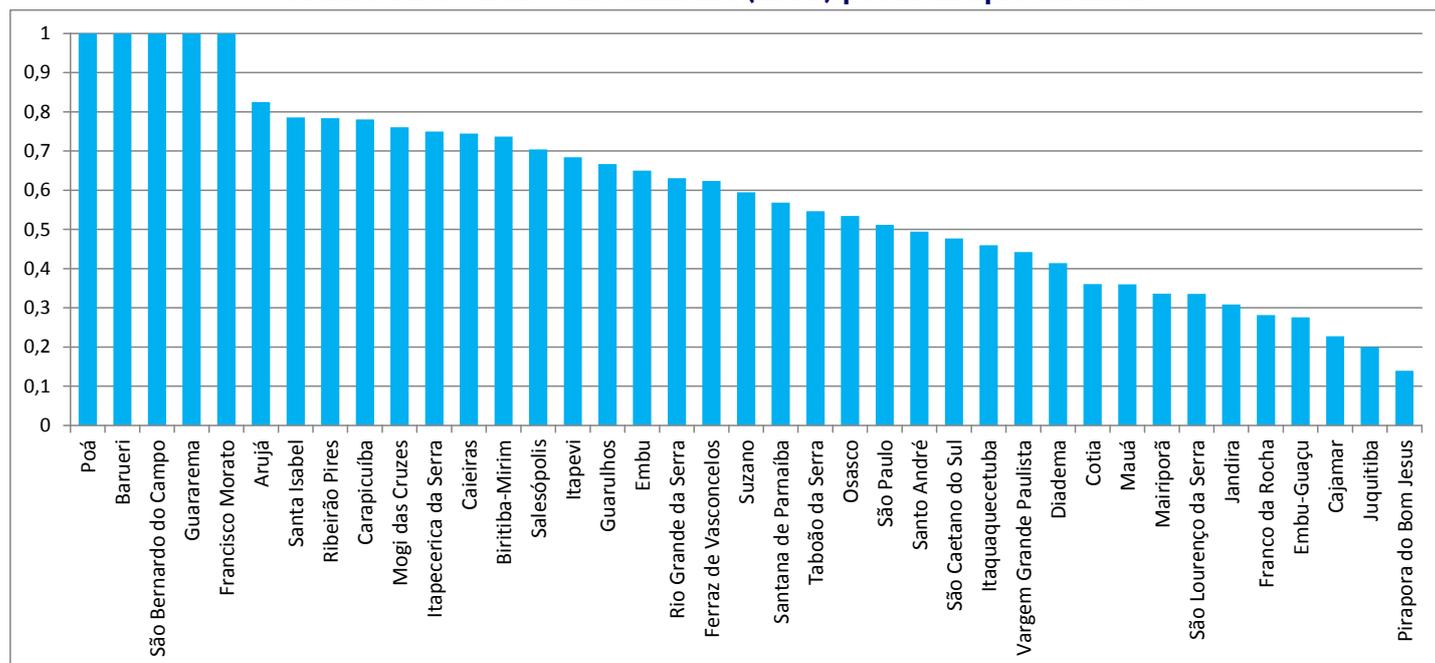
Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

IFGF - Investimento

O gráfico 1.11 traz o IFGF – Investimento 2011 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor). Cinco municípios obtiveram índice máximo nesse quesito: Poá, Barueri, São Bernardo do Campo, Guararema e Francisco Morato. É atribuído o valor máximo àqueles municípios cujo investimento é superior a 20% da receita corrente líquida. Pirapora do Bom Jesus, Juquitiba e Cajamar são os municípios com os piores indicadores (0,139; 0,199 e 0,227 respectivamente). Na região metropolitana, 18 municípios (aproximadamente 46%), dentre eles São Paulo, ficaram abaixo da média nacional nesse índice, que foi de 0,558.

⁵ IFGF - Edição 2013 - Ano Base 2011, pag. 17 (<http://www.firjan.org.br/ifgf/downloads/>) - Versão Completa

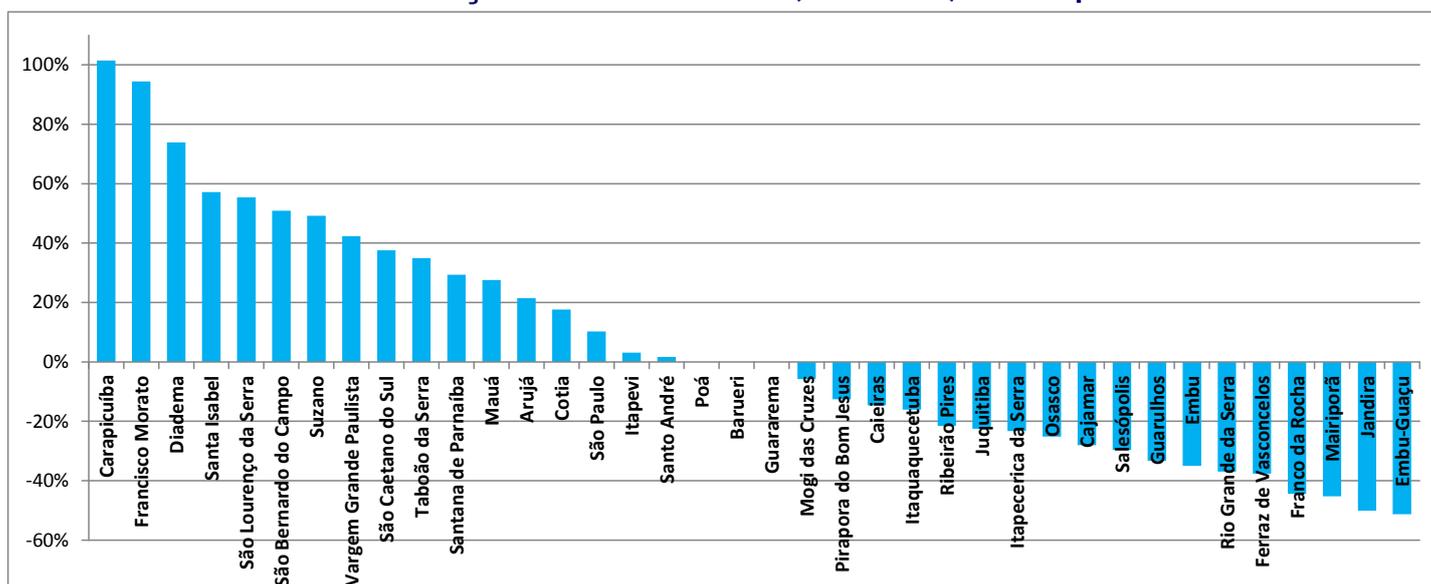
Gráfico 1.11 - IFGF - Investimento (2011) por Município da RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Obtiveram notas máximas em 2010 e 2011, e, portanto não apresentaram variação para o período, os municípios de Poá, Barueri e Guararema. Carapicuíba (101,44%), Francisco Morato (94,97%) e Diadema (73,88%) apresentaram as maiores variações. Embu-Guaçu (-51,27%), Jandira (-50,07%) e Mairiporã (-45,29%) obtiveram as maiores variações negativas. O Gráfico 1.12 traz a variação de todos os municípios da RMSP ordenados da maior para a menor. Como nos outros casos, não há dados para Bitiriba Mirim, pois em 2010 seu IFGF não foi calculado.

Gráfico 1.12 - Variação IFGF - Investimento (2010-2011) - Municípios da RMSP

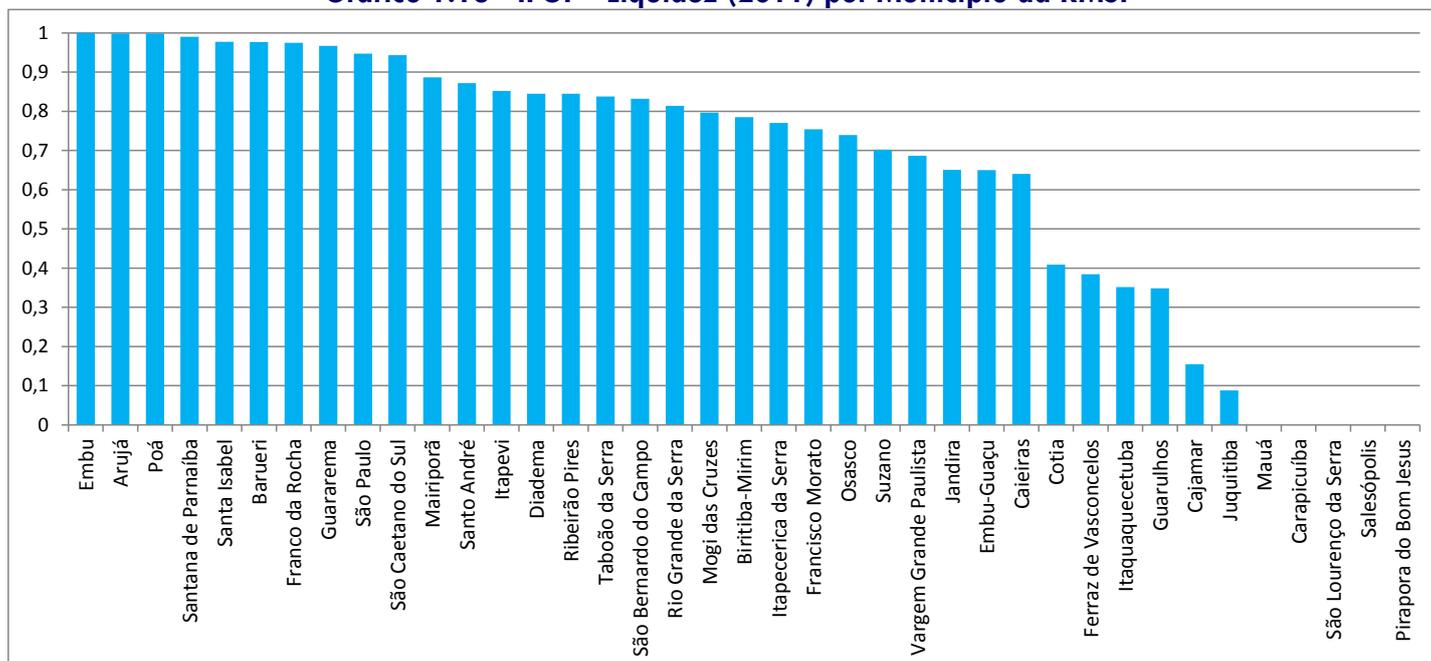


Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

IFGF - Liquidez

O Gráfico 1.13 traz o IFGF – Liquidez 2011 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor).

Gráfico 1.13 - IFGF - Liquidez (2011) por Município da RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

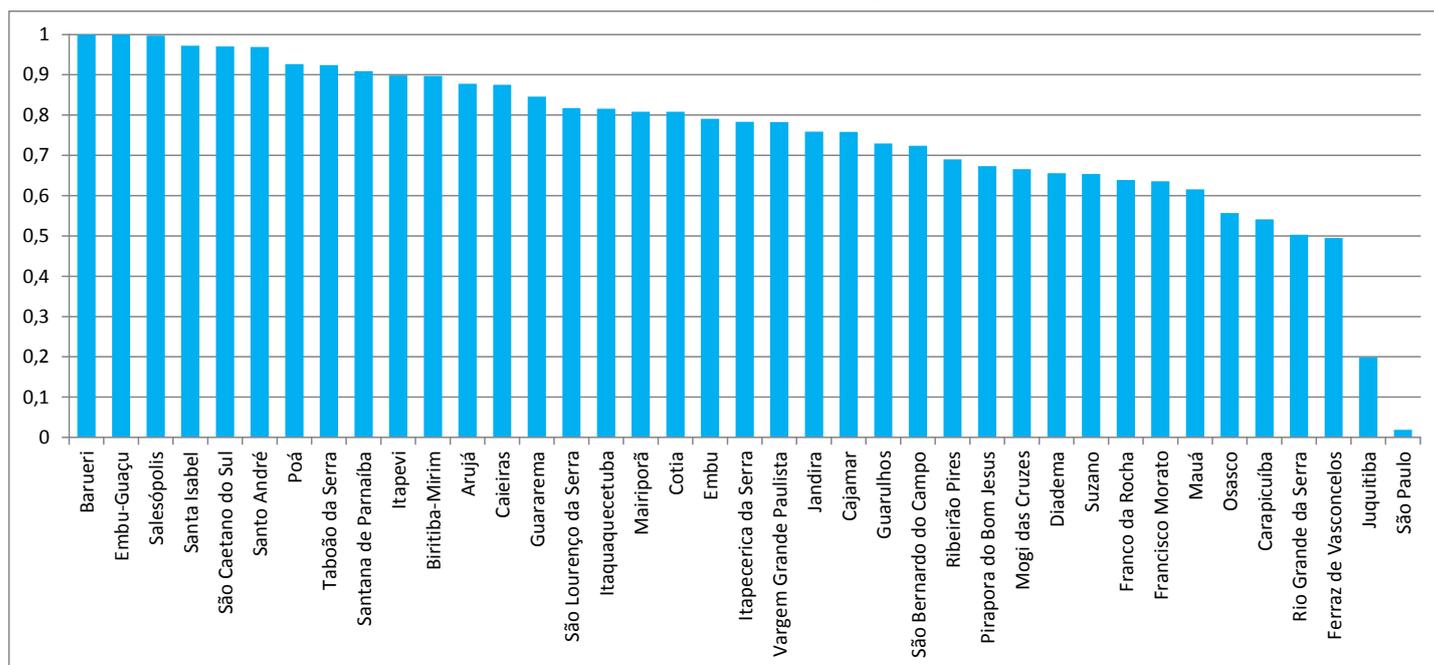
Apenas Embu (das Artes) conseguiu o valor máximo para este indicador, o que significa que foi o único município a não transferir restos a pagar para o exercício seguinte. Cinco municípios registraram um índice igual a zero (Mauá, Carapicuíba, São Lourenço da Serra, Salesópolis e Pirapora do Bom Jesus) – esses municípios transferiram restos a pagar para o exercício seguinte em um valor maior que os ativos financeiros disponíveis para cobri-los. Além dos 5 municípios com índice zerado, outros 6 (totalizando 11) obtiveram IFGF – Liquidez menor que a média nacional de 0,593.

Em termos de variações, Diadema foi o município com a maior variação positiva (565%), saindo de um IFGF – Liquidez de 0,126 em 2010 para 0,844 em 2011. Mogi das Cruzes (59,57%) e Itapeçerica da Serra (57,74%) completam a lista das três maiores variações. Guarulhos (-51,29%), Cotia (-37,44%) e Ferraz de Vasconcelos (-24,81%) registraram as maiores variações negativas.

IFGF - Custo da Dívida

O Gráfico 1.14 traz o IFGF – Custo da Dívida 2011 por município da RMSP (ordenado do maior para o menor). Neste quesito, apenas dois municípios conseguiram o índice máximo, Barueri e Embu-Guaçu, o que significa que nenhum percentual da receita líquida real é comprometido com juros e amortizações. Mais de 50% dos municípios da RMSP (21 deles) obtiveram um IFGF – Custo da Dívida abaixo da média nacional (0,7966). São Paulo é o município com o indicador mais baixo (0,019). Juquitiba com um índice de 0,199 e Ferraz de Vasconcelos com 0,495 completam os três piores neste item.

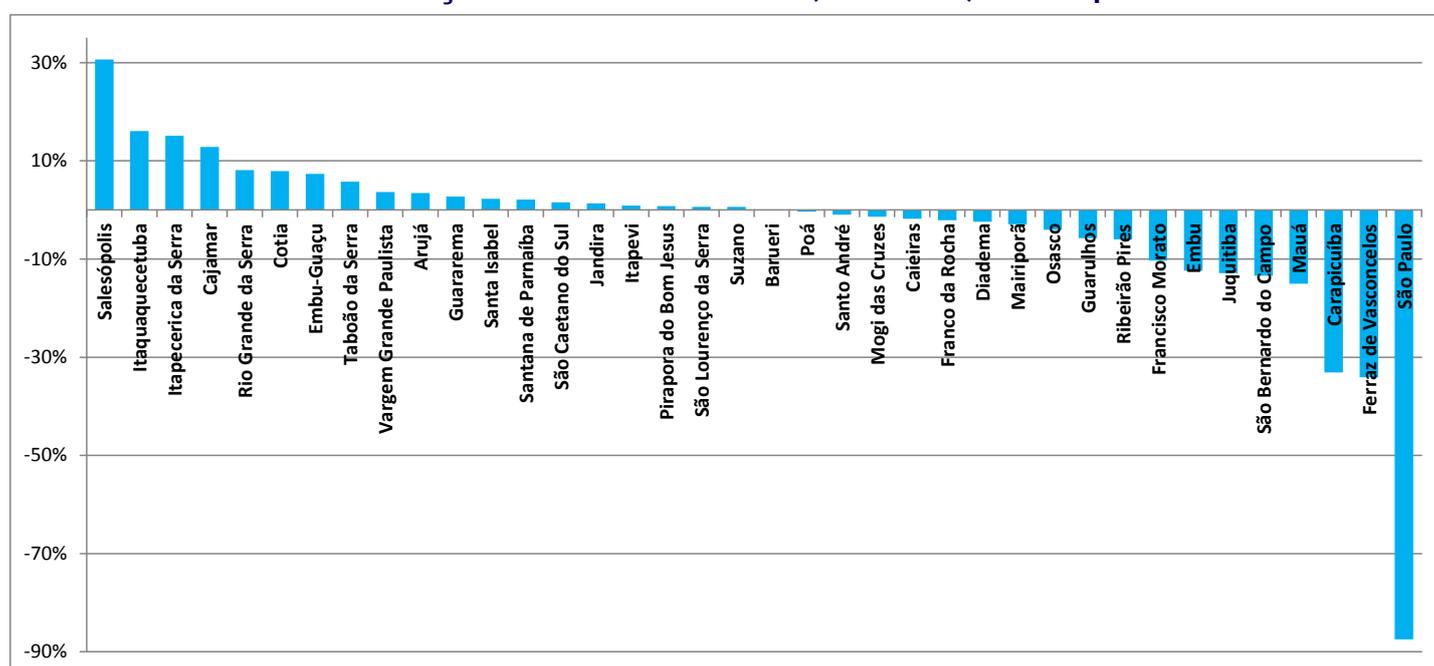
Gráfico 1.14 - IFGF - Custo da Dívida (2011) por Município da RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Considerando as variações para o período de 2010 e 2011, Salesópolis (30,68%), Itaquaquecetuba (16,08%) e Itapeçerica da Serra (15,09%) apresentaram as maiores variações positivas enquanto São Paulo (-87,48%), Ferraz de Vasconcelos (-34,10%) e Carapicuíba (-33,10%) registraram as maiores variações negativas. Barueri, com índice máximo nos dois anos, não apresentou variação no período. O Gráfico 1.15 traz as variações de todos os municípios da RMSP, ordenados da maior para a menor.

Gráfico 1.15 - Variação IFGF - Custo da Dívida (2010-2011) - Municípios da RMSP



Fonte: IFGF Edição 2013 - Ano Base 2011

Consultoria Técnica de Economia e Orçamento

Consultor Geral de Economia e Orçamento

Gilberto Rodrigues Hashimoto

Supervisores de Equipe

Adriano Nunes Borges - Equipe de Assessoria e Consultoria Econômico-Financeira do Processo Legislativo - CTEO 1

Rodrigo Mantovani Policano - Equipe de Assessoria e Consultoria de Controle Externo - CTEO 2

Regina Eiko Kimachi - Equipe de Assessoria e Consultoria Administrativa e de Planejamento Orçamentário - CTEO 3

Consultores Técnicos Legislativos - Economia

Alexandre Henrique Cardoso

Bruno Nunes Medeiro

Emerson Rildo de Araújo de Carvalho

Fernanda Graziella Cardoso

Márcia Akemi Endo

Sidney Richard Sylvestre

Thiago de Carvalho Alves

Estagiária de Economia

Máira Naiade da Silva

Servidora de Suporte Administrativo

Isabel Paes Silva Hanashiro



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**